UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO VAZ DO NASCIMENTO ALMEIDA

Capitalismo dependente e o negro na sociedade de classes: elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no Brasil (1980-2010)

Campinas
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO VAZ DO NASCIMENTO ALMEIDA

Capitalismo dependente e o negro na sociedade de classes: elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no Brasil (1980-2010)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de Economia Social e do Trabalho.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO PEDRO VAZ DO NASCIMENTO ALMEIDA, ORIENTADA PELO PROF. DR. CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA.

Campinas
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

AL64c

Almeida, Pedro Vaz do Nascimento, 1992-
Capitalismo dependente e o negro na sociedade de classes : elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no Brasil (1980-2010) / Pedro Vaz do Nascimento Almeida. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Carlos Alberto Cordovano Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Raças. 2. Classes sociais. 3. Emprego. 4. Salários. 5. Capitalismo - Brasil. I. Vieira, Carlos Alberto Cordovano, 1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Dependent capitalism and the black in the classe society : elements for a historical-structural analysis of race, employment and wages in Brazil (1980-2010)
Palavras-chave em inglês:
Race
Social classes
Employment
Wages
Capitalism - Brazil
Área de concentração: Economia Social e do Trabalho
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Carlos Alberto Cordovano Vieira [Orientador]
Fábio Antonio de Campos
Mário Augusto Medeiros da Silva
Silvio Luiz de Almeida
Data de defesa: 28-05-2021
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-2021-9881
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/0261037275192412

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO VAZ DO NASCIMENTO ALMEIDA

Capitalismo dependente e o negro na sociedade de classes: elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no Brasil (1980-2010)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Defendida em 28/05/2021

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira (Presidente)
Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Silvio Luiz de Almeida
Universidade de São Paulo (USP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos

A presente dissertação teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001. Recebi também um imprescindível apoio institucional do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradeço aos funcionários e às funcionárias do Instituto de Economia pela paciência e pelo respeito com que eu sempre fui tratado. Agradeço, também, ao Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) pela confiança e por ter aberto as portas da casa para que eu pudesse dar continuidade ao meu programa de pesquisas e estudos.

Ao meu orientador, Carlos Alberto Cordovano Vieira, agradeço a confiança que depositou em mim para a realização deste trabalho. Em todos os momentos, seu apoio foi crucial para que eu pudesse continuar trabalhando na organização das ideias contidas nesta dissertação. Ao meu interlocutor e leitor crítico durante estes anos, Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior, agradeço o precioso tempo dedicado a mim. Nunca se eximiu de um debate franco e de alto nível sobre raça, classe e capitalismo no Brasil. Foi certamente um marco na minha evolução moral e intelectual, que é impossível mensurar aqui nestes agradecimentos.

Além disso, agradeço aos membros da banca de qualificação e de defesa de mestrado. Ao Prof. Fábio Campos, que com sua leitura minuciosa e contribuições me provocaram a colocar as ideias no seu devido lugar. Tenho a honra de tê-lo como meu professor e leitor desta humilde dissertação de mestrado. Agradeço, ainda, a leitura minuciosa e contribuições do Prof. Mário Augusto Medeiros da Silva, pessoa a qual nutro profunda admiração e respeito. Estimulou-me a aprofundar problemas que inicialmente não foram vistos, o que foi decisivo para aperfeiçoar a qualidade do trabalho. Ao Prof. Silvio Luiz de Almeida, agradeço, igualmente, as contribuições, a leitura minuciosa e os estímulos para que a minha argumentação ficasse mais refinada. Aproveito para registrar minha admiração sobre suas contribuições para a organização do debate sobre raça, racismo e capitalismo, que vem me ensinado de maneira ímpar.

Muito embora eu tenha recebido contribuições valiosas de todos, as ideias contidas nesta dissertação são de responsabilidade exclusivamente minha, seus riscos, insistências, acertos e erros. Aqui, aproveito para prestar meu agradecimento pela revisão e paciência da jornalista Maria Alice da Cruz Paula.

Ainda no âmbito acadêmico, agradeço as contribuições dos camaradas e das camaradas do Grupo de Estudos Florestan Fernandes (GEFF) do Instituto de Economia,

cujo acúmulo teórico do grupo contribuiu para a realização deste trabalho e me proporcionou relevantes reflexões sobre a nossa formação nacional. Agradeço aos membros e às membras da Comissão de Cotas Carolina Maria de Jesus (CCMJ) do Instituto de Economia da Unicamp e do Núcleo da Consciência Negra (NCN) da Unicamp, que me ensinaram, sempre me acolheram de forma bastante respeitosa e com quem pude trocar experiências que nunca se apartarão de mim. Aqui, estendo meus agradecimentos aos demais estudantes da Unicamp com quem pude compartilhar experiências prósperas que me provocaram a evoluir.

Aos meus familiares, espero que um dia consigam relevar minhas falhas e minhas ausências. Agradeço os absolutos estímulos, carinhos, confianças, suportes e amores transmitidos a minha pessoa desde meu nascimento. A Deyse Vaz do Nascimento, minha querida mãe; a Roberto de Almeida e Paulo César Machado de Oliveira, à minha irmã e ao meu irmão, a meus tios e tias, meus primos e primas, à minha sobrinha e aos meus sobrinhos, devo muito do que sou. Às minhas avós, Cleide Nascimento (*in memoriam*) e Dirce Almeida (*in memoriam*), mulheres fortes que contribuíram com a minha formação com muito suor e trabalho: meu agradecimento incomensurável. À minha companheira querida, Milena de Oliveira Santos, agradeço por me querer bem, pela cumplicidade, por me incentivar e valorizar meu esforço e pelas intermináveis conversas que tivemos, as quais, inclusive, fazem eco à presente dissertação.

Por fim, agradeço aos meus professores, amigos, amigas e colegas, que me forneceram estímulos, reflexões, energias e forças para que eu pudesse continuar trilhando os rumos da academia. Agradeço às queridas Natânia Ferreira, Vanessa Dias, Fernanda Onuma e Elisa Zwick e ao querido Bruno Honorato pelos apoios e momentos. Agradeço também a Fágner Maia, Leonardo Oliveira, Gabriel Escada, Gabriel Quatrochi, Yago Butolo, Fellipe Bruno, Letícia Pavarina, Marta Santos, Alexandra Kelly e Felipe Gomes pelas inúmeras conversas e momentos.

“Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim tem que diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por consequência, o grito pela igualdade de salários assenta num erro, é um desejo oco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, *necessariamente* têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura.”

Karl Marx

Resumo: O presente estudo tem como objetivo uma investigação sobre raça, emprego e salário, a nível de Brasil, entre 1980 e 2010. De início, investigamos algumas das contribuições teóricas sobre o padrão de vida dos trabalhadores negros no desenvolvimento do capitalismo dependente. As principais delas residem em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Após isso, investigamos algumas das diferentes perspectivas sobre a questão negra e mercado de trabalho no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que emergem após a consolidação da ditadura burguesa-militar expressas em Mário Simonsen, Cláudio Castro e Carlos Hasenbalg. Por fim, apresentamos uma visão de como esteve o nível de vida dos trabalhadores negros e da classe trabalhadora no desenvolvimento do capitalismo dependente entre 1980 e 2010. A complexidade do problema sugere que os trabalhadores negros são o núcleo da classe trabalhadora brasileira. Seu padrão de vida é o que condiciona, em última instância, o nível de vida da classe trabalhadora como um todo. O ajuste estrutural da economia brasileira às novas exigências da divisão internacional do trabalho rebaixa o padrão de vida de trabalhadores em geral e dos trabalhadores negros em particular. As últimas décadas foram um período marcado por um padrão de reciclagem do subemprego estrutural quando observado sua participação na população trabalhadora ocupada, e praticamente dobrando em termos absolutos. Os dados indicam que os trabalhadores negros foram os mais afetados pelo processo em curso. O caminho que utilizamos para demonstrar este processo em curso parte da compreensão da heterogeneidade, do subemprego e dos nexos morais da sociedade brasileira como determinantes do nível de vida dos trabalhadores no capitalismo dependente. Como corolário, temos no período um mercado de trabalho estruturalmente marcado por uma significativa desigualdade racial em função do padrão de acumulação de capitalismo dependente e do padrão dominação das classes burguesas brancas no Brasil.

Palavras-chave: Raças, Classes sociais, Emprego, Salário e Capitalismo - Brasil.

Abstract: The present study aims to investigate race, employment and salary, at the level of Brazil, between 1980 and 2010. Initially, we investigate some of the theoretical contributions to the standard of living of black workers in the development of dependent capitalism. The main ones are Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes and Clóvis Moura. After that, we investigate some of the different perspectives on the black question and the labor market in the Brazilian dependent capitalism, which emerge after the consolidation of the bourgeois-military dictatorship expressed in Mário Simonsen, Cláudio Castro and Carlos Hasenbalg. Finally, we present a view of how the standard of living of black workers and the working class was in the development of dependent capitalism between 1980 and 2010. The complexity of the problem required that black workers are the core of the Brazilian working class. Their standard of living is what ultimately conditions the standard of living of the working class as a whole. The structural adjustment of the Brazilian economy to the new demands of the international division of labor countered the standard of living of workers in general and black workers in particular. The last few decades were a period marked by a pattern of structural underemployment recycling when its participation in the employed population was observed, and practically doubling in absolute terms. Data indicate that black workers were the most affected by the ongoing process. The path we use to demonstrate this ongoing process is based on the understanding of heterogeneity, underemployment and the moral nexus of Brazilian society as determinants of the standard of living of workers in dependent capitalism. As a corollary, we have in the period a labor market structurally marked by a significant racial inequality due to the pattern of accumulation of dependent capitalism and the pattern of domination of the white bourgeois classes in Brazil.

Keywords: Race, Social class, Employment, Wages and Capitalism - Brazil.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual da ocupação por setores econômicos no Brasil 122
Tabela 2 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual das atividades do setor secundário no Brasil 123
Tabela 3 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual das atividades do setor terciário no Brasil 124
Tabela 4 – Participação de ocupados das atividades dos setores secundário e terciário no total de ocupados (não agrícolas).....125
Tabela 5 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual do subemprego e emprego no Brasil.....127
Tabela 6 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de subempregados e empregados nas áreas urbanas e agrícolas no Brasil.....128
Tabela 7 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual do subemprego e emprego das atividades do setor secundário no Brasil.....129
Tabela 8 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual do subemprego e emprego das atividades do setor terciário no Brasil.....130
Tabela 9 – Participação de subempregados e empregados das atividades dos setores secundário e terciário no total de ocupados (não agrícolas) 131
Tabela 10 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual dos setores econômicos segundo raça/cor no Brasil.....137
Tabela 11 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de ocupados das atividades do setor secundário segundo raça/cor no Brasil 138
Tabela 12 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de ocupados das atividades do setor secundário segundo raça/cor no Brasil 139
Tabela 13 – Participação de ocupados das atividades dos setores secundário e terciário no total de ocupados (não agrícolas) segundo raça/cor.....141
Tabela 14 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de subemprego e emprego segundo raça/cor no Brasil.....144
Tabela 15 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de subemprego e emprego segundo raça/cor no Brasil.....145
Tabela 16 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de subemprego e emprego das atividades do setor secundário segundo raça/cor no Brasil 146
Tabela 17 – Estimativa e Taxa geométrica de crescimento anual de subemprego e emprego das atividades do setor terciário segundo raça/cor no Brasil.....147
Tabela 18 – Participação de ocupados das atividades dos setores secundário e terciário no total de ocupados (não agrícolas).....149
Tabela 19 – Razão de rendimento médio de empregados segundo raça/cor no Brasil 154

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Participação de ocupados dos setores econômicos no total de ocupados no Brasil.....126
Gráfico 2 – Participação de subempregados dos setores econômicos no total de ocupados dos setores econômicos no Brasil 132
Gráfico 3 – Participação de subempregados e empregados no total de ocupados no Brasil 133
Gráfico 4 – Evolução do Salário Mínimo Real no Brasil 134
Gráfico 5 – Evolução do Salário Mínimo Nominal e do Salário Mínimo Necessário no Brasil 135
Gráfico 6 – População total e populações negra e branca no Brasil 136
Gráfico 7 – Participação de ocupados brancos dos setores econômicos no total de ocupados brancos no Brasil.....142
Gráfico 8 – Participação de ocupados negros dos setores econômicos no total de ocupados negros no Brasil 143
Gráfico 9 – Participação dos subempregados brancos dos setores econômicos no total de ocupados brancos dos setores econômicos no Brasil.....150
Gráfico 10 – Participação dos subempregados negros dos setores econômicos no total de ocupados negros dos setores econômicos no Brasil.....151
Gráfico 11 – Participação do subemprego e emprego no total de ocupados segundo raça/cor no Brasil...152

Sumário

Introdução 13

Capítulo I – O negro e a formação histórica brasileira 18
1.1 Introdução 18
1.2 A problemática do negro na formação nacional 19
1.3 A contribuição em Caio Prado Júnior 22
1.3.1 Capitalismo dependente e instabilidade econômica 23
1.3.2 Inorganização social, nexo moral e relações raciais 29
1.4 A contribuição em Florestan Fernandes 34
1.4.1 Capitalismo dependente e revolução burguesa 35
1.4.2 O padrão de vida dos trabalhadores negros na revolução burguesa 40
1.5 A contribuição em Clóvis Moura 53
1.5.1 Capitalismo dependente e luta de classes 54
1.5.2 Desigualdades raciais e formação nacional 58
1.6 Considerações finais 61

Capítulo II – O negro e a contrarrevolução permanente no Brasil 64
2.1 Introdução 64
2.2 Aspectos econômicos da contrarrevolução burguesa 66
2.3 Aspectos políticos da contrarrevolução burguesa 70
2.4 Aspectos teórico-conceituais da contrarrevolução burguesa 74
2.5 A perspectiva de Mário Henrique Simonsen 79
2.6 A perspectiva de Cláudio de Moura Castro 82
2.7 A perspectiva de Carlos Hasenbalg 85
2.8 Considerações finais 95

Capítulo III – O negro e a reversão neocolonial no Brasil 101
3.1 Introdução 101
3.2 Nova dependência, reversão neocolonial e instabilidade econômica 102
3.3 A conjuntura econômica e o mercado de trabalho 109
3.4 O padrão de vida dos trabalhadores no Brasil 121
3.5 O padrão de vida dos trabalhadores negros no Brasil 135
3.5 Considerações finais 155

Considerações finais 157

Referências Bibliográficas 161
Anexo Metodológico 168
Fundamentação teórica 169
Fonte de dados e critérios de quantificação do subemprego estrutural 183

Introdução

Esta dissertação está organizada a partir da temática das desigualdades raciais no Brasil. O interesse é analisar as desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. A temática se insere num contexto em que as desigualdades raciais no mercado de trabalho e os trabalhadores negros, um dos seus principais objetos, foram examinados e reexaminados por diversas correntes teóricas. Aqui, os elementos apontados para uma análise histórico-estrutural sobre raça, emprego e salário no desenvolvimento do capitalismo dependente se coloca como uma alternativa a pelo menos duas teses na atualidade brasileira.

A primeira delas, os estudos e as pesquisas da economia ortodoxa sobre a relação entre discriminação e desigualdades na distribuição pessoal da renda que podem ser chamados em seu conjunto de *teoria neoclássica da discriminação*[1]. Já no início da década de 1970, os economistas ortodoxos sustentam a hipótese de que as elevações das desigualdades na economia brasileira são consequências da ausência de acumulação de capital humano. A teoria do capital humano tem como proposta básica aperfeiçoar o funcionamento dos diversos segmentos de mercados com a acumulação do capital humano, destacando uma dedução lógica por meio de uma dinâmica entre aumento de capital humano, maiores níveis de produtividade marginal do trabalho e, por conseguinte, maiores salários, dadas as características de demanda e oferta de mão de obra que condicionam os salários de equilíbrio[2]. Os estudos de Cláudio de Moura Castro[3] e Mário Henrique Simonsen[4] são alguns dos primeiros trabalhos que colocam a questão racial em debate na ditadura burguesa-militar brasileira. Particularmente, os autores insistem na ausência de algum problema racial no Brasil, articulando a aceleração do crescimento econômico à diminuição das desigualdades sociais[5]. A partir das décadas de 1970, a questão racial começa a ganhar outros contornos e algumas admissões entre os

[1] O termo *teoria neoclássica da discriminação* aparece em Chadarevian (2009a). De modo complementar, observar a síntese de Loureiro (2009) sobre as diversas correntes teóricas da economia da discriminação.
[2] Chadarevian (2009a).
[3] Castro (1973).
[4] Simonsen (1977).
[5] Os autores neoclássicos e suas negações de um problema racial são levantados em Chadarevian (2009b).

economistas ortodoxos[6]. Em síntese, de um lado, temos uma teoria contrarrevolucionária em conformidade aos interesses e às práticas do Estado autocrático-burguês na era do "imperialismo total" – dando base à revitalização da ideia de "democracia racial". E, de outro lado, um legado da contrarrevolução e seu aperfeiçoamento e radicalização posteriores, dentro do qual reconhece minimamente a existência da discriminação racial ou da raça, sem se desfazer dos núcleos duros da teoria neoclássica da discriminação, estando associado à reforma da autocracia burguesa em função da "abertura democrática" estabelecida na sociedade brasileira.

Por outro lado, os elementos apontados aqui se colocam como uma alternativa às revisões difundidas inicialmente pelo sociólogo Carlos Hasenbalg. O sociólogo fundamentalmente avalia o debate teórico sobre o negro e a formação nacional e apresenta suas explicações sobre as desigualdades raciais a partir dos *ciclos das desvantagens cumulativas*. Um dos objetivos principais do sociólogo foi retirar a ênfase das heranças históricas da escravidão como explicação das relações raciais contemporâneas e, ao invés disso, evidencia o racismo e a discriminação na sociedade moderna como as principais causas da subordinação social dos negros e sua absorção em posições sociais inferiores[7]. Nesta perspectiva, não são enfatizadas as consequências da escravidão como explicações histórico-estruturais para a reprodução das desigualdades raciais após a Abolição. A ideia fundamental do sociólogo argentino é a seguinte: cada vez mais afastados estamos da escravidão, menos ela serve como explicação para a reprodução das desigualdades raciais no Brasil. As desigualdades raciais são absorvidas pela sociedade moderna e passadas de geração para geração entre os indivíduos negros, assim como a discriminação racial e o racismo se renovam no pós-abolição[8].

Além disso, ao colocar que a questão racial não se extingue com o desenvolvimento capitalista, o autor sugere a possibilidade de coexistência entre racismo e desenvolvimento capitalista, ao passo que declara o desenvolvimento capitalista como elemento capaz de reduzir de maneira limitada as desigualdades raciais no Brasil[9]. Aqui, as contribuições histórico-estruturais sobre desenvolvimento econômico e industrialização no Brasil foram eximidas de maiores considerações, acabando mobilizando categorias que não se adequam à realidade histórica brasileira. Por último, atribui aos movimentos políticos e ao Estado burguês, especialmente centrados nos movimentos negros, um núcleo para a redução substancial das desigualdades raciais brasileiras. Em síntese, o sociólogo

[6] Silva (1983), por exemplo.
[7] Hasenbalg (2014: 910).
[8] Hasenbalg (2014).
[9] Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1982).

argentino acaba por não evidenciar adequadamente as contribuições histórico-estruturais sobre industrialização, Estado e burguesias e desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, se distancia teoricamente da própria reprodução das desigualdades raciais como um problema de herança escravista combinado às estruturas e dinamismos do capitalismo dependente.

Após 1964, com a consolidação da ditadura burguesa-militar no Brasil, o debate teórico sobre os trabalhadores negros no desenvolvimento do capitalismo brasileiro se desprende dos principais supostos e instrumentos teórico-conceituais levantados pelo pensamento sobre a formação nacional e se organiza em torno de pelo menos dois caminhos: (a) associa a aceleração do desenvolvimento capitalista à integração dos segmentos sociais na sociedade brasileira; e (b) afasta do debate as contribuições interpretativas histórico-estruturais sobre racismo e desigualdades raciais como premissas necessárias do desenvolvimento do capitalismo dependente e, como consequência, sobre a questão negra como núcleo central da revolução democrática e nacional e da revolução socialista. Em outras palavras, enquanto no primeiro caso o debate esteve circunscrito à não existência do racismo e das desigualdades raciais e à aceleração do desenvolvimento capitalista, no segundo caso, evita-se combinar o regime histórico das desigualdades raciais e racismo às estruturas e aos dinamismos do capitalismo dependente. Com a consolidação da ditadura burguesa-militar na era do “imperialismo total”, existe a urgência de ocultar as interpretações e conceitos críticos, preocupados na superação definitiva dos sérios dilemas históricos que bloqueiam a formação da coletividade de cidadãos e do Estado nacional. Este cenário se associa a emergência de revisões e novas interpretações sobre as desigualdades raciais no Brasil.

O presente estudo visa a uma investigação sobre raça, emprego e salário no Brasil. Particularmente, trata-se de analisar o padrão de vida dos trabalhadores negros no mercado de trabalho de capitalismo dependente – tendo como objeto os trabalhadores negros dentro do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Escolhemos o período entre 1980 e 2010 para examinar a questão da raça, emprego e salário enquadrados em um processo de aprofundamento da reversão neocolonial no Brasil[10]. A necessidade deste recorte torna-se ainda mais justificável quando observamos outros elementos associados à reversão no período recente. O ajuste estrutural da economia brasileira e, como consequência, a desarticulação do sistema industrial, o deslocamento do eixo dinâmico para o exterior (com tendência à reprimarização da pauta exportadora) e a erosão dos

[10] Sampaio Júnior (1997).

centros internos de decisão vêm contribuindo de maneira crescente para a regressão das forças produtivas e, particularmente, dos setores econômicos mais dinâmicos da sociedade nacional[11]. Neste cenário, abre-se também a possibilidade para *o rebaixamento do padrão de vida do conjunto da classe trabalhadora e, especialmente, dos trabalhadores negros*.

Neste trabalho, o padrão de vida dos trabalhadores negros e da classe trabalhadora como um todo será examinado por meio das evidências histórico-estruturais do subemprego e heterogeneidade da economia de capitalismo dependente. Este será o nosso método propriamente dito. O problema está em torno de duas questões básicas: (i) o padrão de vida dos trabalhadores negros está sendo rebaixado no período atual? e (ii) quais os elementos histórico-estruturais que o condiciona? A complexidade do problema sugere que os trabalhadores negros são o núcleo da classe trabalhadora brasileira. Seu padrão de vida é o que condiciona, em última instância, o nível de vida da classe trabalhadora como um todo. O ajuste estrutural da economia brasileira às novas exigências da divisão internacional do trabalho rebaixa o padrão de vida de trabalhadores em geral e dos trabalhadores negros em particular. As últimas décadas foram um período marcado por um padrão de reciclagem do subemprego estrutural quando observado sua participação na população trabalhadora ocupada, e praticamente dobrando em termos absolutos. Os dados indicam que os trabalhadores negros foram os mais afetados pelo processo em curso. As evidências aqui apresentadas nos ajudarão a indicar uma manutenção das desigualdades raciais como uma característica da economia dependente e subdesenvolvida, cujo segmento mais prejudicado foram os trabalhadores negros, o que acaba influenciando toda a classe trabalhadora.

A estrutura de capitulação da dissertação é dividida em três partes. O objetivo do primeiro capítulo é resgatar elementos para um exame histórico-estrutural sobre raça, emprego e salários no Brasil. Exibiremos uma leitura das principais contribuições que ainda moldam o debate atual, contudo, são contribuições em sua maioria marginalizadas nos dias de hoje. Particularmente, observaremos as contribuições críticas de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Clóvis Moura, as quais auxiliam na organização do debate teórico sobre o padrão de vida dos trabalhadores negros e dos trabalhadores brasileiros na economia e sociedade de capitalismo dependente. Por outro lado, o objetivo do segundo capítulo é fundamentalmente apresentar perspectivas que emergem após a consolidação da ditadura burguesa-militar. Serão examinados dois economistas: Claudio Castro Moura e Mário Henrique Simonsen. Além disso, examinaremos a perspectiva do sociólogo argentino

[11] Espósito (2016).

Carlos Hasenbalg, pensador que se dedicou à revisão do debate teórico sobre as desigualdades raciais no Brasil no final da década de setenta. Por fim, no terceiro capítulo serão apresentados alguns elementos para o debate sobre raça, emprego e salário no período atual. O objetivo será analisar o padrão de vida dos trabalhadores negros e do conjunto da classe trabalhadora no desenvolvimento do capitalismo dependente diante da reversão neocolonial. Adicionalmente, foram apresentados alguns elementos metodológicos que está em forma de anexo ao final da dissertação.

Capítulo I – O negro e a formação histórica brasileira

> [...] o negro ex-escravo [...] foi barrado por uma série de mecanismos reguladores da sociedade de capitalismo dependente que surgiu e o alijou quase completamente do mercado de trabalho e das oportunidades de se afirmar em nível de igualdade com aqueles setores que já se haviam afirmado social e economicamente antes dele ou que foram posteriormente protegidos por uma série de medidas que visa inferiorizá-lo como cidadão. Até hoje essa defasagem traumática continua. Saído da escravidão, o ex-escravo não foi, ainda, incorporado definitivamente como cidadão à sociedade brasileira.
>
> Clóvis Moura

1.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é fazer uma leitura de algumas das contribuições sobre os trabalhadores negros no desenvolvimento do capitalismo dependente. A intenção não é aqui esgotarmos esta leitura. Todavia, extrairmos dela elementos introdutórios para a compreensão sobre os trabalhadores negros e desigualdades raciais no mercado de trabalho de capitalismo dependente. Assumimos fundamentalmente que os elementos "históricos" e "morais" que compõe o padrão de vida dos trabalhadores, para além da própria existência física dos indivíduos, são, em última instância, determinações estruturais para a associação dos trabalhadores a um nível de vida muito baixo na economia e na sociedade de capitalismo dependente. A partir daqui, os trabalhadores negros serão incorporados às nossas análises. Elementos relevantes aparecem de maneira mais ou menos sistemática em Clóvis Moura, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, os quais, serão um caminho para a organização do debate teórico sobre a questão negra no mercado de trabalho de capitalismo dependente. Estes elementos estruturais condicionam o precaríssimo nível de vida dos trabalhadores negros – o que acaba por influenciar o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Aqui reside, em essência, uma das fundamentais fontes dos movimentos próprios das burguesias brancas, mas também está uma das fontes de existência dos movimentos de negação da estabilidade social que fervilha dentro das estruturas e dinamismos do capitalismo dependente.

1.2 A problemática do negro na formação nacional

A problemática do negro na formação nacional é uma reflexão constante para o pensamento sobre a formação do Brasil contemporâneo[12]. As interpretações sobre a questão negra na formação nacional se desenvolvem de diversas maneiras em um contexto interno próprio. Elas se desenvolvem com o que seria a fase de "transição neocolonial". Continua a se desenvolver com a irradiação e a difusão do capitalismo competitivo, cuja característica está na concretização e na difusão deste mercado moderno como motor da diferenciação do sistema econômico e como força que organiza institucionalmente a ordem social competitiva. Na fase de entrada súbita do capitalismo monopolista, a qual se caracteriza pela reestruturação do mercado e do sistema de produção e trocas capitalistas, a questão negra ainda se coloca de maneira constante. A questão negra aparece vinculada às leituras sobre a sociedade escravocrata e suas inquietações, sobre a questão nacional e seus dilemas, ou também nas leituras que incorporam novos padrões explicativos da realidade político-econômica e sociocultural, estando mais próximos das ciências sociais e, em alguns casos, aproveitando-se dos padrões de ensino e pesquisa das universidades[13]. Em resumo, as contribuições teóricas sobre a questão do negro na formação nacional são iniciadas na sociedade colonial, aprofundada com a formal emancipação brasileira e se desenvolve de diversas maneiras nas repúblicas burguesas[14]. A despeito de, concomitantemente, estarem associadas a um contexto externo próprio, caracterizado por diversos fatores: revoluções, guerras mundiais, guerra fria, crises econômicas, "socialismo real", e até mesmo ecoam as ideologias racialistas e eugênicas que são difundidas pelo Brasil.

O negro como problema histórico-estrutural nas interpretações do pensamento sobre a formação, até meados da década de 60 do século 20, e que continuou a se desenvolver após o golpe burguês-militar, se inseriu de maneira frequente quando a questão racial estava em debate[15]. A questão emerge nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Eugênio Gudin, Thales Azevedo, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Caio Prado Júnior, Clóvis Moura, Emília Viotti da Costa, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Paula Beiguelman, Octávio Ianni, Jacob Gorender, dentre outros, partindo de perspectivas conservadoras ou não. Dentro de uma perspectiva democrática, por exemplo, os intelectuais estão preocupados com a

[12] Ianni (1992) e Sampaio Júnior (1999).
[13] Ianni (2000) e Ianni (1992).
[14] Ianni (1992).
[15] Ianni (1992).

problemática da integração do negro na formação nacional. Trata-se de examinar quais as possibilidades de os processos históricos, sociais, políticos, jurídicos, econômicos e culturais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro serem responsáveis ou não por permitir que os indivíduos negros gozem plenamente de seus direitos formais e reais de cidadãos. Os estudos da questão do negro nas interpretações do pensamento da formação são amplos e ricos. Eles procuram compreender a sua relevância na estrutura da população nacional, nas diversas formas de organização do trabalho, na produção da cultura nacional, nas expressões religiosas, na identidade racial e nacional brasileiras, assim como na consciência, nos códigos e nas regras sociais da população nacional, no campo e na cidade[16].

De maneira direta ou indireta, associou-se o problema do negro ao "sentido da formação" que se organiza em torno das seguintes antinomias: anomia e coesão; desigualdade e igualdade; atraso e moderno; fragmentação e unificação; marginalização e integração; heteronomia e autonomia; instabilidade e estabilidade; subdesenvolvimento e desenvolvimento. De um lado, as mudanças sociais que perpetuam a marginalização do negro estão vinculadas à noção de atraso, contribuindo para a anomia social e à perpetuação da barbárie. De outro, as mudanças sociais associadas à integração do negro na economia e na sociedade vinculam-se ao avanço dos valores humanistas da civilização burguesa[17].

O negro como problema histórico-estrutural na contribuição do pensamento sobre a formação não pode ser desvinculado do caráter e de uma interpretação histórico-estrutural sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dentro de alguns autores supracitados, por exemplo, a questão é tratada de maneira mais ou menos sistemática sobre as particularidades histórica e moral que compõe o *padrão de vida dos trabalhadores negros* enquanto fatores de desequilíbrio integrativo da sociedade moderna e suas funções para a organização e o funcionamento do padrão de acumulação e dominação das classes burguesas brancas no Brasil[18]. O debate sobre o padrão de vida dos trabalhadores negros nas estruturas e nos dinamismos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro também aparece, ainda que de maneira menos sistematizada, nos discursos de intelectuais e próceres como Joaquim Murtinho, Lyra Castro, Cincinato Braga, Pindaiá Calógeras, Roberto C. Simonsen, Ellis Júnior, Rodrigues Valle e outros personagens da República

[16] Ibidem.
[17] Sampaio Júnior (1999).
[18] Fernandes (2008a), Moura (1994), Prado Júnior (1985).

Velha e do Estado Novo[19]. Aparece, da mesma maneira, nas práticas e discursos dos movimentos negros no Brasil[20].

Vejamos algumas destas interpretações. A começar por Caio Prado Júnior. O autor esteve fundamentalmente atento às particularidades de longo prazo da economia e da sociedade brasileiras que condicionam a formação do Brasil contemporâneo, contribuindo para o entendimento sobre o controle do capital internacional e sobre a incerteza estrutural geradora de elevada instabilidade econômica e graves crises de reversão estrutural. Ele esteve atento, também, às particularidades sobre a completa ausência de "nexo moral" e sobre a "inorganização social" que se estabelecem no País. Por outro lado, preocupado em decifrar o "dilema nacional" do padrão de revolução burguesa brasileiro, o pensamento crítico de Florestan Fernandes contribui no entendimento de como a aglutinação de forças externas e internas, que encontra na contrarrevolução permanente o auge de suas contradições, nos impeliu para a cristalização da dupla articulação: a subordinação externa e o indispensável caráter segregacionista, antidemocrático e racista da sociedade brasileira. Por fim, intérprete do Brasil e de seu capitalismo, a contribuição em Clóvis Moura nos auxilia na reflexão crítica sobre o capitalismo dependente e o padrão de luta de classes e raças aí associado. De um lado, as heranças do passado escravista são remanejadas e dinamizadas pelo mercado de trabalhado e pela economia e sociedade subdesenvolvida como um todo – em virtude do imperialismo dominante. De outro lado, emerge-se uma particular luta de classes e raças no País, fundamentada em um certo grau de conflito entre as classes e raças, a qual explica a dinâmica histórica brasileira.

[19] Chadarevian (2015).
[20] Nascimento & Nascimento (2000).

1.3 A contribuição em Caio Prado Júnior

1.3.1 Capitalismo dependente e instabilidade econômica

A teoria da revolução brasileira em Caio Prado Júnior examina os dilemas históricos a serem necessariamente enfrentados com a finalidade de concluir a longa transição do "Brasil colônia" de ontem para o "Brasil nação" de amanhã. De outro modo, a constatação do pensador gira em torno da seguinte questão: ainda hoje, não somos efetivamente uma nação livre. Esta transição estaria condicionada aos "objetivos completamente estranhos" do País e nosso desenvolvimento seria caracterizado pela falta de "forças próprias" e de "autonomia".

Caio Prado Júnior argumenta que as contradições históricas que engendram o subdesenvolvimento do País são provocadas pela incapacidade de reunirmos uma "conjuntura mercantil" necessária à expansão de uma economia capitalista em bases nacionais[21]. Como existe a incapacidade de o mercado nacional se constituir como instância inaugural da esfera de valorização de capital, isso dificulta com que o mercado seja um elo estratégico diante da etapa final da reprodução ampliada do capital. A realização do capital internacional só se torna efetiva diante da livre conversibilidade cambial de capitais. Daí a extrema vulnerabilidade das contas externas das economias subdesenvolvidas serem um elemento que auxilia a incerteza estrutural, contribuindo para instabilidade econômica do País. A precariedade desta "conjuntura mercantil" pode ser explicada em dois pontos nodais: (i) pela ausência de controle do capital internacional no espaço econômico nacional, o que impede com que o mercado interno se afirme como instância estratégica da concorrência intercapitalista; e (ii) pelo desemprego estrutural que restringe não só a socialização do progresso técnico, mas, concomitantemente, a expansão e diversificação do mercado de consumo[22].

A precariedade desta conjuntura mercantil é colocada como um dos obstáculos fundamentais à formação nacional. Como o espaço econômico não passa de um anexo do mercado externo e, associado a isso, desprovido de previsibilidade quanto a importância estratégica na reprodução ampliada do capital a nível mundial, o capital internacional coloca altas incertezas quanto à distribuição de seus investimentos e suas expectativas de longa duração ficam submetidas a súbitas alterações[23].

O problema se inicia no período colonial. A unidade produtora da economia colonial (estruturada na grande exploração rural e caracterizada pela grande propriedade tropical,

[21] Sampaio Júnior (1997).
[22] Ibidem.
[23] Ibidem.

pela monocultura e pela organização do conjunto da população por meio do trabalho escravo), por fundamentalmente não se desviar das necessidades externas, tolhia não só a possibilidade de a exploração se difundir de maneira diversificada e com um elevado nível técnico na produção, como, também, a possibilidade de existirem condições voltadas às necessidades da população ou, de outro modo, da existência de acumulação de riqueza em função das exigências internas[24]. A isso se soma o caráter puramente especulativo e instável da exploração mercantil. Daí que Caio Prado Júnior resume a economia brasileira da seguinte forma:

> Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão de obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país (Prado Júnior, 1987: 128).

A grande lavoura que absorve a agricultura colonial, o primitivo ciclo extrativista e a curta duração da mineração, constituíram-se, por assim dizer, em atividades fundamentais da economia colonial e, principalmente, a agricultura enquanto “nervo econômico” da colônia, serão as atividades que reúnem a grande concentração da riqueza em poder dos colonos brancos baseada na escravidão. As atividades acessórias ao conjunto da produção, que possuem existência autônoma na vida material da colônia e não se constituem em componentes diretos do mercado internacional, se estabelecem como elementos anexos impulsionados pelas atividades fundamentais da economia colonial. Daí a gênese e a particularidade da economia estar consubstanciada pela existência de um dualismo estrutural – a economia de subsistência enquanto setor interno e, de outro lado, a grande lavoura e mineração enquanto setor externo –, que é gerado naquela economia colonial e permanece essencialmente enquanto particularidade histórica da economia brasileira sem qualquer ruptura estrutural[25]. O resultado histórico de séculos desta condição da economia é colocado em termos de subordinação orgânica e funcional por Caio Prado Júnior da seguinte maneira:

> Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizada, seguida, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total. Processo este ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e que

[24] Prado Júnior (1987).
[25] Ibidem.

> continuará assim no futuro. [...] Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisada. Como vimo, é em bases precaríssimas que ela se assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; *o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para subsistência material dela*; mas um "mecanismo", de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias ou existência autônoma. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer, impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusório de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção declina e pareça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava (Prado Júnior, 1987: 127-128).

É sobretudo após 1930 que vemos que a crise estrutural na qual a economia mercantil se encontrava atinge o auge de suas contradições[26]. Aquela estrutura econômica mercantil herdada do passado vai paulatinamente se transformando, ficando cada vez mais impossibilitada de atender as necessidades da população do País, todavia, sem ainda se livrar dos remanescentes do passado colonial e da condição subordinada e dependente do sistema imperialista que impulsionou até então as condições internas do País[27]. A determinação do processo de substituição de importações, após a crise do comércio internacional em 1929 e as contradições que deram origem à superprodução de café, se deu pela vertiginosa queda das exportações ao comércio internacional e pela interrupção, e mesmo reversão, da entrada de capitais internacionais no País, que vinham em forte expansão[28]. Isso provocou consideráveis desequilíbrios das contas externas do País, além da desvalorização da moeda e do declínio no coeficiente de importação de produtos primários.

A produção interna e sua diversificação, determinadas pelas severas restrições cambiais, foram paulatinamente contemplando as exigências de consumo interno, bem como deram impulsos à urbanização e às necessidades do mercado interno do País. Houve momentos de volta ao passado ou à economia mercantil, contudo, já não se tratava de um movimento conjuntural de decomposição daquela estrutura do regime colonial. Ainda que a internalização do regime de produção de bens de capital e da produção de matérias-primas essenciais não fosse uma realidade econômica, o que mantinha o País em baixas condições técnicas e de acumulação de capital, havia uma tendência estrutural em curso. Estimulando a drenagem das reservas cambiais acumuladas pela exportação de produtos

[26] Prado Júnior (1970) e Prado Júnior (1999a).
[27] Prado Júnior (1999a).
[28] Prado Júnior (1970).

primários, as características da demanda interna paulatinamente progridem, tanto no setor industrial quanto no setor agropecuário (de gêneros alimentares e, sobretudo, de alguns bens de consumo), bem como se ajustam ao ritmo do consumo corrente nacional[29].

O processo de substituição de importações teria transformado completamente o conteúdo do desenvolvimento da economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial[30]. A internacionalização do mercado interno sob a liderança do capital internacional estaria no centro do problema.

Em poucas palavras, a economia acaba assumindo características próprias dentro de um quadro de subdesenvolvimento e dependência externa. A dominação e controle do capital internacional sobre os setores estratégicos e mais desenvolvidos da indústria brasileira e sobre o mercado interno, afetaria irreversivelmente a nacionalização da economia e o pleno desenvolvimento do País. Isso engendrou, sobretudo, contínuos desiquilíbrios das contas externas em busca por maior liquidez, cujos recursos imperialistas, ao se instalarem sob diversas modalidades no País (produção, dívida externa, etc.) e exigirem pagamentos em moeda estrangeira, drenaram as divisas adquiridas pelas exportações de produtos primários (a despeito das importações). Isso colocou a economia brasileira, em particular o processo de substituição de importações, a serviço dos interesses imperialistas[31].

Por outro lado, a insuficiência de divisas para a manutenção imperialista corresponderia a uma fuga de capitais internacionais do País, gerando outros problemas de ordem econômica e social. Outra questão é a característica que o processo de industrialização assume. Sob a liderança do capital internacional, ele acaba suprindo apenas as necessidades sociais de uma ínfima parcela da população do País com alto poder de consumo[32]. O declínio cambial, associado ao processo substitutivo brasileiros, afeta os sistemas de preços e custos internos e as condições de vida a priori já rebaixadas da grande maioria da população trabalhadora, promovendo uma relação contraditória entre elevação da concentração da renda e progresso industrial sob a liderança do capital internacional. Adicionalmente, a não existência de uma racionalidade das classes burguesas brancas de caráter nacional e democrática acaba por agravar o problema brasileiro.

Além disso, as restrições que as filiais internacionais impõem ao avanço tecnológico do País (com a sua de assimilação acabada e diversificação da produção) e, associado a

[29] Ibidem.
[30] Ibidem.
[31] Ibidem.
[32] Ibidem.

isso, ao dinamismo das forças produtivas, se colocam como outro entrave à nacionalização da economia brasileira – visto que tais restrições reforçam a dependência tecnológica. Enfim, não obstante a crise estrutural do antigo sistema colonial ser uma constante na vida do País, isso abriu espaço para o movimento de adaptação e de reestruturação do mesmo sistema em configurações renovadas por meio, sobretudo, da dominação imperialista, sem afetar a essência colonial, isto é, a herança mercantil, com graves reflexos na vida social, econômica e política do País[33].

Em síntese, a elevada precariedade do processo histórico de mercantilização esclarece as razões de a economia não deter "forças próprias" para se estabilizar enquanto instância nacional de acumulação capitalista, sendo uma "economia reflexa" e sem uma "infraestrutura própria" para atender as necessidades material ou mesmo moral para a integração nacional[34]. Isso está associado, por um lado, ao capital internacional que subordina estrategicamente os setores dinâmicos e mais desenvolvidos da economia à valorização externa do capital e, por outro lado, à existência de um desemprego estrutural que cria elevados bloqueios sociais e não permite com que se efetive a ampliação e a diversificação do mercado de consumo[35].

A intervenção do capital internacional sobre a economia brasileira se deu, no século XIX, com objetivos puramente mercantis, e, mais tarde, a partir dos decênios finais do século XIX, por meio da penetração e da dominação sobre o mercado interno e seus setores produtivos mais estratégicos em condições bem delimitadas. Por ocorrer em variadas modalidades no espaço econômico nacional, a intervenção ampliou o raio de ação imperialista dos grandes monopólios internacionais, que determinariam os rumos, o ritmo e os limites do desenvolvimento do País, elevando a instabilidade econômica e a exposição à reversão estrutural[36]. O capital internacional acaba controlando e subordinando diversos aspectos da vida do Brasil, sempre em virtude dos seus interesses ou das suas necessidades externas em detrimento das necessidades e dos interesses nacionais. Isso não só agrava os desequilíbrios das contas externas (transações financeiras, reservas externas, etc.), como também desestabiliza e desestrutura a associação entre forças produtivas, bases técnicas e capital e mercado interno, para além de desestabilizar e agravar os diversos aspectos políticos, culturais e sociais da sociedade brasileira[37].

---

[33] Ibidem.
[34] Sampaio Júnior (1999).
[35] Ibidem.
[36] Prado Júnior (1970), Cardoso (2014) e Sampaio Júnior (1999).
[37] Prado Júnior (1970) e Sampaio Júnior (1999).

O início da década de 1960 concentraria mais investimentos internacionais de grandes portes com a finalidade de, sobretudo, dar prosseguimento ao processo de internalização dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Contudo, estes não foram capazes de prover real e completamente as necessidades materiais da grande maioria da população trabalhadora[38]. Pelo menos dois elementos proporcionaram o prosseguimento do processo de internalização: (a) aspectos internacionais de procura das aplicações dos excessos de liquidez fornecido pelos "eurodólares" e outras e imediatas fontes amplas de capitais internacionais disponíveis, e, não obstante, (b) a oferta de boas perspectivas de negócios dos monopólios imperialistas e da vida institucional do País. Ainda que a complexidade da estrutura produtiva se amplie, o capital internacional internalizou elementos que trouxeram alta vulnerabilidade e incerteza estrutural para a economia brasileira. Na realidade, a ditadura burguesa-militar contribuiu para o aumento dos meios de penetração do capital internacional sobre o mercado interno, levando a economia e a sociedade brasileiras ao paroxismo no final da década de 1970 – sobretudo por meio da extraordinária concentração da renda e da riqueza, do agravamento da fome e da elevação da dívida pública brasileira[39].

A contribuição em Caio Prado Júnior chama a atenção para as raízes da incerteza estrutural no espaço econômico nacional. Ou seja, para a impossibilidade de previsões suficientemente seguras quanto ao destino da economia, fazendo com que as expectativas de longo prazo da acumulação capitalista se transformem em objeto profundamente sensível – lastreada pela racionalidade limitada e especulativa das burguesias dependentes e pelas inconstâncias geradas pela dominação e pelo controle do capital internacional sobre o espaço econômico nacional[40]. Isso gera, sobretudo, uma elevada instabilidade econômica e grave vulnerabilidade a crises de reversão estrutural. As raízes do problema se encontram: (i) nos determinantes históricos da elevadíssima precariedade do processo histórico de mercantilização da economia; e (ii) nos determinantes históricos da elevada volatilidade do capital internacional e sua liderança para com a economia, isto é, a acumulação capitalista em virtude das necessidades e dos interesses internacionais. Trata-se de uma "economia reflexa" sob o jugo do capital internacional e de precaríssimas condições para constituir "forçar próprias" que, inclusive, pudesse prover as reais necessidades da população trabalhadora[41].

---

[38] Prado Júnior (1970).
[39] Prado Júnior (1970), Vasconcelos (2005) e Campos (2017).
[40] Sampaio Júnior (1997).
[41] Ibidem.

1.3.2 Inorganização social, nexo moral e relações raciais

Resta-nos esclarecer sobre os elementos do mundo “social” e “moral” do passado colonial que resistem historicamente no País. O que Caio Prado Júnior assinala é que as relações de trabalho resultam das condições em que os trabalhadores foram inseridos na estrutura produtiva colonial. Qual seja, como trabalhadores escravizados, como “instrumentos vivos” reunidos pela violência colonial para fornecer demasiado esforço físico à realização dos objetivos puramente mercantis[42]. Dentro da lógica colonial, segundo o autor, não caberia outra função para os escravizados que não aquela: a de exercer demasiado esforço físico em busca de satisfazer as necessidades externas. Isso se coloca como uma necessidade da colonização. A estrutura da economia mercantil não era senão um ínfimo aglomerado de colonos brancos em busca de enriquecer por meio das empresas mercantis, em contraste a uma enorme massa da população que lhe servia como mão de obra escrava, em grande medida, formada por negros africanos e seus descendentes. O funcionamento e a organização da economia colonial dependiam necessariamente deste regime de classes e de raças e de um padrão extremamente assimétrico das relações entre as classes e raças. Por aí se vê a relação “senhor-escravo” ser o mais forte vínculo existente para a manutenção de precaríssimas relações humanas oriundas das relações de trabalho e de produção. No conjunto, tudo nos leva ao centro nevrálgico que reúne e baseia todos os setores e elementos da vida social colonial: a escravidão[43].

Esta escravidão contrariaria aparentemente até mesmo os padrões morais estabelecidos pelo mundo burguês e suas revoluções, isto é, desprovida de quaisquer elementos morais construtivos; mas, em essência, interessa sua apropriação realmente para ser voltada puramente aos negócios mercantis e às necessidades da realização colonial[44]. No caso da nossa colonização lusitana, a escravidão gerou a completa degradação humana dos indígenas e dos negros africanos e seus descendentes, para além de exercer farta função para a economia colonial por estar vinculada ao trabalho servil. Esta característica de trabalho se encontra tanto em atividades produtivas, ligadas à riqueza colonial e à produção mercantil, quanto em ocupações de serviços domésticos (formadas massivamente pela população escravizada), as quais até mesmo se estendem e medram a vaidade dos senhores na Casa Grande[45]. Aos indivíduos livres, restavam algumas poucas ocupações à margem das atividades produtivas e domésticas, quando não eram

[42] Prado Júnior (1999a).
[43] Ibidem.
[44] Prado Júnior (1987).
[45] Ibidem.

proprietários ou fazendeiros (grupo composto pelos senhores brancos). Algumas ocupações eram compostas majoritariamente por indivíduos brancos, como as profissões liberais (advogados, cirurgiões, entre outros), comerciantes, profissões mecânicas não controladas pela escravidão, funções públicas, etc. Outras ofereciam oportunidades mais amplas de inserção e ascensão social, como os estudos da Igreja. A este cenário, se acresce a quantidade de indivíduos "indefinidos" que estão à margem ou vegetam socialmente e são desocupados permanentes na colônia: negros, indígenas e mesmo brancos e alguns dos nossos "*poor whites*", conforme coloca Caio Prado Júnior (1987). Esta massa popular empobrecida é, sobretudo, uma categoria social instável e crescente gerada pela escravidão, pela grande lavoura e pela instabilidade colonial. Daí resulta o setor socialmente inorgânico (composto por indivíduos livres) e, do outro lado da moeda, o setor socialmente orgânico (resultado da díade "senhor-escravo"), que se vinculam à estrutura produtiva em que predomina o dualismo estrutural [46]. Este "setor inorgânico" no desenvolvimento do capitalismo dependente funciona como uma reserva de força de trabalho formada historicamente, que pressiona a estrutura de ocupações e atua como nivelador do padrão de vida dos trabalhadores.

Por outro lado, a escravidão gerou um complexo de relações humanas não para manter os indivíduos de uma sociedade interligados, organizados num todo moralmente coeso e integrado, mas, pelo contrário, em virtude das forças desagregadoras e do desregramento ligados aos objetivos da colonização[47]. Disso deriva uma das principais características da vida social da colônia que se estende por toda a história brasileira: a completa ausência de "nexo moral" gerada pela escravidão. A escravidão não criou mais do que laços materiais primários precaríssimos, cuja superficialidade e desregramentos das relações humanas se vincula necessariamente à condição comercial e à vasta violência da ordem escravista. Por aí se vê a desagregação das relações humanas que emergiu de todo o peso da ordem escravista sobre os indivíduos e da sujeição do escravo aos senhores[48].

---

[46] Ibidem.

[47] Ibidem.

[48] Aqui, um ponto importante. Caio Prado Júnior não trabalhava com a completa sujeição ou completa passividade do escravo para com o senhor. O autor, em um de seus escritos, se refere sobre o assunto da seguinte forma: "A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes) fosse a expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e a força organizada da ordem estabelecida" (Prado Júnior, 1999b: 49). Outros escritos e elementos podem ser encontrados em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Por aí se vê parte do problema da relação senhor-escravo em Caio Prado Júnior. O peso da escravidão como um todo solapava quaisquer organizações econômicas, sociais e políticas dos negros que pudessem ser levadas às últimas consequências a emancipação negra. Mas isso não significa que Caio Prado Júnior, por vezes, não subestimasse a luta dos negros contra a escravidão e sua importância para a dinâmica da luta de classes brasileira. Daí que a ideia de ausência de "nexo moral" na sociedade brasileira é uma importante contribuição

Portanto, a vida social da colônia estaria em torno disso: da ausência completa de um "todo interligado", "desregramento" ou de um "conjunto homogêneo e coeso" nas estruturas da sociedade, por estarem baseadas em um complexo de relações humanas gerado pela escravidão – não possibilitando a formação de uma solidariedade moral. Em poucas palavras, não emergirá no Brasil vínculos morais fecundos capazes de satisfazer realmente a integração nacional. A cultura colonial e o conjunto de seus elementos morais, intelectuais, costumes e crenças e de comportamentos das diferentes classes e raças impediram o surgimento de laços sociais fecundos, os quais, pudessem lançar bases à formação da nação.

O arraigado preconceito de cor e discriminação contra os negros no País, remanescentes escravocratas que sobrevivem intensamente na vida social após a Abolição, são alguns dos elementos que exerceram relevante e farta função para o completo desequilíbrio racial daquela precária estrutura social da colônia[49]. Disse Caio Prado Júnior, ao refletir sobre brancos e negros no País:

> O paralelismo das escalas cromáticas e social faz do branco e da pureza da raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira (Prado Júnior, 1987: 110).
>
> [...]
>
> Existiu sempre um forte preconceito discriminador das raças [...] criando obstáculos muito sérios à integração da sociedade colonial num conjunto se não racial [...] pelo menos moralmente homogêneo. [...] O fato incontestável [...] é que a diferença de raça, sobretudo quando manifesta em caracteres somáticos bem salientes, como a cor, vem, se não provocar [...] pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social. E isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes (Prado Júnior, 1987: 274).
>
> [...]
>
> O negro e o mulato escuro, este não podia abrigar quaisquer esperanças [no que diz respeito à ascensão social] [...] inscrevia-se nele, indelevelmente, o estigma de uma raça que à força de se manter nos ínfimos degraus da escala social, acabou se confundindo com eles (Prado Júnior, 1987: 274).
>
> [...]
>
> a simples cor atua no sentido de rebaixar os indivíduos da raça dominada; faz entrever também como seria mais dura e áspera a escravidão quando, como se

de Caio Prado Júnior, mas ainda necessita de avanços. As atribuições aos comportamentos sociais dos negros e indígenas, mais particularmente ao baixo nível cultural e moral dos negros e indígena, são causadas pela *unilateralidade* da escravidão, mas, ainda assim, as explicações são inconvincentes e necessitam de avanços. Cabe apenas assinalar que isso não responde ao caráter particularmente diverso ou, também, organizado de aspectos socioculturais, políticos e econômicos dos negros muito bem colocados por Clóvis Moura. O debate está posto diante dos aspectos relacionados aos negros e às suas lutas em todos os períodos: da escravidão ao pós-abolição.

[49] Ibidem.

> dava entre nós, à discriminação social se acrescenta este caráter marcado e iniludível (Prado Júnior, 1987: 275).
>
> [...]
>
> O negro no Brasil não teve a proteção de ninguém. Verdadeiro "pária" social, nenhum gesto se esboçou em seu favor [no que diz respeito aos costumes e legislações escravistas] (Prado Júnior, 1987: 276).

Tais elementos apresentados até aqui nos fornecem um pouco da dimensão dos estatutos histórico e moral que os negros foram enquadrados duramente durante a escravidão, independentemente de suas vontades. E isso se coloca como elementos importantes à transição do "Brasil colônia" para o "Brasil nação". Em especial, por serem elementos que determinam o padrão de vida dos trabalhadores negros e do conjunto da classe trabalhadora, o que se vincula aos desníveis estruturais entre consumo das famílias e produção nacional. Estas são algumas das heranças escravistas que recaem sobretudo sobre os trabalhadores negros que agravam as condições sociais e comprime as exigências da classe trabalhadora no Brasil. Em perspectiva de longa duração, tais heranças escravistas não se diluem com as transformações modernas da sociedade e da economia brasileiras, mas, pelo contrário, se ajustam, se reciclam e prevalecem em virtude do padrão de acumulação e dominação burguesa branca de capitalismo dependente.

Tais manifestações dos remanescentes escravocratas, longe de serem manifestações fechadas em si mesmas e entraves ao desenvolvimento e progresso do capitalismo brasileiro, têm sido, em grande medida, benéficas e dinamizadas pelo desenvolvimento do capitalismo dependente[50]. Isso contribui para a maior contração dos salários dos trabalhadores, ampliando, assim, a expropriação de mais-valia e beneficiando o padrão de acumulação e dominação das classes burguesas brancas estabelecido no País. Basicamente, as heranças da escravidão representam um instrumento do qual as classes burguesas brancas e, ao mesmo tempo, o padrão de acumulação capitalista se prevalecem, em que regularmente se escoram, uma vez que isso representa a manutenção do baixíssimo padrão de vida dos negros e, associado a isso, do baixo padrão de vida dos trabalhadores brasileiros, funcionando como se fossem vasos comunicantes[51]. Este é um dos elementos em que a economia brasileira se apoiará para a sua manutenção: nos elementos "histórico" e "moral" permanentes, mas recompostos e dinamizados,

[50] As considerações a seguir partem das reflexões vistas em Prado Júnior. (1999a), ainda que não façam parte de reflexões sob uma perspectiva de raça e classe.
[51] Ibidem.

essencialmente herdados da escravidão, que dificultam a integração da sociedade de classes – o que proporcionará enormes benesses sociais às classes burguesas brancas.

1.4 A contribuição em Florestan Fernandes

1.4.1 Capitalismo dependente e revolução burguesa

Para Florestan Fernandes, o padrão civilizatório burguês que emerge na sociedade nacional do "mundo subdesenvolvido" carrega consigo uma instável e mutável condição colonial permanente. Nessas condições, a validade dessa civilização e sua capacidade de reconstruir-se, em virtude das exigências internas ou externas, não conseguem evitar a inexorável contradição entre o que se realiza na prática e o que se aspira[52].

Nessa contradição que emerge das particularidades da revolução burguesa brasileira, entre o padrão ideal de civilização e a "real" e "possível" organização e funcionamento de civilização, para o sociólogo brasileiro, o processo de formação da sociedade nacional do "mundo subdesenvolvido" está vinculado às necessidades de constituir as bases econômicas, socioculturais e políticas que possibilitem a coletividade assumir o comando do seu próprio destino[53]. Para o sociólogo, a eclosão do Brasil como civilização resulta da relativa autonomia do Estado nacional e da capacidade da sociedade brasileira de romper com as enormes desigualdades herdadas da escravidão. A formação da sociedade brasileira é percebida pelo sociólogo como o resultado de três projetos revolucionários conectados: (i) a revolução política, a qual se coloca em relevo na jovem nação o projeto civilizatório formal de Estado nacional; (ii) a revolução burguesa, encarregada pela emergência, consolidação e expansão de um tipo específico de capitalismo como sistema de relações de produção e de troca imperante; e, por fim, (iii) a revolução operária, cuja tarefa histórica está em ultrapassar completamente as configurações burguesas de superexploração e opressão de raça e classe (e demais opressões)[54].

Por um lado, o capitalismo dependente é uma formação social *específica* que emerge no caso brasileiro e latino-americano[55]. Trata-se do componente mais debilitado dentro da economia mundial capitalista, cujo seu movimento econômico, político e sociocultural, mesmo possuindo particularidades próprias e adaptativas, é determinado pela instabilidade irradiada de uma totalidade maior. Ou seja, em cada período histórico em que está inserida, esta economia de capitalismo dependente é subordinada e determinada pelo caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista a nível mundial, que tem no "imperialismo total" em sua fase atual. Incapaz de engendrar as dinâmicas econômicas indispensáveis para a internalização de todas as fases do circuito de valorização do capital,

[52] Fernandes (2008c).
[53] Sampaio Júnior (1999) e Fernandes (2008c).
[54] Ibidem, ibidem.
[55] Sampaio Júnior (2011) e Fernandes (2008c)

e a partir disso prover as reais necessidades do País, o movimento do capitalismo dependente é complexamente condicionado pelas tendências que irradiam das economias capitalistas centrais e pelos processos adaptativos internos que definem o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista – tendências que bloqueiam a emergência de um regime de classes e mesmo de raças equilibrados, o que se torna um *processo normal* de nossa formação social dependente[56]. Argumenta Florestan Fernandes ao tratar sobre a questão:

> Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. Aqui, pois, surge algo que inverte, inclusive, o *processo normal* de formação do capitalismo nos dois tipos de sociedades (as "desenvolvidas" e as “subdesenvolvidas") (Fernandes, 2008, p. 36-37).

O desenvolvimento desigual e combinado capitalista promove impactos e adaptações na economia e sociedade brasileiras que se colocam como fatores e características de tendências, mas não de efetividade à autonomia nacional – a despeito de a economia brasileira não ser portadora de autossuficiência[57]. E isso ocorre mesmo diante de condições adeptas ao crescimento econômico, pois as desigualdades da estrutura produtiva e nas relações de trabalho são as bases de sua estabilidade e mesmo do crescimento econômico. “Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo [subdesenvolvidas] se vinculam a um capitalismo dependente”, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada” [58], argumenta Fernandes. As características da economia de tendências à autonomia relativa do capitalismo dependente estão condicionadas à formação de um padrão de acumulação capitalista que exige a sobrevivência de uma estrutura produtiva heterogênea, com grandes níveis de desigualdades de produtividades associado à posição subordinada da economia brasileira ao sistema imperialista dominante[59]. No mais, o sociólogo argumenta para a existência de burguesias antinacionais e antidemocráticas, as quais, condenam a sociedade brasileira à

[56] Ibidem, ibidem.
[57] Fernandes (2008c).
[58] Fernandes (2008c: 36).
[59] Ibidem.

segregação social irradiada do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa[60].

A combinação e a articulação no nível da comercialização entre as estruturas ocorrem em vários estágios diferenciados, “atrasadas” e “modernas” e até mesmo “ultramodernas” do capitalismo dependente – em particular, se tratando da geração de ampla parcela do excedente social por parte dos setores atrasados e a transferência da renda para os setores modernos[61]. Elas cumprem a função de regular as forças produtivas e, por conseguinte, exigir delas o máximo de produtividade e, ao mesmo tempo, superexplorar a força de trabalho como meio de aumentar crescimento dos setores mais dinâmicos e desenvolvidos da economia brasileira. Para além disso, elas têm a função de regular a ação dos agentes no capitalismo dependente e da intensidade da exploração dos recursos naturais. A este respeito, nem mesmo o processo de industrialização dependente do século passado deteve capacidade para romper com tais fatores na economia e na sociedade brasileiras, promovendo até mesmo o surgimento de fatores extraeconômicos que solapam as condições econômicas brasileiras e desequilibram a correlação de forças entre capital e trabalho, raça e classe. O capital internacional impeliu para que a instabilidade no espaço nacional concorresse para reforçar ou mesmo aprofundar a segregação social existente no regime de classes[62].

A ação dos agentes vinculados aos setores mais atrasados da economia brasileira detém três atribuições para a ordem socioeconômica: (i) ser os agentes que fornecem nexo à relação entre o mercado interno e o mercado externo na apropriação do excedente econômico gerado internamente; (ii) estimular uma ínfima parcela do mercado interno com elevada capacidade de consumo (e marginalizando o conjunto da população trabalhadora); e (iii) ser os agentes econômicos que fornecem nexo entre o “setor atrasado” e o “setor moderno” que, no limite, se traduz na transferência do excedente e dos controles econômicos dos “setores atrasados” para os “setores modernos” através dos mecanismos de superexploração da força de trabalho e de exploração dos recursos naturais que fornecem o mínimo de segurança ou estabilidade às burguesias dependentes para se resguardarem diante das exigências e riscos externos adversos do sistema capitalista mundial[63]. Ou seja, ocorre que este circuito interno e os mecanismos de transferência da renda (superexploração da força de trabalho e exploração dos recursos naturais) da economia dependente fornecem uma margem mínima de segurança e estabilidade social

[60] Fernandes (2005).
[61] Fernandes (2008c).
[62] Fernandes (2008c) e Sampaio Júnior (1997).
[63] Ibidem e ibidem.

que contrabalanceiam a instabilidade econômica irradiada do sistema mundial capitalista, dinamizando as relações estabelecidas no sistema produtivo da sociedade brasileira[64].

Com isso, os mecanismos de conflito e de solidariedade sociais que impelem a luta de classes e a racionalidade competitiva do capitalismo brasileiro ficam profundamente abalados, por usufruírem do circuito interno e dos mecanismos de transferência de renda que visam suprir as debilidades das burguesias dependentes[65]. De um lado, a sociedade de classes é incapaz de democratizar a ordem social competitiva. O fluxo de renda, o estoque de riqueza, o prestígio social e a concentração de poder ficam em posse das classes burguesas brancas, que usam das suas posições estratégicas nas estruturas político-jurídicas para suprimir ou neutralizar a emergência das demais forças sociais, sobretudo o segmento racializado, e especialmente no que se refere ao uso do conflito e do planejamento como recursos de impedimento e deturpação da mudança sociocultural. Assumindo o caráter ultraegoísta e mesmo "ultraracista", as classes burguesas brancas não só manipulam o controle político-jurídico para a sua própria sobrevivência no capitalismo dependente, mas reforçam amplamente a dependência externa. Nisso, a combinação entre esta estrutura social rigorosamente estratificada (e concomitantemente marcada pelo problema de raça e do racismo) e a heterogeneidade estrutural da economia brasileira engendram um regime social e racial marcado pela segregação. De outro lado, a racionalidade burguesa e o Estado nacional de capitalismo dependente no Brasil assumem formas deturpadas, uma vez que é aceita a absorção das estruturas e dos dinamismos para a acumulação da riqueza social. Contudo, a lógica de acumulação capitalista não se estende para um projeto de nação e de democracia burguesa, fazendo do Estado burguês e seus aparelhos repressivos e ideológicos mais um mediador das relações assimétricas estabelecidas entre "nações centrais" e "nação periférica" do sistema capitalista mundial do que propriamente dito um mediador para satisfazer as necessidades de modo comum e equitativo à população nacional[66].

A emergência e a expansão do capitalismo competitivo dependente e, mais tarde, do capitalismo monopolista dependente, reciclam e combinam muitas das estruturas e dos dinamismos de herança da sociedade colonial, condição fundamental para a intensidade da acumulação capitalista ou para a concentração de poder e de privilégios das classes burguesas brancas, que sobrevivem conforme o processo histórico. Tal condição também favorece uma contínua e intensa exploração externa, em particular do "imperialismo restrito"

[64] Ibidem e ibidem.
[65] Sampaio Júnior (1997).
[66] Ibidem.

e seu deslocamento de ação no espaço nacional para o “imperialismo total”, sempre aprofundando ainda mais a subordinação externa e as graves mazelas do capitalismo brasileiro[67]. A complexidade do problema indica que a história da periferia do capitalismo mundial se recompõe por meio da dominação burguesa branca antinacional e antidemocrática e da dominação imperialista, gerando regularmente novos modelos de desenvolvimento capitalista com tendências autônomas que não se efetivam e necessitam da combinação do atrasado, do moderno e do ultramoderno, gerando enormes desigualdades sociais. Isto é, necessita da articulação de velhas e notórias “estruturas coloniais” com as novas e dissimuladas “estruturas coloniais”. Estas últimas transmitem o processo de reprodução ampliada do capital e o aparecimento de novas tecnologias irradiadas das nações hegemônicas (em virtude das classes burguesas brancas), e as primeiras dão um mínimo de estabilidade ao desenvolvimento do capitalismo dependente[68].

Florestan Fernandes examina um processo de longa duração, em que a relação entre economia e sociedade brasileiras e sistema capitalista mundial provoca permanentemente uma *dupla articulação* no País: dependência externa e segregação social. O elo “atrasado” da estrutura heterogênea serve como instrumento que bloqueia as potencialidades da concorrência capitalista como força autônoma para a articulação da economia brasileira, fazendo desta base econômica da periferia do capitalismo mundial organismo destituído de autossuficiência para o seu desenvolvimento efetivo em comum e equitativo favorecimento dos setores da população nacional. Como corolário, o capitalismo dependente, em particular no caso brasileiro, sofre não somente com as implicações de

[67] Fernandes (2010). Comentando sobre o desafio das sociedades latino-americanas enquadradas a um tipo de dominação externa, exercida nestas sociedades, o sociólogo brasileiro argumenta que: “[a] incorporação ao mercado mundial e às estruturas internacionais de poder numa posição heteronômica envolve uma forma peculiar de integração nacional. Nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento autossustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais, e políticas em diferentes "épocas históricas", mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como "colonialismo interno"). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países). O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”. Sobre as possiblidades do desafio se concretizar na prática dentro dos marcos do capitalismo dependente, complementar a leitura com a terceira parte de Fernandes (1976), intitulada *Revolução burguesa e Capitalismo dependente*.

[68] Fernandes (2010).

ordens econômicas (concorrência e inovação tecnológica), mas também com as implicações de ordens extraeconômicas (em particular, a racionalidade limitada e ultraespeculativa e o esvaziamento do conflito social como mola propulsora da luta de classes e de determinados processos revolucionários)[69].

1.4.2 O padrão de vida dos trabalhadores negros na revolução burguesa

A sociedade brasileira, por adquirir padrões de integração sociocultural próprios e por viver simultaneamente em várias “idades históricas”, emerge e se desenvolve de maneira desequilibrada no tocante às relações raciais e de classes no Brasil[70]. Os tipos de padrões de integração diferenciados ocorrem quando o ritmo de mudança das diversas áreas socioculturais e institucionais de uma específica sociedade não é homogêneo, levando algumas áreas desta sociedade a avançar mais lentamente do que outras, incorporando assimetrias históricas e morais variantes no sistema integrativo entre essas áreas[71]. Com isso, cada fase histórica de mudança sociocultural corresponde a uma sistemática situação material e moral dos diversos setores da população nacional na sociedade de classes[72]. O avanço da participação econômica, política e sociocultural dos setores mais explorados e discriminados da sociedade brasileira é um elemento importante para que estes setores contestem a ordem vigente.

Uma questão é: os trabalhadores negros se tornam portadores das heranças socioculturais da situação social e da “condição humana” de escravo e de liberto da sociedade estamental[73]. Estas heranças são largamente absorvidas pela ordem competitiva e mercado de trabalho assalariado, regulando os comportamentos dos agentes que, longe de serem de “natureza” dos trabalhadores negros, influem das atribuições e do enquadramento sociocultural, econômico, político da escravidão. Os indivíduos brancos foram os dirigentes imediatos do regime escravista, usufruindo largamente da sua situação social na sociedade escravista e manipulando as condições econômicas, políticas e socioculturais, enquanto os indivíduos negros foram enquadrados neste regime enquanto “fôlego vivo”, fora da sociedade estamental, retirando-lhes quaisquer recursos materiais e morais que porventura pudessem beneficiá-los na integração e no desenvolvimento do capitalismo dependente (em termos socioculturais, econômicos e políticos). A escravidão

[69] Sampaio Júnior (1997) e Fernandes (2008c).
[70] Fernandes (2018).
[71] Fernandes (2013).
[72] Ibidem.
[73] Fernandes (2008a).

gerou fenômenos e mecanismos de “atrasos socioculturais” sobre os negros que se combinam com as estruturas criadas pela modernização brasileira, inviabilizando a competição social e, concomitantemente, a universalização da ordem social competitiva. Estas estruturas alimentam o rebaixado padrão de vida dos trabalhadores negros como base da estabilidade social da economia dependente – por meio, principalmente, da superexploração da força de trabalho dos negros no mercado de trabalho da sociedade dependente[74].

Por aí se vê o problema racial na esfera sociocultural: desigual, pois, se processa ou se forma e se desenvolve em um mundo que não é culturalmente homogêneo; combinado, pois, o “atraso sociocultural” originado no passado escravista se mescla e se articula às diversas estruturas da ordem social competitiva e do mercado de trabalho de capitalismo dependente, inoculando profundas assimetrias de recursos materiais e morais que desorganizam socialmente os indivíduos[75]. Daí a “inadaptação”, a “incapacidade”, a “imaturidade”, a “mentalidade”, o “parasitismo destrutivo” dos negros, em suma, gerados pela escravidão e seu enquadramento histórico. Em seu conjunto, longe de engendrar a integração e a participação efetivas dos trabalhadores negros na sociedade de classes, a complexidade do problema impele à inadaptação e “não integração” dos trabalhadores negros, à sobrevivência e à reprodução de um padrão de isolamento sociocultural e econômico e à preservação das estruturas socioeconômicas, de renda e de riquezas em poder das classes burguesas brancas da sociedade dependente. Em poucas palavras, as desigualdades raciais “socioculturais” se combinam e se articulam às desigualdades raciais “socioeconômicas”, jurídicas e “sociopolíticas” na sociedade de classes[76], sendo elas um único movimento. Esta combinação e articulação de desigualdades fornece bases à estabilidade social das burguesias brasileiras de capitalismo dependente.

Segundo Fernandes (2008a), o conjunto de rápidas transformações econômicas, demográficas, políticas e culturais e de um novo estilo urbano de vida da sociedade com tendências limitadas para ser “inclusiva” e “democrática”, provocados por um particular padrão de revolução burguesa no caso brasileiro, somente favoreceu coletivamente os setores brancos da sociedade brasileira[77]. Os trabalhadores negros, como crescente contingente da população nacional, foram mantidos historicamente pauperizados e ficaram num estado moralmente desajustado no regime social de classes sociais, isto é, à margem

[74] Ibidem.
[75] Fernandes (2013).
[76] Ibidem.
[77] Fernandes (2008a). A nossa leitura e complementada por Fernandes (1970), por terem elementos sobre o capitalismo dependente.

e espoliados de todos os processos socioculturais, econômicos e políticos da revolução burguesa. Este foi um verdadeiro drama coletivo na formação e na evolução da ordem social competitiva[78]. Mesmo com uma conjuntural incorporação, ao longo do século passado, das estruturas e dos dinamismos da segunda revolução industrial e com a expansão da ordem social competitiva, isso não se converteu de maneira estrutural em forças integrativas e autônomas para instaurar um estado real de democracia na esfera das relações raciais e classes da sociedade burguesa[79].

O processo de desagregação do regime de casta e estamental e os correspondentes processos de *emergência* da sociedade de classes e da ordem social competitiva operaram no sentido de destituir integralmente dos antigos agentes de trabalho escravo negros quaisquer garantias e assistência social que os resguardassem socialmente na transição ao trabalho livre[80]. A abolição foi um processo da revolução burguesa – de brancos para brancos. Isso revela o caráter do padrão de luta de classes e raças estabelecido no País. O Estado burguês brasileiro e as classes burguesas brancas se eximiram de quaisquer responsabilidades quanto ao futuro dos antigos escravos e libertos negros, ao contrário do passado quando o futuro da população escravizada estava atrelado à grande lavoura, comprimindo, assim, ao limite, as "alternativas históricas" dos trabalhadores negros e de seus dependentes. Tal omissão imputou nos ombros desses trabalhadores a responsabilidade de reconstruir o seu próprio destino em uma economia capitalista competitiva após a abolição da escravidão no País, dificultando lhes converter como cidadãos brasileiros[81].

As rápidas transformações em curso da sociedade brasileira evidenciam como a modernização e a urbanização agiram para que os trabalhadores negros não dispusessem de meios materiais e morais para enfrentar a concorrência para com os agentes de trabalho brancos nacionais ou imigrantes na economia capitalista competitiva dependente[82]. Por

[78] Fernandes (2008a). Para uma visão resumida sobre o problema e sobre as limitações do mundo material e moral de natureza histórico-social, verificar Fernandes (2010), especialmente capítulo I e II. Resumindo sobre o negro na sociedade estamental e em castas, o sociólogo brasileiro argumenta da seguinte forma: "[a] vítima foi o "negro" como categoria social, isto é, o antigo agente do modo de produção escravista que, quer como escravo, quer como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele não houve "alternativa histórica". Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de trabalho livre das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuoso, ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repelido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica". Isso se estende, de maneira mutável e instável, por todos os regimes sociais até os tempos atuais.

[79] Fernandes (2008a).

[80] Ibidem.

[81] Ibidem.

[82] Ibidem.

este ângulo, os dilemas e as alternativas que os trabalhadores negros enfrentavam em diversos estágios do sistema produtivo e em confronto com os brancos à época eram sempre limitadíssimos. Isso impeliu os trabalhadores negros para as mais degradantes circunstâncias materiais, morais e psicossociais na estrutura ocupacional do mercado de trabalho. Quando dinamicamente não compunha o exército de reserva industrial, onde o sistema produtivo detinha um nível mais baixo de produtividade, os negros eram reabsorvidos em "ocupações irregulares" ou "semiocupações" equivalentes à escravidão. Enquanto, por outro lado, os agentes de trabalho brancos nacionais ou imigrantes controlavam as elevadas ocupações no mercado de trabalho assalariado e se viam integrados quanto aos valores sociais e ao estilo urbano e industrial de vida emergentes da sociedade brasileira. Isso correspondeu à degradação e aos desajustamentos morais e estruturais aos quais os negros, como núcleo superexplorado e oprimido das modernas transformações do capitalismo competitivo dependente, estavam enquadrados coletivamente no mundo das burguesias brancas[83].

A acelerada e tumultuosa *consolidação* da ordem social competitiva em nada alterou os estados sistemáticos de anomia social e pauperização social, em que os trabalhadores de cor estavam coletivamente enquadrados na sociedade brasileira[84]. A consolidação da ordem social competitiva não somente solapou as possibilidades de absorção imediata dos trabalhadores negros a papéis econômicos ativos e compensadores no regime de classes como, também, concorreu para que as tendências intrínsecas à urbanização se combinassem com a sobrevivência de "mores" oriunda da sociedade casta. Em resumo, não poderiam sustentar a transformação dos trabalhadores negros numa população integrada e autônoma nacionalmente – em cidadãos –, viabilizando nenhuma outra alternativa histórica representada pelos anseios de classificação e ascensão sociais revelados pelos segmentos da população de cor[85].

O problema se manifesta de diversas maneiras neste estágio da ordem social competitiva. A começar pela perpetuação sociodemográfica do "déficit negro", que se vincula às condições socioeconômicas permanentes dos trabalhadores negros de anomia e pauperização, manifesto em três tendências elementares: (i) na mobilidade horizontal derivada do intenso peso da imigração internacional de um enorme estoque racial branco europeu à sociedade brasileira; (ii) no decréscimo do crescimento vegetativo dos trabalhadores negros resultante das diferenças relativas entre natalidade e mortalidade e

[83] Ibidem.
[84] Ibidem.
[85] Ibidem.

das condições relativas de reprodução e fecundidade; e (iii) nos efeitos, quando político e socialmente ambientados, da mestiçagem e da classificação racial enquanto fator de desequilíbrio e de degradação raciais permanentes na sociedade "inclusiva" e "democrática" [86] . No mais, a massiva e artificial imigração europeia contribui em sobremaneira para os entraves à classificação e à ascensão sociais dos trabalhadores negros por também ser as causas negativas de uma particular "substituição populacional" que, atuando como elemento indireto, dinâmico e sociodemográfico de substituição em bloco dos estrangeiros brancos pelos nativos, contribuiu intensamente para que as condições de concorrência no mercado fossem insustentáveis e mais duras socialmente para os trabalhadores negros na economia capitalista competitiva. Despojando tanto os anseios e as aspirações sociais vigentes no "meio negro" ante o estilo de vida urbano e industrial, quanto as condições materiais e morais favoráveis dos trabalhadores negros na sociedade de classes[87].

Por outro lado, um desajustamento econômico e social persistente dos trabalhadores negros – explicado pelo "fator sociodinâmico" que se apresenta na influência recíproca entre as impulsões psicossociais que guiam o comportamento dos negros e a seleção social perversamente adversa dessas impulsões pela sociedade inclusiva e democrática – engendra graves consequências sociais e funciona como "reações acumulativas circulares" no "meio negro". Com isso, cria-se as restrições entre a pobreza e a miséria destes trabalhadores e as forças subjetivas de desajustes morais sistemáticos oriundos da escravidão brasileira que, combinadas entre si e articuladas entre o passado brasileiro e o estilo urbano e industrial de vida, concebem um padrão de isolamento econômico e social em bloco da população de cor. Fernandes (2008) explica parte do problema em poucas palavras: algo que criava e estava por detrás dos desajustamentos dos trabalhadores negros era o desejo do negro de "ser gente", de participar do estilo de vida, das garantias sociais e dos privilégios brancos num mundo em transformação. Em primeiro lugar, é preciso considerar que "os desajustamentos" foram interligados entre si, gerando, uns e outros, reações em cadeia que se acumulam, debilitam e desestabilizam a participação efetiva dos trabalhadores negros na sociedade brasileira. Em segundo lugar, os desejos ou anseios da população de cor seriam os núcleos dinâmicos ou "multiplicadores" que esbarravam nas debilidades do "meio negro" e nos mecanismos organizatórios da civilização urbana e industrial brasileira. Isso serviu para a imposição de resistências ou simplesmente solapar tais desejos manifestos na população negra em participar

[86] Ibidem.
[87] Ibidem.

efetivamente do mundo circunscrito apenas para os brancos, contudo, construído pelos esforços dos trabalhadores negros[88].

As circunstâncias dinâmicas que articularam a urbanização, a massiva imigração europeia e o processo de industrialização esclarecem as razões imediatas de os trabalhadores negros não serem reabsorvidos pela estrutura ocupacional urbana no período de consolidação da ordem social competitiva[89]. Este desajustamento estrutural em que o negro se encontra advém de imediato dos efeitos da "substituição populacional", que aumentou a intensidade da concorrência entre a força de trabalho negra e a branca, nacional ou estrangeira, e seus descendentes, que praticamente monopolizaram as posições "altas" ou "intermediárias" da estrutura ocupacional brasileira. Nisso, a real participação do negro na civilização urbana e industrial se torna totalmente impraticável. Isolados e sem conseguirem meios de ganho de vida, em termos de ocupações e recursos materiais e morais, os trabalhadores negros foram enquadrados em bloco à margem de todo o processo sociocultural, econômico e político em curso na sociedade brasileira. A incerteza relacionada à obtenção e à retenção de fontes regulares e seguras como meios de ganho de vida e, não obstante, a raríssima participação dos trabalhadores negros em ocupações que garantissem níveis de remuneração e de meios de subsistência mais elevados ou suficientes para a sobrevivência na economia capitalista competitiva, resultou na instabilidade econômica e em precaríssimas condições urbanas e sociais, que consumiam o físico e reproduzia a ausência de nexos morais da sociedade brasileira, recompondo, assim, as condições materiais e morais precárias e desajustadas herdadas da escravidão[90].

A instabilidade dos trabalhadores negros no mercado de trabalho, com salários muito aquém do valor indispensável para a sua produção e reprodução enquanto força de trabalho, a intensidade da corrosão física dos agentes de trabalho negros no mercado de trabalho assalariado e os consumos morais e psicossociais em que estes trabalhadores estavam expostos desde a escravidão do período colonial e do período imperial se aliavam, acumulada e reativamente, às outras debilidades ou instabilidades existentes no estilo urbano e industrial de vida brasileiro. Isto é, intrínsecos às condições de moradia e habitação, de saúde e vida, de relações de gênero, de relações institucionais (familiares, etc.), de assistência e garantias sociais. No conjunto, isso obliterava a adaptação e a integração moral da sociedade brasileira diante das transformações modernas da

[88] Ibidem.
[89] Ibidem.
[90] Ibidem.

sociedade “inclusiva” e “democrática” graças, sobretudo, a forma como se desencadeou econômica e socialmente a pauperização entre os trabalhadores negros[91]. O sociólogo brasileiro resume as raízes do problema brasileiro da seguinte maneira:

> O negro e o mulato não foram convertidos ao estado de extrema pobreza e dependência após um período de intensa participação das potencialidades culturais do ambiente [da sociedade brasileira inclusiva]. Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si. Doutro lado, as formas de absorção do liberto na sociedade escravocrata e senhorial não corrigiram esses efeitos senão de forma parcial e incompleta. Em consequência, o negro e o mulato emergem na cena histórica [...] como portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à sua situação, como agentes de trabalho pré-capitalista. [...] Trata-se, em suma, de uma pobreza associada quer à privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontínuas e infimamente retribuídas. [...] A anomia não produziu, por si mesma, a miséria; nem se manteve por qualquer suposta “propensão do negro para viver em desordem”. Vice-versa, a miséria não engendrou, como *antecedente casual*, a anomia e, se concorreu de diversas maneiras agravá-la e perpetuá-la, isso não se deu simplesmente porque “o negro gosta de não fazer nada”. *Foi graças ao modo pelo qual a pauperização se desenrolou econômica e socialmente que a anomia e a miséria acabaram combinando, se influenciando e fortalecendo de maneira incessante, arruinando pela base todos os anseios de “vida condigna”, confusa ou claramente alimentada pela “população de cor”* [grifo nosso]. Excluídos das ocupações conspícuas mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam “condenados a vegetar socialmente” [...]. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva [...]. Nem tinham como superar as condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil (Fernandes, 2008: 270-272).

As consequências sociopáticas normais que aparecem e resistem à mudança sociocultural oriundas de um estado persistente de desorganização material e moral dos trabalhadores negros na consolidação da ordem social competitiva atuavam pela falta de mecanismos civilizatórios reativos consistentes, compensatórios e acumulativos, que fossem direcionados aos trabalhadores de cor na sociedade brasileira. Em outras palavras, a situação não favoreceu para que pudesse rapidamente, em momentos de súbita transição social, elevar o padrão de vida dos trabalhadores negros e propelir sua real participação social[92]. Não se esboçou em nenhum momento da história burguesa brasileira, de maneira

---

[91] Ibidem.

[92] As consequências “sociopáticas” que aparecem e resistem à mudança sociocultural do capitalismo dependente representam “processos normais” da “sociedade nacional”. O sociólogo (2018, p. 160-161) resume o assunto da seguinte forma: “Existem, sem dúvidas, elementos sociopáticos na estrutura e funcionamento das sociedades nacionais na América Latina [e, obviamente, isso inclui o caso brasileiro]. Esses elementos sociopáticos aparecem em todos os níveis – da ocupação, distribuição e exploração da terra; de distribuição e crescimento das populações; de desenvolvimento socioeconômico e cultural –, embora os seus aspectos mais graves e típicos se relacionem com os fatores e efeitos de formas crônicas de extrema concentração social, racial e regional da renda e do poder. No entanto, dadas as condições que regulavam a formação e evolução dessas sociedades, no *período colonial* e na época nacional, o aparecimento e a persistência de tais elementos sociopáticos representam *processos normais*. Sob esse aspecto, portanto,

espontânea ou não, formar tais mecanismos em favor dos trabalhadores negros – a despeito dos próprios trabalhadores negros os idealizarem para a sua integração na sociedade de classes. Portanto, os impactos das graves consequências econômicas e sociais reativas e acumuladas sobre a luta pela sobrevivência dos trabalhadores negros e sobre a organização inconformista do "meio negro" (relativa à sua duríssima realidade econômica) se tornam particularmente devastadores ao penetrarem sobre a vida e os comportamentos sociais dos trabalhadores negros e sobre a livre ordenação do regime social competitivo, aberto e democrático[93].

O drama da população negra na sociedade de classes está intrínseco a um dilema racial brasileiro: entre os anseios idealizados por esta população na sociedade brasileira e a duríssima realidade e seleção social adversa, as quais, via de regra, fazem parte do "meio negro"[94]. Não somente os diversos comportamentos dos negros diante das duríssimas condições materiais que dão bases à sua realidade na sociedade brasileira, mas concomitantemente os comportamentos sociais dos brancos oriundos do padrão tradicionalista de relações raciais, que são fatores de manutenção da distância social e do isolamento racial em bloco na sociedade de classes. Em poucas palavras, as características fenotípicas e socioculturais como marcadores de um sistema de valores morais e de dominação racial herdados da escravidão, os quais fundamentam os sistemáticos preconceito e discriminação raciais, assim como a posição social dos sujeitos no regime de classes, se influem e se combinam como forças centrípetas que visam preservar, objetiva e subjetivamente, a distância social e o isolamento racial em bloco na sociedade brasileira[95].

O rebaixado padrão de vida a que a esmagadora maioria dos trabalhadores negros está exposta, só começa, parcialmente, a se transformar com a reabsorção da força de trabalho negra após 1940. A *expansão da ordem social competitiva* e da economia urbano-industrial sob a égide do *capitalismo competitivo dependente*, bem como as consequências diretas e indiretas da segunda revolução industrial irradiadas dos centros hegemônicos, impeliram, até certo ponto, o "meio negro" para o limiar de um processo de proletarização no mercado de trabalho assalariado e de entrada às classes médias urbanas que possibilitaram se constituir enquanto "elites negras". Todavia, o processo de democratização das relações raciais e as impulsões igualitárias sob o jugo do avanço das

seria incorreto pensar-se [...] como uma variação patológica dos modelos europeus de ordem social transplantados para a América Latina".

[93] Ibidem.

[94] Ibidem.

[95] Fernandes (2008a) e Fernandes (2010).

forças produtivas do capitalismo competitivo dependente ocorrem de maneira desnivelada: (i) com a incorporação quantitativamente significativa dos trabalhadores negros no regime de trabalho livre e (ii) com o alcance menos notório qualitativamente de classificação e ascensão sociais dos trabalhadores negros por meio da proletarização e do ingresso às classes médias na estrutura ocupacional do sistema de classes[96].

A vertiginosa e tumultuada expansão econômica, principiada no ano final da década de 1930 após a crise irreversível da economia do café, determinou fortemente a composição e a organização do sistema de trabalho livre[97]. Não obstante as oportunidades que se afloraram, em quase todos os níveis, não favorecessem trabalhadores negros e trabalhadores brancos simetricamente, setores dos trabalhadores negros alteraram em grande medida sua posição social no mercado de trabalho assalariado, em especial os setores que se encontravam na periferia e à margem do sistema de trabalho livre. Para além das oportunidades de emprego emergentes e dos horizontes de trabalhos permanentes, temos a revalorização econômica e social de determinados empregos que no passado eram tidos qualitativamente como “empregos de negros”. Com isso, alcança-se um primeiro movimento que admite, mínima e paulatinamente, que os trabalhadores negros se ajustem às ocupações que estavam aptos a aproveitar ou mais ou menos acessíveis a eles sob a ordem social do capitalismo competitivo dependente[98].

Em contrapartida, ainda havia uma expressiva parcela dos trabalhadores negros em posições periféricas e marginais sem quaisquer alterações reais quanto à qualitativa classificação social[99]. No geral, a distinção marcante, entre passado e presente, era quanto à obtenção de fontes estáveis para o ganho de vida dos trabalhadores negros. Nesta fase de expansão da ordem social competitiva, o padrão de vida é alterado minimamente, e parcela dos trabalhadores negros conseguem obter meios de vida que lhes garantam posições sociais mais regulares e ocasionalmente permanentes no regime de trabalho livre. Todavia, essas posições sociais não necessariamente correspondem à classificação social no sistema capitalista brasileiro, na medida em que, dadas as profundas heranças do passado escravista, a grande massa dos trabalhadores negros não pode incorporar plenamente os requisitos e as potencialidades psicossociais, socioculturais e mesmo socioeconômicos da “situação de classe”. Portanto, se combinam, de maneira diversa, as ocupações que detêm baixos níveis de remuneração da força de trabalho e que determinam configurações, a grosso modo, débeis e precárias para a participação efetiva dos

[96] Fernandes (2008a).
[97] Ibidem.
[98] Ibidem e Fernandes (1976).
[99] Ibidem.

trabalhadores negros na estrutura de poder e de riqueza da sociedade “inclusiva” e “democrática” no capitalismo competitivo dependente[100].

Por aí se vê que os trabalhadores negros continuavam a lutar pela transformação do trabalho livre em meios de classificação socioeconômica (classificação social) e de mobilidade social vertical (ascensão social), mesmo que frustrada pela seleção social perversamente adversa[101]. As discriminações raciais e os preconceitos sistemáticos ainda eram fatores tradicionalistas prevalentes para a manutenção do isolamento entre negros e brancos no regime de classes, compondo, objetiva e subjetivamente, a seleção social. Não obstante, essa seleção social adversa não deixava de influir consequências reativas e acumulativas da “situação social” da população de cor que lesavam, de maneira volátil, os trabalhadores negros que estavam em qualidades socialmente anômicas e mesmo aqueles que dispunham de mecanismos de proteção da vida social e material organizadas. Por outro lado, com os canais de ascensão e classificação sociais mais dilatados que o passado, isso favorece de maneira reativa a participação dos trabalhadores negros na estrutura de poder da sociedade brasileira[102].

A esta altura, embora seja um processo de longa duração, o passado brasileiro não havia ficado completamente submerso[103]. Ele se revitaliza e se recompõe em diversos aspectos da vida econômica e social dos trabalhadores negros, fixado nos cortiços e, mais tarde, nas favelas, ou, de modo geral, nas periferias urbanas ou mesmo nas condições precárias do campo. Os mecanismos de distribuição socioeconômicos, educacionais e sociopolíticos e os canais efetivos de ascensão e classificação sociais ainda eram bastantes frágeis ou débeis para romper com as trincheiras tradicionalistas de desigualdades raciais ou para, objetiva e subjetivamente, impulsionar a participação real dos trabalhadores negros no estilo urbano e industrial de vida brasileiro. Todavia, ao mesmo tempo, tais canais e oportunidades incorporaram parcela minoritária dos trabalhadores negros no regime de trabalho livre e forneceram um mínimo para a sua participação no sistema institucional da ordem social competitiva. Em suma, os amplos obstáculos do passado aplicados aos trabalhadores negros, entre a ausência crônica de trabalho e a sistemática anomia herdada da escravidão, tendem a ser neutralizados e reorientam parcialmente o padrão de vida tradicional dos trabalhadores negros – a despeito do padrão

[100] Ibidem.
[101] Ibidem.
[102] Ibidem.
[103] Fernandes (2010).

tradicionalista de discriminação e preconceitos raciais não terem se diluído no regime de classes sociais[104].

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, com a reorganização do sistema imperialista e seus efeitos irradiados na periferia do capitalismo mundial, sobretudo *com a emergência e a expansão do capitalismo monopolista dependente* entre a segunda metade da década de 1950 e, principalmente, após 1964, a realidade concretiza permanentemente obstáculos contrarrevolucionários que solapam completamente o avanço de projeto de nação democrática. A revolução burguesa deixa de ter, então, quaisquer vínculos com projetos reformistas, nacionais ou democráticos. A precariedade do processo de diferenciação social da revolução burguesa no Brasil se revela nos estilos e nos comportamentos sociais "ultraelitistas" e "ultraconservadores" das classes burguesas brancas e na insuficiência de forças inconformistas das classes trabalhadoras – esvaziando o conflito da luta de classe como mola propulsora da revolução nacional e da revolução democrática. A evolução da sociedade brasileira revela a ausência de uma "burguesia brasileira nacional" capacitada para desempenhar função social construtiva que vise preencher os alicerces materiais, morais e estatais do poder burguês[105].

Em primeiro lugar, isso abre brechas para as assimetrias entre desenvolvimento capitalista e integração nacional no regime de classes, fazendo com que as burguesias brasileiras priorizem os pactos estratégicos com o imperialismo dominante e com as nações hegemônicas às expensas do paroxismo nacional e democrático brasileiros[106]. E, em segundo lugar, o avanço da industrialização por substituição de importações (sob a liderança do capital internacional) intensifica o "medo pânico" das classes burguesas brancas de as classes trabalhadoras desencadearem crescentes revoltas populares que vislumbrem diluir as estruturas e os dinamismos do capitalismo dependente. A burguesia brasileira rompe, desta maneira, com quaisquer ilusões quanto aos projetos reformistas, pois a dependência externa e o subdesenvolvimento são os termos de negociação pelos quais se assimila a reprodução ampliada do capitalismo monopolista[107]. As possibilidades quase ilimitadas das classes burguesas brancas de manipularem condições sociais, econômicas, jurídicas e políticas internas que foram originadas na sociedade colonial impede que exista uma lógica que beneficie todos os setores sociais da sociedade brasileira de modo justo e equilibrado[108].

---

[104] Ibidem.
[105] Sampaio Júnior (2000), Sampaio Júnior (1999) e Fernandes (1970).
[106] Sampaio Júnior (1999).
[107] Ibidem.
[108] Sampaio Júnior (1997).

Em resumo, o período após a Segunda Guerra Mundial é marcado por produzir uma determinada conjuntura social que impulsionou dois projetos revolucionários: (i) o projeto das classes burguesas brancas, as quais querem levar ao fim do padrão de revolução burguesa brasileira por meio da continuidade do capitalismo dependente e subdesenvolvido; e (ii) o projeto dos "condenados do sistema" que aponta para o futuro e recusa a dependência externa, o subdesenvolvimento e o próprio capitalismo como elementos capazes de lhes proporcionar realmente direitos políticos, civis e sociais. Dentro do contexto supracitado, as circunstâncias históricas nos enquadram em uma contrarrevolução permanente, isto é, promovendo permanentemente *a dupla articulação* (dependência externa e segregação social)[109]. A ordem social competitiva e seu sistema institucional, as quais tendiam de maneira limitada a ser "inclusivas" e "democráticas", se transformam processualmente – sobretudo após o ano de 1964 – em uma ordem burguesa "fechada" e "autocrática" desencadeadas pelas forças contrarrevolucionárias. Com isso, o Brasil se afasta definitivamente do projeto de nação democrática[110]. A opção de "unificação" das classes burguesas brancas se dirigia para politicamente suprimir quaisquer avanços relacionados à elevação do padrão de vida dos trabalhadores no desenvolvimento do capitalismo e cristalizar pactos estratégicos com o imperialismo dominante, unificando capitalismo dependente e subdesenvolvimento no País[111].

O despotismo reacionário ligado à dominação burguesa agregada e compósita se ajustou à forma real de acumulação capitalista, assumindo uma racionalidade "ultraelitista", "ultraconservadora" e mesmo, a nosso entender, "ultrarracista", provida de recursos socioculturais, econômicos, técnicos, jurídicos, militares, ideológicos e também da robusta concentração do poder político estatal[112]. Este "excedente de poder" foi amplamente mobilizado pelas classes burguesas brancas e aplicado à superexploração e à opressão dos "subalternizados" e à ampla exploração dos recursos naturais, como também serviu para garantir o máximo de autonomia histórica a estas classes burguesas brancas. Logo, os velhos e os novos privilégios sociais puderam ser protegidos ao longo dos diversos estágios sequentes de modernização ou de mutação urbana e de transição industrial. As classes burguesas brancas conseguiram impedir que a pressão inconformista dos trabalhadores e, não menos importantes, o acumulado inconformismo dos trabalhadores negros se transformassem em forças materiais suficientes para levar às últimas consequências a revolução democrática e a revolução nacional. Isso desencadeou um

[109] Sampaio Júnior (1999).
[110] Fernandes (2010).
[111] Sampaio Júnior (1999).
[112] Fernandes (2010)

modo perverso de preservar, concomitantemente, a concentração racial e social do poder político e a concentração racial e social da renda, da riqueza e do prestígio sob a égide do capitalismo dependente. Malgrado os trabalhadores aumentassem em termos quantitativos, de maneira constante, e as migrações internas acrescentassem invariavelmente às populações urbanas, a distribuição da renda, riqueza e poder permaneceram concentradas com as classes burguesas brancas[113].

Em suma, quando a dominação burguesa de capitalismo dependente, em estrito pacto com a dominação imperialista, se demonstra capaz de mobilizar e aplicar todos os recursos do "excedente de poder", ela não corre o risco de ser substituída facilmente pelas pressões inconformistas que tomam conta do espaço político[114]. Isso levou a "intolerância" das classes burguesas brancas quanto a quaisquer ensejos para a transformação dentro ou contra a ordem capitalista brasileira a não somente ter suas origens e sentido políticos, mas também à transformação da "democracia burguesa" em "democracia restrita", circunscrita somente às classes burguesas brancas[115]. Em outras palavras, esta dominação burguesa de capitalismo dependente engendrou comportamentos racistas, antissociais, antidemocráticos e antinacionais que são obstáculos permanentes à universalização da ordem social competitiva – principalmente no que se refere ao conjunto dos trabalhadores negros e os demais da classe trabalhadora brasileira. Isso resultou na supressão de quaisquer elementos que visem satisfazer às necessidades dos trabalhadores negros ou às necessidades das massas populares na sociedade de classes. A *dupla articulação brasileira* se estabeleceu no País como entrave permanente a ser enfrentado pelos trabalhadores negros e trabalhadores brancos, uma vez que sua continuidade dificulta a formação de laços fecundos entre economia brasileira e sociedade brasileira que eliminem as desigualdades estabelecidas[116].

---

[113] Fernandes (2010). Fazendo suas observações sobre o negro diante da ditadura brasileira de 1964 e diante do capitalismo monopolista, Florestan Fernandes (1989: 44) esclarece o assunto da seguinte forma: "[...] tendo o país vivido uma curta experiência democrática, embora muito superficial e frustrante, e tendo passado por uma terrível revitalização das estruturas arcaicas do mandonismo graças à contrarrevolução de 1964, cabe-nos suscitar uma reavaliação global". Ademais, "sob o capitalismo monopolista as empresas sofreram alterações profundas em suas dimensões, organização e funcionamento. Um vasto excedente populacional era atraído pelo modo de produção capitalista monopolista de todas as regiões do Brasil. No seio das massas migrantes, aumentavam os contingentes negros e mestiços. O capitalismo monopolista vai ocupar um exército de trabalhadores ativos muito vasto. Os contrastes entre classes e raça tornam-se nítidos. E as várias saídas (ou falta de saídas), muito visíveis. O sistema ocupacional abre-se em duas pontas para os negros. Em massa, nos trabalhos braçais, como os dos "peões" e da construção civil. Seletivamente, em posições intermediárias, que exigiam algum preparo cultural e competição interracial, e no ápice das ocupações melhores, como uma exceção, que iria perder tal caráter com muita lentidão, mas com certa constância (Fernandes, 1989: 35-36).

[114] Fernandes (2006).

[115] Ibidem.

[116] Sampaio Júnior (1997).

1.5 A contribuição em Clóvis Moura

1.5.1 Capitalismo dependente e luta de classes

A contribuição em Clóvis Moura está organizada por uma visão das particularidades históricas de um Brasil negro que solapam a formação nacional. Recusando-se a se subordinar às influências teóricas e instrucionais irradiadas das nações hegemônicas, algumas das principais contribuições de Clóvis Moura está na centralidade dos aspectos que permeiam a luta de classes brasileira e na constituição do capitalismo dependente brasileiro. Para o autor, a formação nacional como problema está vinculada a pelo menos a duas condições históricas básicas:

(i) de uma particularizada dinâmica social que é estabelecida através, principalmente, do uso do conflito social pelos subalternizados e das contradições antagônicas que ocorrem entre as raças e as classes, que recompõe a história;

(ii) de heranças do modo de produção escravista, as quais, fazem parte das relações de produção e de troca capitalistas, uma vez que "[...] o modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista [daquelas heranças] se aproveitou e faz [delas] uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida" [117], pois, assim sendo, os remanescentes escravistas "são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante"[118].

O escravismo pleno no período colonial se caracterizou basicamente, de um lado, por meio da unidade econômica estabelecida entre modo de produção escravista e mercado mundial exclusivista e, de outro, por meio da formação de fundamentalmente duas classes sociais: a escrava e a senhorial[119]. Os demais indivíduos sociais da colônia estavam direta ou indiretamente subordinados àquela estrutura social fundamental. Enquanto o modo de produção escravista, por meio das empresas coloniais e do trabalho escravo, exportava produtos primários ao mercado mundial e era comprador de elevadas massas escravas, o mercado mundial era abastecido por estes produtos exportáveis e, não

[117] Moura (1994) e Moura (1983: 125).
[118] Moura (1994) e Moura (1983:125).
[119] Moura (1994).

obstante, vendia uma elevada massa de escravos para dinamizar a produção interna. Nessa unidade estabelecida entre a economia interna e o "centro explorador-comprador", a especialização produtiva, a subordinação e a dependência externas são regras, já que esta unidade socioeconômica não permitia a existência interna de acumulação de excedentes e de capitais, tampouco avanços técnicos em dimensões suficientes à dilatação das vias para o desenvolvimento nacional. No mais, o estrangulamento fiscal era aí recorrente. Não havia espaço para arrecadações direcionadas às condições internas, já que toda a arrecadação era destinada exclusivamente ao Reino.

No tocante aos escravos, se tratava de uma diversificada unidade baseada na divisão do trabalho a serviço das classes senhoriais, cercada de comportamentos sociais amplos e que não são estáticos, inclusive, fazendo o uso do conflito social e nas contradições antagônicas como motores da dinâmica social do modo de produção escravista. Aqui, o uso do conflito pelos negros é visto como próprio da dinâmica da escravidão. A resposta de Clóvis Moura é a seguinte: "[...] se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão segundo os critérios de concessão do senhor"[120], não haveria história. Neste sentido, o autor incorpora os negros como dinamizador do padrão de luta de classes. O eixo dinâmico do escravismo pleno são os comportamentos rebeldes e descontentes dos escravos em conjunto com as medidas autoritárias e violentas para reprimi-los. Abre-se espaço para uma avaliação pormenorizada sobre movimentos negros durante a escravidão e sua importância. A criatividade mouriana sobre a categoria da luta de classes se vê por aí, através de uma leitura do uso do conflito social e as contradições pelos escravos que dinamizam o modo de produção escravista[121]. Por fim, para o autor, a superestrutura jurídico-política, administrativa, ideológica e militar estava a serviço da manutenção dessas estruturas e dinamismos da economia escravista que atendiam amplamente ao desenvolvimento do capitalismo mercantil. Isto é, através, sobretudo, da manutenção do equilíbrio social e, não obstante, por meio da repressão e da violência como mecanismos de controle social diante

[120] Moura (1994: 21).

[121] O método estabelecido por Clóvis Moura para esta linha de raciocínio, e aqui moram tanto os limites quanto os avanços do intelectual brasileiro, está nas suas interpretações sobre a obra *A Miséria da Filosofia*, primeiro livro autoral de Marx em crítica a Pierre-Joseph Proudhon e à Economia Política. Ademais, outras apropriações de categorias e diálogos na análise mouriana surgem para estabelecer sua interpretação sobre o "Brasil negro" (Émile Durkheim, Louis Althusser, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, etc., e mesmo correntes teóricas como a Demografia Histórica e a chamada "reabilitação da escravidão"). As revoltas e as lutas escravas mais agudas e violentas dão bases aos argumentos de Clóvis Moura. Elas variam: desde revoltas negras locais contra os senhores à formação de quilombos em organizações políticas vastas (Palmares e Campo Grande, em Minas Gerais) e em organização mais simples (em São Paulo, por exemplo).

dos escravos, uma vez que o trabalho escravo era o centro nevrálgico do modo de produção vigente[122].

A população negra, tanto na condição de escrava, quanto na condição de liberta, estava vinculada aos dinamismos e às estruturas do escravismo pleno no período colonial e eram os sustentáculos do modo de produção escravista[123]. Trata-se de indivíduos que compõem todas as esferas de exploração (econômica e extraeconômica) do trabalho servil ou não na economia e na sociedade coloniais: desde como escravos de eito ou destinados à mineração e atividades extrativistas a escravos de ganho nos centros urbanos, domésticos nas cidades, da casa grande ou escravos do Estado; ou libertos que, impedidos fisicamente de exercer as atividades escravistas, são alforriados pela classe senhorial para que esta não arque com os custos de alimentação e subsistência dos agentes escravos[124].

Com a vinda da família real e, ulteriormente, a emancipação política, o desenvolvimento nacional irá ocorrer apenas "superestruturalmente", conservando o trabalho escravo como força motora da produção e da economia, remanejando os mecanismos reguladores da escravidão para o Estado Nacional organizado em 1823[125]. Em poucas palavras, estes acontecimentos históricos em virtude da articulação entre as forças internas e externas, incluindo as lutas negras, e, ademais, a abertura dos portos como fator de quebra do exclusivismo comercial e de emergência do capitalismo dependente, não alteram estruturalmente o estado real das forças produtivas da economia mercantil e escravista. As burguesias brasileiras, segundo Clóvis Moura (1994), não passavam de meros apêndices, dependentes e colaboradoras da fase neocolonial do escravismo pleno sob a liderança do capitalismo inglês. Destituídas de qualquer racionalidade "transformadora" que pudesse satisfazer as necessidades da nação, por estarem ancoradas nas heranças escravistas, os espaços econômico, social e cultural operavam independentemente de sua liderança. No mais, a estrutura social escravista como um todo continua essencialmente intacta. A despeito de a escravidão passar por um processo de consolidação, assim como haver um incremento quantitativo de escravos para atender às necessidades da acumulação capitalista metropolitana, a qualidade das relações entre classe senhorial e classe escrava em nada se altera: as revoltas e as lutas escravas são alguns dos componentes que estimulam a dinâmica social diante das perseguições e das legislações repressoras contra os escravos. As lutas e as revoltas populares escravas contra a forte repressão e intensa perseguição da classe senhorial,

[122] Moura (1994).
[123] Ibidem.
[124] Ibidem.
[125] Ibidem.

guerrilhas, quilombos, fugas, suicídios, homicídios, crimes e assaltos, resistência ao cativeiro, etc. são um conjunto de *fatos normais* que impulsiona e dinamiza a história no modo de produção escravista[126].

A partir de 1850, com o advento do escravismo tardio, a *modernização brasileira* coloca novos rumos para a formação nacional [127] . Há mudanças quantitativa e qualitativamente relevantes nas estruturas e nos dinamismos do modo de produção escravista e sua desagregação, com a sobrevivência de estruturas e dinamismos escravistas e arcaicas que obliteram a formação nacional[128]. Como resumiu Clóvis Moura (1994: 57) sobre a modernização brasileira: "[...] era a modernização sem mudança social que produzia essa dialética irônica, uma negação da negação hegeliana do sistema". A vertiginosa e acentuada introdução de relações capitalistas modernas em bases escravistas arcaicas condiciona o desenvolvimento nacional e são as principais razões do subdesenvolvimento historicamente estabelecido no País. O modo de produção escravista e suas consequências estrangularam quaisquer possibilidades do desenvolvimento nacional, engendrando, por meio da história, "[...] uma nação subalternizada economicamente às forças do *capital internacional*, com todas as implicações políticas que isso determina" [grifo nosso]. Nestas condições, não há espaço para burguesias brasileiras nacionais segundo Clóvis Moura (1994: 54): "[...] insistimos, não houve a possiblidade de formar-se uma classe burguesa nacional nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias – inclusive políticas – foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros", salienta o autor (1994: 54), "[...] transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios".

---

[126] Moura (1994).
[127] Moura (1994).
[128] O assunto é encarado por Moura (1994: 52-53) da seguinte maneira: "Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização* sem *mudança*, queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou*. Cria-se uma contradição na estrutura que começa a produzir choques, assimetrias e conflitos como reflexos e reduções dessa diferença. Essas contradições e/ou desestruturação manifestam-se das mais variadas formas, que na área do trabalho, onde elas são mais agudas, quer no ideológico, gerando ideias em grupos e organizações que passam a reproduzir o que tem de *moderno*, isto é, a ciência e a tecnologia avançadas. Mas, por outro lado, ao serem aplicadas, essa ciência e essa tecnologia irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras deste poder, que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social. Em outras palavras: o *moderno* passa a servir ao *arcaico*. Isto poderá ser feito de várias formas em cada caso concreto: ou por uma ruptura radical, ou por uma série de reformas parciais, dependendo do potencial objetivo das classes que compõem essa sociedade em conflito e/ou conciliação".

As mudanças sociais após 1880, assim como a crescente dominação e controle do capital internacional sobre os setores estratégicos do desenvolvimento da economia brasileira (sobretudo via investimentos diretos estrangeiros nestes setores e via endividamento externo), mantiveram-se essencialmente os elementos arcaicos herdados do modo de produção escravista que se ajustam à modernização urbano-industrial e lança bases às condições de subdesenvolvimento e dependência externa[129]. A formação nacional fica à mercê, sobretudo, das forças imperialistas. Assim, particularmente, a formação de um sistema produtivo nacional fica sufocada pelo domínio estratégico e crescente do capital internacional sobre o mercado interno[130].

1.5.2 Desigualdades raciais e formação nacional

Os senhores de escravos se aproveitaram do processo de modernização e, concomitantemente, das particularidades do capitalismo brasileiro para resguardarem seus poderes e privilégios de classe, fazendo do processo de desagregação do escravismo tardio para da formação da sociedade competitiva e do mercado de trabalho livre uma estratégia de dominação de classe[131]. Os interesses das classes oligárquicas foram mantidos com a posse da terra (e o correspondente poder econômico e político na sociedade brasileira), uma vez que os antigos escravos negros se transformavam em possuidores da sua própria força de trabalho, destituindo desta classe senhorial uma das principais fontes de acúmulo de riqueza e prestígio sociais vigentes no modo de produção escravista[132]. Esta classe senhorial, que se transformou em latifundiária com a abolição da escravidão e a emergência da sociedade competitiva, universalizou os mecanismos de controle e dominação sobre os segmentos antes escravizados, os quais, impedem a transformação dos negros em cidadãos brasileiros. Daí que o projeto nacional é o de não incorporar os negros enquanto cidadãos. As estruturas repressivas, ideológicas, políticas, jurídicas, econômicas e socioculturais da sociedade brasileira herdadas da escravidão têm como objetivo impelir os negros à marginalização da economia de capitalismo dependente, para a manutenção da “modernização sem mudança”, reforçando os trabalhadores negros como base do sistema de superexploração e em marca sociocultural negativa dessa sociedade. As classes burguesas brancas (latifundiários, burguesias urbanas e até mesmo outros segmentos que não as classes burguesas, como setores intermediários das classes

[129] Moura (1994).
[130] Ibidem.
[131] Moura (1994).
[132] Moura (1994).

trabalhadoras) absorvem e promovem a articulação desses elementos para manter estruturalmente os trabalhadores negros diante da chamada *franja marginal* no mercado de trabalho assalariado, o que pressiona os salários e o padrão de vida dos trabalhadores, com o apoio dos aparelhos repressivos e ideológicos do poder de Estado com elevada centralização e autoritarismo essencialmente herdados da escravidão[133].

Essa franja marginal (o subemprego e o desemprego estruturais) que é associado historicamente aos trabalhadores negros no mercado de trabalho e na sociedade competitiva, fez com que estes trabalhadores ficassem marginalizados na economia brasileira – sobretudo os setores controlados crescentemente pelas forças imperialistas[134]. É uma enorme massa de dependentes de um mercado de trabalho livre com diversas restrições, cujo polo dinâmico e mais desenvolvido do sistema produtivo se constituiu majoritariamente por trabalhadores brancos (até certo período, por imigrantes europeus, mas, em certa medida, pela mão de obra nacional). Em outras palavras, neste processo histórico, os trabalhadores negros são estruturalmente marginalizados pelas classes burguesas brancas como modelo de operários. Para Clóvis Moura (1983), não há "democracia racial" ou "nação" que suporte tamanha marginalização racial na sociedade competitiva, sendo esta sociedade, no conjunto e na realidade, desprovida de quaisquer mecanismos democráticos que se dirijam aos trabalhadores negros.

Uma série de medidas de desgastes econômico, socioculturais e político foram necessárias para enquadrar os trabalhadores negros na "franja marginal" de capitalismo dependente. Enquanto problema de natureza sociodemográfico, por exemplo, a busca pelo "tipo ideal de trabalhadores" nos países europeus que, concomitantemente, obedece ao "tipo ideal de brasileiro" que as classes burguesas brancas atribuem como símbolo social, será voltado para a introdução de trabalhadores brancos na sociedade competitiva. As preferências pelos trabalhadores brancos se plasmam na economia brasileira. Com isso, as ocupações mais elevadas na estrutura ocupacional brasileira são direcionadas quase automaticamente aos trabalhadores brancos (imigrantes e nacionais). Mesmo com o declínio relativo da introdução sociodemográfica dos brancos europeus, as preferências socioculturais pelos trabalhadores brancos e a marginalização estrutural dos trabalhadores negros no mercado de trabalho e na sociedade brasileira em nada se alteram[135]. Este cenário faz parte de uma série de medidas nodais de preparação do trabalho livre e contribuíram para introdução dos negros na chamada "franja marginal". O processo de

[133] Moura (1994) e Moura (1983).
[134] Moura (1983) e Moura (1988).
[135] Moura (1983).

decomposição do escravismo tardio e de preparação para o trabalho livre é visto em Clóvis Moura sob cinco medidas nodais: (i) a tarifa Alves Branco; (ii) a lei da Terra; (iii) a lei Euzébio de Queiroz; (iv) a Guerra do Paraguai; (v) a política imigrantista. As medidas, somado o processo modernizante como um todo que se mescla às heranças escravistas, forneceram bases à formação e desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado e à evolução da sociedade burguesa em sentido sociodemográfico, político-jurídico, econômico, ideológica e cultural, mas nenhuma delas prepararam ou favoreceram o negro para se estabelecer como cidadão na sociedade brasileira.

No final da década de 1980, com o centenário da abolição da escravidão, Clóvis Moura nos alertava que: "[...] a situação do negro no mercado de trabalho demonstra a existência de mecanismos estratégicos que são manipulados pelas classes burguesas racistas para mantê-los nos últimos estratos da sociedade" (Moura, 1988: 44). Isso diz respeito a permanência das desigualdades raciais no mercado de trabalho assalariado. O referido autor argumentava que o rebaixado nível dos trabalhadores negros no mercado de trabalho, cem anos após a abolição, demonstrava que a mobilidade social dos agentes de trabalho negros no regime competitivo foi muito restrita, pois os mecanismos discriminatórios sistemáticos herdados do passado escravista imobilizaram os trabalhadores negros, impedindo-os de acessar os espaços que lhes promovessem poder, prestígio e níveis econômicos superiores na sociedade brasileira. Clóvis Moura (1988: 44) ratifica nosso argumento da seguinte maneira: "Esta estratégia discriminatória contra o elemento negro não surgiu porém com a chegada dos emigrantes europeus na base do trabalho livre. Na própria estrutura escravista já havia um processo discriminatório [...]", o qual beneficiava os homens brancos livres.

Esta sistemática estratégia discriminatória atuava como instrumento de restrição dos trabalhadores negros no passado que se arrasta por toda a história burguesa do Brasil[136]. Ela regulava a participação dos negros escravos nos setores econômicos e sociais do modo de produção escravista, especializando esta mão de obra em determinados setores (atividades "atrasadas"), o que trouxe graves reflexos econômicos e políticos na divisão racial do trabalho da estrutura ocupacional de capitalismo dependente, mesmo com a crescente diferenciação urbana-industrial e populacional na sociedade brasileira. Essas heranças seletivas, extremamente adversas para os trabalhadores negros na competição social, sempre estiveram em virtude de transformá-los em trabalhadores baratos e sem ou com baixíssima qualificação. A abolição da escravidão e os processos de industrialização

[136] Moura (1988).

e urbanização brasileiros não alteraram estruturalmente as relações raciais e de classes no sentido de democratizá-las. Para além disso, os mecanismos discriminatórios, do ponto de vista racial, racionalizaram as classes burguesas brancas e seus representantes, até mesmo suas explicações científicas, uma vez que os comportamentos das classes burguesas brancas se direcionam para reforçar a manutenção da divisão racial do trabalho extremamente desigual na estrutura ocupacional de capitalismo dependente[137]. No mais, as instrumentalizações ideológicas das classes burguesas brancas servem como elementos para o "processo concreto da seleção econômica dos negros", e, logo, como componentes para a marginalização dos trabalhadores negros. Tratam-se de estratégias racistas das classes burguesas brancas que está em função da permanente imobilização dos trabalhadores negros no mercado de trabalho de capitalismo dependente[138].

1.6 Considerações finais

As formulações de Caio Prado Júnior auxiliam a refletir sobre a especificidade do capitalismo brasileiro e ao rebaixado padrão de vida da população trabalhadora. Trata-se de observar tendências de reversão estrutural criadas frente ao crescente controle do capital internacional sobre os elos mais dinâmicos da estrutura produtiva. Problema de origem colonial, a extrema vulnerabilidade e instabilidade daí decorrente provocam uma estrutura socioeconômica e uma racionalidade burguesa bastantes precárias. Como o mercado interno não se transforma em instância nacional e estratégica para a acumulação capitalista, de um lado, as burguesias brasileiras optam por se aliar às conjunturas econômicas irradiadas pelo sistema imperialista e às condições bastante debilitadas da estrutura socioeconômica, que engendram o subdesenvolvimento do País[139]. E, de outro lado, o capital internacional promove uma extremada vulnerabilidade às contas externas, o que auxilia na incerteza estrutural e na instabilidade econômica do País. Diante do controle externo global, o processo de industrialização provoca uma diferenciação das forças produtivas, mas ainda tendo no "setor externo" um dos principais limites para o desenvolvimento econômico. Além disso, o processo de industrialização recompõe as desigualdades sociais por meio da modernização dos padrões de consumo das elites brasileiras, mantendo uma significativa massa trabalhadora em um rebaixado nível de vida. A "inorganização social" e a completa ausência de "nexo moral" que se articulam ao

[137] Moura (1988).
[138] Moura (1988).
[139] Com algumas alterações, ver Cardoso (2014).

dualismo estrutural, acabam recompondo um rebaixado padrão de vida dos trabalhadores brasileiros, sobretudo os trabalhadores negros, que reflete em uma espécie de círculo vicioso entre produção e consumo[140].

As formulações de Florestan Fernandes auxiliam a refletir sobre como a permanente e contrarrevolucionária *dupla articulação* recompõe o destino histórico de nossa sociedade e economia brasileiras. Trata-se de um capitalismo dependente incapaz de controlar os aspectos fundamentais para a formação nacional e democrática, ou seja, incapaz de equacionar de modo equilibrado desenvolvimento capitalista, soberania nacional e democracia[141]. O sociólogo brasileiro permite apreender como o capitalismo dependente e subdesenvolvido adquire alguma estabilidade sem que sejam resolvidos os principais e graves problemas da nossa formação nacional. A questão negra é certamente um desses principais problemas da formação nacional. A questão aparece como um problema associado ao *padrão de vida dos trabalhadores negros*. A tese de Florestan Fernandes sobre os elementos que compõem o padrão de vida dos trabalhadores negros está na observação de longa duração da condição histórica de *pauperização* e da condição moral de *anomia* ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente. Enquanto problema que tem sua origem na escravidão, trata-se de observar como este padrão de vida dos trabalhadores negros no País se associa ao circuito interno e mecanismos de transferência da renda da economia dependente. Em última instância, este padrão de vida dos trabalhadores negros é uma ancora que regula as exigências e o padrão de vida da classe trabalhadora como um todo e fornece uma margem mínima de estabilidade que contrabalanceia a instabilidade econômica irradiada do sistema mundial capitalista. Este aspecto movimenta as relações estabelecidas entre estrutura produtiva e estrutura social.

Por fim, as formulações de Clóvis Moura ajudam a pensar o capitalismo dependente e o padrão de luta de classes e raças aí associado. Trata-se de destacar que a modernização das estruturas e dos dinamismos da economia e da sociedade dependentes não foi capaz de promover a transformação dos trabalhadores negros em plenos cidadãos. Na realidade, a não transformação dos trabalhadores negros como cidadãos é um “projeto nacional”. A “modernização sem mudanças” reforça estruturalmente a associação dos trabalhadores negros à condição de marginalização social, ou seja, de subempregado e desempregado (*franja marginal*) no mercado de trabalho. Existem permanentes e ao mesmo tempo mutáveis mecanismos discriminatórios sistemáticos de barragem no mercado de trabalho brasileiro que contribuem para a reprodução das desigualdades raciais

[140] Cardoso (2014) e Sampaio Júnior (1997).
[141] Sampaio Júnior (1997).

na sociedade competitiva e de classes. Além disso, sua leitura sobre o padrão de luta de classes e raças no Brasil também contribui para uma análise histórico-estrutural da questão negra no capitalismo dependente. Segundo o autor, a organização, desde a escravidão, de *tipos específicos de grupos negros*[142] sempre concorreu para que os negros não caíssem em estado de anomia total, fato que levaria ao extermínio puro e simples ou para serem deslocados aos estratos cada vez mais inferiorizados da sociedade brasileira. Concluindo, do ponto de vista histórico, existe uma associação dos trabalhadores negros à franja marginal e, associado a isso, uma apropriação dos negros do uso do conflito social na luta de classes capaz de dinamizar a história. Aqui, é importante frisar que estes agentes oprimidos acabam sendo parte das ditas "mudanças sociais", da dinâmica histórica, de modo que não é passivo, mudo ou calado, assumindo comportamentos diversos, diga-se de passagem. Contudo, estas não necessariamente são "mudanças sociais" que acabam sendo totalmente condizentes às suas reais necessidades ou interesses[143].

[142] O termo pode ser encontrado em Moura (1977).
[143] Moura (1988).

Capítulo II – O negro e a contrarrevolução permanente no Brasil

> Na prática, toda a história política da sociedade brasileira é uma larga história da contrarrevolução burguesa embutida na formação e desenvolvimento da sociedade civil e do Estado nacional. Toda a história do relacionamento do Estado com a sociedade, com o cidadão, principalmente com os trabalhadores rurais e urbanos, lavradores e operários, negros, índios, mestiços e brancos, imigrantes e nacionais, no Nordeste e no Centro-Sul, na Amazônia e no Oeste, em todos os lugares, toda essa história é uma história de opressão e exploração, na qual o Estado – mais ou menos militarizado ou civil – é posto a serviço dos interesses da burguesia estrangeira e nacional.
>
> Octavio Ianni

2.1 Introdução

A partir do início dos anos 1960, o processo de industrialização por substituição de importações enfrenta seu esgotamento. Existe uma clara desaceleração econômica e, concomitantemente, um aumento das greves trabalhistas e agravamento das tensões sociais, o que contribuiu para uma radicalização das forças sociais pela necessidade de reformas estruturais do País. Este cenário de crise econômica, política e social foi acompanhado de um processo de revisões e de críticas às concepções teóricas que hegemonizaram até então as reflexões sobre os dilemas do desenvolvimento da sociedade latino-americana[144]. Ainda que não exaurindo esta discussão, o objetivo deste capítulo é fazer uma leitura das perspectivas teóricas sobre os trabalhadores negros e desigualdades raciais no mercado de trabalho de capitalismo dependente após a consolidação da ditadura burguesa-militar.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a emergência e a expansão do capitalismo monopolista a partir de meados da década de 1950 e, principalmente, após 1964, a história caminha para um processo de contrarrevolução permanente que solapa o avanço da revolução brasileira[145]. Por se tratar das particularidades da revolução burguesa brasileira que absorveu as consequências do desenvolvimento desigual e combinado do sistema imperialista, a precariedade da circunstância histórica se revela: (i) nos estilos e

[144] Hadler (2009) e Sampaio Júnior (1997).
[145] Fernandes (2006). A ditadura burguesa-militar se espalhou por toda a América Latina. Os desdobramentos de ditaduras burguesa-militares na América Latina são vistos em Coggiola (2001) e, no Brasil, em Ianni (2019).

nos comportamentos “ultraelitistas” e “ultraracistas” das classes burguesas brancas; e (ii) na insuficiência das forças inconformistas oriundas das classes trabalhadoras para dinamizar a história a seu favor. Isto é, na intolerância das classes burguesas brancas quanto ao uso do conflito social na dinâmica da luta de classes pelas classes trabalhadoras, como mola propulsora para a revolução brasileira[146]. Historicamente, reforça-se ainda mais uma elevada assimetria na correlação de forças entre classes trabalhadoras e classes burguesas; entre trabalhadores negros e classes burguesas brancas.

A dominação burguesa dentro dos marcos do capitalismo dependente se transformou em um método de centralização de poder e modernização intensiva do uso do poder do Estado autocrático-burguês para uma ditadura das – e para as – classes burguesas brancas após o golpe burguês-militar de 1964 [147] . Ao dissociar o desenvolvimento ao nível econômico do desenvolvimento ao nível político, ela permitiu o prosseguimento da revolução burguesa no plano do crescimento econômico e do processo de industrialização (aceleração do desenvolvimento capitalista dependente), enquanto promovia a contrarrevolução no plano político na era do “imperialismo total”. Isso nos levou, diferentemente do que se propaga, à recomposição e difusão de verdadeiros padrões antinacionais e antidemocráticos – incompatíveis com a integração da sociedade de classes. A consequência foi consumar *a dupla articulação* como componente permanente da ordem. Isso contribuiu não só para a manutenção, mas para a radicalização e aprofundamento dos bloqueios econômicos, políticos e socioculturais da ordem social competitiva e da sociedade de classes de capitalismo dependente – sobretudo para os trabalhadores racializados[148]. A conjugação entre os interesses internos e externos fizeram com que a ditadura burguesa-militar fosse instrumento fundamental para impedir e mesmo adulterar a revolução dentro da ordem, equacionando as antigas estruturas coloniais e escravistas às novas estruturas vinculadas à modernização brasileira. Adicionalmente, a transição política iniciada na década de 1970, em essência, conservou os elementos antinacionais e antidemocráticos contrarrevolucionários, ao mesmo tempo em que transformou a democracia burguesa em uma “democracia por cooptação”[149].

---

[146] Sampaio Júnior (2001).

[147] Fernandes (1977).

[148] Ibidem. Podemos apontar pelo menos dois problemas que afetaram diretamente o negro na contrarrevolução brasileira: a desigual distribuição da renda (por ser um problema estrutural do ponto de vista da raça) e a fome que assolou milhares da população nacional. Para a desigualdade da renda, ver: Hasenbalg & Valle Silva (1988) e Gonzalez (1982). Para o problema da fome (ainda que não tenha uma dimensão racial), ver: Vasconcelos (2005).

[149] Sobre o processo de “crise da ditadura”, verificar o cap. I de Fernandes (1976). Complementar a leitura com Fernandes (2006) especialmente cap. 7, seção 5. Uma síntese do problema pode ser vista em León (2019) e Maciel (2010). Para verificar parte de como a questão racial foi tratada pela ditadura burguesa-militar e os movimentos negros no período, ver: Nascimento (1978), Rios (2014) e Comissão da verdade (2015) –

Não obstante, a contrarrevolução burguesa requeria necessariamente de elementos teórico-conceituais que fossem ao encontro dos ajustamentos e das necessidades da reprodução ampliada do capital monopolista. Com isso, o debate teórico sobre as desigualdades raciais no desenvolvimento do capitalismo dependente recebe das classes burguesas brancas e suas elites e das forças militares a obstrução, a dissimulação e o completo apoio à tese sobre termos uma "democracia racial", a fim de conservar os elos essenciais entre superexploração da força de trabalho dos negros, por meio da regulação do seu nível de vida, e aceleração do desenvolvimento capitalista dependente. Neste sentido, a contrarrevolução burguesa deve ser vista, também, em seus aspectos teórico-conceituais.

Daí as ações policiais-militares, jurídicas, políticas e ideológicas contrarrevolucionárias que controlam e minam quaisquer atividades voltadas ao enfrentamento ou à superação definitiva do racismo e das desigualdades raciais na sociedade brasileira. Como quaisquer destas atividades eram consideradas subversivas aos olhos da ditadura burguesa-militar ou uma ameaças à dita "unidade nacional", na realidade, representavam fatores altamente explosivos para o padrão de dominação burguesa branca e para o próprio desenvolvimento do capitalismo dependente. Somente o elevado uso da violência burguesa-militar seria capaz de suprimir ou enfraquecer tais atividades[150].

2.2 Aspectos econômicos da contrarrevolução burguesa

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo regime burguês-militar após 1964 impulsionou ainda mais o processo de industrialização por substituição de importações combinando o subdesenvolvimento e a dependência externa[151]. A crise estrutural do comércio internacional e a reorganização de suas forças políticas se desenrolam como alguns dos fatores fundamentais que impulsionaram este processo de industrialização a partir de 1929[152]. Na década de 1960, o País já se encontrava com capacidade industrial de elevado porte, porém, sem eliminar o subdesenvolvimento e com uma estrutura

este último especificamente em São Paulo.

[150] Ianni (2019, p. 316) resume o problema da seguinte maneira: "Para garantir a continuidade da exploração e superexploração dos trabalhadores urbanos e rurais, principalmente operários e camponeses, os governantes pisam e repisam a doutrina de que todos são iguais: explorados e exploradores, burgueses e operários, civis e militares, brancos, negros, mulatos, índios e mestiços, e assim por diante. Em nível ideológico, ou jurídico, simplesmente suprimem-se as diferenças reais, por meio das constituições, atos institucionais, leis de segurança nacional e outros instrumentos jurídico-políticos outorgados."

[151] Furtado (1972).

[152] Ibidem.

produtiva sob o controle externo global. Em especial, o atributo fundamental do subdesenvolvimento enquanto processo histórico estaria na absorção desigual das formas básicas de progresso tecnológico como decorrência de uma forma de inserção da economia brasileira à divisão internacional do trabalho[153]. Em suma, esse processo serviu muito mais para a modernização dos hábitos de consumo de um pequeno segmento da sociedade brasileira do que para a transformação dos processos produtivos e sua difusão a todos os setores da produção. Isto é, a assimilação desigual das formas básicas do progresso tecnológico sobre a produção interna e diante do controle global externo, impõe bloqueios sociais e econômicos que impedem de favorecer o conjunto da população nacional de modo equitativo[154].

Ao controlar e orientar o processo inflacionário para o seu proveito – problema que se agravou principalmente após a renúncia do governo Jânio Quadros – e destravar os meios institucionais e jurídicos para a introdução do capital internacional com as medidas adotadas após 1964[155], o regime burguês-militar agiu através das políticas econômicas com o objetivo de fornecer as condições para a retomada do processo de industrialização. A capacidade produtiva do sistema industrial estabelecido no País vinha sendo amplamente subutilizada[156]. As estratégias implementadas pelo regime burguês-militar para suprir a ociosidade da capacidade de produção instalada foram: (i) a reorientação do processo de concentração da renda e da riqueza estendido às classes médias-altas, isto é, não somente aos agentes que controlam os meios de produção, os quais, obviamente, excluem em elevadíssimo grau a população negra da distribuição da renda; (ii) o rebaixamento real da taxa de salário vis-à-vis a produtividade média da economia brasileira, exacerbando a carência de "anel de feedback fundamental" do sistema industrial subdesenvolvido e combinando esta medida com o processo de concentração da renda e da riqueza nas classes médias-altas; (iii) maior integração com o comércio internacional através de subsídios às exportações de manufaturados e o abandono de algumas linhas de produção visando aliviar as insuficiências conjunturais e estruturais de demanda que surgiram[157].

A primeira medida se coloca como uma medida imprescindível para as ações implementadas pelo regime burguês-militar. A reorientação do processo de concentração da renda e da riqueza visava promover não somente a formação de capital fixo, mas,

---

[153] Ibidem.
[154] Ibidem.
[155] Ibidem. Para estes aspectos, isto é, as medidas de estabilização e reformas (fiscais, tributárias e flexibilização financeiras para o ingresso do capital internacional) implementadas pelo regime burguês-militar, ver: Sochaczewski (1993).
[156] Furtado (1972).
[157] Ibidem.

particularmente, a ampliação do mercado de consumo de bens duráveis através do aumento absoluto e relativo do poder de compra das classes médias altas (ou seja, modernização dos padrões de consumo)[158].

Para tanto, as ações burguesa-militares giraram em torno de três elementos básicos: (i) controle e orientação do processo inflacionário no nível da renda que auxiliaram na formação da poupança das classes médias-altas; (ii) fornecimento de abundantes canais de créditos e subsídios que premiam os consumidores de bens duráveis; e (iii) ajustamentos do mercado financeiro em função das classes médias-altas. Daí a política de arrocho salarial em função de aumentar o poder de aquisitivo desse segmento social privilegiado no mercado industrial de bens correntes de consumo. O objetivo era o de associar este perfil de demanda ao mercado de consumo de bens duráveis – perfil este com elevada capacidade de absorção de efetivos de incremento de produtividade. Assim, o regime burguês-militar criou a possibilidade aumentos produtivos para parcela da economia industrial voltada ao consumo de bens duráveis. Em outras palavras, o caminho foi o de reduzir a ociosidade da capacidade de produção instalada através da dinamização da demanda das classes médias altas no mercado de bens de consumo duráveis. Neste processo, o capital internacional é certamente o mais favorecido, visto sua dominação e seu controle sobre os setores produtivos mais dinâmicos e desenvolvidos da economia industrial subdesenvolvida[159].

Em linhas gerais, a saída estratégica implementada pelo regime burguês-militar seria buscada num processo de *concentração dinâmica da renda e da riqueza* estendida às classes médias-altas em detrimento do geral das classes trabalhadoras, dadas as tendências à estagnação de longo prazo da economia industrial subdesenvolvida[160]. Mais especificamente, em detrimento do empobrecimento (também ou principalmente) do enorme contingente de trabalhadores negros na sociedade brasileira. Com isso, *a concentração dinâmica da renda e da riqueza* tem, paralelamente, fortes vínculos históricos com o que podemos chamar de *concentração racialmente dinâmica da renda e da riqueza*

---

[158] Ibidem. Serra (1982: 35-36) ressalta a seguinte questão: “Considerando o conjunto deste ciclo, cabe levar em conta que o crescimento da produção de bens duráveis de consumo esteve muito à frente do correspondente aos bens de capital (23,6 contra 18,1 por cento ao ano). A produção de bens de capital se acelerou intensamente apenas após 1970. [...] o crescimento agrícola em ambos os ciclos expansivos manteve-se a um nível modesto, apenas superior ao observado no conjunto do período pós-guerra. É fundamental levar em conta, por outro lado, que o ciclo II a parcela da produção correspondente às exportações agrícolas aumentou consideravelmente, em prejuízo dos alimentos para consumo interno”

[159] Furtado (1972).

[160] Para maiores considerações sobre a tendência à estagnação da economia brasileira a longo prazo de maneira revisitada, ver Hadler (2006) e Carmo Sobrinho (2001). Hadler (2006: 13-14) resume o pensamento de Celso Furtado sobre o problema entre crescimento econômico e estagnação a longo prazo das economias subdesenvolvidas.

na economia industrial subdesenvolvida[161]. Daí a institucionalidade do capitalismo dependente para acomodar os conflitos raciais, sociais ou regionais de diversas maneiras, fazendo prevalecer a estabilidade econômica e social.

A política de arrocho salarial durante a década de 1960, assim como os subsídios às exportações de manufaturas na segunda metade da década de 1960 em favor de incentivar a expansão das atividades econômicas, se apresentam como outras das estratégias de desenvolvimento nacional do regime burguês-militar[162]. O rebaixamento dos salários até 1966 se ajustou aos desequilíbrios financeiros da economia brasileira (em particular no setor industrial de consumo corrente). Após isso, com a retomada da expansão econômica, a dilatação do diferencial entre o salário real e a produtividade no setor moderno dá espaço a um maior excedente social que, parte deste excedente, seria retido pelo Estado burguês e direcionado para o financiamento do investimento público e, por conseguinte, para a geração de um fluxo mínimo de novos empregos para que se evite o agravamento do dualismo estrutural da economia[163]. Por aí se vê a necessidade da criação do sistema financeiro habitacional em favor da geração de novos empregos dadas as flexibilizações financeiras. Empregos, os quais, em alguma medida, impeliram para a absorção de trabalhadores negros a baixos salários – não obstante a massiva participação dos trabalhadores negros em atividades econômicas menos dinâmicas ou "atrasadas"[164]. Parece que o sucesso do projeto econômico do regime burguês-militar seria por estar ancorado no rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores negros no Brasil[165].

---

[161] Para algumas considerações, verificar a precisa síntese de Gonzalez (1980: 20-27) e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentados por Hasenbalg & Valle Silva (1988). Sobre as origens históricas do padrão de distribuição da renda e da riqueza no Brasil, as considerações de Hoffman (1975) são pertinentes. Aqui, Hoffman (1975: 112-113) esclarece que: "As distribuições da renda e da riqueza em um país parecem ser características bastante *estáveis* [grifo nosso], isto é, na ausência de revoluções sociais, os índices de concentração só se modificam lentamente [...]. A relativa estabilidade dos padrões de distribuição da renda e da riqueza de um país mostra a importância de análise histórica para compreender o atual grau de concentração. Essa estabilidade mostra, também, que intenções de diminuir, no futuro, o grau de concentração da renda não serão facilmente executadas, seja por razões econômicas, seja por razões sócio-politicas [...]". Hoffman (1975: 113) acentua as seguintes conclusões da obra de Celso Furtado "Formação Econômica do Brasil", 1944, p. 149: "[...] abolido o trabalho escravo, praticamente nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo da distribuição da renda". E inda continua com suas próprias palavras a discussão: "O crescimento da indústria brasileira no decênio 1960-70 caracterizou-se, também, por um nítido aumento do grau da concentração tanto da renda quanto do poder econômico. Mas esse processo de concentração se deu a partir de um padrão de distribuição já bastante concentrado [por estar historicamente determinado]". Ademais, infelizmente, a falta do quesito "raça" retirado do censo demográfico de 1970 nos limita para aprofundar as nossas investigações sobre os trabalhadores negros na sociedade de capitalismo dependente. Para uma contextualização que assinala nos pormenores a regressividade da repartição da renda no regime burguês-militar, verificar os escritos de Singer (1975). Serra (1982: 36) também aponta a seguinte conclusão: "[...] a maior concentração pessoal da renda [...] permitiu o aumento do poder de compra dos grupos médios-altos".

[162] Furtado (1972).

[163] Ibidem.

[164] Gonzalez (1980).

[165] Ibidem.

Por fim, os subsídios às exportações visavam incentivar a participação em atividades industriais no comércio internacional [166]. Neste cenário, pela própria natureza da industrialização brasileira, as indústrias de bens de consumo duráveis vinham se transformando crescentemente em suplementares encargos financeiros às contas externas. Por serem controladas pelos grupos estrangeiros e pela riqueza social passar por um processo de desnacionalização através do processo de industrialização, as indústrias mais dinâmicas da economia brasileira foram impulsionadas à geração de divisas que estimulassem seus próprios projetos[167].

Ancoradas em medidas econômicas em favor do capital internacional, o período de crescimento econômico (1967-1973) foi baseado no rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros. Um exemplo claro é que a fome aumentou no regime burguês-militar[168]. A crise posterior nos quadros institucional, fiscal, inflacionário, monetário e financeiro da economia brasileira, sinalizaria o esgotamento do padrão de acumulação capitalista assimilado desde meados da década de cinquenta[169]. Em especial, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) agravou o problema da dívida externa, levando ao paroxismo a condução da política econômica[170]. O capitalismo brasileiro, combinado aos movimentos gerais do sistema capitalista mundial, parecia alcançar a sua expressão máxima com a eclosão do “milagre brasileiro”, contudo, não existia nem democracia, nem soberania nacional.

2.3 Aspectos políticos da contrarrevolução burguesa

O Golpe de 1964 representa o desfecho das possibilidades historicamente abertas para o prelúdio da revolução brasileira, e, ao mesmo tempo, a conclusão da “revolução burguesa” possível no País. O Estado burguês fortaleceria, daí, seu poder político de

[166] Furtado (1972).
[167] Ibidem.
[168] Vasconcelos (2005).
[169] Para mais, sobre os aspectos políticos e econômicos do “milagre brasileiro”, ver Gonzales (1980), Hadler (2012) e Rodrigues & Campos (2018). Sobre a duração do “milagre econômico”, a fase que estamos tratando se estende de 1967 a 1973, em que se verifica a aceleração do crescimento econômico (Furtado, 1972; Serra, 1982). Sobre o problema do endividamento, ver Cruz (1995) e Furtado (1982).
[170] Furtado (1983: 13) resume o grave problema brasileiro da seguinte maneira: “Pelo menos em torno de um ponto já existe consenso entre brasileiros: nosso país foi conduzido a uma situação de extrema gravidade, sem paralelos na história republicana. Tudo entre nós depende do Estado, e este não apenas perdeu o rumo, mas está com seus instrumentos de controle e comando seriamente avariados. Não se trata de uma crise, circunscrita a certos setores econômicos, de desajustamentos criados por uma conjuntura internacional adversado. É o sistema econômico como um todo que se encontra à deriva. Apenas as atividades especulativas prosperam. Não existe iniciativa de novos investimentos reprodutivos, e o parque industrial de que se havia dotado o País está sendo desmantelado”.

maneira militarizada contra o povo e se moldaria completamente aos ritmos e regras do "imperialismo total" e de sua superestrutura contrarrevolucionária[171].

O desencadeamento da contrarrevolução burguesa no Brasil, como atributo político inerente ao próprio desenvolvimento da civilização burguesa[172], se torna, então, algo necessário historicamente. Tanto para assegurar a expansão do setor industrial a reboque do capital internacional, quanto para impedir e mesmo adulterar qualquer processo revolucionário dos trabalhadores. Neste cenário, é preciso levar em consideração os elementos políticos internos e externos.

Primeiro, os elementos políticos internos de herança colonial e escravista que se combina à modernização capitalista (e vice-versa). O regime burguês-militar emergiu como uma contrarrevolução não porque se tratava efetivamente de uma ação preventiva contra o "comunismo internacional", o que não passava de pura propagação ideológica e política em um contexto de "Guerra Fria"[173]. Mas, em essência, porque o que se buscava impedir e mesmo adulterar de fato era a transição da "democracia restrita" para a "democracia de participação ampliada". Ou seja, o que se buscava era a dilatação das vias de participação popular do sistema institucional da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente, as quais ameaçavam o início da consolidação de um regime democrático no qual diversos setores das classes trabalhadoras estavam contando com gradual espaço político. Colocar um fim a esse processo e mesmo retrocedê-lo, suprimindo de vez este espaço político de gradual participação efetiva das classes trabalhadoras, corresponderia não apenas a enunciar que era preciso impedir ou interromper a "revolução dentro da ordem", todavia, também, era preciso restaurar um *status quo*, no qual as ditas "franquias democráticas" apenas apresentariam eficácia social para as classes burguesas brancas[174].

Assim, as ações contrarrevolucionárias do poder autocrático-burguês de capitalismo dependente visam impedir e adulterar de diversas maneiras as ações dos trabalhadores negros não somente a partir de "dentro para dentro", contudo, ao mesmo tempo, a partir de "dentro para fora".

Por um lado, era notória, sobretudo, a adesão à tese sobre a existência real de uma democracia racial no Brasil e à extrema perseguição e repressão social aos movimentos negros brasileiros e seus representantes, bem como à população negra em geral. As perseguições como meio de assegurar que a "*revolução*" de 1964 fosse "*irreversível*", a qual, em particular, "*consolidou a democracia no Brasil*" e, concomitantemente, implica que

[171] Rodrigues & Campos (2018).
[172] Chagas (2018).
[173] Fernandes (1978).
[174] Ibidem.

o "*negro tem que ir pro pau*", foram ações comuns ou processos normais na sociedade brasileira[175]. Trata-se de um problema de herança colonial que visa à degradação do padrão de vida dos trabalhadores negros e extirpá-los do campo político-social, da maneira mais violenta e perversa possível. Mas, trabalhadores negros estes que não deixaram de estar mobilizados contra o regime burguês-militar[176]. Na realidade, a recomposição do passado escravista que essencialmente resiste, expressas pelas práticas políticas reacionárias, é um elemento normal na sociedade de capitalismo dependente, e que se combina à modernização capitalista e à degradação do nível de vida dos trabalhadores negros e da classe trabalhadora como um todo. A lei de Segurança Nacional e as explícitas perseguições nas figuras de Abdias do Nascimento, Milton Santos, Esmeraldo Tarquínio, Joel Rufino dos Santos e Zózimo Bulbul; ou mesmo as mortes e desaparecimentos de Alceri Maria Gomes da Silva, Carlos Maringhella, Helenira Rezende de Souza, Abílio Clemente Filho, Ieda Santos Delgado, dentre outros exemplos, caracterizam parcialmente a questão[177]. Adicionalmente, o debate público sobre a questão racial no País foi interditado[178]. A agenda de pesquisa sobre relações raciais desenvolvida pré-1964 no meio universitário e fora dele perdeu o espaço que tinha, dando lugar a outras expressões teórico-conceituais que, muitas das vezes, não condizem com a realidade histórica brasileira. Há também sérias reverberações na própria elaboração do censo demográfico que retira o quesito raça/cor de sua pesquisa. Enfim, pela própria natureza histórica autocrática da revolução burguesa brasileira, a revitalização do passado escravista a fim de combiná-los e articulá-los com o processo de modernização brasileira seria peça fundamental para o processo contrarrevolucionário desencadeado no Brasil. Dadas as particularidades históricas das relações raciais brasileiras, o sistemático racismo contra os trabalhadores negros seria elemento fundamental para assegurar o *isolamento em bloco* entre classes burguesas brancas e trabalhadores negros, enquanto atributo contrarrevolucionário, além de ser um instrumento de cisão da própria classe trabalhadora como um todo, para garantir *a superexploração da força de trabalho*. Isso tudo articulando "a partir de dentro", sendo parte das estruturas e dos dinamismos do desenvolvimento do capitalismo dependente.

[175] Comissão da Verdade (2015).
[176] Rios (2014).
[177] Rios (2014) e Comissão da Verdade (2015).
[178] Rios (2014). Ainda assim, os movimentos negros no Brasil não pararam de se articular. E isso é um elemento importante. Neste período de ditadura burguesa-militar, a mobilização dos movimentos negros ocorreu em todo o País.

Por outro lado, era evidente que a política externa de Estado praticada pelo regime burguês-militar e seus representantes, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, ilustravam de modo propositalmente ludibriador a ideia ou uma autoimagem de que o "Brasil potência" era um país racialmente harmonioso[179]. O Festival Pan-Africano de Arte e Cultura (Festac), em 1977, e as tensões políticas em torno da delegação brasileira e do governo de Senegal podem ser alguns dos exemplos. Ali, é possível perceber como a condução da política externa era orientada e associada à tese de existir uma democracia racial no Brasil. Este cenário fez parte da política de Estado, determinou um papel global para o Brasil e estimulou toda uma geração de diplomatas, intelectuais e artistas através das relações externas entre Brasil-África. A despeito disso, dentro do rol de práticas da ditadura burguesa-militar (o apoio ao colonialismo português, ações diplomáticas ultrarreacionárias, etc.), existiam as explícitas perseguições internacionais para com representantes dos movimentos negros que tentavam denunciar o racismo no Exterior – como foi o caso de Abdias do Nascimento[180]. Daí que a questão não se limitou apenas a um problema de práticas reacionárias na sociedade brasileira, mas, concomitantemente, a uma autodifusão do Estado burguês ao meio internacional enquanto "*racial democracy*" baseado na *Brazilian race mixture*, como um verdadeiro paraíso racial.

Um segundo aspecto são os elementos políticos externos. O golpe de Estado das forças militares e das classes burguesas brancas e suas elites não é senão parcela de um ciclo político contrarrevolucionário maior que se espraiou pelas periferias do capitalismo mundial[181]. Os golpes foram modelados pela irrupção de certa "urgência" associada à doutrina do "desenvolvimento com segurança" do centro capitalista para as nações periféricas. Na realidade, o centro do sistema capitalista acabou levando às periferias não apenas a ameaça de "subversão comunista da ordem"[182]. Elas corroeram ao limite ou mesmo tolheram de maneira perniciosa – instrumentalizando de modo complexo lemas ideológicos e mesmo práticas em "defesa da ordem" e para a "interdependência do Ocidente" – diversos modelos de revoluções nacionais e democráticas em processo nas sociedades periféricas. Desta forma, sujeitando o processo de modernização das sociedades e, especificamente, as paulatinas transições democráticas à dominação e ao controle autocrático-político e policial-militar extremamente rígidos, através dos quais as classes trabalhadoras foram submetidas a um processo espoliativo de "banimento da cena histórica". Daí que o estímulo internacional não se restringiu somente em assegurar e

[179] Dávila (2010).
[180] Ibidem.
[181] Fernandes (1978) e Coggiola (2001).
[182] Fernandes (1978).

fornecer vitalidade necessária às expressões da contrarrevolução do caso brasileiro. Ele irrompe nas periferias do sistema capitalista mundial como uma necessidade própria e de urgência de minar e extinguir a mudança revolucionária que, no limite, se colocava como impossível de ser equacionada aos interesses conservadores e reacionários[183].

As perseguições e o chamado "terrorismo de Estado burguês", reforçados de sobremaneira neste período contra movimentos negros, populares, sindicalistas, estudantis e intelectuais, foram ações comuns ou processos normais nas sociedades latino-americanas[184]. As modalidades de perseguição e terrorismo eram variadas. Entre 1976 e 1983, por exemplo, funcionaram 362 campos de concentração e extermínio em território argentino[185]. As torturas eram outros instrumentos práticos recorrentes contra os trabalhadores na ditadura burguesa-militar na América Latina[186], o que não deixou de ter uma dimensão racial entre os trabalhadores, como demonstra a conhecida fala supracitada do delegado Luiz Abdala sobre o chamado "pau de arara" – o que é um elemento do passado escravista contra o negro. De outro lado, a necessidade de propagação ideológica da "democracia racial brasileira" no cenário internacional é um requisito básico ao regime burguês-militar no Brasil[187]. Mas, concomitantemente, as ideias de "revolução" e "democracia" associadas aos regimes burguês-militares eram utilizadas por diversos países latino-americanos, o que inclusive fazia parte de articulações do cenário internacional[188]. Tudo isso em busca de um complexo alinhamento dos interesses e privilégios sociais entre as classes burguesas brancas do centro e da periferia do mundo capitalista – em nome da reprodução doutrinária do "desenvolvimento com segurança" e do "anticomunismo" sob controle e dominação externas[189].

2.4 Aspectos teórico-conceituais da contrarrevolução burguesa

O problema da contrarrevolução permanente é visto não somente em seus aspectos econômicos, políticos e jurídicos, em que o padrão de dominação burguesa branca e sua associação aos militares são elementos fulcrais. Mas, também, em seus aspectos socioculturais e teórico-conceituais. Afinal: "[...] não há revolução sem teoria revolucionária. Contudo, *também não há contrarrevolução sem teoria contrarrevolucionária* [grifo nosso]"

[183] Ibidem.
[184] Coggiola (2001) e Comissão da Verdade (2015).
[185] Ibidem.
[186] Ibidem.
[187] Dávila (2010)
[188] Coggiola (2001) e Dávila (2010).
[189] Fernandes (1978).

(Fernandes, 2010: 55). As ações contrarrevolucionárias não são dissociadas de teorias contrarrevolucionárias que emergem com a implantação do Estado autocrático-burguês e de seus representantes diretos e indiretos. A corrente teórica contrarrevolucionária está entre as estratégias das classes burguesas brancas, particularmente coberta de imprecisões e de lacunas histórico-sociais, que visam, sobretudo, impedir ou adulterar o desencadeamento de processos revolucionários nas sociedades de capitalismo dependente de tipo subdesenvolvido – uma tarefa banida do debate público por nossa revolução burguesa de tipo atrasada[190]. A internalização de centros doutrinários forneceu amplamente bases às teorias contrarrevolucionárias[191].

Neste contexto contrarrevolucionário, as ciências sociais e a historiografia, por exemplo, passaram por uma inflexão que revela as profundas mudanças que o debate teórico vinha experimentando[192]. Existe uma revisão dos supostos fundamentais da economia política cepalina, do marxismo brasileiro, entre outros, ou simplesmente um transplante das nações imperialistas de novos arcabouços teórico-conceituais que, seja de um lado ou de outro, quase sempre ou com raras exceções, não guardam quaisquer similaridades com a realidade histórica brasileira ou se distanciam do sentido da formação[193]. O movimento de revisão teórica e de transplante de arcabouços teórico-conceituais ganhou raízes firmes nas pós-graduações das universidades brasileiras e, quando conduzidos ao limite, foi levado ao paroxismo pelas tendências à especialização e à fragmentação das ciências sociais e historiografia que se aprofundam após a consolidação da ditadura burguesa-militar[194].

Não por acaso, também, chama-se a atenção para a crise dos paradigmas na sociologia[195]. Ou, ainda, para a crise dos paradigmas na historiografia[196]. Os estudos e pesquisas sociológicas, por exemplo, acabam por privilegiar a pesquisa empírica e as indagações pautadas nas singularidades e/ou particularidades, o que ganhará fortes impulsos especialmente a partir dos anos 1970[197]. O objeto sociológico passa a ser o indivíduo, o ator social, a ação social, o movimento social, a identidade, a diferença, o quotidiano, a escolha racional[198]. Além disso, a presença de um arcabouço teórico

[190] Para as nossas considerações sobre a tarefa banida por nossa revolução burguesa de tipo atrasada, ver Fernandes (1990).
[191] Observar a tese de Chagas (2018).
[192] Perruso (2008) e Costa (2017).
[193] Sampaio Júnior (1997), Sampaio Júnior (1999) e Perruso (2008).
[194] Perruso (2008) e Rodrigues e Campos (2018).
[195] Ianni (1989).
[196] Novais e Silva (2011) e Costa (2017).
[197] Perruso (2008) e Ianni (1989).
[198] Ianni (1989) e Perruso (2008).

nitidamente contrarrevolucionário, como, por exemplo, a teoria do capital humano, que toma conta das universidades e demais instituições burguesas. A historiografia também sofre uma importante inflexão no tocante às interpretações sobre a escravidão, por exemplo – passando a carecer de uma avaliação estrutural do problema da escravidão e mesmo retornando às linhas freyrianas de análise, como observado por Gorender (1990).

Em síntese, a crise social, econômica, jurídica e política na sociedade brasileira é conjuntamente uma crise institucional e do pensamento crítico no Brasil. Na realidade, para a dominação burguesa autocrática na era do "imperialismo total", era preciso cimentar as brechas à participação democrática e à descolonização. Para isso, ela acabou assumindo a função de estrangular o pensamento preocupado na superação definitiva da dupla articulação que bloqueia a formação das bases econômicas, sociais, políticas e culturais de maneira autônoma e democrática.

É neste contexto histórico, político, econômico, social, institucional e intelectual que diversos cientistas sociais apresentam teses em diversas instituições. Carlos Hasenbalg apresenta pela primeira vez sua tese ao Brasil no ano de 1979[199]. Ela é fruto do doutorado defendido pelo departamento de sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley (UCLA) em 1978, com o título: *Race Relations in Post-Abolition Brazil: The Smooth Preservation of Racial Inequalities*, sob a orientação de Robert Blauner. De acordo com o próprio Hasenbalg: "O foco da pesquisa centrou-se na estratificação racial e nos mecanismos societários que reproduzem as desigualdades raciais"[200]. A tese defendida por Carlos Hasenbalg veio tanto para contestar os economistas ortodoxos, quanto para preencher as lacunas abertas pela crise institucional e intelectual do País. Desta forma, contestando não apenas as teses contrarrevolucionárias do regime burguês-militar, mas, ao mesmo tempo, revisando criticamente o pensamento brasileiro pré-1964 – o qual não deixou de se desenvolver após 1964. Em suma, foram as revisões de Carlos Hasenbalg e suas alternativas teóricas sobre as desigualdades raciais no Brasil que fizeram dele um dos principais expoentes do pensamento brasileiro após a década de 1970.

As revisões feitas pelo sociólogo argentino Carlos Hasenbalg sobre as desigualdades raciais no Brasil fundamentalmente avaliam o debate teórico sobre o negro na formação nacional e apresentam suas explicações a partir dos *ciclos das desvantagens cumulativas*. Particularmente, o autor considera a reprodução das desigualdades raciais como sendo desvantagens acumuladas ao longo do ciclo individual da vida dos negros no desenvolvimento capitalista.

---

[199] Guimarães (2016) resume a trajetória e o legado de Carlos Hasenbalg.
[200] Hasenbalg (2014: 910).

Ao observar a transição da sociedade escravista à sociedade industrial e urbana, o objetivo primordial do sociólogo foi "[...] desenfatizar o legado do escravismo como explicação das relações raciais contemporâneas e, em vez disso, acentuar o racismo e a discriminação depois da Abolição como as principais causas da subordinação social dos não brancos e seu recrutamento para posições sociais inferiores"[201]. Aqui, o autor se distancia das contribuições e explicações histórico-estruturais sobre a escravidão e suas consequências referente à reprodução das desigualdades raciais após a Abolição. Neste sentido, cada vez mais distantes estamos da escravidão, menos ela serve para explicar a reprodução das desigualdades raciais na sociedade moderna. Então, as desigualdades raciais são reproduzidas de acordo com os elementos racistas de subordinação acumulados ao longo da vida individual pela população negra, passados de geração para geração na sociedade moderna. E a própria discriminação racial e o racismo se renovam após a Abolição.

Em segundo lugar, posto que o problema racial não se dilui com o desenvolvimento capitalista brasileiro, a hipótese sugerida pelo sociólogo considera a possibilidade de uma coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista, não obstante, o desenvolvimento capitalista reduza limitadamente as desigualdades raciais[202]. Aqui, o autor acaba por não evidenciar adequadamente as contribuições histórico-estruturais sobre desenvolvimento econômico e industrialização. Como veremos adiante, o sociólogo acaba por mobilizar categorias que não condizem com a realidade histórica brasileira. Por fim, evidencia na ação política, sobretudo focada nos movimentos sociais negros, um núcleo para a ampliação substancial da democracia brasileira por meio do Estado burguês.

Por outro lado, a teoria do capital humano surge e se desenvolve efetivamente nos Estados Unidos nos anos de 1960. Esta teoria aparece como uma resposta dos economistas ortodoxos aos movimentos negros e seu crescente protagonismo no País. A finalidade política da teoria seria operar em função da desarticulação de uma conjuntura revolucionária mobilizada pelos trabalhadores negros norte-americanos. É neste contexto histórico que tal teoria surge e se difunde no Brasil. Aqui, no Brasil, sua aplicabilidade é associada à existência de uma idealizada "democracia racial". A teoria do capital humano ainda continua sendo uma das respostas mais difundidas pelos economistas ortodoxos para solucionar os problemas brasileiros relacionados ao desenvolvimento econômico, desigualdades sociais e discriminação racial[203] – ainda que a teoria surja no Brasil com

[201] Hasenbalg (2014: 910).
[202] Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1982).
[203] A tese apresentada por Fernandes (2012), por exemplo, sintetiza a mudança da qualidade do argumento.

base na recusa da existência de um problema racial. A acumulação de capital humano promoveria melhorias sociais para a mão de obra, corrigiria a discriminação racial no mercado de trabalho e deteria impactos positivos sobre o desenvolvimento econômico.

A teoria do capital humano tem como proposta lógica básica aperfeiçoar o funcionamento dos mercados em sua relação com o capital humano, salientando uma dinâmica circular entre aumento na acumulação de capital humano, maiores habilidades da mão de obra, uma maior produtividade marginal do trabalho e, por sua vez, maiores salários, dadas as características de demanda e oferta de mão de obra que condicionam os salários de equilíbrio e os demais pressupostos gerais do modelo microeconômico da teoria neoclássica. Os trabalhos de Cláudio de Moura Castro [204] e Mário Henrique Simonsen[205] são alguns dos estudos seminais que colocam o problema racial em debate na ditadura burguesa-militar. Eles salientam a inexistência de um problema racial brasileiro, associando a aceleração do crescimento econômico à redução das desigualdades sociais[206]. Os estudos de Langoni (1973) e de Pastore (1973), ainda que se apropriando do mesmo arcabouço teórico supracitado, sequer relacionam a discriminação e a teoria do capital humano à questão racial brasileira. Algumas das críticas internas à teoria do capital humano podem ser vistas em Velloso (1975) e Lima (1980), apresentando a hipótese da segmentação do mercado de trabalho que, sobretudo nos anos 1990 e nos anos 2000, será incorporada para explicar a condição dos negros no mercado de trabalho.

A partir da década de 1980, o problema racial brasileiro começa a se tornar um elemento passível de consideração para a economia ortodoxa[207]. Nesse momento, se associam, de um lado, uma teoria contrarrevolucionária que emergiu na ditadura burguesa-militar em função dos interesses das classes burguesas na era do “imperialismo total”, que recusam a existência de um problema racial brasileiro, e, de outro lado, uma herança da contrarrevolução burguesa e seu aperfeiçoamento e radicalização posteriores, dentro do qual reconhece minimamente a existência da discriminação racial ou da raça, sem se desfazer dos núcleos duros da teoria neoclássica da discriminação, estando associado à

[204] Castro (1973).
[205] Simonsen (1977).
[206] Os autores ortodoxos e a inexistência do debate racial são levantados em Chadarevian (2009b).
[207] Os argumentos de Silva (1983) sobre o modelo econométrico são esclarecedores para a nossa constatação: “[...] O poder de explicação de modelos em que as variáveis referem-se especificamente aos indivíduos e empresas são baixos e, nesse trabalho, raramente, ultrapassam 50%. Esse é um resultado esperado. Certamente muitas outras variáveis não captadas pelo modelo interferem nos salários individuais. Por exemplo, relacionamentos familiares, momento de ingresso no mercado de trabalho (em períodos recessivos ou de crescimento econômico), aparência física, traços de personalidade, etc.., são variáveis importantes mas de difícil aferição; por isso não são, geralmente, estudadas em trabalhos como este. Ao trabalhar-se com variáveis médias, essas características tendem a anular-se dentro dos estratos escolhidos, aumentando o poder de explicação das variáveis tradicionalmente utilizadas”.

reforma da autocracia burguesa em função da “abertura democrática” estabelecida na sociedade brasileira.

2.5 A perspectiva de Mário Henrique Simonsen

O trabalho de Mário Henrique Simonsen publicado no ano de 1972 se insere dentro do arcabouço teórico ortodoxo. Os problemas do desenvolvimento econômico e das desigualdades na distribuição pessoal da renda são apresentados com dois supostos básicos: (i) a economia de escassez e (ii) o capital humano.

De acordo com o economista, até mesmo as mais profícuas experiências de desenvolvimento econômico estão suscetíveis às críticas teóricas e às desigualdades sociais características do processo de aceleração do crescimento econômico. Em linhas gerais, o economista argumenta ser natural que em certas fases do processo de desenvolvimento econômico se elevem as desigualdades sociais, pois a passagem de uma etapa de estagnação ou semiestagnação para uma etapa de aceleração do crescimento econômico costuma exigir sacrifícios sociais que normalmente envolvem certo aumento da concentração da renda nas mãos de determinados segmentos sociais ou no Estado[208]. A concentração da renda e da riqueza são explicadas pelo economista de três maneiras: (i) pela forma que a concentração assume – que é a forma de que “todos foram favorecidos” com o processo de desenvolvimento econômico entre 1960 e 1970 –, não obstante os pobres terem enriquecido proporcionalmente menos relativamente aos ricos; (ii) pelo fato de as causas da concentração estarem nas forças de mercado, que determinam os salários, e nas desigualdades de qualificação da mão de obra somadas à política salarial institucionalizada em 1965; e (iii) pelo agravamento das causas da concentração da renda e da riqueza ocorrerem: (a) por meio da elevação dos lucros na fase de aceleração do crescimento econômico, que, como consequência, fez a renda dos ricos aumentarem; e (b) ocorrerem por meio do aumento sociodemográfico dos segmentos mais pobres da população brasileira[209].

No primeiro caso, a forma assumida da concentração da renda e da riqueza repousa na explicação de que o “bolo cresceu para todos”, mas desproporcionalmente, tendo a participação relativa dos pobres na renda total caído progressivamente. Isso significa que, com o “aumento do bolo” (e isso implica a elevação da renda real *per capta*), o poder aquisitivo absoluto da sociedade se eleva, todavia, desproporcionalmente entre os

[208] Simonsen (1972).
[209] Ibidem.

segmentos ricos e os segmentos pobres e em detrimento da queda da participação dos pobres na renda nacional[210].

No segundo caso, as causas da concentração da renda e da riqueza repousam em uma explicação básica: elas estão intrínsecas às livres forças que organizam o mercado do trabalho assalariado, as quais, postas a política salarial de 1965 e a aceleração do crescimento econômico verificado sobretudo após 1967, empregaram desigualmente o fator de produção trabalho[211]. De um lado, havia uma escassez de mão de obra qualificada e uma enorme demanda por ela, o que favoreceu o aumento dos salários desse segmento qualificado para além da média estabelecida pela Lei 4.725 de 1965. De outro lado, havia uma "superabundância" da mão de obra não qualificada, que não estimulava os empregadores a pagarem salários para além do legalmente estabelecido. Aqui, está a própria ênfase na relação atomística de se remunerar a mão de obra de acordo com a sua qualificação (capital humano) e, de modo subjacente, a existência de uma relação entre produtividade e remuneração da mão de obra (isto é, a remuneração da mão de obra ocorre de acordo com sua contribuição à produtividade).

Por fim, no terceiro caso, o agravamento da concentração da renda e da riqueza advêm tanto do aumento sociodemográfico da população brasileira, quanto do aumento dos lucros dos ricos. Com a aceleração do crescimento econômico, as empresas tiveram substanciais elevações dos lucros que, por sua vez, resultaram no aumento da renda dos mais ricos. A ausência individual de controle de natalidade e planejamento familiar dos mais pobres, por ignorância deles e por certa dose de omissão do Governo, contribuiu para o crescimento populacional e, por conseguinte, para a elevação da pressão da mão de obra não qualificada no mercado de trabalho sobre as desigualdades individuais da renda[212].

As desigualdades sociais no Brasil são comparadas com as de outros países pelo economista ortodoxo. Quando comparadas com as desigualdades sociais dos países latino-americanos, o nível das desigualdades sociais no Brasil pode ser considerado "normal". De acordo com o economista, isso é visto quando observado os dados de El Salvador, México, Costa Rica e Panamá, países que detêm coeficientes de Gini superiores (mais próximos de 1) relativamente aos do Brasil, da Colômbia e da Argentina (ambos países com os mesmos coeficientes) – a despeito dos casos norte-americano e do Reino Unido, os quais detêm coeficientes mais próximos de zero. No fundo, a ideia a ser transmitida é a de que as desigualdades não são tão grandes quando comparadas a outras

[210] Ibidem.
[211] Ibidem.
[212] Ibidem.

economias e sociedades mundiais similares às nossas. Daí mais um motivo para considerar as desigualdades um processo “natural” em algumas etapas do desenvolvimento econômico, pois, no médio prazo, o problema tende para a estabilização[213].

Segundo o economista, em certas etapas de “transição rowstoniana”, o processo de desenvolvimento econômico necessariamente eleva os índices de desigualdades sociais. A transição de uma etapa de estagnação ou semiestagnação (precondições para o arranco) para uma aceleração do crescimento econômico (arranco econômico) costuma exigir certas renúncias ou “custos de oportunidades” que naturalmente envolvem a elevação das desigualdades sociais. De um lado, por causa do grande dinamismo estimulado pelo setor moderno, o qual engendra a aceleração do crescimento econômico que, normalmente, reflete em um aumento dos lucros das empresas e, por conseguinte, em uma elevação das rendas dos mais ricos[214]. De outro lado, porque há o imperativo da existência das desigualdades sociais com o fim de remanejamento dos recursos econômicos entre propensos consumidores e poupadores, os quais estimularão os investimentos privados na produção, dadas as estruturas institucionais de financiamento de projetos empresariais. Para além disso, a aceleração do crescimento econômico produz, como corolário da transição, uma distinção entre mão de obra qualificada e não qualificada, estimulando ainda mais a procura de mercado e os preços dos distintos fatores de produção de trabalho (qualificados e não qualificados). Por fim, é necessário que o mercado estabeleça um “sistema de prêmios” àqueles que se destacam por seus esforços em termos de capacidade técnica e empresarial, o que corresponde empregar uma mão de obra mais bem qualificada para absorção do capital físico com elevada tecnologia. Portanto, com o primeiro impulso do desenvolvimento econômico (curto prazo), as desigualdades sociais se tornam um imperativo e mais agudas. Somente em uma outra etapa em que a economia opere a taxas mais estáveis (de médio prazo) com a maior intensificação da demanda por mão de obra em todos os níveis é que se costuma ocorrer a tendência à diminuição das desigualdades sociais[215].

Uma das alternativas encontradas pelo economista ortodoxo para a diminuição das desigualdades sociais seria as políticas sociais de expansão do sistema educacional brasileiro, como forma de maximizar a democratização das oportunidades entre os ofertantes da mão de obra qualificados e não qualificados no mercado de trabalho assalariado[216]. Isso significa não apenas que ofertantes da mão de obra estejam

[213] Ibidem.
[214] Ibidem.
[215] Ibidem.
[216] Não obstante se admita que seja uma proposta que não envolva uma substancial diminuição das

relativamente no mesmo nível de qualificação no momento de competição das oportunidades no mercado de trabalho assalariado, o que corresponderia à homogeneização dos agentes do trabalho, mas que o ritmo de criação de empregos e a absorção das oportunidades garantiriam a diminuição das desigualdades sociais[217]. A hipótese subjacente trazida pelo economista reside no aumento da acumulação de capital humano e, por conseguinte, na elevação da produtividade marginal do trabalho e dos salários e a correspondente redução nas desigualdades sociais no mercado de trabalho assalariado, mantendo o nível de crescimento econômico, sem que exista quaisquer outros elementos sociais e/ou mesmo raciais que estejam associados a esta dinâmica econômica. O economista ortodoxo resume o problema da seguinte maneira:

> A primeira dessas medidas consiste em alargar o sistema educacional do país, de modo a maximizar a democratização das oportunidades. As grandes diferenças individuais de renda no país resultam menos da falta de mobilidade social *(o Brasil, nesse sentido, parece satisfatoriamente isento de preconceitos e castas)* [grifo nosso] do que das desigualdades de padrão educacional. A ampliação da rede de ensino fundamental gratuito, o aumento acelerado das vagas nas universidades são fatores que promoverão, a médio prazo, um melhor ajuste entre oferta e procura no mercado de trabalho, contribuindo para uma diminuição do hiato das rendas individuais, e para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa do ponto de vista distributivo (Simonsen, 1977: 60).

Para que a hipótese seja adequada ao caso brasileiro, é preciso abdicar de certos fatores sociais ou mesmo raciais, isto é, considerar que a sociedade é satisfatoriamente isenta de preconceitos e castas, para, então, tecer as previsões de que as desigualdades sociais engendradas pelo desenvolvimento econômico poderiam ser estabilizadas no médio prazo, em alguma medida mínima, de acordo com a elevação da acumulação de capital humano pelos ofertantes de mão de obra que não têm qualificação. Daí que a proposta se centra na expansão do acesso no ensino fundamental gratuito e nas universidades brasileiras.

2.6 A perspectiva de Cláudio de Moura Castro

O economista Cláudio Castro apresentou seu estudo "*Investimento em educação no Brasil: um estudo sócio econômico de duas comunidades industriais*" pela primeira vez no Brasil na série monográfica do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), no ano de 1973. A pesquisa é uma versão modificada de sua tese de doutorado apresentada ao departamento de economia da Universidade de Vandervilt, no ano de 1970.

---

desigualdades sociais, mas que contribua para a distribuição da renda mais equitativa no médio prazo e sem prejuízos ao ritmo do crescimento econômico.

[217] Ibidem.

A tese visa discutir o problema da educação em duas cidades industriais: Itabirito e Belo Horizonte. As justificavas para realizar essa pesquisa são muitas. Uma delas, estimulada pelo documento emitido pelo Ministério do Planejamento da ditadura burguesa-militar, que destaca a necessidade do estudo: "[...] a educação brasileira é pouco conhecida em seus aspectos econômicos, exigindo muita pesquisa para a sua avaliação sensata e precisa"[218]. Trata-se de um trabalho da área da economia da educação, que deu seus primeiros passos na sociedade norte-americana em meados dos anos de 1950. O objetivo central do trabalho do economista ortodoxo consiste em analisar a rentabilidade econômica da educação nas duas cidades industriais do Brasil[219]. A problemática posta pelo economista é a observação sobre a educação enquanto investimento individual e seus impactos na produtividade marginal do trabalho e na distribuição pessoal da renda entre os indivíduos – por meio do enfoque interdisciplinar do conceito de educação e por meio de um método de análise de uma série transversal (*cross-section*) simulada[220]. Os principais pontos de nosso interesse apresentado pelo economista são: (i) a articulação entre acumulação de capital humano e mercado de trabalho assalariado; e (ii) o tratamento da "raça" como outro determinante da renda pessoal.

Para o autor, à medida que os mercados são competitivos ou detêm certo nível constante de monopólio em toda a produção, as desigualdades sociais refletem essencialmente as diferenciações na produtividade do trabalho. Do ponto de vista econômico, para Castro, o equilíbrio entre produto marginal e salários é condição indispensável para garantir que a avaliação do custo-benefício da acumulação em capital humano produza taxas de retorno dos investimentos educacionais à mão de obra, que, provavelmente, aumentarão a renda do trabalho. As imperfeições de mercado que realmente importam, a fim de simplificação, são basicamente as diretamente relacionadas à acumulação do capital humano recebidas pela mão de obra, não obstante outros determinantes da renda pessoal[221]. De acordo com o economista, um mercado pode ser imperfeito ou também ter restrições ao acesso de agentes ou de algum grupo social. Isto somente quer dizer que o processo de ajustamento da oferta de mercado pode ser paulatino ou ineficaz, por vezes perpetuando grandes diferenças nas taxas de retorno dos

[218] Castro (1973: 10).
[219] Castro (1973).
[220] Castro (1973). A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 1968 e 1970, por meio do método *survey*, na cidade de Itabirito e Belo Horizonte. Inicialmente, a pesquisa foi aplicada em Belo Horizonte e, posteriormente, com alguns ajustes, aplicada na cidade de Itabirito. Esta pesquisa de campo foi complementada por alguns outros dados do censo escolar, contudo, as análises realizadas foram a partir base de dados colhidos pela pesquisa *survey*.
[221] Castro (1973).

investimentos educacionais relativamente à renda pessoal do trabalho ou outros rendimentos. As imperfeições no mercado de trabalho são desequilíbrios que podem ser ajustados mediantes a fundamentalmente acumulação do capital humano da mão de obra. Assim sendo, enquanto a remuneração da mão de obra for perfeitamente igual à produtividade do trabalho, as taxas de retorno em investimentos educacionais estimadas serão referentes à variação na renda e na produtividade[222].

De acordo com Castro (1973), ao tomar as desigualdades da renda como índices dos benefícios da educação, elas indicam um aumento provável de renda – mas não necessariamente – resultante da educação. Não necessariamente, pois, segundo o economista, mesmo os indivíduos que não detêm nenhum nível educacional poderão receber uma renda tão boa quanto outros indivíduos que detêm um nível educacional suficiente para certas atividades econômicas – sendo a educação, portanto, um investimento que contém certos riscos[223]. No mais, a taxa de retorno dos investimentos educacionais é superestimada à medida que alguns indivíduos educados não trabalham, bem como existe certa demanda por precaução relativamente à acumulação educacional da mão de obra, conforme o autor.

Sendo a carência de acumulação de capital humano da oferta de mão de obra as principais causas das desigualdades sociais, o economista ortodoxo faz um balanço mais profundo sobre as causas das desigualdades sociais no Brasil:

> O sistema [educacional brasileiro] baseia-se tradicionalmente nas necessidades da classe média, com nítida tendência para a elitização. A educação primária não foi estruturada para a alfabetização universal. A secundária funciona principalmente como um degrau para a universidade e para proporcionar uma cultura humanística decorativa. Este fenômeno pode ser explicado, em parte, pelo fato de, durante três séculos de colonização, as únicas escolas do Brasil terem sido as dos jesuítas. Embora essas escolas tivessem sido criadas como centros de catequese, o espírito prático dos jesuítas logo reconheceu que moldar futuros líderes era tarefa mais importante do que salvar almas de índios. Esta orientação elitista haveria de dar a tônica da educação brasileira por muitos anos a fora; ainda hoje, podemos ver os resíduos de uma educação que atendia a uma clientela aristocrática, indiferente aos conhecimentos úteis, mas que queria aprender literatura, direito e outras disciplinas que servissem para exibir erudição. A educação sempre foi uma rica fonte de inspiração para oradores brasileiros, mas tinha um triste destino às mãos dos que elaboravam orçamentos. A educação superior tomou impulso considerável após a chegada da Corte Portuguesa, mas só na segunda metade do século XIX deu-se a devida importância à educação primária (Castro, 1972: 15).

Por fim, ainda que para o economista o investimento em capital humano seja condição determinante à produtividade marginal do trabalho e aos salários, as explicações sobre os determinantes salariais são para além da acumulação de capital humano, embora saliente a educação enquanto mecanismo de qualificação da mão de obra para o mercado

[222] Ibidem.
[223] Ibidem.

de trabalho assalariado. Admite-se, então, que todas as explicações em torno do capital humano são reduções exageradas da realidade social[224]. Segundo o referido economista, os fatores como a inteligência (habilidades ou *skills*) e a posição social (*status social*) da família, por exemplo, podem influenciar a renda do trabalho dos indivíduos, assim como a "raça". Assim, segundo a pesquisa do autor, foram utilizados diversos outros fatores como determinantes dos níveis salariais e de produtividade do trabalho.

Sendo os fatores (raça, posição social, etc.) distribuídos aleatoriamente pelos diversos níveis de educação, o resultado será apenas de um intervalo de confiança estatística maior nas estimativas de nível de renda do trabalho[225]. Desta maneira, a pesquisa sustentou a relevância dos níveis educacionais ao definir as outras variáveis do modelo como subgrupos da variável educação, mantendo-se a sobrevalorização das relações entre distribuição do nível da renda pessoal e educação na sociedade brasileira. Em outras palavras, o processo consiste em classificar em subgrupos cada grupo educacional de acordo com a variável considerada, como, por exemplo, a raça, ajustando-se aos perfis de idade-renda ou a cada estrato de renda[226]. Os resultados mais interessantes da pesquisa são quatro: (i) os diferenciais de renda entre as três raças (negros, mulatos e brancos) não são estatisticamente significativos dentro da maioria dos níveis de educação; (ii) pelo fato de os *status* dos pais negros e mulatos serem mais baixos, a diferença de renda não pode ser realmente atribuída à discriminação racial no mercado de trabalho, mas à posição social dos negros e mulatos; (iii) jamais foi notado ou escutado dizer em episódios de discriminação racial em Itabirito, segundo a pesquisa; e (iv) não é necessário recorrer às distinções genéticas ou à discriminação racial para o estudo da estratificação social e educacional entre negros, mulatos e brancos no Brasil[227].

2.7 A perspectiva de Carlos Hasenbalg

Para Carlos Hasenbalg (1979), a expansão das sociedades industriais e urbanas não estariam isentas das consequências no tocante à internalização da ordem racial desigual, mas, pelo contrário, as sociedades industriais e urbanas tenderiam a reproduzir internamente esta ordem racial que deriva da escravidão. Contudo, os problemas brasileiros que revelam a persistência das relações desiguais entre as raças são não problemas somente originários da sociedade escravista, mas, fundamentalmente, de

[224] Ibidem.
[225] Ibidem
[226] Ibidem
[227] Castro (1973).

mecanismos e dinamismos atribuídos ao presente das relações raciais que bloqueiam mobilidade social ascendente dos negros na sociedade brasileira – assim como bloqueiam suas ambições e motivações sociais[228].

Com isso, são dois os principais determinantes assinalados pelo sociólogo argentino sobre as desigualdades raciais no Brasil: (i) as desigualdades geográficas entre população branca e população negra causadas pelo regime escravista e (ii) as práticas racistas e discriminatórias do grupo branco dominante preexistentes na sociedade escravista que servem como base à reprodução das desigualdades raciais na sociedade urbana e industrial[229]. Ao observar a complexa articulação entre passado escravista e relações raciais pós-abolição, Carlos Halsenbalg sugere pelo menos três elementos importantes: (i) a discriminação e o preconceito raciais são móveis após a abolição da escravidão e não somente se constituem em resíduos do passado, admitindo obter novas definições e funções dentro das estruturas e dinamismos da ordem industrial e urbana[230], (ii) estas práticas racistas estão funcionalmente relacionadas às benesses do processo de distribuição materiais e simbólicos que os brancos adquirem da desqualificação competitiva do negro na sociedade moderna (pós-abolição) e (iii) industrialização, desenvolvimento capitalista e racismo são elementos coexistentes na sociedade brasileira[231]. Isso significa que, no pós-abolição, em nenhum momento, consegue-se alcançar um nível substancialmente relevante na redução das desigualdades raciais no desenvolvimento capitalista.

As revisões feitas pelo sociólogo fundamentalmente apresentam suas explicações no tocante à reprodução das desigualdades raciais no pós-abolição a partir dos *ciclos das desvantagens cumulativas*. Particularmente, responde aos bloqueios dos negros na sociedade urbana e industrial como sendo desvantagens acumuladas de acordo com o ciclo da vida dos indivíduos negros (passado de geração para geração). Os bloqueios sociais e econômicos impostos pela sociedade moderna à população negra podem ser enfrentados através de forças políticas, sobretudo através do grupo negro socialmente subordinado, na medida que fundamentalmente enfrentem os mecanismos e estruturas

[228] Hasenbalg (1982) e Hasenbalg (1979)
[229] Ibidem, ibidem.
[230] Os argumentos são melhor e sistematicamente desenvolvidos em Hasenbalg (1979) nos capítulos I e II. Em suma, um dos principais argumentos de Hassenbalg é diante da rejeição da estratificação racial na sociedade brasileira ser elemento residual do antigo regime escravista – como se esta abordagem retirasse a responsabilidade das próximas gerações e privilegiasse o passado. Então, o problema é desenvolvido na esfera sociodemográfica, particularmente no ciclo da vida dos indivíduos e nas desvantagens absorvidas pelas gerações seguintes.
[231] Para maiores esclarecimentos sobre os apontamentos de Carlos Hasenbalg, ver: Hasenbalg (1979), Hasenbalg (1982) e Hasenbalg (1988a).

sociais que preservam a aquiescência dos trabalhadores negros e as desigualdades raciais[232].

A leitura feita a seguir se voltará para três questões importantes: (i) as causas das desigualdades raciais no Brasil; (ii) a suposição de coexistência entre industrialização, desenvolvimento capitalista e racismo; e (iii) os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais na sociedade urbana e industrial.

Sobre o primeiro aspecto, de modo geral, o sociólogo argentino sugere revisar as explicações históricas sobre as desigualdades raciais e a concentração do negro na base do sistema de estratificação social – explicações as quais poderiam ser atribuídas aos diferentes pontos de partidas em relação à abolição do regime servil e ao passado escravista. Por um lado, tais explicações não levam em consideração que a distribuição racial geográfica produzida pela escravidão concentrou a população negra nos setores econômicos mais atrasados e em regiões com o menor dinamismo industrial[233]. Por outro lado, estas mesmas explicações não levam em consideração as diferenças históricas entre a população negra livre e a grande maioria dos imigrantes europeus chegados ao País entre os anos de 1880 e 1930[234]. Ou seja, que uma parcela majoritária da população negra tinha a experiência na condição de livres antes da abolição nas diferentes regiões da sociedade brasileira, e isso se soma à imigração europeia. As explicações tendem a ocultar a acumulação de desvantagens da população negra livres durante a vigência do regime escravista e a extensão de sua subordinação social após a abolição da escravidão a partir de uma avaliação global da sociedade brasileira, isto é, das diversas regiões e setores econômicos em constante transformações estruturais.

A escravidão brasileira como determinante da distribuição geografia racial (em regiões mais ou menos desenvolvidas) é um dos pontos iniciais para que, segundo Hasenbalg (1979; 1988), observemos a situação global das desigualdades entre brancos e negros na sociedade brasileira. Em suma, a escravidão é o elemento fulcral que impulsionou a distribuição racial assimétrica em termos demográficos e socioeconômicos. Apesar de a escravidão ter sido uma instituição de âmbito nacional, a importância do trabalho escravo variou grandemente de região para região. Os contínuos ciclos

[232] Conforme a apresentação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o problema político e ideológico na obra de Hasenbalg pode ser enquadrado e resumido da seguinte forma: "[...] [Carlos Hasenbalg] põe ênfase na necessidade de análise dos movimentos sociais negros, no quadro de uma sociedade corroída pelo autoritarismo difuso e pela repressão, que servem de suporte às políticas complementares de cooptação social e controles ideológicos sutis, que dificultam a consciência racial e a luta contra as desigualdades e as discriminações". Estes argumentos são mais bem desenvolvidos na tese de doutoramento de: Hasenbalg (1979), especialmente cap. VIII.

[233] Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1988a).

[234] Ibidem, ibidem.

econômicos regionais esclarecem a alocação espacial da população escrava e o tráfico negreiro no caso brasileiro. Em um primeiro momento, a evolução da dinâmica demográfica no século XVIII foi protagonizada essencialmente pela fase ascendente da economia mineira, o que impulsionou um alto fluxo de deslocamento da população cativa no regime escravista às regiões com maior demanda de trabalho escravo[235]. Em um segundo momento, em meados do século XIX, a interrupção do tráfico internacional de escravos teve profundas reverberações internas, principalmente sobre os movimentos migratórios à época, condicionando um alto fluxo migratório da população cativa para as diferentes regiões e setores econômicos antes da efetiva abolição da escravatura. Em contraste com estes movimentos migratórios impulsionados pelas transformações da estrutura econômica em diferentes regiões, os mestiços e os pretos livres tenderam a permanecer geograficamente concentrados em regiões estagnadas economicamente, isto é, de produção agrícola ou mineira, revertendo-se para atividades de subsistências, situações similares ou de quase completo desenraizamento econômico e social nas fases de declínio ou estagnação da economia agroexportadora[236]. E também, segundo o sociólogo argentino, é por meio do mundo escravocrata que se inicia o processo de miscigenação racial e a geração de uma camada de população de cor livre predominantemente mestiça, em especial nas regiões mais atrasadas socioeconomicamente, uma vez que a iniciação tardia da escravidão na região desenvolvida condicionou de forma distinta ao resto do País o processo social de miscigenação racial[237].

A abolição da escravidão e suas consequências sociais nas diferentes regiões do país seria uma outra explicação sobre a subordinação dos negros e os determinantes das desigualdades raciais no Brasil. As revisões do sociólogo argentino visam debater as

[235] Ibidem, ibidem.
[236] Ibidem, ibidem.
[237] Segundo Carlos Hasenbalg (1979; 1988), o ano de 1850 pode ser considerado a data mais próxima em que a região Sudeste principia um curso divergente do resto do País. É então que os Estados desta região, diferentemente das outras regiões do Brasil, começam a sua trajetória econômica ascendente, associada primeiro à expansão da economia cafeeira e, ulteriormente, à industrialização brasileira. Para o autor, o País pode ser dividido entre região "desenvolvida" e regiões "subdesenvolvidas". A região considerada desenvolvida seria o Sudeste do País, que reúne os Estados do Rio de Janeiro, o antigo Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Brasil subdesenvolvido seria o resto do País, isto é, incluindo todos os outros Estados. São pelo menos quatro argumentos que o autor utiliza para a delimitação da região desenvolvida. O primeiro deles é, segundo os dados do ano de 1950, que são utilizados três indicadores de desenvolvimento social e econômico: taxa de alfabetização, a renda industrial *per capta* e a percentagem da força de trabalho na indústria. O segundo é que as diferentes regiões sofreram distintos processos de crescimento e diversificação econômica a partir de meados do século XIX e, em especial, a região desenvolvida teve uma trajetória econômica ascendente e com larga utilização de trabalho escravo, se diferenciando dinâmica e estruturalmente das demais regiões. O terceiro é que a região desenvolvida compartilha algumas características histórico-estruturais, como, por exemplo, certa elasticidade em relação ao dinamismo industrial que define sua especificidade socioeconômica. Por fim, a dinâmica demográfica evidencia indiretamente as oportunidades econômicas das diferentes regiões.

diferenças históricas entre a população negra livre e a grande maioria dos imigrantes europeus chegados ao País entre os anos de 1880 e 1930[238]. Para Hasenbalg (1979; 1988), do ponto de vista das causas da abolição, as explicações históricas têm dado ênfase às transformações econômicas ocorridas no País na segunda parte do século passado, das quais o movimento abolicionista seria uma das manifestações – e pouco se fala sobre a situação social dos negros em diferentes regiões do País e sua incorporação ao mundo livre assalariado. O ponto nodal é estabelecido entre os processos históricos de abolição nas diferentes regiões brasileiras e a imigração europeia nas diferentes regiões brasileiras. A abolição se processou de diferentes formas nas distintas regiões do País, de acordo com as diferentes transformações históricas. Nas regiões com baixo dinamismo industrial, a abolição se processou sem grandes desajustamentos estruturais dentro dos quadros vigentes de relações de trabalho no mercado interno, fazendo com que o antigo agente escravo fosse incorporado aos diversos setores do campesinato – em específico se tratando da região nordeste –, contudo condicionados à paralisia social e econômica da região. Isso porque, segundo o sociólogo, após a abolição, prevalecia ainda o sistema de relações sociais caracterizado pela "dependência senhorial" e pelo "clientelismo", o que favoreceu minimamente os ajustamentos sociais e econômicos da população de cor recém-liberta da escravidão. Na região desenvolvida, o curso dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais se processam de maneira inteiramente distinta. À medida que o regime escravista entrava em declínio, conforme as pressões globais articuladas interna e externamente, e a população escrava do País se reduzia agudamente em termos quantitativos, esta região seguia o curso inverso ao concentrar uma proporção cada vez maior da população cativa[239].

Ao longo do século XIX, a importância do trabalho escravo na região mais desenvolvida variou consideravelmente de uma província a outra[240]. Não obstante os níveis de variação em que o trabalho escravo foi utilizado na região desenvolvida, o que integra o destino histórico dos antigos escravos e dos sujeitos de cor livres a partir da abolição é a maneira como se resolveu o problema do trabalho nesta região. Em certa medida, o pensamento e a ação abolicionistas permitem antecipar o destino do escravo e da população livre de cor depois da abolição. A escravidão era vista como obstáculo à modernização do País, assim como um impedimento à promoção da imigração europeia para solucionar o problema do trabalho escravo. Em particular, na Região Sudeste, se

[238] Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1988a).
[239] Ibidem, ibidem.
[240] Ibidem, ibidem.

estabelece uma clara relação entre abolicionismo e imigração estrangeira – relação esta que se combina ao clima de pessimismo racial do fim do século XIX e à equação entre progresso nacional e *embranquecimento* da população brasileira. Ao problema da insuficiência de trabalho escravo, pretendia-se dar solução por meio do estímulo à imigração europeia. A solução "imigracionista" articulava-se não somente como resposta ao problema imediato de falta de trabalho escravo para o mercado interno em determinadas regiões, todavia, também, como um projeto de modernização do País a longo prazo, no qual o projeto político de *embranquecimento* da população brasileira contava como uma das implicações mais cobiçadas pela consciência nacional à época[241].

A imigração europeia, enquanto projeto político pensado e articulado na prática pelo grupo racial dominante, determinou definitivamente os desajustes estruturais nas relações entre brancos e negros no mercado de trabalho e na economia em transformação até o ano de 1930, enquanto, em contraste a isso, o movimento político abolicionista evanesce com o fim da escravidão[242]. Na região desenvolvida, a chegada maciça de imigrantes europeus estimulados pelos governos provinciais e estaduais, inclusive subsidiado no caso de São Paulo, curiosamente coincide com o processo abolicionista, segundo o autor. Os efeitos globais do deslocamento dos imigrantes brancos se fizeram sentir não só nos escravos liberados do regime servil em relação à preferência aos imigrantes na alocação do emprego no mundo livre assalariado, como também no grupo de negros e mestiços livres – ambos gozando da situação de marginalização na sociedade em transformação. Em particular, São Paulo se transforma no maior núcleo de absorção do projeto político "modernizante" de *embranquecimento* da população brasileira entre os anos de 1890 a 1900, mas este fato não impede as demais partes da região desenvolvida do País em acomodar substanciais ingressos proporcionais de estrangeiros[243]. Mesmo após 1930, a hierarquia entre os grupos brancos e negros não foi alterada substancialmente na economia e na vida social brasileira, defende o sociólogo argentino.

Um segundo ponto é a problemática entre desenvolvimento capitalista, industrialização e racismo em um mercado de trabalho com padrões diferenciados de inserção[244]. Neste ponto, o sociólogo advoga que a industrialização não suprime a raça enquanto elemento de estruturação das relações sociais, tampouco suprime a subordinação social sobre os negros na sociedade brasileira[245]. Na prática, não obstante o

[241] Ibidem, ibidem.
[242] Ibidem, ibidem.
[243] Ibidem, ibidem.
[244] Sobre a formação do mercado de trabalho e seus antagonismos, ver Hasenbalg (1979).
[245] Hasenbalg (1982), Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1988a).

desenvolvimento econômico possa diminuir o nível de desigualdades raciais, a posição social relativa dos negros na estratificação social da sociedade brasileira não é substancialmente alterada ao longo dos anos após a abolição da escravidão. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista acelerado tem como contrapeso um processo de diferenciação estrutural, provocando a geração e a expansão de novas oportunidades de posições sociais a serem ocupadas pela mão de obra. Quando a regularidade da geração de novas posições é profundamente acelerada, a competição entre os ofertantes da mão de obra para ocupar as novas posições tende a ser menos acirrada que em casos de estagnação econômica ou na forma de desenvolvimento econômico mais lento. Neste primeiro caso, uma parte dos trabalhadores negros consegue possivelmente ser beneficiada pela impulsão da demanda interna e passa a ocupar novas posições na estrutura social[246]. A instrumentalização de mecanismos econômicos desta natureza admite esclarecer o acesso de uma parcela dos trabalhadores negros na mão de obra industrial e, numa dimensão menor, na posição típica da chamada "nova classe média" e na "pequena burguesia tradicional" perante o desenvolvimento econômico. A ideia de desenvolvimento econômico está baseada na urbanização e na industrialização, os quais seriam as mediações para o desenvolvimento capitalista – núcleos com capacidade de promover as oportunidades econômicas e sociais da sociedade brasileira[247].

No texto *Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-1980*, Hasenbalg & Silva (1988) esclarecem melhor a problemática da coexistência entre desenvolvimento capitalista e racismo[248]. Os autores entendem a industrialização brasileira e o crescimento econômico entre 1960 e 1980 como elementos que promoveram mudanças estruturais no Brasil. A conjunção da industrialização, da urbanização e do crescimento econômico, assim como as melhorias na estrutura de emprego e renda, é concebida pelos intelectuais como sendo transformações estruturais positivas que atenderam à parcela específica da população brasileira, as quais são típicas de "*países em desenvolvimento*"[249]. Contudo, o desenvolvimento capitalista, não obstante os aspectos globais claramente positivos,

[246] Ibidem, ibidem e ibidem.
[247] Hasenbalg (1979) e Hasenbalg (1988a).
[248] Para uma avaliação do período compreendido entre 1930 e 1950, ver: Hasenbalg & Silva (1988a) no texto "Desigualdades raciais no Brasil" escrito por Carlos Hasenbalg. Os autores (1988a: 133) resumem o assunto: "[...] o processo de classificação econômica da população de cor deve ter-se acelerado a partir de 1930, quando o afluxo de imigrantes se interrompe e o ritmo de industrialização da região se intensifica. Isto não significa que os mecanismos racistas de discriminação desapareçam com a industrialização e o desenvolvimento econômico rápido. Se é verdade que o crescimento acelerado e as transformações na estrutura ocupacional favorecem altas taxas de mobilidade social ascendente, parece também ser evidente que, tipicamente, os esforços investidos por uma pessoa de cor para percorrer certa distância social é maior que o exigido de uma pessoa branca. [...] a raça como critério relevante para o recrutamento perde importância somente com respeito a algumas posições sociais".
[249] Hasenbalg & Silva (1988b: 25), grifo nosso.

mostrou conter certos limites relacionados à distribuição da renda e ao acesso a serviços estatais que atendem ao conjunto da população brasileira.

Os intelectuais defendem que "[...] apesar das fortes oscilações cíclicas que caracterizaram o período, não resta dúvidas que *o saldo global de crescimento econômico foi francamente positivo*"[250], liderado principalmente pelo *setor industrial moderno* em forte expansão e em contraste ao declínio do setor primário[251]. Contrariando as perspectivas menos eufóricas de outros intelectuais, que destacavam a reduzida capacidade do setor industrial em incorporar a mão de obra no mercado de trabalho assalariado, os autores relatam que o setor industrial é o que demonstra maior dinamismo na criação de empregos, principalmente por causa do alto dinamismo da indústria de transformação no período analisado.

O compasso mais acelerado da industrialização e do crescimento econômico conduziu as mudanças na estrutura ocupacional da sociedade brasileira, incorporando mão-de-obra nos setores de serviços[252]. O trabalho doméstico foi outro setor que se mostrou um meio de inclusão no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo, para as mulheres de reduzida qualificação, cumprindo função análoga a do setor da construção civil para os homens. E também, há um aumento relativo da população economicamente ativa nas atividades sociais que, concomitante ao setor da construção civil, são as atividades que apresentam uma situação de acelerado crescimento, ampliando a participação da população economicamente ativa neste setor. A expansão da população economicamente ativa na administração pública retrata o aumento das funções reguladoras do Estado na vida social do País. Contudo, esta expansão foi relativamente baixa, passando de 3,1%, em 1960, para 4,1%, em 1980[253].

As desigualdades raciais no período analisado se constituem em outro ponto importante. O problema das desigualdades raciais é lido por meio do suposto ciclo das desvantagens cumulativas que afeta a população negra na sociedade brasileira, em seus aspectos sociais e raciais. Quando observada a evolução das desigualdades setoriais de emprego entre brancos e negros no período delimitado, a constatação mais relevante tem a ver com a concentração desigual de negros (i) no setor primário, (ii) nas indústrias de construção e (iii) na prestação de serviços – as quais abarcam ocupações com menores qualificações e com piores rendimentos do trabalho[254]. Os três setores citados incorporam

[250] Hasenbalg & Silva (1988b: 13), grifo nosso.
[251] Hasenbalg & Silva (1988b), grifo nosso.
[252] Ibidem.
[253] Ibidem.
[254] Ibidem.

exatos 68% dos negros economicamente ativos, em contraste a 52% dos brancos economicamente ativos. Os autores também ressaltam o limitado ingresso dos trabalhadores negros à educação, em particular, aos níveis mais altos de ensino. Este fato atuou como um meio de limitação para a mobilidade social dos negros, assim como contribuiu para as graves diferenciações na desigual distribuição geográfica entre brancos e negros na sociedade brasileira – em que os negros estão concentrados nas regiões menos desenvolvidas do País e tendo restritas oportunidades econômicas e educacionais. No período analisado, a população negra ficou à mercê do projeto de modernização conservadora. Segundo os autores, a industrialização, a urbanização e os ciclos experimentados pela economia brasileira tiveram bloqueios que destituíram os negros de obter melhoras globais na sociedade brasileira.

Em linhas gerais, a conjunção desses e de demais fatores econômicos e sociais explicam os efeitos de melhorias globais nas condições de trabalho e enquadram o Brasil no rol dos "*países em desenvolvimento*", na medida em que estes efeitos econômicos retratam a transferência crescente de parcela da mão de obra a empregos com maiores níveis de produtividade e rendimento do trabalho[255]. Contudo, estes efeitos positivos em expansão foram anulados pela concentração de renda e pelo fornecimento exíguo, por parte do Estado e de seus aparelhos, de bens e serviços coletivos demandados principalmente pela população urbana em forte aumento[256]. Com isso, os intelectuais concluem que as décadas analisadas "[...] marcam *a consolidação da sociedade capitalista no Brasil*"[257]. Segundo os apontamentos de Silva & Hasenbalg (1988b), as décadas analisadas são marcadas pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira e pela aceleração da urbanização e da industrialização, contrariando a visão dos intelectuais mais céticos diante do que estava ocorrendo com a economia brasileira. No que diz respeito às desigualdades raciais, as considerações dos autores se voltam para o projeto de modernização conservadora, isto é, a divulgação de ideias sobre termos os direitos igualitários e, concomitantemente, sermos uma sociedade democrática racialmente, mas que optou na realidade por não resolver os problemas raciais existentes.

As raízes teóricas do suposto de Carlos Hasenbalg (1982) sobre a coexistência entre racismo e desenvolvimento capitalista se encontra fora do rol de intelectuais que estavam debatendo o desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americanos como um problema histórico-estrutural. Nas suas revisões, o sociólogo argentino estrutura o debate teórico

[255] Ibidem.
[256] Hasenbalg e Silva (1988b).
[257] Hasenbalg e Valle Silva (1988: 59), grifo nosso.

sobre as relações raciais tendo como fio condutor as disputas teóricas na sociologia norte-americana[258]. Em poucas palavras, segundo o autor, há uma intenção clara de os estudos sobre as relações raciais subestimarem ou rejeitarem o problema da raça nas sociedades industriais e urbanas. Utiliza principalmente os trabalhos de Hebert Blumer e Samuel Bowles, que argumentam que alguns supostos sobre as relações raciais têm pouca aproximação com a realidade racial na sociedade urbana e industrial norte-americana. Utiliza também o trabalho de Robert Blauner, que denuncia a euforia assimilacionista na sociedade norte-americana – isto é, sobre as possibilidades de o fator racial ser dissolvido por dentro da ordem social estabelecida. Hasenbalg (1979) constata que, para Hebert Blumer e Samuel Bowles, o problema racial é um elemento da estrutura ocupacional na sociedade moderna. Na medida em que as decisões racionais não são adotadas sem lastro social, a estrutura industrial e urbana deve assimilar a lógica racista da organização social mais ampla, isto é, reproduzindo internamente as práticas racistas que regulam as relações entre grupos raciais da sociedade[259]. As críticas utilizadas pelos autores norte-americanos são avaliadas e trazidas por Carlos Hasenbalg.

Por fim, Carlos Hasenbalg (1979) apresenta também a reprodução das desigualdades raciais na sociedade moderna por meio do ciclo das desvantagens cumulativas – problema iniciado no próprio regime escravista. Particularmente, este ciclo revela os bloqueios dos negros inerentes às instituições (mercado de trabalho, sistema educacional, meios de comunicação, etc.)[260]. O autor resume a questão da seguinte forma: “Em termos de mobilidade social ascendente, o grupo não branco [negros] experimenta uma dupla desvantagem. A primeira deve-se à sua baixa origem social, e a segunda advém da desvantagem competitiva, sofrida do nascimento até sua morte, que resulta da adscrição racial”[261]. Desta maneira, são três fatores que merecem ser ressaltados nesta que se tornou uma das mais difundidas perspectivas dos estudos sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Em primeiro lugar, a relação entre a estratificação social e as desvantagens de origem social. Isso diz respeito, por um lado, às inconsistências no processo de aquisição de estoque individual de *status social* dos negros, o que afeta a posição social desta população e suas distintas oportunidades adquiridas em relação à população branca. E, ainda, diz respeito à transmissão intergeracional e à produção intrageracional da desigualdade relacionada à população negra[262]. Ambos os fatores de origem social

[258] Hasenbalg (1982).
[259] Ibidem.
[260] Hasenbalg (1979), Hasenbalg (1982) e Hasenbalg (1988a).
[261] Hasenbalg (1979: 200).
[262] Hasenbalg (1979).

bloqueiam a mobilidade social ascendente dos negros. Em segundo lugar, a desvantagem competitiva é consequência da adscrição racial entre os negros. Em outras palavras, o racismo e a discriminação racial enquanto elementos da estrutura social também colocam a população negra em posição de desvantagem no momento da competição por oportunidades educacionais e no mercado de trabalho. Para além disso, o racismo e a discriminação racial bloqueiam quaisquer ambições ou motivações sociais dos negros que, em sua maioria, projeta uma imagem sobre si de forma pejorativa condicionada por questões socioculturais (publicidade, imprensa, etc.) no caso brasileiro. Por fim, as evidências apresentadas corroboram que a população negra está exposta a um ciclo de desvantagens cumulativas em termos econômicos e sociais no caso brasileiro. Em específico, o tema das desigualdades recebe a influência deste ciclo cumulativo que afeta a população negra e suas gerações futuras. A reprodução das desigualdades raciais na sociedade urbano-industrial está relacionada diretamente a este ciclo. Ela está, também, intimamente ligada aos interesses políticos do grupo racialmente dominante da estrutura social brasileira. Por este ângulo, cada vez mais longe estamos da escravidão, menos o período serve para explicar a reprodução das desigualdades raciais da sociedade moderna[263].

2.8 Considerações finais

A frustração com as consequências do processo de industrialização por substituição de importações e o trauma gerado pela reação contrarrevolucionária das classes burguesas brancas e seus representantes militares – que baniram do debate público os sonhos reformistas latino-americanos – provocaram uma mudança substancial no modo de interpretar os principais problemas brasileiros após o golpe burguês-militar de 1964[264]. Em linhas gerais, as reflexões revisionistas feitas por Carlos Hasenbalg (1979) e por Carlos Hasenbalg e Nelson Silva (1988) mobilizam conceitos como: “países em desenvolvimento”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” entre as diferentes regiões do País, os quais encobertam uma realidade histórica mais complexa, se distanciando, inclusive, de contribuições histórico-estruturais importantes. Adicionalmente, ainda que seja válida a ideia de coexistência entre desenvolvimento capitalista e racismo[265], as explicações desta perspectiva carecem de uma mediação histórico-social.

[263] Ibidem.
[264] Sampaio Júnior (1997) e Perruso (2008).
[265] Hasenbalg (1982).

Nesta perspectiva, a *consolidação da sociedade capitalista* foi possível graças aos avanços das forças produtivas no período entre 1930 e 1980. Em particular, os avanços dos indicadores quantitativos relacionados à industrialização, ao crescimento econômico e à urbanização entre 1960 e 1980 (os quais enquadram o caso brasileiro como "*países em desenvolvimento*") são colocados como admiráveis e como efeitos positivos da sociedade capitalista que se consolidou, mesmo com a existência de enormes desigualdades raciais no Brasil. Aqui, a leitura feita por Carlos Hasenbalg e Nelson Silva (1988) se coloca da seguinte maneira: o desenvolvimento capitalista não necessariamente se constitui em instrumento de aumento de bem-estar à parcela significativa da população trabalhadora. Não obstante, ao não se constituir em instrumento de aumento de bem-estar de parte significativa da população trabalhadora, é possível, mesmo assim, afirmar que fomos um *país em desenvolvimento* e que houve *efeitos francamente positivos* no período, segundo esta perspectiva. No entanto, a noção de desenvolvimento capitalista em coexistência com enormes desigualdades raciais não pode ser interpretada, a nosso entender, como *países em desenvolvimento*. Se o desenvolvimento capitalista é racista, e, com isso, dinâmica e estruturalmente incapaz de absorver os trabalhadores negros e elevar o seu nível de vida, o país não poderia ser considerado, em sua essência, um *país em desenvolvimento*. Ou seja, este desenvolvimento capitalista simplesmente combina mecanismos históricos de marginalização social de uma parcela expressiva da população, os trabalhadores negros, e, ao marginalizá-los, onera toda as exigências da classe trabalhadora brasileira. Na realidade, trata-se de *subdesenvolvimento* enquanto processo histórico vinculado ao capitalismo dependente. Esvazia-se, neste sentido, algumas das principais contribuições histórico-estruturais de parcela do pensamento sobre a formação nacional.

A teoria do desenvolvimento é um acúmulo teórico-prático de longa duração. Ela pode ser entendida como fruto de um processo histórico que influencia o modo de vida da população nacional e, no caso brasileiro, *como um país historicamente subdesenvolvido*, está direta e indiretamente sob o controle global externo e corresponde à incapacidade de a sociedade controlar seus desequilíbrios integrativos e de conduzir seu próprio destino[266]. Em poucas palavras, *desenvolvimento* significa "[...] a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classe"[267]. Particularmente, esta forma histórica deveria assumir, do ponto de vista civilizatório, "[...] proporções e um padrão que afetassem a

[266] Fernandes (2008c).
[267] Fernandes (2008c: 146).

integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais, que compartilham da mesma civilização" [268]. Assim, o desenvolvimento deve ser encarado como um problema "[...] que afeta toda a organização da economia, da sociedade e da cultura e que diz respeito, essencialmente, a todo o "*destino nacional*" [grifo nosso], a curto ou a longo prazo" [269]. Daí os limites teórico-conceituais da perspectiva. Não há espaço para dizer que fomos um *país em desenvolvimento* com as tão evidentes assimetrias raciais do passado – o que é uma característica do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. Ainda que houvesse avanços no tocante à complexidade da estrutura produtiva, isso não corresponde ao fim do subdesenvolvimento e da dependência externa. A própria noção de existir regiões "subdesenvolvidas" e "desenvolvidas" não representa uma realidade histórico-estrutural no Brasil. Contudo, isso não implica que não haja gravíssimos desequilíbrios regionais, o que também se vincula às formas que assumem o subdesenvolvimento no País.

Em segundo lugar, a intervenção jurídico-político do Estado burguês seria, então, um antidoto para a diminuição das desigualdades raciais no Brasil, segundo Carlos Hasenbalg (1991). O autor (1979) acaba, também, por evidenciar a "*subordinação aquiescente do negro*", o "*autoritarismo*", a "*repressão social*" e outros mecanismos do sistema político-jurídico brasileiro que neutralizam as ações dos trabalhadores negros. Em resumo, não obstante estes sejam alguns dos relevantes elementos do padrão de revolução burguesa brasileiro, a questão histórico-estrutural de a nossa revolução burguesa ser essencialmente contrarrevolucionária, antinacional e antidemocrática; a questão sobre a impotência das burguesias dependentes (no âmbito político e econômico), seus pactos com o imperialismo e o capitalismo dependente daí associado; e, vinculado a isso, a questão de uma estrutura estatal contrarrevolucionária (isto é, de um Estado capitalista dependente e periférico contrarrevolucionário) não ser essencialmente diluída com a "transição democrática", ficam esvaziadas com a perspectiva do autor. Na visão do sociólogo:

> [...] sobre o que pode ser feito para diminuir as desigualdades raciais, só poderá ser tratada aqui de maneira abstrata e simplificada, ou seja, independentemente das especificidades das conjunturas política e econômica. Entendo que há três linhas principais de ação para enfrentar o problema. O primeiro dos caminhos é o legal e consiste em evitar que a nova legislação que criminaliza o racismo se constitua em letra morta e dispositivo iníquo, como aconteceu com a Lei Afonso Arinos. Isso significa que a aplicação da lei deverá depender mais da mobilização dos setores interessados da sociedade civil do que da atuação espontânea dos aparelhos do Estado. Este caminho visa garantir a igualdade de oportunidades individuais através da remoção das barreiras artificiais à competição impostas pela discriminação racial. A remoção de barreiras raciais pode beneficiar mais, em princípio, aos

[268] Ibidem (2008c: 155).
[269] Ibidem (2008c: 156).

> membros do grupo racialmente subordinado que já contam com mais recursos para forçar o reconhecimento dos seus direitos, alterando um pouco a estrutura acumulada de desigualdades raciais e a situação dos setores menos privilegiados do grupo subordinado. Um aspecto positivo do caminho legal está no seu efeito educativo sobre a sociedade [...] O segundo caminho está indicado pelas políticas chamadas de ação afirmativa nos Estados Unidos e de ação positiva em alguns países europeus. [...] O terceiro caminho é o que William J. Wilson propugna para os Estados Unidos e denomina de políticas não-racialmente específicas. Neste caso, trata-se de políticas social-democrática e redistributiva, destinadas a igualar as chances de vida para todos, independentemente de considerações raciais [...] (Hasenbalg, 1991: 268-270).

Por fim, a própria mobilização teórico-conceitual do ciclo das desvantagens cumulativas carece de esclarecimentos pela reprodução das desigualdades raciais estarem baseadas mais nos aspectos de raça e de classe renovados[270]. Ela acaba por se afastar do debate teórico em torno de uma *teoria crítica do salário* que analisa o nível de vida dos trabalhadores, em seus aspectos históricos e morais. Pelas próprias características históricas da economia e da sociedade brasileiras, na qual a concentração da renda e da riqueza atinge gravíssimas proporções, as possibilidades de mobilidade vertical são insignificantes para toda a classe trabalhadora – sobretudo, para os trabalhadores negros. Com isso, a natureza da pobreza no Brasil reside nas estruturas e dinamismos históricos que formaram e condicionam o capitalismo dependente e subdesenvolvido, e, combinado a isso, nos elementos históricos e morais, das heranças da escravidão e do período colonial, que solapam não somente os trabalhadores negros de maneira mais profunda, mas, concomitantemente, a classe trabalhadora brasileira como um todo – isto é, sendo um instrumento de rebaixamento do padrão de vida da classe trabalhadora como um todo articulado às dinâmicas e estruturas do capitalismo dependente.

Adicionalmente, cabe um último comentário. As heranças escravistas não afastam a responsabilidade dos indivíduos e da sociedade atualmente, como justificou o sociólogo argentino[271]. Tais heranças fazem parte de um processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas e dinamismos da sociedade e economia brasileiras combinadas às estruturas e dinamismos irradiados do sistema capitalista mundial. As heranças escravistas se combinam e se articulam às novas estruturas e dinamismo modernos exteriores. E, caso o problema não seja efetivamente resolvido, impede a emergência de um futuro realmente democrático e nacional. Então, pelo contrário: cada vez mais longe estamos da escravidão e da colônia, maior o fardo e responsabilidade dos indivíduos e da sociedade, pois, em essência, o problema escravista não foi realmente abolido e o drama colonial continua estruturalmente intacto. Trata-se de um processo

[270] A exposição deste parágrafo se baseia, em partes, em Gorender (1990).
[271] Hasenbalg (2014).

histórico de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas e dinamismos da economia e sociedade brasileiras que*, além da importância e da sobrevivência do passado*, este passado escravista se combina às novas estruturas modernas e ultramodernas irradiadas do exterior (e vice-versa). Aqui, o importante é não nos afastarmos de um aspecto fundamental do materialismo histórico: dos *elementos tradicionais* da economia e sociedade brasileiras que se recompõe constantemente, pois *o passado escravista e colonial é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos*.

Por outro lado, os estudos e as pesquisas dos economistas ortodoxos sobre a relação entre discriminação e desigualdades da renda na economia podem ser chamados em seu conjunto de *teoria neoclássica da discriminação*[272]. Em particular, há uma vasta literatura sobre a elevação das desigualdades raciais na economia brasileira e a causa do problema ser a falta de acumulação de capital humano ao funcionamento dos mercados. A teoria do capital humano tem como proposta básica o aperfeiçoamento do funcionamento equilibrado entre mercados, concorrência e capital humano, salientando uma dinâmica circular entre aumento na acumulação de capital humano, maiores habilidades da mão de obra, maior produtividade marginal do trabalho e, por sua vez, maiores salários, dadas as características de demanda e oferta pela mão de obra, as quais condicionam os salários de equilíbrio e os demais pressupostos microeconômicos da teoria convencional neoclássica[273].

A economia ortodoxa contribui não somente para transmitir uma noção individualista ou atomista dos agentes racionais como condicionantes dos fenômenos sociais, mas, concomitantemente, para se descolar da realidade concreta propondo deduções lógicas baseadas em uma perspectiva filosófica-moral. Essa visão não deixa de ser absorvida pelas abordagens modernas entre capital humano e discriminação racial. Do ponto de vista atomista, em primeiro lugar, a teoria do capital humano apenas oferece alguns elos lógicos entre capital humano e discriminação racial, sem que se verifique os processos do mundo real e, por sua vez, sem oferecer uma perspectiva do racismo e das desigualdades raciais baseadas na realidade concreta. Nisso, até mesmo a própria discriminação racial se confunde com o preconceito racial, revelando a ausência de rigor conceitual que propositalmente mistifica a realidade concreta. Por outro lado, nesta teoria do salário, as causas tornam-se outras que uma realidade histórica e moral: as desigualdades e discriminação racial são sobredeterminadas pela falta de acumulação de capital humano

[272] O termo *teoria neoclássica da discriminação* pode ser visto em Chadarevian (2009a). Complementar com a síntese de Loureiro (2009) sobre a economia da discriminação.
[273] Chadarevian (2009a).

dos agentes do trabalho economicamente heterogêneos, as quais, podem até mesmo serem agravadas por alguns outros fatores atomistas que existam. Perde-se de vista que as múltiplas determinações das desigualdades sejam históricas e moralmente mais complexas que a simples redução e dedução lógica da decisão individual de investimento em capital humano, que, por conseguinte, faz com que a mão de obra aumente seu incremento à produtividade do trabalho e eleve seus salários (em consonância com a teoria do equilíbrio dos mercados).

Quando transplantada para a sociedade brasileira, essa abordagem se desenvolve em função dos interesses contrarrevolucionários das classes burguesas brancas e dos militares, que simplesmente excluem a questão negra do debate – diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, pois tal teoria emerge como uma resposta à ascensão dos movimentos negros norte-americanos em meados do século passado[274]. Mas esta exclusão aqui no Brasil serviria para um propósito histórico maior: um complexo propósito contrarrevolucionário no capitalismo dependente. Os trabalhos de Cláudio Castro e Mário H. Simonsen são alguns dos estudos seminais que colocam o problema racial em debate na ditadura burguesa-militar do ponto de vista da teoria econômica “oficial” ou da “Casa Grande”. Eles também salientam a inexistência de um problema racial brasileiro, associando a aceleração do crescimento econômico à redução das desigualdades sociais[275]. Trata-se de um problema vinculado ao Estado autocrático-burguês que mistifica a realidade brasileira, alimentando e orientando as práticas e as ações das classes burguesas brancas.

[274] Chadarevian (2009b).
[275] Ibidem.

Capítulo III – O negro e a reversão neocolonial no Brasil

> A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais – caso do Brasil – são os que mais sofrerão com a globalização. Isso porque poderão desagregar-se ou deslizar para regimes autoritários de tipo fascista como resposta às tensões sociais crescentes.
>
> Celso Furtado

3.1 Introdução

O presente capítulo visa contribuir com elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no desenvolvimento do capitalismo dependente, a nível Brasil, entre 1980 e 2010. A nossa exposição não esgota toda a complexidade do problema, mas aponta somente para algumas evidências sobre o padrão de vida dos trabalhadores negros e da classe trabalhadora como um todo no momento atual.

O ajuste estrutural da economia brasileira às novas exigências da divisão internacional do trabalho, desde a década de 1980, vem revitalizando algumas das características históricas importantes no mercado de trabalho brasileiro[276]. Nas economias e sociedades dependentes, as estruturas econômicas, ao longo do século passado, passaram por processos de modernização sem alterar as estruturas “sociais” e “raciais” de poder e riqueza preexistentes, cujo processo de industrialização não resolveu o problema de insuficiência de absorção da força de trabalho disponível, o que corresponde dizer que a heterogeneidade e subemprego estruturais foram combinados e articulados às novas estruturas modernas, não afetando estruturalmente as suas determinações históricas[277]. Os trabalhadores negros parecem ter sido um dos segmentos mais marginalizados neste processo socioeconômico, o que acabou por afetar toda a classe trabalhadora. Em outras palavras, isso significa que, ainda que o eixo dinâmico da acumulação capitalista tenha sido deslocado para os setores urbano-industriais, o que alterou foi a forma sob a qual o

[276] Zullo (2014) argumenta de maneira bastante parecida. O subdesenvolvimento enquanto problema histórico-estrutural é visto em Furtado (1972; 1992), Fernandes (2008c) e diversos outros autores vinculados ao pensamento brasileiro.
[277] Zullo (2014) e Portugal Júnior (2012).

subdesenvolvimento se manifesta racial, regional e socialmente[278]. Atualmente, desde 1980, a erosão da indústria brasileira, o contínuo declínio do mercado interno enquanto eixo dinâmico da produção nacional e o colapso dos centros internos de decisão, não obstante o crescente e significativo avanço do setor terciário, são elementos fundamentais para a análise[279]. Este cenário veio para aprofundar ainda mais a gravidade e a complexidade do problema preexistente.

3.2 Nova dependência, reversão neocolonial e instabilidade econômica

O início da crise estrutural do capital ocorrido na década de 1970 engendrou mudanças cruciais no caráter do imperialismo[280], que colocou novos impasses para o desenvolvimento nacional nas sociedades latino-americanas. A globalização e os ajustamentos sem precedentes às imposições do capital internacional, ocorridos desde a década de 1980, coloca o Brasil numa nova rota da dependência externa e da instabilidade econômica – com graves ameaças à formação nacional brasileira e dramática exposição aos processos de reversão neocolonial[281].

Não obstante estivesse relativamente associada a um espaço econômico nacional bem demarcados – para atender às necessidades de internalização estratégica das estruturas produtivas do capital internacional e de conquista do mercado interno –, estabelecendo assim as conexões indispensáveis entre desenvolvimento do capitalismo dependente e reprodução do capital monopolista internacional, a internacionalização do mercado interno, iniciada em meados da década de 1950, contribuiu para solapar a autonomia dos centros internos de decisão da sociedade brasileira[282]. O padrão de internacionalização do mercado doméstico avançou com a industrialização pesada para uma determinada forma de incorporar estruturas produtivas e progresso técnico, e sob determinada estrutura financeira, mas foi insuficiente para imprimir dinamicidade ao sistema econômico em construção, isto é, "[...] mostrava-se incapaz de reverter o quadro de dualidade das economias latino-americanas e os problemas de absorção de mão de obra"[283]. Desta maneira, engendrou-se um outro sentido ao desenvolvimento brasileiro sob a liderança de burguesias antinacionais e antidemocráticas: o de reforçar um desenvolvimento subordinado e dependente que iria contribuir para os caminhos que a

[278] Zullo (2014) e Portugal Júnior (2012).
[279] Espósito (2016).
[280] Mészáros (2010).
[281] Sampaio Júnior (2007) e Sampaio Júnior (1997).
[282] Campos (2009).
[283] Rodrigues (2006, p. 33).

economia brasileira trilharia nas décadas subsequentes [284] . Com esta fase de internacionalização do mercado periférico brasileiro, o Estado nacional foi em busca de instrumentos para vincular sua estrutura produtiva dirigida ao planejamento econômico às torrentes de oportunidades e capitais internacionais que se moviam para as sociedades latino-americanas[285]. Assim, o processo econômico se demonstrou descontínuo, pois, a despeito de perdurar uma política econômica orientada na industrialização substitutiva iniciada na década de 1930, os instrumentos macroeconômicos que o asseguravam foram manipulados de acordo com as necessidades da internacionalização do mercado interno – e, por sua vez, conforme as necessidades do capital internacional em detrimento do projeto de nação democrática[286]. Como corolário, o padrão de desenvolvimento capitalista no início do regime burguês-militar brasileiro, não obstante ser gerido pelos movimentos da esfera privada (nacional e liderança estrangeira), conforme foi no governo Juscelino Kubitschek, se concretizou de modo quase independente relativamente ao poder estatal burguês[287]. Nisso, a institucionalidade criada estava em função de desatravancar os ajustamentos do capital internacional para com o espaço econômico nacional, que se encontrava conjunturalmente em crise no limiar da década de 1970. A possibilidade de contrair recursos internacionais, sem a necessidade de recorrer ao controle das autoridades monetárias, muniu dinamicamente as empresas transnacionais de capacidade de refinanciamento de parte de seus balanços patrimoniais[288].

Portanto, o enfraquecimento do controle estatal burguês sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como consequência da elevação dos elos de dependência do Estado nacional ao sistema capitalista mundial, advém justamente das próprias forças da autocracia burguesa instauradas a partir de 1964 ao implementar a reforma dependente e subordinada à abundância de oferta de financiamento internacional pelos “euromercados”. Sendo assim, a simbiose dinamicamente estabelecida entre poder estatal e poder estrangeiro ocorria sem maiores conflitos ou disputas por espaços tidos como de interesse nacional[289]. Não dispondo do controle de mecanismos internos imprescindíveis para formar um padrão de autofinanciamento de longo prazo, em que os recursos financeiros pudessem ser centralizados e canalizados às necessidades nacionais com o apoio do controle estatal burguês, restou às empresas transnacionais a função deste autofinanciamento de longo

[284] Para os pormenores da racionalidade e do comportamento das burguesias brasileiras, ver Fernandes (2006) e Furtado (1972).
[285] Campos (2009).
[286] Ibidem.
[287] Ibidem.
[288] Ibidem.
[289] Ibidem.

prazo por meio, sobretudo, da obtenção da liquidez externa em abundância. Assim, estas empresas realizaram suas preferências diante da reprodução ampliada do capital no espaço nacional brasileiro sem se responsabilizar ou se comprometer diretamente ou indiretamente pelas necessidades internas de um projeto de nação democrática por meio do Estado brasileiro[290]. Os efeitos globais foram logo sentidos com o problema da dívida externa adquirida pelas empresas privadas e, sobretudo, estrangeiras, em que os passivos dos balanços patrimoniais seriam absorvidos mais tarde pelo setor estatal, conduzindo o Estado nacional ao paroxismo nos anos 1980[291]. Não obstante, o processo de concentração dinâmica da renda e da riqueza verificada no Brasil entre as décadas de 60 e 70 do século 20, típica de sociedades de origem colonial que tiveram na escravidão um de seus principais fulcros, viria a ser uma das principais características do capitalismo dependente[292]. Isso remete a um problema histórico e moral que reforça estruturalmente as desigualdades na sociedade moderna brasileira[293] – que se manifesta no mercado de trabalho assalariado de capitalismo dependente por meio do subemprego e do desemprego estruturais[294].

No contexto de crise estrutural do capital, sobretudo a partir da década de 1980, estamos presenciando a um fenômeno novo e distinto do que a internacionalização do regime de capital do passado nas sociedades latino-americanas[295]. De modo geral, o padrão de internacionalização econômico, financeiro-monetário e tecnológico recentes fez com que as grandes empresas transnacionais assumissem o propósito mais agressivo de desconstrução das economias periféricas dependentes no sistema capitalista mundial, explorando, assim, as diversas viabilidades de negócios na periferia capitalista, as quais se enquadrem aos seus interesses de valorização externa do capital sem imolar sua mobilidade espacial[296]. Em razão disso, as empresas transnacionais das economias hegemônicas não desejam que as fronteiras nacionais permaneçam rigorosamente demarcadas como no passado recente, uma vez que o slogan atual é o de prover a máxima flexibilidade e liberdade à acumulação capitalista – inclusive, com sérias reverberações no mundo do trabalho atualmente. O interesse do capital internacional neste período recente, em busca de sua reprodução e valorização nas economias periféricas, assume pelo menos

[290] Ibidem.
[291] Furtado (1982) e Cruz (1995).
[292] Furtado (1972).
[293] Fernandes (2008a) e Fernandes (2008b). Os dados para constatação das desigualdades raciais do pós-guerra estão em Hasenbalg (1988), utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, visto a ausência do quesito “raça/cor” do Censo Demográfico de 1970.
[294] Moura (1988) e Moura (1983).
[295] Sampaio Júnior (2007).
[296] Ibidem.

três propósitos fundamentais: (i) completa liberdade de mobilidade aos mercados internos periféricos, sendo irrelevante do ponto de vista comercial se os mercados serão providos pela importação ou localmente, variando de acordo com as necessidades e estratégias de concorrência assumidas pelas empresas transnacionais; (ii) máxima flexibilidade para se valer das qualidades naturais e de trabalho das economias periféricas, como meio de enquadrá-las a uma assimétrica divisão internacional do trabalho em função das exportações de produtos e se aproveitando sobretudo do rebaixado e mesmo rebaixamento do padrão de vida da maioria da população nacional; e (iii) privatização e desnacionalização de frações essenciais para as economias e as sociedades periféricas, as quais sejam fontes proveitosas para as estratégias e viabilidade dos projetos do capital internacional[297].

Desta forma, este padrão de internacionalização do regime de acumulação de capital recente impõe novas e graves amarras sobre o Estado brasileiro das sociedades latino-americanas[298]. Ao segmentar as bases de extração e realização de valor, reconduzindo as economias nacionais a uma nova divisão internacional do trabalho, as nações capitalistas hegemônicas rebaixam ao limite a capacidade construtiva de condução da política econômica e social – em especial para o enfrentamento real das enormes desigualdades engendradas nas sociedades da periferia do sistema capitalista mundial e para o enfrentamento do controle global externo[299]. A este contexto se soma um outro fator histórico e externo bastante adverso na luta em favor da organização própria dos povos latino-americanos: o fim da Guerra Fria[300]. Na ausência do temor do espectro do socialismo real, sobretudo após a revolução russa, as nações capitalistas hegemônicas do "mundo livre" ficaram mais à vontade para impor suas agendas, medidas e projetos em detrimento dos princípios político-jurídicos fundamentais que guiam e garantem a organização própria dos povos no mundo da periferia capitalista. Com a sublimação dos pactos estratégicos com a dominação imperialista externa que garantiram no passado o "poder excedente" para as burguesias dependentes, assim como a regressão da base material brasileira que poderia assegurar o seu poder internacional, as burguesias brasileiras de capitalismo dependente estão assumindo mais recentemente o papel de "burguesias de negócios" no mercado financeiro, voltadas às circunstâncias oportunistas de transações especulativas de ativos reais (públicos e privados) e de ativos financeiros (as atuais modalidades deste último são variadas: securitização, derivativos, fundos de investimentos, etc.)[301].

---

[297] Ibidem.
[298] Ibidem.
[299] Campos & Rodrigues (2014) e Sampaio Júnior (2007).
[300] Sampaio Júnior (2007).
[301] Ibidem.

As nações dependentes e subdesenvolvidas ficam, de maneira mais agressiva, à mercê das vontades e dos objetivos “estranhos” irradiadas das nações capitalistas hegemônicas, com pressões desarticuladoras sobre seu sistema nacional, compelindo-as para processos de reversão neocolonial:

> Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e/ou econômica serão submetidos a crescentes pressões desarticuladoras. A contrapartida da internacionalização avassaladora é o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem, no quadro de certas nacionalidades, populações marcadas por acentuadas disparidades de nível de vida (Furtado, 1992b: 57).

As marcas estruturais da reestruturação do regime acumulação capitalista a reboque do capital internacional sobre o mundo periférico, em particular o brasileiro, ficam evidentes quando observamos com mais precisão: a recente difusão desigual do progresso tecnológico que elevou rapidamente o hiato tecnológico na divisão internacional do trabalho – historicamente caracterizada pela relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; o padrão de internacionalização do capital financeiro recente, que reforçou ainda mais os desequilíbrios históricos do balanço de pagamentos [302] ; a internacionalização da estrutura produtiva recente e, por conseguinte, a dominação da estrutura técnico-financeira sobre a estrutura produtiva que minaram e agravaram objetiva e subjetivamente as bases da organização própria do Estado nacional das nações da periferia do mundo moderno – dissolvendo uma premissa fundamental das sociedades latino-americanas, que é a de se organizar democrática e nacionalmente impelidas pela própria “vontade política”[303]. Desta maneira, a recorrente instabilidade econômica irradiada das nações centrais e o acirramento da concorrência intercapitalista coloca novos impasses à formação nacional das economias e sociedades latino-americanas, imobilizando a luta secular destas sociedades e da coletividade de ter o controle do seu próprio destino[304].

No primeiro caso, a revolução tecnológica recente e, com ela, o enorme avanço técnico e gerencial, manifestos pela automação, pela microeletrônica, pela robótica, pela nanotecnologia, pela biotecnologia, entre outros, tomaram conta da produção industrial mundial, dando novos impulsos ao desenvolvimento e à reestruturação das forças produtivas e, por sua vez, às relações de trabalho[305] dentro do sistema internacional do

[302] Sobre o conceito “capital financeiro”, ver Hilferding (1985) e Lênin (2011) e sobre o sentido da expressão “mundialização do capital”, Chesnais (1995).
[303] Sampaio Júnior (2007).
[304] Ibidem.
[305] Antunes (2009) e Ianni (1999).

capitalismo imperialista. Com efeito, o que se evidencia nos países periféricos ainda é a permanência da difusão desigual do progresso técnico está muito mais em função da diversificação dos bens e dos serviços finais e da modernização dos padrões de consumo da minoria da população nacional do que da transformação substancial dos processos produtivos internos e homogeneização social [306]. Além disso, este padrão de internacionalização criou, por meio da ação estatal nas sociedades da periferia capitalista, certa "cultura inovadora" que alimenta novas ilusões sem que haja qualquer alteração substancial no padrão desigual de assimilação do progresso tecnológico entre as economias do sistema capitalista mundial [307]. Em contrapartida, como as economias subdesenvolvidas e dependentes, como o caso brasileiro, não dispõe nem de burguesias nacionais, nem de o domínio de mecanismos internos para resistir à concorrência internacional e às mudanças estratégicas das transnacionais, isso vem contribuindo para a regressão e a especialização da esfera produtiva, isto é, a desindustrialização[308]. Os efeitos no conjunto são logo observados na periferia mundial: o acesso a mão de obra barata pela existência de um vasto desemprego estrutural, o progressivo aumento das desigualdades da renda e da riqueza, a exacerbação da dependência sociocultural, etc., o que evidencia os limites do padrão de difusão desigual do progresso tecnológico para a maioria da população nacional periférica.

No segundo caso, a transnacionalização do capital no período atual e a predominância da estrutura técnico-financeira sobre a estrutura produtiva reforçaram ainda mais a vulnerabilidade externa dos países latino-americanos, em especial o Brasil, e, como corolário, o desequilíbrio estrutural das contas externas [309]. Após a conclusão dos programas de ajustamentos e financiamento externo da década de 1980, o que abriu novas possibilidades de retorno de fontes de financiamento externo, as pressões para programas de estabilização monetária e máxima liberdade financeira via desregulamentação se tornaram algumas das novas imposições externas. Com isso, as menores restrições para os fluxos de capitais internacionais (entradas e saídas de capitais) associadas a uma evolução técnica dos mercados financeiros internacionais e sua predominância sobre o espaço econômico nacional, favoreceu para a qualidade mais volátil (de curto prazo) e os ataques especulativos dos investimentos estrangeiros atraídos para o Brasil. Este cenário

[306] Esta sintética ideia está em Furtado (1972).
[307] Breda (2019).
[308] Parte do argumento consta em Sampaio (2007). Um estudo sistemático sobre desindustrialização e reprimarização pode ser visto em Espósito (2016). Para um estudo recente sobre as burguesias brasileiras, ver Cardoso (2014).
[309] Os argumentos que seguem constam em D'Angelo Machado (2011) e Sampaio Júnior & D'Angelo Machado (2012).

alterou não somente a composição do passivo externo brasileiro, mas mobilidade e predomínio sobre o condicionamento da política cambial e, por conseguinte, no sistema monetário da economia brasileira. Por outro lado, da abertura financeira resultou a maior capacidade de conversibilidade de ativos internos líquidos em ativos internacionais, o que compromete não somente o estoque de riqueza nacional via mobilidade internacional, mas expõe a economia brasileira a riscos irrefreáveis de fugas de capitais e graves crises cambiais. Com a tendência histórica de déficits em transações corrente nas contas externas brasileiras e o aprofundamento do grau de vulnerabilidade externa com a desregulamentação financeira, o capital internacional passa a ter uma relação mais fluida com o espaço econômico nacional, e os ativos líquidos internos passam a ter maior capacidade de mobilidade internacional, cujos elos se estabelecem e refletem com os crescentes desequilíbrios das contas externas e com a crescente incapacidade de manter a soberania monetária brasileira[310].

No terceiro caso, o capital internacional e as transnacionais no período atual, sendo um dos principais fios condutores das formas de assimilação tecnológica para a acumulação capitalista e que também condiciona o estilo sociocultural de vida dos povos, estão comprometendo as bases objetivas da capacidade construtiva do Estado nacional. Pelo fato de a forma de assimilação recente assumida na periferia do sistema capitalista mundial conduzir à marginalização social e moldar o padrão de consumo mimético e os comportamentos morais antissociais e elitistas da sociedade, isso intensifica a dependência tecnológica e os desequilíbrios das contas externas[311]. Soma-se a isso a própria natureza antidemocrática e racista das classes burguesas brancas e suas elites, que transferem para o Estado nacional não somente o ônus do seu estilo de vida alicerçado no padrão de consumo externo, mas outros aspectos internos históricos e socioculturais (sendo o racismo e suas implicações alguns deles), submetendo a principal ferramenta de ação coletiva aos seus interesses particularistas e de “mercado”[312]. Para além disso, a própria mudança de estratégias das filiais transnacionais impulsionou para o desmantelamento das estruturas econômicas e sociais formadas pelo Estado nacional no passado recente, por não serem mais compatíveis com o planejamento econômico, financeiro e contábil das transnacionais e com o próprio padrão de internacionalização atual[313]. Em poucas palavras: este problema estrutural das economias e sociedades periféricas se coloca como um enorme entrave à formação nacional e democrática.

---

310 D’Angelo Machado (2011) e Sampaio Júnior & D’Angelo Machado (2012).
311 Furtado (2000).
312 Parte de nossa argumentação consta em Sampaio Júnior (2007).
313 Campos (2009).

3.3 A conjuntura econômica e o mercado de trabalho

O limiar da década de 1980 marca o momento de transição do colapso da industrialização dependente rumo à crise e à abertura econômica e desregulamentação institucional sobre o espaço econômico nacional. Em particular, as contradições e o fracasso do II PND e as próprias alterações do padrão de acumulação capitalista das economias hegemônicas e suas estratégias de valorização externa iniciada na década de 1950 colocaram novos ditames e rumos à economia brasileira com processo de reversão neocolonial.

A exaustão do padrão de internacionalização do mercado interno iniciado na década de 1950 e os ajustamentos recentes ao novo padrão de internacionalização estariam no centro da sujeição da política econômica às transferências de recursos reais via dívida externa absorvida pelo Estado burguês brasileiro[314]. O estrangulamento do setor público e da política econômica estavam sobretudo em função das crescentes transferências de recursos reais por meio do endividamento externo da ditadura burguesa-militar e sua estatização. E, mais tarde, pelas imposições unilaterais via transações correntes (especificamente balança comercial) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras agências internacionais financeiras que, como corolário, resultou no agravamento da capacidade do Estado brasileiro em orientar sua política econômica[315]. Assim, a despeito das implicações sobre as empresas estatais, tal estrangulamento recessivo envolveu a redução da capacidade de investimento público, queda da carga tributária, colapso do sistema monetário e de preços, desaceleração da demanda interna, elevação da dívida pública interna, assim como outros fatores globais que levaram o Brasil à crise[316]. Por este ângulo, tanto as reformas institucionais para a acomodação do capital internacional na ditadura burguesa-militar brasileira, quanto a política de choques norte-americana, estariam no centro da imobilização do Estado nacional e do solapamento das condições mínimas de existência de uma democracia burguesa no Brasil[317]. O Estado burguês brasileiro se viu constrito para resistir à reestruturação do padrão de internacionalização e de concorrência intercapitalista e seus efeitos desagregadores sobre a indústria brasileira e, em contrapartida, conduzindo o Brasil à erosão da indústria e à mudança do eixo dinâmico da

[314] Cruz (1995).
[315] Furtado (1982) e Cruz (1995).
[316] Curz (1995).
[317] Furtado (1982), Sampaio Júnior (2007) e, particularmente, Bacha (1983) resumem o momento. Em especial, Cardoso de Mello e Belluzzo (1983) organizam o debate sobre a década, que reflete a perda de controle e rumo da economia nacional.

economia para o exterior, posto que a estrutura produtiva dual de herança mercantil não desaparece por completo[318].

A questão social dentro da crise brasileira também se coloca como elemento impactado pelas imposições internacionais. Um estudo mostrou que, com as transformações e os ajustamentos oriundos das novas exigências internacionais, a deterioração da estrutura ocupacional da economia dependente foi condicionada pela desaceleração da economia brasileira e pela instabilidade econômica irradiada do exterior, sendo esta deterioração associada, ainda, aos desequilíbrios macroeconômicos e à elevação das taxas do desemprego aberto[319]. Com isso, os reflexos sobre a evolução da heterogeneidade são caracterizados por um processo de reversão estrutural da lenta redução do subemprego, que volta a elevar seu volume absoluto em termos globais (entre 1980 e 1991) – o que revela o rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros. O grau persistente de heterogeneidade não modifica de maneira expressiva durante a década de 1980. Ou seja, o subemprego como parâmetro de um problema ocupacional global não foi expressivamente agravado. Particularmente, a mudança na composição do subemprego permanece a ser caracterizada pelo aumento da participação na área urbana. A despeito do subemprego agrícola deter um pequeno incremento em seu contingente, o subemprego urbano quase chega a dobrar de tamanho no respectivo período. No mais, a elevação da presença do desemprego aberto se coloca como outro problema na economia urbana ao longo dos anos 80. A desaceleração econômica, ao influenciar a redução nos ritmos de expansão de empregos, parece fomentar o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência das classes trabalhadoras que se materializam por meio da inserção nas atividades de baixa produtividade da economia urbana. Entretanto, as tendências nos desempenhos do desemprego aberto e do subemprego urbano, que se elevaram respectivamente em termos absolutos e em termos relativos, parecem mostrar obstáculos para a classe trabalhadora desenvolver tais estratégias de sobrevivência baseadas no subemprego urbano[320]. A deterioração salarial acompanhou os movimentos dinâmicos e estruturais do mercado de trabalho de capitalismo dependente. Um outro estudo apontou que a deterioração das condições de vida, o aumento da miséria absoluta e a crescente marginalização social de amplas parcelas da sociedade brasileira são consequências da crise estrutural na qual o Brasil está inserido[321].

[318] Sampaio Júnior (2007).
[319] Portugal Júnior (2012).
[320] Para corroborar as análises do subemprego estrutural no período, ver Zullo (2019) e Zullo (2014).
[321] Campos (1990).

É neste contexto de reestruturação internacional e ajustes impostos à periferia brasileira que a cartilha prescrita pelo chamado “Consenso de Washington” catalisa a mente e o coração das classes burguesas brancas em prol de novas injeções de processos modernizantes. O propósito fundamental não é senão enquadrar os países como o Brasil a um modelo idealizado de desenvolvimento neoliberal de longa duração – que está para além dos propósitos puramente econômicos diante da era da máxima financeirização da riqueza social[322]. Trata-se de uma fórmula idealizada que solapa profundamente a soberania nacional e a democracia em função dos interesses de “mercado” e objetivos “estranhos”, envolvendo a subordinação do espaço nacional e, como corolário, envolvendo ajustamentos da política econômica por meio de pelo menos nove pré-condições: (i) disciplina fiscal e priorização dos gastos públicos; (ii) estrutura ou reforma tributária regressiva e “minimalista”; (iii) liberalização e desregulamentação financeiras; (iv) estabilização monetária vinculada a uma “ancora externa” e estímulos às exportações – no Brasil, o plano de estabilização voltado às necessidades internacionais foi denominado como “Plano real”, vigente até hoje; (v) liberalização comercial; (vi) total liberdade de mobilidade ao capital internacional; (vii) privatização e desnacionalização de setores estratégicos; e (viii) monopólio e proteção da propriedade intelectual produzida nas nações hegemônicas[323] – a despeito da desregulamentação do trabalho imposta desde a década de 1980, o que também favorece para o rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores[324]. A pré-condição em forma de receituário foi aplicada em variadas medidas ou doses nas agendas dos governos Collor, Franco, Cardoso e Lula[325]. De modo geral, a liberalização da economia brasileira abalou ainda mais as frágeis bases da industrialização pesada, impulsionando um processo de desmantelamento dos setores produtivos que comprometem os liames estratégicos que poderiam fornecer bases à economia brasileira – para um funcionamento como um sistema orgânico[326]. Dadas as características estruturais da economia e da sociedade brasileiras, a desindustrialização reduziu expressivamente a ampliação de empregos dos setores com maior produtividade da economia, elevando de modo mais pungente a heterogeneidade e o subemprego, não obstante a importância relativa do desemprego tecnológico provocado pela modernização das forças produtivas e pela concorrência internacional[327].

[322] Moraes (2001).
[323] Batista (1994).
[324] Cardoso Júnior (2001).
[325] Campos (2009).
[326] Sampaio Júnior (2007).
[327] Ibidem.

O contexto mostra a razão das elevadas desigualdades no mercado de trabalho brasileiro verificadas nos anos 1990. O mesmo estudo apresentado anteriormente destaca que, durante os anos 90 do século 20, há novamente a desaceleração do nível das atividades econômicas, o que reverbera sobre o dinamismo do mercado de trabalho – visto o crescimento econômico abaixo dos ritmos médios obtidos na década passada, a despeito do seu distanciamento das taxas médias obtidas no pós-guerra[328]. O momento foi caracterizado pelas mudanças na estrutura produtiva, seguida e, em boa medida, induzida pela rápida assimilação tecnológica. A abertura comercial da economia brasileira aprofundou o nível de concorrência internacional nos setores produtivos, em especial para o setor industrial. O resultado disso foi que as empresas começaram a atuar por meio da "atualização tecnológica" fundamentada na assimilação crescente das mudanças na gestão e na produção – particularmente, ocorrendo o aumento crescente da terceirização das "atividades-meio"[329]. Com a retomada conjuntural do crescimento econômico, próximo de meados da década de 1990, as empresas intensificaram a difusão das inovações tecnológicas, procurando obter ganhos de escala indispensáveis à recuperação econômica diante da concorrência internacional. Um dos ajustes ante a ofensiva do capital para obter ganhos de escala produtiva foi o de diminuir parte do passivo contábil dos balanços patrimoniais por meio da eliminação do custo de pessoal, sobretudo, os trabalhadores com carteira assinada. Ocorrido de maneira mais pungente no setor industrial, o ajuste fez com que, para além da contração de postos de trabalho no setor, as ocupações eliminadas nesta conjuntura de baixo crescimento econômico (antes de 1993) não fossem restabelecidas na expansão cíclica posterior – ainda que relativamente mais baixa a períodos anteriores. Em suma, foram expressivas as reverberações sobre o padrão de heterogeneidade estrutural e sua transformação durante o tempo[330]. No que tange o subemprego e desemprego, houve pelo menos cinco alterações: (i) manutenção do subemprego em termos absolutos e como um problema da estrutura ocupacional, ainda que com sua queda na participação na população economicamente ativa; (ii) maior participação do subemprego nas atividades urbanas do que nas atividades rurais, visto o avanço do grau de urbanização; (iii) aumento do desemprego aberto na população economicamente ativa; (iv) dadas as características cíclicas, as alterações tecnológicas sobre as forças produtivas e o avanço da urbanização, o aumento do subemprego urbano parece ter deparado com entraves crescentes para funcionar como uma opção ocupacional para aqueles que não alcançaram inclusão em

[328] Portugal Júnior (2012).
[329] Ibidem.
[330] Ibidem.

ocupações de mais elevada produtividade do trabalho na economia urbana; e (v) subemprego urbano é praticamente estável e se soma ao desemprego aberto[331].

Além disso, outro estudo demonstra que durante a década de 1990, ocorreu uma deterioração na desigualdade da distribuição funcional da renda e uma ampliação na desigualdade da distribuição pessoal da renda na economia urbana[332]. Mostrando as frustações brasileiras após a Constituição Federal de 1988, por um lado, o estudo revela a deterioração da distribuição funcional da renda através da queda substantiva na participação da remuneração dos empregados na renda disponível referente ao sistema de contas nacionais (de 37,5% para 32,8% entre 1991 e 1999). Caso sejam subtraídas as contribuições sociais efetivas, a participação do salário na renda nacional reduz de 32,8% para 26,5%. No mesmo período, o excedente operacional bruto (receita bruta das empresas exclusive os impostos e inclusive os subsídios) aumentou de 38,5% para 41,4%. Isso se deu por causa da redução da participação dos salários e dos rendimentos autônomos, ao mesmo tempo em que se observa uma elevação das participações dos impostos e das contribuições – sobre este último, não exercendo qualquer pressão sobre a rentabilidade das empresas. Com efeito, a maior tributação, apesar de termos uma estrutura tributária em detrimento dos pobres, ocorreu em um contexto de redução do poder de compra da classe trabalhadora. Por outro lado, a ampliação dos diferenciais da renda pessoal, mensurados através da relação entre o rendimento/hora do 95º percentil e do 25º percentil, é evidente quando observados os setores de atividades da economia urbana, assim como o nível de escolaridade e a questão racial[333]. No primeiro caso, há uma redução dos diferenciais de rendimento nos setores industriais – transformação e construção civil entre os anos de 1992 e 1999 –, seguidos de ampliação dos diferenciais de rendimento nos setores terciários no mesmo período. As razões disso podem ser apontadas na queda dos empregados nos segmentos industriais e incremento de empregados nos setores terciários – a despeito das pressões demográficas (entre o campo e a cidade) que vêm moldando em determinadas proporções o subemprego e desemprego aberto[334]. No segundo caso, o importante a salientar é que o distanciamento entre rendimentos é cada vez maior quanto mais elevado é o grau de escolaridade da população. Por fim, no terceiro caso, a desigualdade na distribuição pessoal da renda chega a ser 2,6 vezes superior entre brancos e negros, isto é, brancos recebendo mais de duas vezes mais que os rendimentos dos

[331] Ibidem.
[332] Dedecca (2003).
[333] Ibidem.
[334] Neste ponto, verificar Portugal Júnior (2012) e Zullo (2014).

negros[335]. Além dos movimentos de flexibilização e desregulamentação da esfera do trabalho em função do capital desde a década de 1980[336], bem como a erosão sindical e participação política entre a ditadura e os tempos atuais[337], o rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores seria ainda mais acentuado pela ênfase recessiva da política econômica e pela ênfase neoliberal das políticas sociais como um todo.

A primeira década dos anos 2000 parece ter sido uma das mais satisfatórias desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, segundo alguns estudos[338]. Um desses estudos advoga que foram os aspectos políticos e institucionais na sociedade brasileira que promoveram, por meio do Estado burguês, um "círculo virtuoso", conciliando crescimento econômico com redução das desigualdades sociais na sociedade brasileira[339]. Segundo o referido estudo, uma das principais características do período foi a escolha política pelo resgate do papel do Estado brasileiro no fomento ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo – por meio de determinadas políticas econômicas e sociais. De modo geral, entre os anos de 2003 e 2009, a aceleração do crescimento econômico, o recuo da pobreza absoluta e o aumento da geração de empregos formais e participação no mercado de consumo de massa permitiram não apenas o incremento relativo da participação da população às chamadas classes médias, mas a redução nas desigualdades na distribuição da renda de modo geral[340]. A despeito do "ajuste necessário" em 2003, a aceleração do desenvolvimento socioeconômico foi obtida com a manutenção da estabilidade macroeconômica, ou seja, com controle da inflação, contenção do endividamento do setor público e diminuição da vulnerabilidade externa do País. Particularmente, a inflexão de 2006 se deu quando a política econômica foi orientada na prática e de maneira mais explícita pelas ideias desenvolvimentistas, com realinhamento da política fiscal (aumento no salário mínimo via política de valorização salarial, incentivos fiscais, aumento no investimento público, pequena redução do superávit primário – queda de apenas 0,2 ponto

[335] Dedecca (2003).
[336] Cardoso Júnior (2001).
[337] Antunes & Silva (2015). Sobre a participação dos movimentos negros na dinâmica política e social entre 1980 e 2010, ver: Rios (2012) e Santos (2018a). Para uma tese sobre as centrais sindicais e racismo no Brasil, entre 1983 e 2002, ver: Silva (2008).
[338] O texto denominado "O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma", de Ricardo Bielschowsky (2014), resume o período da seguinte maneira: "O objetivo maior da estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo dos dois governos, e inédito no Brasil, tem sido a inclusão e a proteção social, com radical redução da pobreza e igualdade de oportunidades para todos". Outros estudos e pesquisas vão para mais ou para menos no mesmo caminho por Bielschowsky, guardando algumas diferenças. Baltar, Sousen e Campos (2017) analisam o mercado de trabalho e sua formalização recente. Oliva (2010) condensa o chamando "novo desenvolvimentismo". Barbosa & Souza (2010) advogam para um "crescimento com inclusão".
[339] Barbosa & Souza (2010).
[340] Ibidem.

percentual –, redução da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e reestruturação de carreiras e salários dos servidores públicos), política cambial e contas externas (ampliação das reservas internacionais – dada a alta liquidez – para aliviar as pressões pela apreciação cambial e para diminuir a vulnerabilidade externa; recuo no superávit em conta corrente; e aumento da renda líquida enviada ao exterior – sobretudo remessas de lucros e dividendos, com queda no pagamento líquido de juros – e entrada expressiva de capital internacional – entrada líquida em investimento direto estrangeiro, investimento em carteira estrangeiro e demais investimento) e política monetária (aumento do crédito livre e controle inflacionário)[341]. Com a crise externa entre 2008 e 2009, o governo brasileiro seguiu medidas monetárias e fiscais anticíclicas – que mitigaram conjuntural ou momentaneamente os efeitos da crise internacional a fim de impedir com que a crise internacional chegasse ao sistema financeiro brasileiro e, concomitantemente, recuperar o quanto antes o nível de atividade econômica. Em suma, este período de "inflexão" foi resultado de uma escolha política que procurou conciliar crescimento, estabilidade econômica e inclusão social[342].

Outro estudo ressalta, mais especificamente, a combinação de "crescimento com inclusão social" que ocorreu na economia brasileira entre 2004 e 2013[343]. Segundo o referido estudo, a principal característica foi o aumento expressivo dos empregos formais no mercado de trabalho combinado com significativa elevação do poder de compra dos salários neste tipo de emprego. Em particular, houve um crescimento econômico mais moderado, contudo contínuo, seguido de uma preocupação governamental com a formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho que resultaram no crescimento desproporcional do emprego formal e no crescimento mais paulatino de outras posições na estrutura ocupacional, além da redução do desemprego, sem aumentar o ritmo de crescimento do PIB por pessoa ocupada e com muita importação de produtos manufaturados, o que pesou sobre as contas externas e sobre a demanda efetiva da economia brasileira[344]. Mais do que isso, houve um aumento da participação do trabalho na renda nacional através da elevação do rendimento médio do trabalho (composto pelo emprego formal, pelo emprego não formal e pelo trabalho por conta própria). O efeito do aumento do salário mínimo via política de valorização salarial foi maior sobre o salário médio do emprego não formal. Os empregos "não formais" com salários de nível relativamente elevado impulsionaram empregos sem contrato formalizado ou trabalho por

[341] Ibidem.
[342] Ibidem.
[343] Baltar, Sousen e Campos (2017).
[344] Ibidem.

conta própria de salário relativamente alto, o que contribuiu para o salário médio não formal e para a renda média do trabalho por conta própria. No mais, com a política de metas inflacionárias e a elevação dos salários nominais via formalização da atividade econômica, o poder de compra dos salários de empregos formais teve expressivo aumento. O aumento do poder de compra do emprego formal foi seguido de redução nas desigualdades entre as remunerações deste tipo de emprego, alimentado pela política de valorização do salário mínimo e pelos ganhos reais das negociações maiores que a inflação. De modo geral, a distribuição pessoal da renda do trabalho se altera de maneira significativa, no sentido de diminuição nas desigualdades sociais. O período de crescimento com inclusão social teve pelo menos quatro tendências: (i) crescimento do emprego formal acima do crescimento do número total de pessoas ocupadas; (ii) redução da taxa de desemprego; (iii) mudança na dinâmica demográfica, que reverberou na estrutura etária da população economicamente ativa; e (iv) política de valorização do salário mínimo e ganhos reais de negociações que contribuíram para o aumento do poder de compra dos salários e diminuíram a desigualdade pessoal da renda[345]. Alguns dos limites da conjuntura apontado pelo estudo são a insuficiência de um avanço mais pujante na regulação e estruturação do trabalho assalariado por meio do poder público, o que compromete as desigualdades setoriais de composição do emprego formal por categoria ocupacional e, ainda, as significativas desigualdades de salários médios por setor às mesmas categorias ocupacionais[346].

Um último estudo, com atributos distintos dos demais estudos desenvolvimentistas referentes a ação regulatória do Estado sobre a economia brasileira e a questão social, revela certa diferença da economia brasileira dos anos 2000 com os modelos econômicos da década de 1990 e nacional-desenvolvimentista[347]. A economia brasileira teve traços de reversão de tendências estruturais, como: a reversão da tendência de queda do emprego industrial, reversão do aumento das desigualdades, a reversão de queda da taxa de investimento, a aceleração do crescimento da produção ou, de modo geral, “[...] reversão de nossa fragilidade estrutural no plano macroeconômico”[348]. Na visão do autor, o governo brasileiro passou a conciliar inéditas medidas sociais e econômicas nos anos 2000, as quais, segundo o estudo, garantiram a retomada da construção nacional a partir de um novo padrão de desenvolvimento: (i) crescimento econômico sustentado; (ii) estabilidade econômica; (iii) redução na desigualdade da distribuição da renda; (iv) consolidação da democracia; (v) liderança na agenda ambiental; e (vi) política externa com crescente

[345] Ibidem.
[346] Ibidem.
[347] Oliva (2010).
[348] Isso pode ser visto em Gonçalves (2012b) e Oliva (2010: 193).

protagonismo internacional. Em poucas palavras, o período entre 2003 e 2010 foi caracterizado por incorporar os excluídos socialmente, sem que esta incorporação comprometa as bases da estabilidade econômica[349]. Do ponto de vista teórico, dentro de um campo político e econômico, esta perspectiva corresponde a um dos grupos que, após a falência da experiência neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, vem construindo um campo de debates sobre a melhor estratégia para o desenvolvimento brasileiro, inclusive com influência sobre programas eleitorais[350]. Trata-se de uma autorreferida construção coletiva que envolve teoria e forças políticas, que seriam capazes de reverter os prejuízos da agenda neoliberal[351]. De modo geral, as formulações dos economistas que disputam a hegemonia do "novo desenvolvimentismo" partem do suposto de que o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas constitui na solução para o enfrentamento das desigualdades[352]. O debate está em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências da estabilidade macroeconômica com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social, uma vez que o social seria o eixo estruturante do chamado "novo desenvolvimentismo"[353].

A primeira década dos anos 2000 tem sido interpretada por alguns intelectuais de maneira aparente, no sentido de caracterizá-la como uma década amplamente satisfatória e enquadrá-la em um modelo de "círculo virtuoso"[354]. Todavia, em essência, e sob perspectiva histórica, o período foi marcado pela manutenção estrutural das desigualdades e pelo aprofundamento da dependência externa[355]. Nas formações sociais de origem colonial e escravista, às quais subsiste o circuito fechado da dependência externa e do subdesenvolvimento, as desigualdades próprias a este tipo de capitalismo são particularmente perversas, o que beneficia a constante separação entre povo e nação[356]. Na ausência histórica de burguesias nacionais e democráticas, assim como o baixo grau qualitativo de desenvolvimento das forças produtivas – em regressão no momento atual –, a transferência de excedente para o "meio externo" resultante da posição subalterna e periférica do Brasil no sistema capitalista mundial e da existência de um expressivo

[349] Ibidem.
[350] Bastos (2012).
[351] Sampaio Júnior (2012).
[352] Ibidem.
[353] Ibidem.
[354] Parte das críticas que seguem estão em Sampaio Júnior (2017).
[355] As evidências teóricas e empíricas podem ser vistas em Lubliner, Espósito e Pereira (2019). Gonçalves (2012a) também realiza um balanço crítico que contribui para o problema.
[356] Sampaio Júnior (2012).

desemprego estrutural intensificam desproporcionalmente a segregação social brasileira[357]. A isso se soma o “peso da questão racial”, ou seja, mais especificamente, o rebaixado padrão de vida dos trabalhadores negros que se vincula ao nível de vida da classe trabalhadora brasileira – elemento pouquíssimo explorado pelos estudiosos.

Na realidade, os anos 2000 foram caracterizados por movimentos conjunturais, que não estiveram nem próximos de superar os gravíssimos problemas histórico-estruturais da sociedade brasileira. Não superando os determinantes estruturais do rebaixado padrão de vida dos trabalhadores, seria muito restrita a possibilidade de abrandar as sequelas das desigualdades por meio da ação direta do Estado brasileiro na distribuição do excedente social, em especial, quando se verifica que a concentração da renda e da riqueza social corresponde a concentração de poder das classes burguesas brancas[358]. A dominação do Estado por burguesias brancas e suas elites completamente desarraigadas com um projeto democrático e nacional se manifesta, por exemplo, numa estrutura tributária altamente regressiva e no emprego dos recursos públicos que deixa muito pouco espaço para a transferência de renda e para a consolidação e efetivação de políticas sociais direcionadas à maioria da população na sociedade de classes; ou nas ações adotadas pelos aparelhos estatais que reprimem os trabalhadores. As sociedades dependentes que estão sob o circuito fechado do subdesenvolvimento e da dominação de burguesias brancas e suas elites antinacionais e antidemocráticas, como o caso brasileiro, são particularmente apáticas às pressões das classes trabalhadoras[359].

Os limites estruturais dos anos 2000 se verifica em algumas evidências, as quais se vinculam aos processos históricos de reversão neocolonial. Nas entranhas dos chamados avanços sociais, existem problemas e contradições de profunda envergadura que não foi possível superar ou resolver dentro dos marcos do capitalismo dependente e subdesenvolvido:

I. Muito embora tenha existido condições adeptas provocadas pela expansão do emprego e pelos mecanismos de transferência de renda por meio do programa Bolsa Família (com um baixo gasto orçamentário que representou 0,5% do PIB), o que permitiu com que quase 29 milhões de brasileiros saíssem da linha da pobreza extrema entre 2004 e 2014, foi a economia desacelerar e entrar em crise para que, em apenas três anos, a população com renda inferior à necessária para

[357] Ibidem.
[358] Ibidem.
[359] Ibidem.

adquirir a cesta básica de alimento recomendada pela OMS aumentasse em quase 10 milhões, chegando a um nível de 25 milhões em 2017 – 12% da população brasileira[360].

II. Ainda que ocorra o avanço desproporcional da formalização dos empregos formais, o expressivo aumento de tais empregos foi na faixa de remuneração de até dois salários mínimos, o que nos leva a questionar sobre as dificuldades qualitativas do avanço do emprego do período de 2002 a 2013 [361]. Adicionalmente, tanto do ponto de vista da formalização, quanto do ponto de vista do acesso à previdência social, as desigualdades raciais são claras e mantidas[362].

III. Não obstante a política de valorização do salário mínimo (iniciada nos anos 1990 e aprofundada nos anos 2000) tenha conduzido a um aumento real de 92% no poder de compra do salário mínimo (entre 2001 e 2014), no final do período analisado, o poder aquisitivo da classe trabalhadora continuava aquém do nível obtido no ano de 1966 e 3,8 vezes abaixo do que seria preciso para obter a cesta básica estabelecida por lei como o mínimo necessário estabelecido pela Constituição de 1988[363].

---

[360] Ibidem.

[361] As principais constatações sobre a questão se encontram em Mattos (2015), com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O autor (2015: 77) diz o seguinte: “Os dados mostram que, entre 2002 e 2013, aumentou expressivamente o número de empregos com remuneração abaixo de dois salários mínimos, seguida por um modesto (mas nítido) crescimento dos empregos com remuneração entre dois e cinco salários mínimos e uma relativa estagnação do número de ocupações com rendimentos de cinco salários mínimos ou mais, em valores de cada ano. [...] foram criados cerca de 14 milhões de empregos formais e que cerca de 97% deles tinham remuneração até cinco salários mínimos, e mais de três quartos até dois salários mínimos. Dessa forma, em 2013, cerca de 55% das ocupações formais tinham rendimentos equivalentes a até dois salários mínimos daquele ano e cerca de 86%, até cinco salários mínimos. Em 2002, essas proporções eram iguais a, respectivamente, 39% e 78%, levando em conta o salário mínimo daquele ano. Mesmo considerando-se que o valor real do salário mínimo, no referido período, aumentou expressivamente, não sendo possível comparar rendimentos reais por ocupação tomando-os por intervalos de múltiplos do salário mínimo de cada ano, os resultados do gráfico revelam um perfil de rendimentos do mercado formal de trabalho característico de uma economia de baixos salários, que parece se acentuar ao longo da década. Esse cenário é preocupante e certamente se relaciona à já mencionada perda de dinamismo da produção industrial, setor que abriga em suas atividades uma proporção de altos salários maiores do que em outros setores de atividade”. Leon (2015: 2-3) faz uma contribuição mais sistematizada e formula a seguinte hipótese sobre a qualidade do emprego e salário para o período recente: “[...] a miséria brasileira do período 2003-2013, dada pelo nível de vida dos trabalhadores e cuja expressão de destaque são as qualidades dos salários e do emprego, apresentou traços de regularidade – caracterizados por uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. No entanto, os determinantes estruturais da pobreza persistem cristalizados na dupla articulação entre segregação social e dependência externa. Assim, a pobreza continua com marcas de permanência”. Por fim, o subemprego estrutural no período pode ser visto em Zullo (2019).

[362] Cerqueira (2012).

[363] Sampaio Júnior (2017).

IV. Se levarmos em consideração que a evolução da desigualdade da renda nos anos 2000 é superestimada e permaneceu estável e, ainda, que houve um crescimento da renda em que os ditos "mais ricos" se apropriaram da maior parte desse crescimento[364], podemos nos questionar se estávamos mais próximos de um contexto que Furtado (1972; 1992a) chamou de "*concentração dinâmica da renda e da riqueza*" do que reversão ou diminuição da concentração da renda brasileira.

V. As conclusões definitivas de que houve "consolidação da democracia" ou "inclusão", assim como "reversão de tendências", se tornam ainda mais frágeis com uma brutal política de encarceramento dos trabalhadores negros, com elevadas taxas de suicídios dos trabalhadores negros e com a política de morte direcionada aos trabalhadores negros durante o período, por exemplo[365].

VI. A desindustrialização; a chamada "dessubstituição de importações"; a reprimarização; o aumento da dependência tecnológica; o aumento da

[364] Medeiros, Souza e Castro (2015).

[365] A evolução da política de encarceramento pode se observar com os dados do DPN (2014), inclusive comparado a outros países, o que se revela um encarceramento relativamente alto. A evolução das taxas de suicídios pode ser verificada no estudo sintético de Palma, Santos e Ignotti (2020) e Santos et al (2018b). Devemos destacar alguns limites de compatibilidade do estudo com o nosso trabalho. No primeiro estudo, as evidências apontam para elevadas taxas de suicídios entre negros em alguns clusters regionais entre 1990 e 2015, sem maiores desagregações compatíveis com nosso estudo. No entanto, as taxas de suicídios no geral cresceram durante o período analisado. Em particular, os autores (2020: 11) defendem que "Na região central, que apresentava certa homogeneidade entre as taxas, no último triênio [2013-2015], houve diferenciação, com aumento dos óbitos de adultos e de pessoas da raça/cor negra na área de Cerrado do Centro-oeste". No segundo estudo, as conclusões dos autores são esclarecedoras, mesmo que tratando especificamente da população adolescente: "O suicídio entre adolescentes no Brasil tem se elevado. Os maiores coeficientes de mortalidade por suicídio causado por autointoxicação ocorreram entre os pardos e o maior crescimento percentual de 2000 para 2010 foi entre os pretos. Os suicídios causados por lesão autoprovocada foram mais evidentes entre os indígenas, população que apresentou maior crescimento percentual de mortalidade por esta causa na década estudada. Em contrapartida, os adolescentes autodeclarados brancos apresentaram variação dos coeficientes de mortalidade por suicídio, para ambas as causas, estável de 2000 para 2010". Os limites de compatibilidade ou de recorte populacional, contudo, não pode dar margem às desconsiderações, visto que é um problema real, de origem escravista e que se apresenta com certos traços de regularidades e elevados entre negros na atualidade. Fernandes (2008a) corrobora o problema do suicídio entre negros como sendo parte do padrão de vida deles. Moura nos salienta o problema ser de origem escravista. Por se tratar de uma temática pouquíssimo estudada e, por conseguinte, não haver muitos estudos, nos resta, por enquanto, apresentar apenas estes dados. Para a política de morte dos trabalhadores negros, os resultados entre 2001 e 2011 do relatório técnico "Homicídio e Juventude no Brasil", realizado por Waiselfisz (2014: 120), aponta para o seguinte: "[...] podemos observar uma acentuada tendência de queda no número de homicídios na população branca e de aumento do número de vítimas na população negra. Esta tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem. [...] se os índices de homicídio do País nesse período estagnaram ou mudaram pouco, foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, na qual progressivamente a violência homicida se concentra na população negra e, de forma muito especial, nos jovens negros. E o que alarma mais ainda é a tendência crescente dessa mortalidade seletiva".

> desnacionalização; a perda de competitividade internacional; a crescente vulnerabilidade externa em função do aumento do passivo externo financeiro; o aumento da concentração de capital associado a desnacionalização; e a crescente financeirização em detrimento da estrutura produtiva – que corresponde a subordinação da política econômica desenvolvimentista [366] –, foram marcas registradas do período de 2003 a 2010. Em resumo, a aceleração do comércio internacional e o *boom* de liquidez mundial, ainda que dessem bases a um moderado crescimento econômico entre 2003 e 2007, aprofundaram o problema da integração desigual e a interdependência comercial, produtiva e financeira entre os países[367].

Todos estes elementos vêm corroborando para um processo de reversão neocolonial, ou seja, o desencadeamento de uma tendência histórica percebida como um processo de mudança econômica, social, política e cultural que compromete definitivamente a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista, distribuição de renda equilibrada (e, aqui, podemos fazer um paralelo entre raça e classe) e soberania nacional. Este processo coloca em questão a própria sobrevivência da sociedade nacional como instrumento capaz de controlar os dinamismos e as estruturas das transformações capitalistas[368].

3.4 O padrão de vida dos trabalhadores no Brasil

Em termos absolutos, a população ocupada está ligeiramente recuando no setor primário. Já a população ocupada do setor secundário está aumentando de maneira mais contida. A população ocupada do setor terciário está aumentando expressivamente suas estimativas. A taxa de crescimento anual do setor terciário se demonstra maior que todos os setores econômicos. Maior, inclusive, que a taxa de crescimento anual da própria população economicamente ativa (PEA) ocupada[369].

---

[366] Os apontamentos constam em Gonçalves (2012a). Observar também Lubliner, Espósito e Pereira (2019), especialmente segunda parte do livro.
[367] Ramos (2019).
[368] Sampaio Júnior (2011).
[369] Parece ainda existir um padrão migratório do período de 1950 a 1980, em que o fluxo ocorria sobretudo das áreas rurais para a cidade. Contudo, há pelo menos duas distinções do padrão migratório do passado recente: (i) a existência de uma taxa de crescimento anual de ocupados no setor secundário muito mais baixa quando comparadas ao passado; (ii) a existência de uma taxa de crescimento anual de ocupados acentuada no setor terciário. Para mais, ver: Portugal Júnior (2012) e, sobretudo, Lima, Simões e Oliveira (2012) explicando as tendências migratórias do período recente.

TABELA 1 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA OCUPAÇÃO POR SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL

Anos	Primário	Secundário	Terciário	PEA Ocupada
Estimativas (em mil pessoas)				
1980	12.622.447	10.751.251	18.698.958	42.072.656
1991	12.555.766	13.048.712	29.640.201	55.244.680
2000	12.119.390	14.097.293	39.413.209	65.629.892
2010	12.258.008	17.689.682	56.406.150	86.353.839
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)				
1980/2010	-0,10	1,67	3,75	2,43

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

O número absoluto da população ocupada está aumentando em praticamente todas as atividades do setor secundário, com exceção da indústria dinâmica (que está oscilando entre 2,6 milhões e 3,1 milhões) e das atividades vinculadas à Mineração e SIUP (que estão oscilando entre 661 mil e 1,1 milhões). Em termos absolutos, o aumento da população ocupada no setor secundário se deu com base no desempenho da construção civil e da indústria tradicional. Isso reflete nas taxas de crescimento das atividades econômicas. A indústria dinâmica é quem obteve a menor taxa de crescimento anual entre 1980 e 2010. A construção civil e a indústria tradicional são quem obteve as maiores taxas de crescimento anual entre 1980 e 2010.

TABELA 2 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DO SETOR SECUNDÁRIO NO BRASIL

	Secundário					
	Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Total Secundário
	Tradicional	Dinâmico				
Estimativas (em mil pessoas)						
1980	4.379.330	2.547.434	6.926.764	3.164.021	660.466	10.751.251
1991	5.175.871	3.045.696	8.221.568	3.702.198	-	13.048.712
2000	6.113.258	2.643.782	8.757.040	4.568.396	771.858	14.097.293
2010	7.167.641	3.034.241	10.201.882	6.298.431	1.189.369	17.689.682
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
1980/2010	1,66	0,58	1,30	2,32	1,98	1,67

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.
(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).
Nota: O ano de 1991 da atividade de "Mineração e SIUP" foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do "Total Secundário" levou em consideração a atividade de "Mineração e SIUP", respeitando as estimativas do setor secundário.

No setor terciário, a população ocupada está aumentando expressivamente em praticamente todas as atividades econômicas, com exceção dos serviços financeiros e similares. Se comparado ao setor secundário, o aumento no terciário é maior. Em termos absolutos, somente a população ocupada dos serviços púbicos e a comunidade aumentou continuamente 11,5 milhões entre 1980 e 2010. A população ocupada do comércio e dos serviços pessoais aumentaram um pouco mais de 10 milhões cada no mesmo período. A taxa de crescimento anual da população ocupada obteve melhor desempenho nas atividades dos serviços técnicos/profissionais e comércio. A mesma taxa obteve pior desempenho nos serviços financeiros e similares, pelas próprias características das atividades nas últimas décadas[370].

[370] Para maiores esclarecimentos, ver: Machado (2011).

TABELA 3 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DO SETOR TERCIÁRIO NO BRASIL

	Terciário							
	Serviços Modernos				Serviços Heterogêneos			Total Terciário
	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Total Serviços Modernos	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio	Total Serviços Heterogêneos	
Estimativas (em mil pessoas)								
1980	6.610.138	977.613	1.043.863	8.631.614	6.036.393	4.030.951	10.067.344	18.698.958
1991	10.197.087	1.202.015	1.739.719	13.138.821	9.665.786	6.835.594	16.501.381	29.640.201
2000	13.783.081	1.353.849	3.485.969	18.622.899	10.155.369	10.634.941	20.790.310	39.413.209
2010	18.177.487	1.489.482	5.906.486	25.573.454	16.175.302	14.657.394	30.832.695	56.406.150
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
1980/2010	3,43	1,41	5,95	3,69	3,34	4,40	3,80	3,75

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Quando observados os dados em termos relativos, o percentual da população ocupada da indústria de transformação está recuando expressivamente (mais na indústria tradicional, mas recuando também na indústria dinâmica). Os dados indicam para um deslocamento expressivo de ocupados para o setor terciário, distribuído em praticamente todas as atividades econômicas do setor. As principais atividades que mais absorveram os trabalhadores foram o comércio e os serviços técnicos/profissionais – a exceção está nos serviços financeiros, que deteve ligeira queda percentual.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS DAS ATIVIDADES DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO TOTAL DE OCUPADOS (NÃO AGRÍCOLAS) [371]

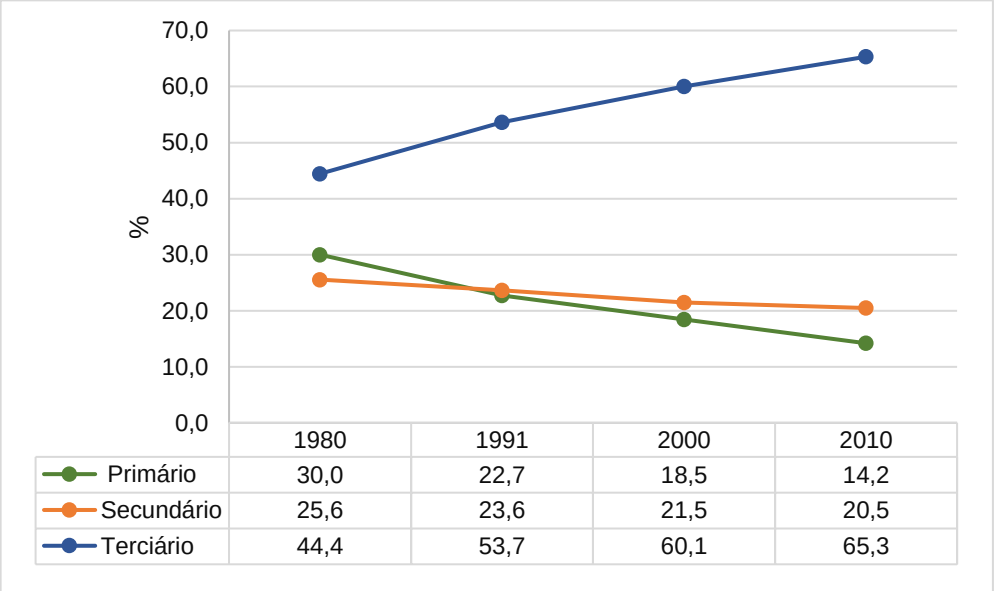
	Secundário					Terciário						
						Serviços Modernos				Serviços Heterogêneos		
	Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Total Serviços Modernos	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio	Total Serviços Heterogêneos
	Tradicional	Dinâmico										
Participação no total de ocupados não agrícolas (em %)												
1980	14,9	8,6	23,5	10,7	2,2	22,4	3,3	3,5	29,3	20,5	13,7	34,2
1991	12,1	7,1	19,3	8,7	-	23,9	2,8	4,1	30,8	22,6	16,0	38,7
2000	11,4	4,9	16,4	8,5	1,4	25,8	2,5	6,5	34,8	19,0	19,9	38,9
2010	9,7	4,1	13,8	8,5	1,6	24,5	2,0	8,0	34,5	21,8	19,8	41,6

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.
(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

[371] O ano de 1991 da atividade de “Mineração e SIUP” foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do “Total Secundário” levou em consideração a atividade de “Mineração e SIUP”, respeitando as estimativas do setor secundário.

Em resumo, existe uma tendência de aumento percentual da participação de ocupados do setor terciário no total PEA ocupada, seguido de uma redução percentual da população ocupada do setor primário e do setor secundário no total da PEA ocupada. Em termos relativos, a ampliação da ocupação do setor terciário na economia urbana se deu com base no desempenho das atividades serviços técnicos/profissionais e comércio, onde houve os principais aumentos percentuais do setor.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS NO BRASIL



	1980	1991	2000	2010
Primário	30,0	22,7	18,5	14,2
Secundário	25,6	23,6	21,5	20,5
Terciário	44,4	53,7	60,1	65,3

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Em termos absolutos, a população ocupada está se concentrando muito mais nos setores terciário (especialmente comércios, serviços pessoais e serviços públicos e à comunidade) e secundário. Isso ainda aponta para uma urbanização das ocupações, embora estejamos longe de nos desfazer de uma determinada estrutura agrária que reúne precaríssimas condições de vida e de trabalho. O total de trabalhadores no campo ainda é muito expressivo em termos absolutos e não pode ser desconsiderado[372]. Neste processo de urbanização das ocupações, o percentual relativo da população ocupada na indústria de transformação vem recuando de maneira agressiva. Entre 1980 e 2010, caiu relativamente de 24% para 14%. A questão é fundamentalmente no reflexo (i) das precaríssimas condições de vida e de trabalho no campo e da modernização do campo, que ainda influenciam o êxodo rural, não obstante manter ou absorver uma margem importante de

[372] A população rural em 2010 era de 29,8 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2010), isto é, um número muito próximo ao tamanho da população da Venezuela no mesmo período se compararmos com os dados do Banco Mundial (https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt).

trabalhadores nesta região – condicionadas sobretudo pela crescente predominância econômica das agroindústrias multinacionais e pela tendência de reprimarização da pauta exportadora; e (ii) do colapso do sistema industrial brasileiro [373], que desloca os trabalhadores ocupados, sobretudo, para o setor terciário, mas, ainda assim, mantendo ou absorvendo uma margem importante de trabalhadores ocupados no setor secundário.

Não obstante, existe um expressivo aumento de subempregados e de empregados em termos absolutos no Brasil. Entre 1980 e 2010, aumentaram cerca de 12 milhões de subempregados ao total. No mesmo período, aumentaram cerca de 33 milhões de empregados. A população ocupada aumentou em 44 milhões entre 1980 e 2010. A taxa de crescimento anual de subemprego foi inferior as demais taxas, contudo, elas foram próximas.

TABELA 5 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DO SUBEMPREGO E EMPREGO NO BRASIL

Anos	Subemprego	Emprego	Total
Estimativas (em milhões de pessoas)			
1980	12.447.063	29.625.593	42.072.656
1991	19.926.592	35.318.088	55.244.680
2000	19.100.189	46.529.703	65.629.892
2010	24.145.318	62.208.521	86.353.839
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)			
1980/2010	2,23	2,50	2,43

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Em termos absolutos, houve um expressivo aumento de subempregados urbanos entre 1980 e 2010. Ocorreu, também, um aumento de subempregados agrícolas no mesmo período, ainda que em ritmo mais lento quando comparado com o aumento de subempregados urbanos. Por outro lado, houve uma redução em termos absolutos de empregados agrícolas entre 1980 e 2010. Esta redução foi seguida de um aumento relevante de empregados urbanos no mesmo período. A taxa de crescimento do subemprego agrícola e urbano foi positiva, ainda que a taxa de crescimento do subemprego agrícola não chegue a 1% ao ano nas 30 últimas décadas. A taxa de crescimento do subemprego urbano foi, inclusive, ligeiramente maior que o emprego urbano. A ligeira e negativa taxa de crescimento anual ficou com o emprego agrícola.

[373] Espósito (2016).

TABELA 6 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE SUBEMPREGADOS E EMPREGADOS NAS ÁREAS URBANAS E AGRÍCOLAS NO BRASIL

Ocupações		1980	1991	2000	2010	1980/2010
Estimativas (em milhões de pessoas)						
Subemprego	Agrícola	6.715.571	7.484.527	7.088.222	7.489.397	0,36
	Urbano	5.731.492	10.373.239	12.011.967	16.655.921	3,62
	Total	12.447.063	19.926.592	19.100.189	24.145.318	2,23
Emprego	Agrícola	5.906.876	5.071.240	5.031.168	4.768.610	-0,71
	Urbano	23.718.717	32.315.674	41.498.536	57.439.911	2,99
	Total	29.625.593	35.318.088	46.529.703	62.208.521	2,50
Total	Agrícola	12.622.447	12.555.766	12.119.390	12.258.008	-0,10
	Urbano	29.450.209	42.688.913	53.510.503	74.095.832	3,12
	Total	42.072.656	55.244.680	65.629.892	86.353.839	2,43

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Os subempregados vêm aumentando em praticamente todas as atividades econômicas, em termos absolutos, com exceção das oscilações da indústria dinâmica, construção civil e as atividades de Mineração e SIUP. Os empregados, por outro lado, vêm aumentando em todos as atividades econômicas. No geral, o setor secundário incorporou 2,4 milhões de subempregados entre 1980 e 2010 e, concomitantemente, incorporou 4,6 milhões de empregados no mesmo período. A taxa de crescimento anual de subempregados na indústria dinâmica é a mais alta de todas as atividades econômicas entre 1980 e 2010 – seguida da indústria tradicional e da construção civil. Importante notar que a taxa de crescimento anual de subempregados na indústria dinâmica foi superior ao próprio setor secundário. Por outro lado, vemos as maiores taxas de crescimento anual do emprego nas atividades menos dinâmicas da economia brasileira.

TABELA 7 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DO SUBEMPREGO E EMPREGO DAS ATIVIDADES DO SETOR SECUNDÁRIO NO BRASIL

Anos	Secundário					
	Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Total Secundário
	Tradicional	Dinâmico				
Estimativas do subemprego (em mil pessoas)						
1980	326.158	18.777	344.935	488.943	41.178	875.056
1991	582.837	159.175	742.012	1.108.303	-	2.350.259
2000	1.051.260	127.975	1.179.235	902.792	50.533	2.132.560
2010	1.226.992	142.178	1.369.170	1.767.826	132.339	3.269.335
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
1980/2010	4,52	6,98	4,70	4,38	3,97	4,49
Estimativas do emprego (em mil pessoas)						
1980	4.053.172	2.528.657	6.581.829	2.675.078	619.288	9.876.195
1991	4.593.034	2.886.522	7.479.556	2.593.895	-	10.698.453
2000	5.061.998	2.515.807	7.577.804	3.665.603	721.326	11.964.733
2010	5.940.649	2.892.064	8.832.712	4.530.605	1.057.030	14.420.347
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
1980/2010	1,28	0,45	0,99	1,77	1,80	1,27

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.
(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).
Nota: O ano de 1991 da atividade de "Mineração e SIUP" foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do "Total Secundário" levou em consideração a atividade de "Mineração e SIUP", respeitando as estimativas do setor secundário.

Os subempregados vêm aumentando expressivamente em todas as atividades econômicas do setor terciário, em termos absolutos. O mesmo comportamento é visto em relação aos empregados das atividades do setor terciário. No geral, o setor terciário incorporou 8,5 milhões de subempregados entre 1980 e 2010 e, concomitantemente, incorporou 29,2 milhões de empregados no mesmo período. Isso reflete em altas taxas de crescimento anual do subemprego e do emprego – quando comparado ao setor secundário. Eles foram maiores entre os subempregados. A maior taxa de crescimento anual de subempregados foi verificada nos serviços técnicos/profissionais, serviços financeiros e similares e comércio nas três décadas analisadas. No lado do emprego, a maior taxa de crescimento anual foi verificada nos serviços técnicos/profissionais, serviços pessoais e comércio.

TABELA 8 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DO SUBEMPREGO E EMPREGO DAS ATIVIDADES DO SETOR TERCIÁRIO NO BRASIL

Anos	Terciário							
	Serviços Modernos				Serviços Heterogêneos			Total Terciário
	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Total Serviços Modernos	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio	Total Serviços Heterogêneos	
Estimativas do subemprego (em mil pessoas)								
1980	242.488	10.815	58.033	311.336	3.910.661	634.439	4.545.100	4.856.436
1991	450.189	25.000	212.157	687.346	5.497.085	1.838.549	7.335.635	8.022.980
2000	732.693	35.221	377.147	1.145.061	6.657.240	2.077.105	8.734.345	9.879.406
2010	1.082.372	61.572	400.647	1.544.591	8.612.245	3.229.750	11.841.995	13.386.586
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
1980/2010	5,11	5,97	6,65	5,48	2,67	5,57	3,24	3,44
Estimativas do emprego (em mil pessoas)								
1980	6.367.650	966.798	985.830	8.320.278	2.125.732	3.396.512	5.522.244	13.842.522
1991	9.746.897	1.177.016	1.527.562	12.451.475	4.168.701	4.997.045	9.165.746	21.617.221
2000	13.050.388	1.318.628	3.108.822	17.477.838	3.498.129	8.557.836	12.055.965	29.533.803
2010	17.095.115	1.427.909	5.505.839	24.028.863	7.563.057	11.427.644	18.990.701	43.019.564
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
1980/2010	3,35	1,31	5,90	3,60	4,32	4,13	4,20	3,85

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Em termos relativos, o subemprego vem aumentando em todas as atividades econômicas do setor secundário. No setor secundário, o subemprego é mais expressivo entre os trabalhadores da construção civil – em que em 2010 chega a representar 28% dos ocupados desta atividade econômica. Os empregados, por outro lado, vêm aumentando em todos as atividades econômicas. No setor secundário, o emprego vem aumentando em praticamente todas as atividades econômicas. Nos serviços pessoais, ainda que exista uma tendência de queda do subemprego, em 2010 ele representava 53% dos ocupados desta atividade econômica.

TABELA 9 – PARTICIPAÇÃO DE SUBEMPREGADOS E EMPREGADOS DAS ATIVIDADES DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO TOTAL DE OCUPADOS (NÃO AGRÍCOLAS)[374]

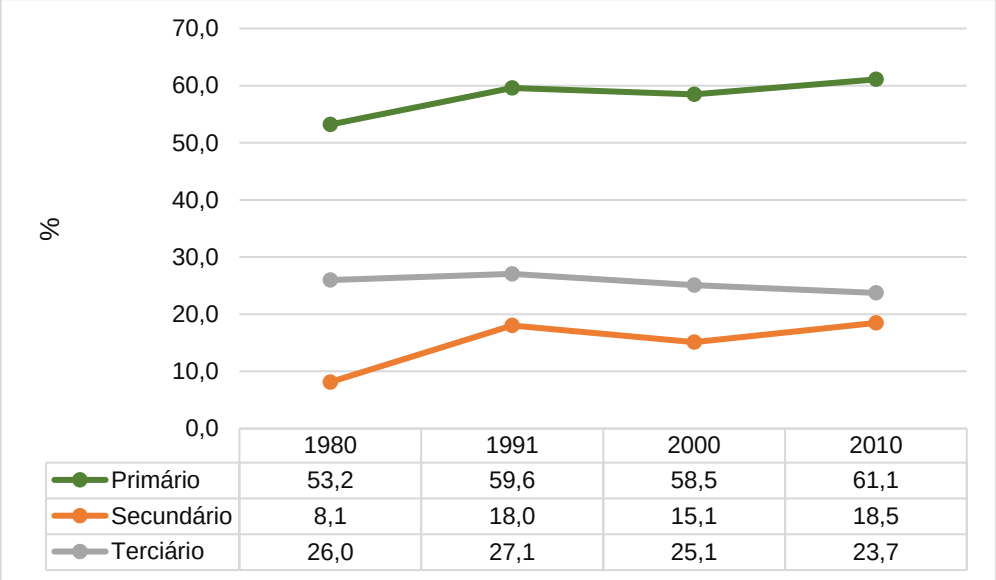
Anos	Ocupação	Secundário					Terciário				
							Serviços Modernos			Serviços Heterogêneos	
		Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio
		Tradicional	Dinâmico								
1980	Subemprego	7,4	0,7	5,0	15,5	6,2	3,7	1,1	5,6	64,8	15,7
	Emprego	92,6	99,3	95,0	84,5	93,8	96,3	98,9	94,4	35,2	84,3
1991	Subemprego	11,3	5,2	9,0	29,9	-	4,4	2,1	12,2	56,9	26,9
	Emprego	88,7	94,8	91,0	70,1	-	95,6	97,9	87,8	43,1	73,1
2000	Subemprego	17,2	4,8	13,5	19,8	6,5	5,3	2,6	10,8	65,6	19,5
	Emprego	82,8	95,2	86,5	80,2	93,5	94,7	97,4	89,2	34,4	80,5
2010	Subemprego	17,1	4,7	13,4	28,1	11,1	6,0	4,1	6,8	53,2	22,0
	Emprego	82,9	95,3	86,6	71,9	88,9	94,0	95,9	93,2	46,8	78,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

[374] O ano de 1991 da atividade de “Mineração e SIUP” foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do “Total Secundário” levou em consideração a atividade de “Mineração e SIUP”, respeitando as estimativas do setor secundário.

Em resumo, existem duas tendências centrais que é importante destacarmos. A primeira delas é o aumento do subemprego dos setores econômicos no total de ocupados destes mesmos setores. Existe um inequívoco aumento ao longo dos anos analisados do percentual de subempregados no setor secundário e no setor primário. Sobre este último, tudo indica para a seguinte constatação: o campo vem aumentando seu reservatório de subempregados ao mesmo tempo em que há uma retração do emprego. Por outro lado, concomitantemente, existe um expressivo crescimento de subempregados no setor secundário, sobretudo, na indústria dinâmica. O setor terciário praticamente mantém seus percentuais de subempregados na estrutura de ocupações, passando por uma queda do subemprego no período analisado.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DE SUBEMPREGADOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL

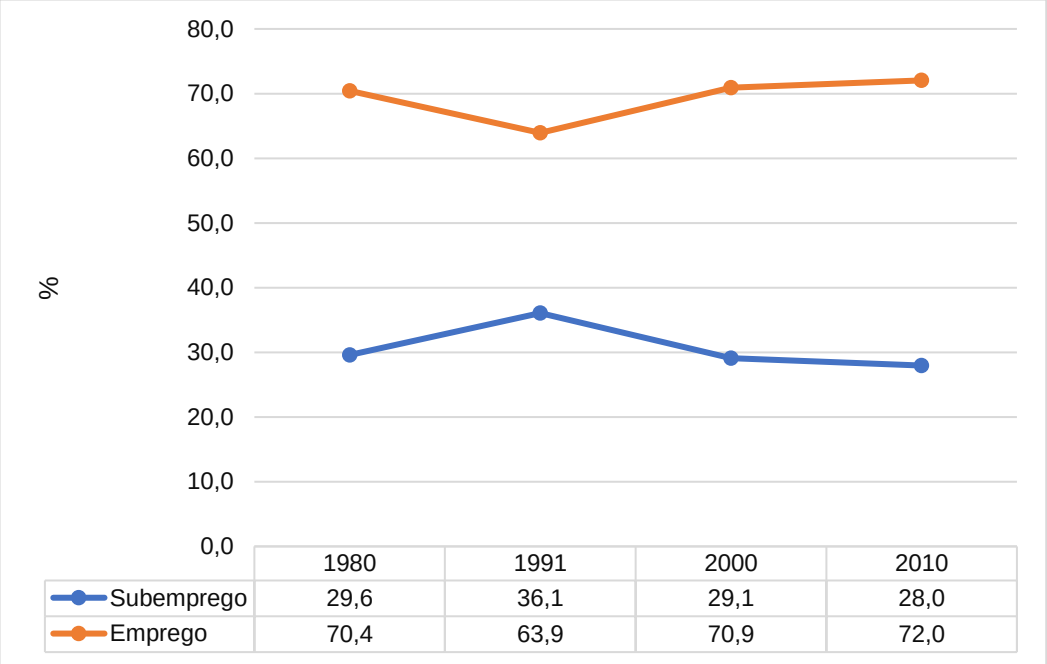


	1980	1991	2000	2010
Primário	53,2	59,6	58,5	61,1
Secundário	8,1	18,0	15,1	18,5
Terciário	26,0	27,1	25,1	23,7

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

A segunda tendência é a rigidez do subemprego brasileiro. Ele praticamente mantém seus percentuais estabilizados se comparado 1980 e 2010, com uma queda entre 1980 e 2010. Entre as décadas analisadas, e em termos relativos, ele esteve ancorado em torno de um terço de toda a população ocupada no Brasil. A título de exemplo, o número de subempregados em 2010 equivale a um número acima de toda a população de Angola no mesmo período (23,3 milhões), ou, também, próximo à população da Coréia do Norte (24,5 milhões) e próximo à população de Gana (24,7 milhões), segundo os dados do Banco Mundial. Isso resume o tamanho do problema brasileiro que não foi resolvido durante as décadas analisadas.

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DE SUBEMPREGADOS E EMPREGADOS NO TOTAL DE OCUPADOS NO BRASIL

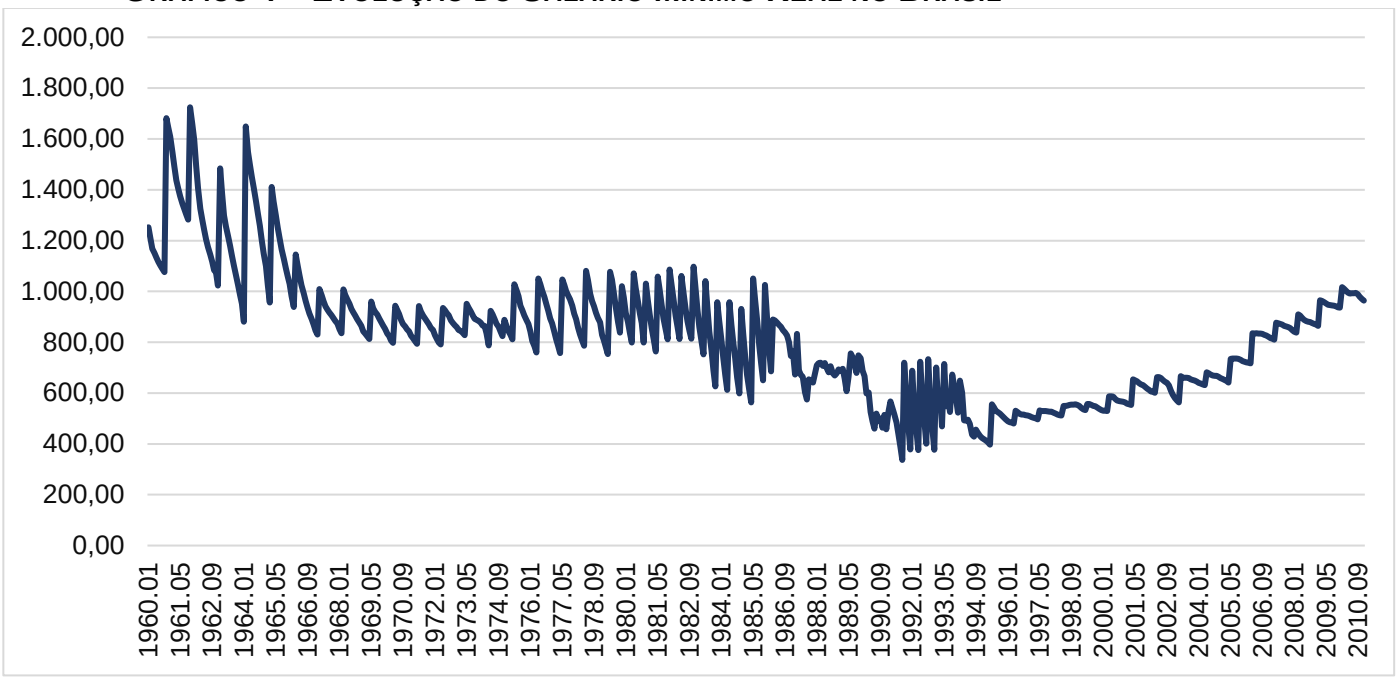


	1980	1991	2000	2010
Subemprego	29,6	36,1	29,1	28,0
Emprego	70,4	63,9	70,9	72,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração Própria.

Por fim, os salários no Brasil tiveram dois movimentos gerais de longo prazo de maior importância que marcam o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores brasileiros. O primeiro está associado a um tipo de rebaixamento do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros. Devemos constatar que estamos inseridos em um processo de *rebaixamento do salário mínimo real de longa duração*. Não conseguimos reverter esta tendência de maneira satisfatória nas últimas décadas. Desde a década de 1970, há esta tendência de rebaixamento do salário mínimo real, o que compromete o padrão de vida dos trabalhadores brasileiros – apesar de existir uma limitada elevação do poder aquisitivo a partir de meados da década de 1990 e que, nos anos 2000, se intensificou, sendo o aumento nos anos de caráter conjuntural.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL NO BRASIL

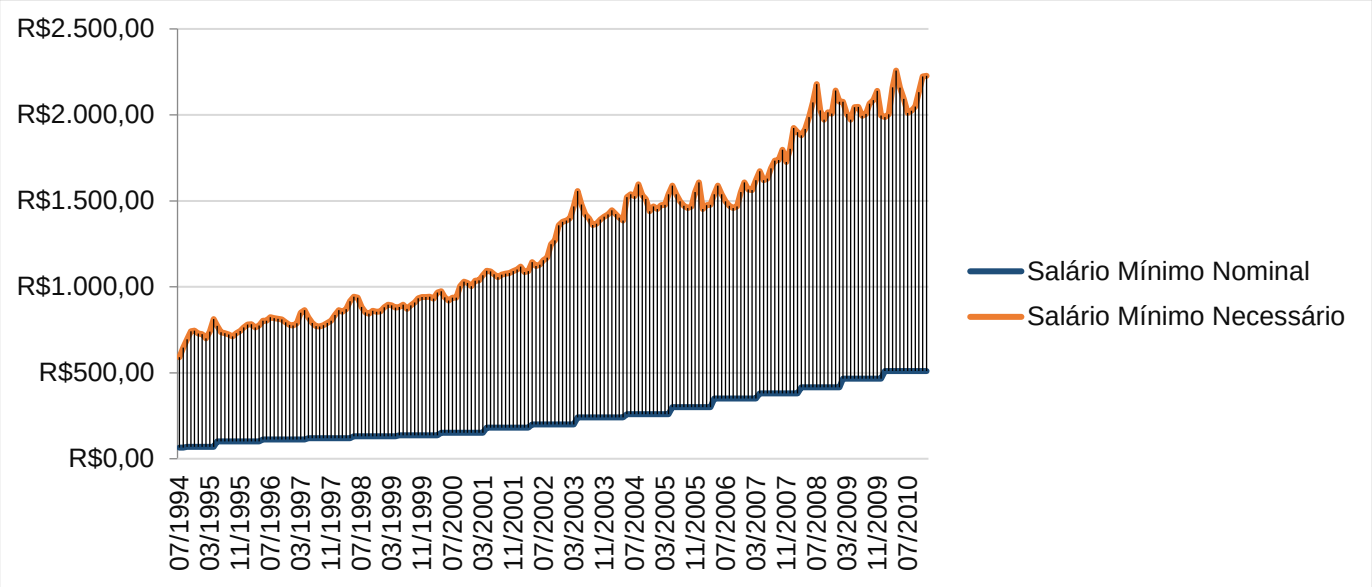


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA). Elaboração própria.

O segundo movimento está associado a uma significativa diferença entre salário mínimo nominal e salário mínimo necessário, de acordo com o DIEESE[375]. Isso quer dizer o seguinte: o salário mínimo nominal não consegue ser estabelecido como "mínimo necessário" para a produção e reprodução da força de trabalho brasileira, ou seja, um mínimo necessário para suprir as necessidades básicas e de dignidade dos trabalhadores brasileiros – sendo, portanto, incapaz de atender os próprios preceitos constitucionais burgueses. Estamos diante de uma contradição insuperável do capitalismo dependente: a contradição entre o que o Estado burguês pratica politicamente e o que está fixado formalmente no arcabouço jurídico burguês. Ainda que houvesse uma flutuação conjuntural que reduziu o hiato entre as variáveis, o fundamental está na significativa incapacidade de longa duração de o Estado burguês definir, a partir de suas práticas políticas, um salário mínimo nominal capaz de suprir as necessidades básicas dos trabalhadores estabelecidas pela própria Constituição de 1988. O problema é muito grave. Este salário mínimo nominal está fixado abaixo de um valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é indispensável para que o portador da força de trabalho renove suas energias e condições.

[375] Para maiores informações sobre o salário mínimo necessário, verificar a nota metodológica de Dieese (2016). O cálculo é feito de acordo com as necessidades básicas estabelecidas pela Constituição de 1988.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E DO SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO NO BRASIL



Fonte: IPEA/DIEESE. Elaboração própria.

O ajuste estrutural recente na economia e na sociedade brasileiras vem não só rebaixando o padrão de vida dos trabalhadores, mas rebaixando o padrão de vida dos trabalhadores negros em sobremaneira, uma vez que os trabalhadores negros vêm sendo o segmento mais afetado pelas mudanças estruturais das últimas décadas. Aqui reside o busílis da questão. A análise sobre o padrão de vida dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro estaria incompleta se não levados em consideração pelo menos os problemas raciais existentes. Estes problemas raciais são como uma âncora que contribui para comprimir as exigências da classe trabalhadora, discipliná-la e, ao mesmo tempo, agir no rebaixamento de seu padrão de vida, o que é uma característica e uma *necessidade* do capitalismo dependente brasileiro.

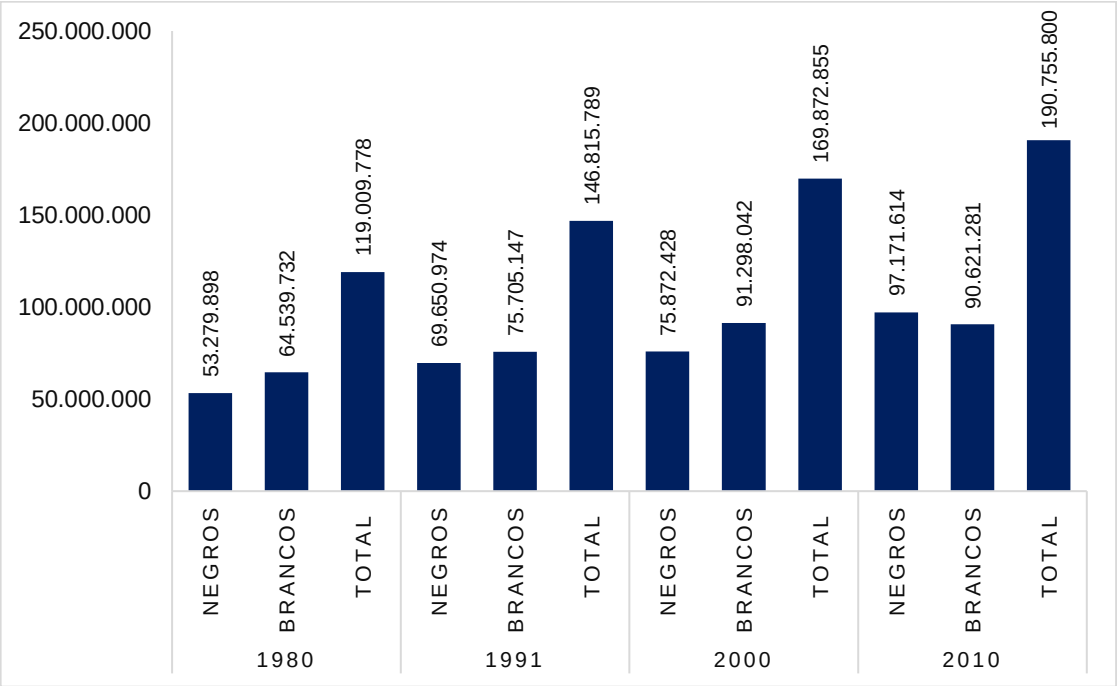
3.5 O padrão de vida dos trabalhadores negros no Brasil

O gráfico 6 abaixo indica que a população branca está sendo maioria em praticamente todos os anos analisados – com exceção de 2010. A massiva mobilização dos movimentos negros brasileiros sobre a importância da autodeclaração racial no censo demográfico a partir de 1991[376], a despeito de outros fatores políticos e sociais relevantes, contribuíram para um aumento da autodeclaração racial de pretos e pardos (isto é, negros) no censo demográfico de 2010. Assim, em 2010, vemos que a população negra se torna

[376] Sant'Anna (2009).

maioria quantitativa no Brasil. Nisso, uma das implicações sobre os dados de subemprego e emprego anteriores a 2010 é que eles podem estar subestimados. Ainda assim, os dados revelam, em boa medida, ser compatíveis com demais estudos e pesquisas que demonstram os trabalhadores negros em condições de vida e de trabalho mais rebaixada quando comparados aos trabalhadores brancos e às classes burguesas brancas.

GRÁFICO 6 – POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÕES NEGRA E BRANCA NO BRASIL



Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Em termos absolutos, as estimativas de ocupados brancos dos setores econômicos apontam para o seu maior número nas ocupações urbanas em todos os anos, sobretudo no setor terciário. As estimativas de ocupados negros dos setores econômicos também apontam para uma maior quantidade de trabalhadores negros nas ocupações urbanas. Importante destacar que, até o ano 2000, os trabalhadores negros estiveram em maior número nas ocupações do setor primário quando comparado ao setor secundário. Adicionalmente, os trabalhadores negros são maioria no campo quando comparados aos trabalhadores brancos – em todo o período. Isso reflete na rigidez da taxa de crescimento de trabalhadores negros quando comparado aos trabalhadores negros no setor primário.

O ritmo do crescimento anual dos trabalhadores negros na PEA ocupada é ligeiramente maior quando comparado aos trabalhadores brancos entre 1980 e 2010. Entre trabalhadores negros, cresceu 2,82% ao ano. Entre trabalhadores brancos, 2,05% ao ano. Em particular, a taxa de crescimento dos trabalhadores negros em todos os setores econômicos e em todos os anos se demonstra relativamente maior à dos trabalhadores

brancos. A maior taxa de crescimento da população ocupada é entre os trabalhadores negros no setor terciário.

TABELA 10 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS SETORES ECONÔMICOS SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Primário	Secundário	Terciário	PEA Ocupada
Brancos	Estimativas (em mil pessoas)				
	1980	5.596.510	6.322.121	11.563.964	23.482.595
	1991	5.315.417	7.175.588	16.959.718	29.450.724
	2000	5.356.493	7.939.592	23.236.848	36.532.933
	2010	4.882.735	8.597.919	29.695.944	43.176.598
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)				
	1980/2010	-0,45	1,03	3,19	2,05
Negros	Estimativas (em mil pessoas)				
	1980	6.929.068	4.340.473	6.898.647	18.168.188
	1991	7.136.238	5.777.548	12.333.333	25.247.120
	2000	6.558.212	5.978.837	15.587.140	28.124.189
	2010	7.129.115	8.879.083	25.888.054	41.896.251
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)				
	1980/2010	0,09	2,41	4,51	2,82

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

As estimativas de ocupados brancos das atividades econômicas do setor secundário apontam para um maior número nas atividades da indústria tradicional e na construção civil a partir dos anos 2000. Os trabalhadores ocupados brancos da indústria dinâmica estão oscilantes no período de 1980 a 2010, mantendo praticamente uma estimativa estabilizada quando comparada ao ano de 1980 e ao ano de 2010. No geral, as estimativas de ocupados das atividades econômicas do setor secundário apontam também para uma maior quantidade de trabalhadores negros na indústria tradicional e na construção civil. Na construção civil, os trabalhadores negros são maioria em relação aos trabalhadores brancos, em todo o período. No mais, os trabalhadores ocupados negros da indústria dinâmica estão oscilantes e instáveis no período de 1980 a 2010.

O ritmo do crescimento anual de trabalhadores negros no total do setor secundário é maior quando comparado aos trabalhadores brancos entre 1980 e 2010. Entre trabalhadores negros, cresceu 2,41% ao ano. Entre trabalhadores brancos, 1,03% ao ano. Em particular, a taxa de crescimento dos trabalhadores negros em todas as atividades econômicas e em todos os anos se demonstrou relativamente maior a dos trabalhadores

brancos. A maior taxa de crescimento anual da população ocupada é entre os trabalhadores negros na construção civil.

TABELA 11 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE OCUPADOS DAS ATIVIDADES DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Secundário					
		Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Construção Civil	Mineração e SIUP[1]	Total Secundário
		Tradicional	Dinâmico				
Brancos	Estimativas (em mil pessoas)						
	1980	2.710.331	1.730.471	4.440.802	1.523.634	357.685	6.322.121
	1991	3.060.746	1.922.739	4.983.485	1.681.079	-	7.175.588
	2000	3.673.866	1.715.499	5.389.365	2.172.409	377.818	7.939.592
	2010	3.841.734	1.737.195	5.578.929	2.483.403	535.588	8.597.919
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	1,17	0,01	0,76	1,64	1,35	1,03
Negros	Estimativas (em mil pessoas)						
	1980	1.635.074	783.101	2.418.175	1.624.641	297.657	4.340.473
	1991	2.082.923	1.087.788	3.170.711	2.001.580	-	5.777.548
	2000	2.365.200	888.592	3.253.793	2.341.289	383.755	5.978.837
	2010	3.234.461	1.262.582	4.497.044	3.743.082	638.957	8.879.083
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	2,30	1,60	2,09	2,82	2,58	2,41

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.
([1]) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).
Nota: O ano de 1991 da atividade de "Mineração e SIUP" foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do "Total Secundário" levou em consideração a atividade de "Mineração e SIUP", respeitando as estimativas do setor secundário.

As estimativas de trabalhadores ocupados brancos das atividades econômicas do setor terciário apontam para um maior número nas atividades de serviços públicos e à comunidade, serviços pessoais e comércio em todo o período. Os trabalhadores ocupados brancos se tornaram maiores nos serviços heterogêneos em 2010, visto que, em termos absolutos, a quantidade de ocupados brancos nas atividades heterogêneas era muito próxima à dos serviços modernos. As estimativas de trabalhadores ocupados negros das atividades do setor terciário também apontam para um maior número nos serviços públicos e à comunidade, serviços pessoais e comércio em todo o período. Em particular, nos serviços pessoais, os trabalhadores negros são maioria relativamente aos trabalhadores brancos nos anos analisados.

O ritmo do crescimento anual dos trabalhadores negros no total do setor terciário é maior quando comparado aos trabalhadores brancos entre 1980 e 2010. Entre trabalhadores negros, cresceu 4,51% ao ano. Entre trabalhadores brancos, 3,19% ao ano.

Em particular, a taxa de crescimento dos trabalhadores negros em todas as atividades econômicas e em todos os anos se demonstrou relativamente maioria dos trabalhadores brancos. A maior taxa de crescimento da população ocupada é entre os trabalhadores negros nas atividades de serviços técnicos/profissionais (7,5% ao ano, superior à própria taxa de serviços modernos).

TABELA 12 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE OCUPADOS DAS ATIVIDADES DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Terciário							
		Serviços Modernos				Serviços Heterogêneos			Total Terciário
		Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Total Serviços Modernos	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio	Total Serviços Heterogêneos	
Brancos	Estimativas (em mil pessoas)								
	1980	4.329.552	771.286	755.176	5.856.014	3.115.550	2.592.400	5.707.950	11.563.964
	1991	6.083.286	893.098	1.192.045	8.168.430	4.721.840	4.069.448	8.791.288	16.959.718
	2000	8.430.279	960.025	2.249.177	11.639.481	5.113.030	6.484.338	11.597.367	23.236.848
	2010	9.985.850	1.022.314	3.455.354	14.463.519	7.430.990	7.801.435	15.232.425	29.695.944
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	2,82	0,94	5,20	3,06	2,94	3,74	3,33	3,19
Negros	Estimativas (em mil pessoas)								
	1980	2.220.282	184.943	270.338	2.675.563	2.856.620	1.366.464	4.223.084	6.898.647
	1991	4.028.059	286.192	521.118	4.835.370	4.805.077	2.692.886	7.497.963	12.333.333
	2000	5.159.595	366.919	1.175.826	6.702.340	4.900.628	3.984.172	8.884.800	15.587.140
	2010	7.938.331	442.162	2.363.944	10.744.437	8.508.648	6.634.969	15.143.617	25.888.054
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	4,34	2,95	7,50	4,74	3,71	5,41	4,35	4,51

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Em termos relativos, as estimativas de trabalhadores ocupados brancos das atividades dos setores secundário e terciário apontam para uma maior participação destes ocupados nas atividades do terciário. O ponto fulcral que demonstra a tabela abaixo para os trabalhadores brancos é o seguinte: a queda expressiva na participação percentual dos trabalhadores brancos na indústria dinâmica e tradicional, ou, mais do que isso, em todas as atividades do setor secundário, seguido do aumento na participação percentual no setor terciário, sobretudo nas atividades de serviços técnicos/profissionais e comércio. Existe também uma expressiva participação de trabalhadores brancos nos serviços públicos e à comunidade e nos serviços pessoais. Isso ocorre durante todo o período entre 1980 e 2010.

As estimativas relativas de trabalhadores ocupados negros das atividades do setor secundário e terciário também apontam para uma maior participação destes ocupados nas atividades do terciário. O ponto fulcral que demonstra a tabela para os trabalhadores negros é similar aos trabalhadores brancos: a queda na participação percentual dos trabalhadores

negros na indústria dinâmica e tradicional, ou, mais do que isso, em todas as atividades do setor secundário, seguido do aumento na participação percentual no setor terciário ao longo dos anos, sobretudo nas atividades de serviços técnicos/profissionais e comércio. Existe também uma expressiva participação de trabalhadores negros nos serviços públicos e à comunidade e nos serviços pessoais (esta última atividade, maior que trabalhadores brancos). Isso ocorre durante todo o período compreendido entre 1980 e 2010.

No conjunto, trata-se de um processo de “terciarização das ocupações urbanas” afetando trabalhadores brancos e trabalhadores negros em medidas distintas. Ainda assim, mantendo ou recompondo certa margem importante e não desprezível de trabalhadores brasileiros no setor secundário ou mesmo no setor primário (na maioria das vezes, no setor primário, apesar da queda, retendo ou recompondo trabalhadores negros em todos os anos).

TABELA 13 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS DAS ATIVIDADES DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO TOTAL DE OCUPADOS (NÃO AGRÍCOLAS) SEGUNDO RAÇA/COR[377]

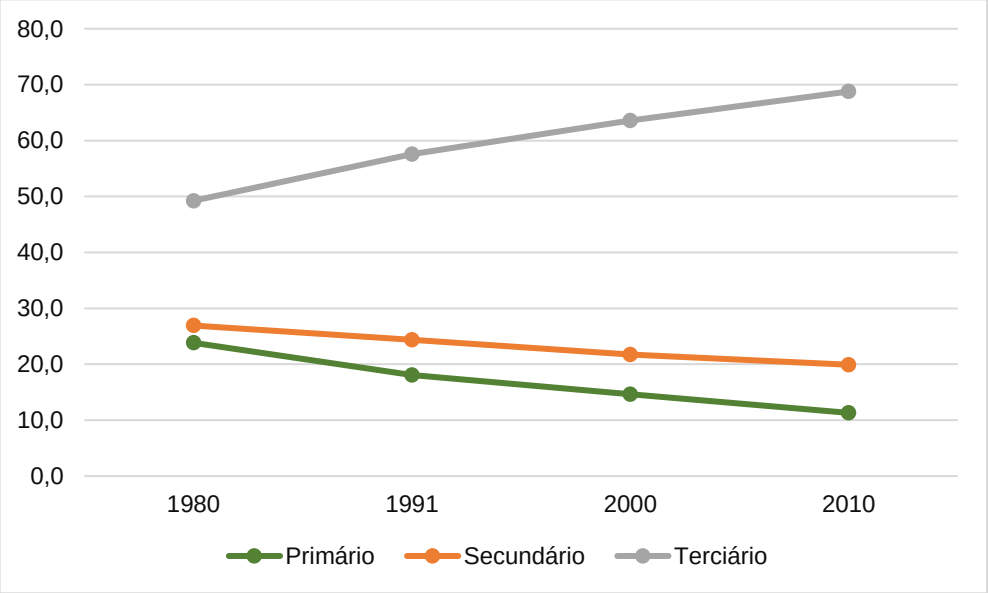
Raça / Cor	Anos	Secundário					Terciário				
							Serviços Modernos			Serviços Heterogêneos	
		Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Construção Civil	Mineração e SIUP[1]	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio
		Tradiciona	Dinâmico								
Brancos	Participação na PEA (em %)										
	1980	15,2	9,7	24,8	8,5	2,0	24,2	4,3	4,2	17,4	14,5
	1991	12,7	8,0	20,6	7,0	-	25,2	3,7	4,9	19,6	16,9
	2000	11,8	5,5	17,3	7,0	1,2	27,1	3,1	7,2	16,5	20,9
	2010	10,0	4,5	14,6	6,5	1,4	26,1	2,7	9,0	19,4	20,4
Negros	1980	14,5	7,0	21,5	14,5	2,6	19,8	1,6	2,4	25,4	12,2
	1991	11,5	6,0	17,5	11,1	-	22,2	1,6	2,9	26,5	14,9
	2000	11,0	4,1	15,2	10,9	1,8	24,1	1,7	5,5	22,9	18,6
	2010	9,3	3,6	12,9	10,8	1,8	22,8	1,3	6,8	24,5	19,1

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.
(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

[377] O ano de 1991 da atividade de “Mineração e SIUP” foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do “Total Secundário” levou em consideração a atividade de “Mineração e SIUP”, respeitando as estimativas do setor secundário.

Em resumo, existe uma tendência de aumento da participação de trabalhadores brancos no setor terciário ao longo dos anos, seguido de retração desta participação nos setores primário e secundário.

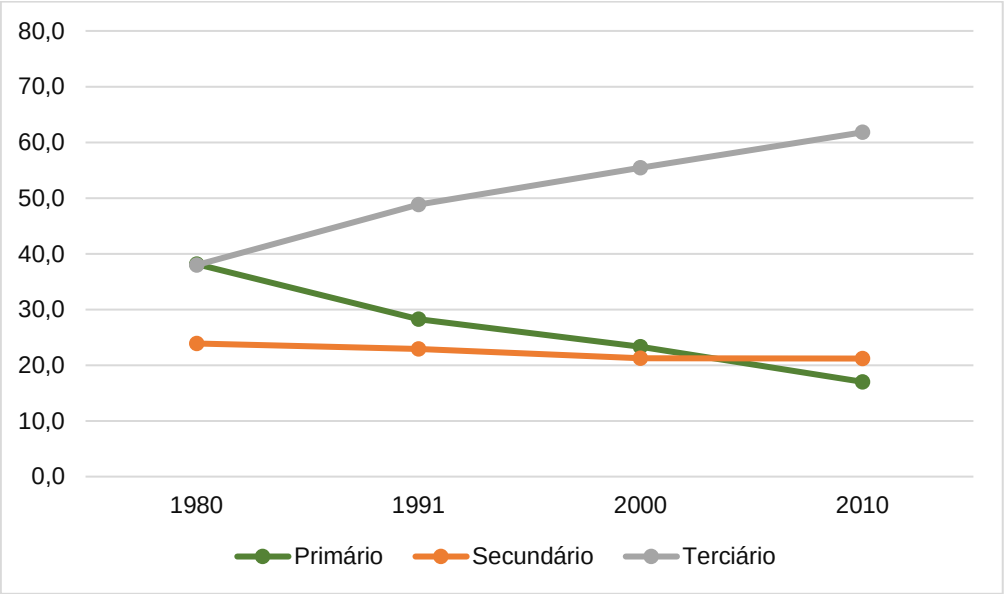
GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS BRANCOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS BRANCOS NO BRASIL (%)



Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Tendência similar ocorre com trabalhadores negros: o aumento de sua participação no setor terciário ao longo dos anos. Contudo, isso guarda pelo menos três diferenças comparado aos trabalhadores brancos. A primeira delas é que o aumento da participação no terciário se manteve percentualmente menor entre os trabalhadores negros quando comparados aos trabalhadores brancos. A segunda delas é que há uma queda na participação de trabalhadores negros no setor secundário muito enrijecida, mostrando certa margem de manutenção ou recomposição de trabalhadores negros no setor. Por fim, a maior queda na participação de trabalhadores negros no setor primário só se torna mais acentuada que o setor secundário após o ano 2000.

GRÁFICO 8 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS NEGROS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS NEGROS NO BRASIL (%)



Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Quando passamos a observar o subemprego entre 1980 e 2010, podemos identificar pelo menos duas situações: (i) em termos absolutos, o subemprego vem aumentando para trabalhadores brancos e trabalhadores negros; e (ii) ele vem aumentando principalmente entre os trabalhadores negros. A taxa de crescimento de subempregados é maior entre trabalhadores negros do que trabalhadores brancos. E, em termos absolutos, o ano de 2010 termina com mais subempregados negros do que subempregados brancos. Neste cenário, a questão reside nesse exército irregular de trabalhadores negros e seu nível de vida, enquanto parcela expressiva da classe trabalhadora, que pressionam os trabalhadores ativos e calibra o nível de vida da classe trabalhadora, sendo essa uma margem ou instrumento das ofensivas do capital contra os trabalhadores no Brasil. Para a questão do emprego entre 1980 e 2010, ainda que a taxa de crescimento das três décadas analisadas seja maior entre trabalhadores negros, e, também, seja a maior taxa de crescimento anual verificada da estrutura de ocupações como um todo, em termos absolutos, o ano de 2010 termina com mais empregados brancos do que empregados negros. A taxa de crescimento anual de empregados nos anos analisados se revelou menos expressiva entre trabalhadores brancos.

TABELA 14 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE SUBEMPREGO E EMPREGO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Subemprego	Emprego	Total
	Estimativas (em mil pessoas)			
Brancos	1980	5.491.790	17.990.805	23.482.595
	1991	8.895.426	20.555.297	29.450.724
	2000	8.733.358	27.707.377	36.440.734
	2010	10.201.959	32.974.639	43.176.598
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)				
	1980/2010	2,09	2,04	2,05
	Estimativas (em mil pessoas)			
Negros	1980	6.867.529	11.300.659	18.168.188
	1991	10.801.818	14.445.302	25.247.120
	2000	10.058.781	17.961.853	28.020.633
	2010	13.521.045	28.375.206	41.896.251
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)				
	1980/2010	2,28	3,12	2,82

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

O subemprego vem crescendo nas ocupações urbanas, ainda que haja ínfimas taxas de crescimento anuais positivas de subempregados brancos e negros nas ocupações agrícolas. Em termos absolutos, o subemprego agrícola e urbano é maior entre trabalhadores negros em todo o período; e o emprego agrícola e urbano é maior entre os trabalhadores brancos em todo o período. Algo análogo podemos inferir sobre a taxa de crescimento dos empregados nas ocupações urbanas: os empregos vêm crescendo particularmente nas ocupações urbanas, mas, ao contrário das taxas de crescimento anuais positivas de subempregados brancos e negros agrícolas, as taxas de crescimento anuais dos empregados brancos e negros agrícolas são negativas. Nas décadas analisadas, as taxas de crescimento anuais do emprego agrícola vêm sendo negativas e o subemprego agrícola vem mantendo suas taxas de crescimento positivas, ainda que baixas.

TABELA 15 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE SUBEMPREGO E EMPREGO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça/cor	Ocupações		1980	1991	2000	2010	1980/2010
	Estimativas (em milhões de pessoas)						
Brancos	Subemprego	Agrícola	2.829.051	4.238.478	2.977.935	2.924.363	0,11
		Urbano	2.662.739	4.656.948	5.755.423	7.277.597	3,41
		Total	5.491.790	8.895.426	8.733.358	10.201.959	2,09
	Emprego	Agrícola	2.767.459	1.076.939	2.378.558	1.958.373	-1,15
		Urbano	15.223.346	19.478.358	25.328.819	31.016.266	2,40
		Total	17.990.805	20.555.297	27.707.377	32.974.639	2,04
	Total	Agrícola	5.596.510	5.315.417	5.356.493	4.882.735	-0,45
		Urbano	17.886.085	24.135.306	31.084.242	38.293.863	2,57
		Total	23.482.595	29.450.724	36.440.734	43.176.598	2,05
Negros	Subemprego	Agrícola	3.840.953	5.248.108	3.973.457	4.383.515	0,44
		Urbano	3.026.576	5.553.710	6.085.324	9.137.530	3,75
		Total	6.867.529	10.801.818	10.058.781	13.521.045	2,28
	Emprego	Agrícola	3.088.115	1.888.130	2.584.755	2.745.600	-0,39
		Urbano	8.212.544	12.557.171	15.377.097	25.629.606	3,87
		Total	11.300.659	14.445.302	17.961.853	28.375.206	3,12
	Total	Agrícola	6.929.068	7.136.238	6.558.212	7.129.115	0,09
		Urbano	11.239.120	18.110.881	21.462.421	34.767.136	3,84
		Total	18.168.188	25.247.120	28.020.633	41.896.251	2,82

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

O subemprego industrial cresceu para negros e brancos da classe trabalhadora industrial no período analisado. As taxas de crescimento de subempregados brancos na Mineração e SIUP, na indústria tradicional (e na indústria de transformação como um todo puxado pela indústria tradicional) foram as que mais contribuíram para o crescimento de subempregados brancos do setor secundário. Por outro lado, as taxas de crescimento de subempregados na indústria dinâmica e na construção civil foi maior entre trabalhadores negros, as quais foram as que mais contribuíram para o crescimento de subempregados negros do setor secundário.

O emprego industrial também cresceu para negros e brancos da classe trabalhadora industrial no período analisado, ainda que o crescimento verificado seja menor que do crescimento do subemprego industrial. O emprego industrial cresceu incorporando mais trabalhadores negros do que trabalhadores brancos, especialmente na construção civil, Mineração e SIUP e indústria tradicional – setores menos dinâmicos da economia brasileira. Contudo, cresceu também incorporando trabalhadores brancos a taxas menores que trabalhadores negros, particularmente na construção civil e na Mineração e SIUP. Em termos absolutos, o subemprego é maior entre os trabalhadores negros no total do secundário em todo o período; e o emprego é maior entre trabalhadores brancos no total do secundário em todo o período.

TABELA 16 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE SUBEMPREGO E EMPREGO DAS ATIVIDADES DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Secundário					
		Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Total Secundário
		Tradicional	Dinâmico				
Brancos	Estimativas do subemprego (em mil pessoas)						
	1980	133.178	9.671	142.849	213.235	13.594	369.678
	1991	300.574	54.991	355.565	458.882	-	944.487
	2000	551.125	73.076	624.202	405.083	17.524	1.046.808
	2010	619.907	69.195	689.102	686.490	49.202	1.424.794
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	5,26	6,78	5,39	3,97	4,38	4,60
	Estimativas do emprego (em mil pessoas)						
	1980	2.577.153	1.720.800	4.297.953	1.310.399	344.091	5.952.443
	1991	2.760.172	1.867.748	4.627.920	1.222.196	-	6.231.102
	2000	3.122.740	1.642.423	4.765.163	1.767.327	268.096	6.800.585
	2010	3.221.828	1.668.000	4.889.828	1.796.912	486.385	7.173.125
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	0,75	-0,10	0,43	1,06	1,16	0,62
Negros	Estimativas do subemprego (em mil pessoas)						
	1980	190.742	8.936	199.678	273.843	27.344	500.865
	1991	278.670	52.778	331.447	645.779	-	1.299.296
	2000	485.648	53.009	538.657	489.210	22.406	1.050.273
	2010	582.127	71.426	653.553	1.062.990	81.332	1.797.876
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	3,79	7,17	4,03	4,62	3,70	4,35
	Estimativas do emprego (em mil pessoas)						
	1980	1.444.332	774.165	2.218.497	1.350.798	270.313	3.839.608
	1991	1.804.253	1.035.011	2.839.264	1.355.801	-	4.478.252
	2000	1.879.552	835.583	2.715.136	1.852.080	257.793	4.825.008
	2010	2.652.334	1.191.156	3.843.490	2.680.092	557.625	7.081.207
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)						
	1980/2010	2,05	1,45	1,85	2,31	2,44	2,06

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.
([1]) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).
Nota: O ano de 1991 da atividade de "Mineração e SIUP" foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do "Total Secundário" levou em consideração a atividade de "Mineração e SIUP", respeitando as estimativas do setor secundário.

O subemprego de serviços e comércio cresceu para trabalhadores negros e brancos do setor terciário no período analisado. A taxa de crescimento de subempregados brancos e subempregados negros foram significativas para todas as atividades econômicas, em particular nos serviços financeiros, serviços técnicos/profissionais e comércio. Ainda que significativas, elas foram relativamente mais significativas entre os trabalhadores negros.

Por outro lado, o emprego nos serviços e comércio cresceu para negros e brancos da classe trabalhadora do setor terciário no período analisado, inclusive, a taxas maiores que o subemprego de serviços e comércio. O emprego terciário cresceu incorporando mais

trabalhadores negros do que trabalhadores brancos, especialmente nos serviços técnicos/profissionais, comércio, serviços pessoais e serviços públicos e à comunidade. No tocante aos trabalhadores brancos, cresceu particularmente nos serviços técnicos/profissionais, comércio, serviços pessoais e serviços públicos e à comunidade. Em termos absolutos, o subemprego é maior entre os trabalhadores negros no total do terciário em quase todo o período (com exceção do ano de 1980); e o emprego é maior entre trabalhadores brancos no total do terciário em todo o período.

TABELA 17 – ESTIMATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE SUBEMPREGO E EMPREGO DAS ATIVIDADES DO SETOR TERCIÁRIO SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Raça / Cor	Anos	Terciário							
		Serviços Modernos				Serviços Heterogêneos			Total Terciário
		Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Total Serviços Modernos	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio	Total Serviços Heterogêneos	
Brancos	Estimativas do subemprego (em mil pessoas)								
	1980	140.403	7.900	32.601	180.904	1.806.150	306.007	2.112.157	2.293.061
	1991	230.007	16.150	118.521	364.679	2.439.607	908.176	3.347.783	3.712.462
	2000	397.072	23.274	210.685	631.031	3.017.799	1.059.785	4.077.584	4.708.615
	2010	549.972	39.779	237.626	827.377	3.517.288	1.508.137	5.025.425	5.852.802
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	4,66	5,54	6,85	5,20	2,25	5,46	2,93	3,17
	Estimativas do emprego (em mil pessoas)								
	1980	4.189.149	763.386	722.575	5.675.110	1.309.400	2.286.393	3.595.793	9.270.903
	1991	5.853.279	876.948	1.073.524	7.803.751	2.282.233	3.161.272	5.443.505	13.247.256
	2000	8.033.206	936.751	2.038.492	11.008.450	2.095.231	5.424.552	7.519.784	18.528.233
	2010	9.435.878	982.535	3.217.728	13.636.142	3.913.702	6.293.297	10.207.000	23.843.141
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	2,74	0,84	5,10	2,97	3,72	3,43	3,54	3,20
Negros	Estimativas do subemprego (em mil pessoas)								
	1980	100.239	2.822	24.969	128.030	2.078.786	318.895	2.397.681	2.525.711
	1991	213.591	7.904	89.011	310.505	3.023.130	920.778	3.943.908	4.254.414
	2000	324.412	11.343	159.054	494.810	3.555.957	984.285	4.540.242	5.035.051
	2010	516.257	20.952	156.432	693.641	4.978.116	1.667.898	6.646.014	7.339.655
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	5,62	6,91	6,31	5,79	2,95	5,67	3,46	3,62
	Estimativas do emprego (em mil pessoas)								
	1980	2.120.043	182.121	245.369	2.547.533	777.834	1.047.569	1.825.403	4.372.936
	1991	3.814.468	278.288	432.108	4.524.864	1.781.947	1.772.108	3.554.055	8.078.919
	2000	4.835.183	355.576	1.016.772	6.207.531	1.344.671	2.999.887	4.344.558	10.552.089
	2010	7.422.074	421.211	2.207.512	10.050.796	3.530.532	4.967.071	8.497.603	18.548.399
	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (em %)								
	1980/2010	4,27	2,83	7,60	4,68	5,17	5,32	5,26	4,93

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Em termos relativos, o subemprego aumentou para todos os trabalhadores negros e brancos do setor secundário e se manteve persistente no setor terciário durante 1980 e 2010. No total do setor secundário e terciário, o subemprego se mostrou maior entre os trabalhadores negros no período analisado. No setor secundário, o subemprego negro teve

relevante desempenho, sobretudo, na indústria tradicional e na construção civil. No setor terciário, nos serviços pessoais e comércio. Em serviços pessoais, ainda que em termos relativos exista recuos durante 1980 e 2010, os subempregados negros são sempre superiores a 58%. No conjunto, trata-se de um processo de “terciarização das ocupações urbanas” afetando trabalhadores brancos e trabalhadores negros, ao passo que experienciamos um processo de desindustrualização da estrutura produtiva.

Este padrão de deslocamento vem se manifestando da seguinte maneira: os subempregados negros estão aumentando nas atividades dos serviços modernos e nas atividades do setor secundário, em patamares superiores a subempregados brancos. Os subempregados brancos estão aumentando nas atividades do setor secundário e nos serviços modernos. Os empregados brancos e negros estão, no conjunto, em queda no setor secundário e aumentando nos serviços heterogêneos.

TABELA 18 – PARTICIPAÇÃO DE OCUPADOS DAS ATIVIDADES DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO TOTAL DE OCUPADOS (NÃO AGRÍCOLAS)[378]

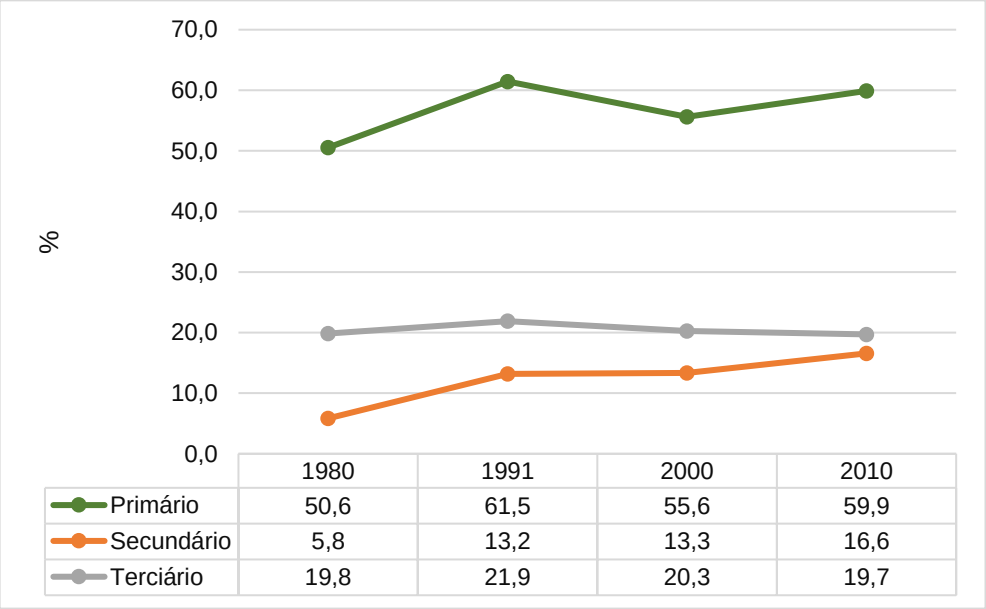
Raça/cor	Anos	Ocupação	Secundário					Terciário				
								Serviços Modernos			Serviços Heterogêneos	
			Indústria de Transformação		Total Indústria de Transformação	Constução Civil	Mineração e SIUP[1]	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Serviços Pessoais, Similares e Outros	Comércio
			Tradicional	Dinâmico								
Brancos	1980	Subemprego	4,9	0,6	3,2	14,0	3,8	3,2	1,0	4,3	11,8	37,0
		Emprego	95,1	99,4	96,8	86,0	96,2	96,8	99,0	95,7	88,2	63,0
	1991	Subemprego	9,8	2,9	7,1	27,3	-	3,8	1,8	9,9	22,3	38,1
		Emprego	90,2	97,1	92,9	72,7	-	96,2	98,2	90,1	77,7	61,9
	2000	Subemprego	15,0	4,3	11,6	18,6	6,1	4,7	2,4	9,4	16,3	35,2
		Emprego	85,0	95,7	88,4	81,4	93,9	95,3	97,6	90,6	83,7	64,8
	2010	Subemprego	16,1	4,0	12,4	27,6	9,2	5,5	3,9	6,9	19,3	33,0
		Emprego	83,9	96,0	87,6	72,4	90,8	94,5	96,1	93,1	80,7	67,0
Negros	1980	Subemprego	11,7	1,1	8,3	16,9	9,2	4,5	1,5	9,2	23,3	56,8
		Emprego	88,3	98,9	91,7	83,1	90,8	95,5	98,5	90,8	76,7	43,2
	1991	Subemprego	13,4	4,9	10,5	32,3	-	5,3	2,8	17,1	34,2	52,6
		Emprego	86,6	95,1	89,5	67,7	-	94,7	97,2	82,9	65,8	47,4
	2000	Subemprego	20,5	6,0	16,6	20,9	8,0	6,3	3,1	13,5	24,7	51,1
		Emprego	79,5	94,0	83,4	79,1	92,0	93,7	96,9	86,5	75,3	48,9
	2010	Subemprego	18,0	5,7	14,5	28,4	12,7	6,5	4,7	6,6	25,1	43,9
		Emprego	82,0	94,3	85,5	71,6	87,3	93,5	95,3	93,4	74,9	56,1

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.
(1) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

[378] O ano de 1991 da atividade de “Mineração e SIUP” foi ignorado por discrepar expressivamente dos demais anos analisados. Contudo, o cálculo de 1991 do “Total Secundário” levou em consideração a atividade de “Mineração e SIUP”, respeitando as estimativas do setor secundário.

Em síntese, existe uma tendência de os subempregados brancos estarem aumentando nos setores primário e secundário, mantendo praticamente estabilizados os seus percentuais no setor terciário, oscilando entre 19,7% e 21,9%. Disso, temos mais duas evidências suplementares: o emprego entre os trabalhadores brancos no setor primário e no setor secundário estão caindo, enquanto no setor terciário, está praticamente estabilizado, oscilando entre 78,1% e 80,3%.

GRÁFICO 9 – PARTICIPAÇÃO DOS SUBEMPREGADOS BRANCOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS BRANCOS DOS SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL

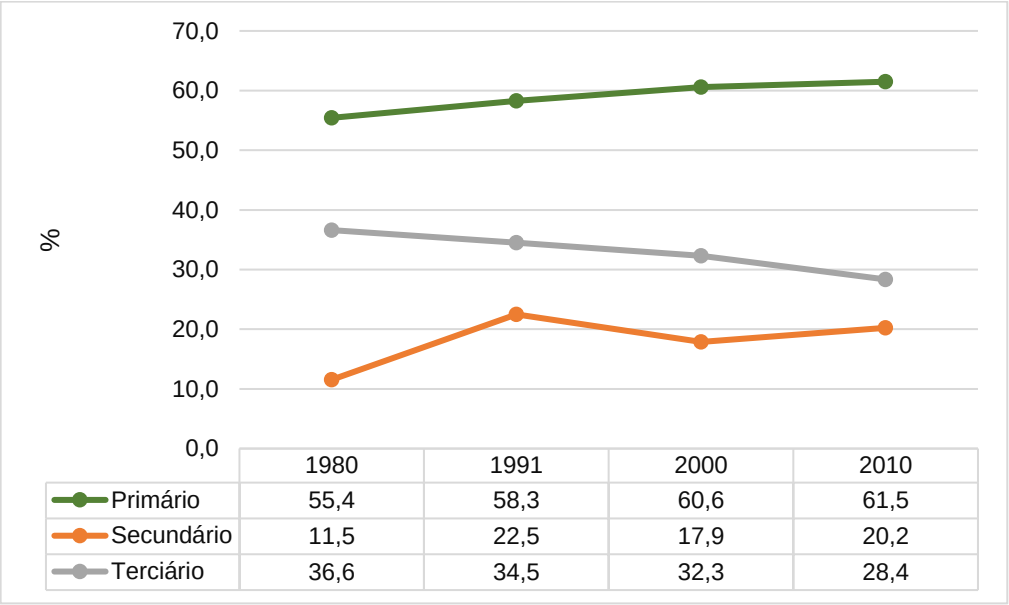


	1980	1991	2000	2010
Primário	50,6	61,5	55,6	59,9
Secundário	5,8	13,2	13,3	16,6
Terciário	19,8	21,9	20,3	19,7

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Existe, também, uma tendência de os subempregados negros estarem aumentando no setor primário e secundário, mais expressivamente, inclusive, que os subempregados brancos. Estes subempregados vêm obtendo quedas percentuais no setor terciário. Disso, temos mais duas evidências suplementares: o emprego entre os trabalhadores negros no setor primário e no setor secundário está caindo, enquanto, no setor terciário, está aumentando.

GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÃO DOS SUBEMPREGADOS NEGROS DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DE OCUPADOS NEGROS DOS SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL



	1980	1991	2000	2010
Primário	55,4	58,3	60,6	61,5
Secundário	11,5	22,5	17,9	20,2
Terciário	36,6	34,5	32,3	28,4

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

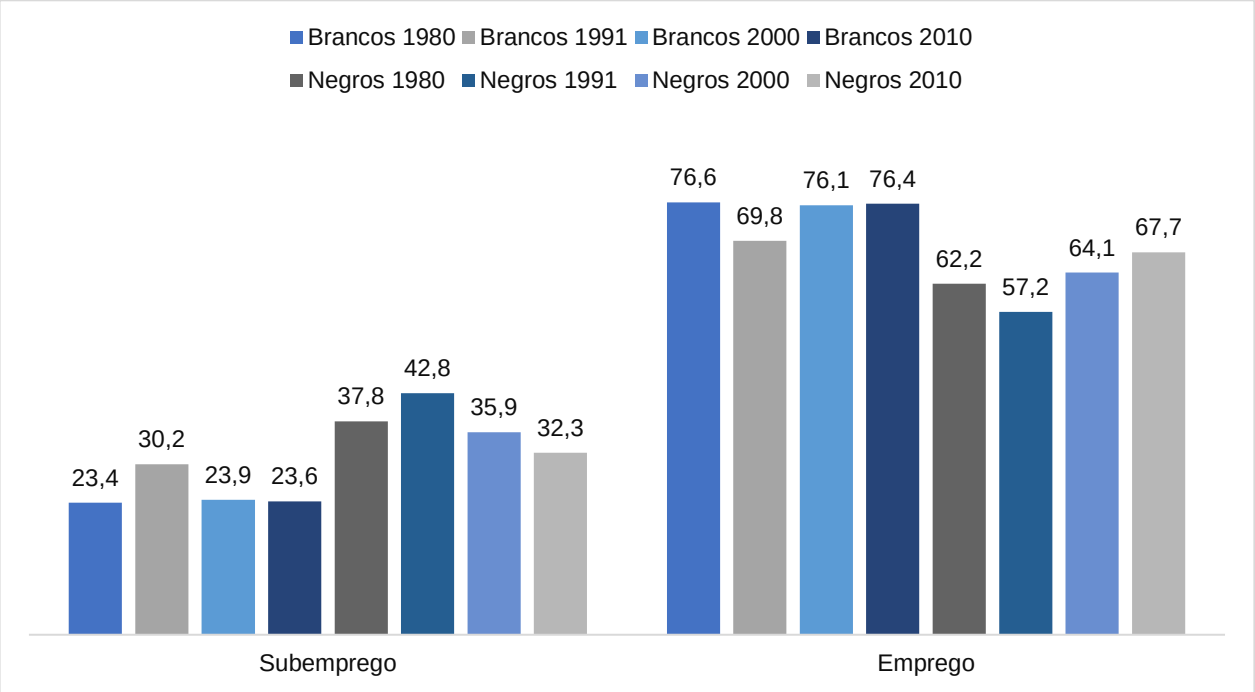
No conjunto dos dados, a tendência demonstra que o subemprego é maior entre trabalhadores negros, enquanto o emprego é maior entre trabalhadores brancos. Isso resume um padrão recente de desigualdades raciais no mercado de trabalho necessário ao desenvolvimento do capitalismo dependente – sendo este expressivo exército de trabalhadores negros irregulares e seu nível de vida (abaixo do nível médio normal) um mecanismo direto de pressão sobre os trabalhadores ativos. Enquanto as melhores condições de vida e de trabalho dos trabalhadores ativos se tornam em um instrumento de barganha dos trabalhadores negros ativos mas irregulares, o rebaixado padrão de vida predominante entre os trabalhadores negros se torna um dos principais fatores de depressão salarial e agravamento das condições de emprego dos trabalhadores ativos, sendo, na realidade, uma massa que possui historicamente baixos valores e um manancial irregular que tende a anular as exigências dos trabalhadores ativos[379], juntamente com os desempregados negros[380] e demais trabalhadores negros inativos, os quais, são parcela expressiva do reservatório da força de trabalho no Brasil e ficam à mercê das necessidades

[379] Prado Júnior (1999).

[380] Foi constado que a taxa de desemprego entre trabalhadores negros se manteve sempre maior que entre trabalhadores brancos e maior que a taxa de desemprego da economia brasileira, segundo os dados colhidos no Censo Demográfico (entre 1980 e 2010) pelo nosso estudo. A taxa de desemprego em 1980 foi de 1,30%, sendo entre os trabalhadores negros 1,42% e entre trabalhadores brancos 1,19%. Em 1991, a taxa de desemprego foi de 5,41%, sendo entre trabalhadores negros 6,14% e entre trabalhadores brancos 4,77%. Em 2000, a taxa de desemprego ficou em 15,28%. Entre os trabalhadores negros 17,34% e entre trabalhadores brancos 13,65%. Por fim, em 2010, a taxa de desemprego foi de 7,98%, sendo entre os trabalhadores negros 9,48% e entre os trabalhadores brancos 6,48%.

variáveis da acumulação de capitalismo dependente. Adicionalmente, há um moderado crescimento de trabalhadores negros empregados, mas, inequivocadamente, este crescimento não chegou aos patamares percentuais de trabalhadores brancos empregados. Na realidade, até mesmo estes empregados negros não escapam desta precária dinâmica de mercado de trabalho de capitalismo dependente. Há também uma redução de trabalhadores negros subempregados, mas os percentuais continuam altos e mesmo maiores que os níveis percentuais de trabalhadores brancos subempregados.

GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DO SUBEMPREGO E EMPREGO NO TOTAL DE OCUPADOS SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL



Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.

Por fim, este padrão recente de desigualdades raciais reflete até mesmo nos rendimentos médios adquiridos entre trabalhadores brancos e trabalhadores negros considerados empregados em diversas atividades econômicas. Podemos indicar que, por mais que os trabalhadores negros deixem de ser subempregados eles enfrentam uma inequívoca barreira para equivaler seu rendimento médio com o dos trabalhadores brancos. Em nenhum dos casos podemos verificar uma igualdade racial de rendimentos médios do ponto de vista estrutural. Não podemos afirmar, também, que estamos caminhando estruturalmente para esta igualdade racial no decorrer das décadas, não obstante as flutuações conjunturais em parcela das atividades econômicas que possam demonstrar redução na desigualdade de rendimentos – como foi o caso da indústria dinâmica entre

1980 e 2010. Aqui, no entanto, existem elementos racistas que se associam à condição histórica dos trabalhadores negros no mercado de trabalho. Em alguns casos, as desigualdades raciais no rendimento persistem e até mesmo se aprofundam, mas nunca são equivalentes.

TABELA 19 – RAZÃO DE RENDIMENTO MÉDIO DE EMPREGADOS SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL *(%)*

Raça / Cor	Anos	Primário	Secundário				Terciário				
							Serviços Modernos			Serviços Heterogêneos	
			Indústria de Transformação		Construção Civil	Mineração e SIUP[1]	Serviços Públicos e à Comunidade	Serviços Financeiros e Similares	Serviços Técnicos / Profissionais	Serviços Pessoais, Similares e	Comércio
			Tradicional	Dinâmico							
	Razão do rendimento médio da ocupação principal										
Negros/Brancos	1980	64	56	48	73	70	67	71	67	78	73
	1991	80	60	49	77	86	65	68	73	73	71
	2000	61	65	54	66	57	46	63	60	67	63
	2010	78	77	75	66	62	68	68	77	74	77

Fonte: Censo Demográfico, IBGE. Elaboração própria.
([1]) Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

Podemos levantar pelo menos três elementos de todo o processo em curso: o primeiro se observa no padrão de deslocamento dos trabalhadores brasileiros. Ele se mostra diferente ao padrão ocorrido entre 1950 e 1980, tendendo atualmente a se concentrar mais nas atividades de serviços e comércio, afetando tanto trabalhadores brancos quanto trabalhadores negros. O segundo se verifica no rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros. Ele se dá por um padrão de reciclagem do subemprego estrutural que ainda é correspondente a quase um terço da população trabalhadora ocupada em 2010, apesar de ligeiras flutuações conjunturais. Além disso, o número absoluto de subempregados é bastante expressivo e crescente ao longo dos anos, sendo um verdadeiro peso na estrutura de ocupações do Brasil. Por fim, um padrão recente de desigualdades raciais no Brasil reproduz de maneira intensa, o que acaba agravando ainda mais os desiquilíbrios entre capital e trabalho no País. O padrão de reciclagem do subemprego estrutural absorve em maior medida os trabalhadores negros – ainda que envolva também os trabalhadores brancos. Adicionalmente, o expressivo e crescente número absoluto de subempregados é majoritariamente composto por trabalhadores negros. Este processo em curso, ou seja, a reciclagem do subemprego estrutural em relação à população trabalhadora ocupada, assim como seu crescente aumento absoluto, baseados, sobretudo, nos trabalhadores negros, não foram resolvidos ao longo das décadas analisadas. As condições baseadas em estratégias de sobrevivência dos trabalhadores negros no mercado de trabalho estão entre um dos instrumentos que as classes burguesas brancas mantêm ou aprofundam o rebaixado padrão de vida da classe trabalhadora brasileira.

3.5 Considerações finais

As evidências apontam para as seguintes considerações finais: o subemprego parece ser instrumento necessário à sustentação das ocupações em uma economia de baixos salários, inclusive na indústria de transformação, que sofre mais abertamente as consequências das exigências internacionais. Este nível de vida dos trabalhadores brasileiros parece permanecer associada à existência de um aberto “setor atrasado” que é um instrumento necessário para o capitalismo dependente, alimentado exatamente pelos subempregados e mesmo pelos empregados sem condições econômicas de se associarem ao núcleo dinâmico da economia brasileira[381]. O contexto econômico e social na atualidade, apresenta, primeiro, uma piora de longo prazo dos salários reais, o que implica em

[381] Zullo (2014).

deteriorar o mínimo real e o nível de vida dos trabalhadores. Além disso, vem apresentando o subemprego ou desemprego, de maneira expressiva, como as únicas vias possíveis para aqueles que não conseguem uma ocupação que promova alguma dignidade humana. O setor industrial, em processo de regressão estrutural nos últimos anos, já não comporta relevante capacidade de absorver o crescimento da PEA, uma vez que o setor terciário parece estar mais expressivamente assumindo este papel. Nos parece, ainda, que esse contexto atual está se consolidando em torno não apenas da debilidade gradativa da indústria brasileira, como, concomitantemente, da recomposição dos setores produtivos agrícolas[382].

As evidências também apontam para pelo menos um elemento geral: a predominância crescente do subemprego estrutural no mercado de trabalho de capitalismo dependente vem absorvendo, sobretudo, os trabalhadores negros. O desmantelamento da indústria pesada, a prevalência dos negócios especulativos, a revitalização das atividades primárias vinculadas ao subemprego e a crescente importância do setor terciário nas ocupações vêm sendo associados ao subemprego estrutural e absorvendo crescentemente os trabalhadores negros em termos absolutos. Além disso, a participação do subemprego na população ocupada, por mais que demonstre traços de regularidade nas últimas décadas em termos relativos, apresenta percentuais relativos maiores entre os trabalhadores negros. A dependência externa e o subdesenvolvimento reciclaram tais elementos especialmente ancorados nos trabalhadores negros – evidentemente parte da estabilidade social necessária para a instabilidade econômica irradiada do sistema capitalista mundial. Estes trabalhadores negros também participam da ocupação como empregados, todavia, via de rega, em proporções relativas menores que trabalhadores brancos e com rendimentos médios desiguais. É o que a nossa formação nacional e suas burguesias oferecem aos trabalhadores negros: o subemprego e desemprego ou, no máximo, e de maneira mais limitada, um emprego que, em muitos casos, comporta um rendimento médio relativamente mais baixo, durante todas as décadas analisadas. E é desta forma que os negros foram duramente enquadrados, na maioria das vezes, em nossa formação nacional: senão antes escravos ou mercadoria, senão lumpemproletariado, enquanto subempregados e desempregados no mercado de trabalho, em resumo, enquadrados num estado histórico de pauperização social e, no máximo, numa condição de estagnação ocupacional. Os mecanismos discriminatórios e racistas sistemáticos, elementos necessários ao capitalismo dependente, são elementos a mais na classe

[382] Ibidem.

trabalhadora que recompõe os trabalhadores negros nesta condição de subemprego e desemprego combinado a uma estrutura produtiva heterogênea, o que são elementos que contribuem para impedir a universalização da sociedade competitiva e acaba por afetar toda a classe trabalhadora. Qualquer ausência de “nexo moral” ou indicativos de desorganização da sociedade brasileira está associado a esta realidade histórica, muito embora a sociedade brasileira comporte setores negros organizados contra esta dura realidade histórico-estrutural. Mas, tal mecanismo de absorção de subemprego é tão forte e tão presente sobretudo na vida dos trabalhadores negros que, quando levado ao limite enquanto estratégias de sobrevivência dos trabalhadores negros, ele acaba sendo o único “meio de vida” não lhe restando outras opções, a sua única chance e *forma de viver* no mundo das classes burguesas brancas e prover alguma condição a seus familiares e a si mesmo. Trata-se de um elemento necessário ao regime burguês que disciplina, ao mesmo tempo comprime as exigências de toda a classe trabalhadora. Em outras palavras, ele aparece como degradação processual do padrão de vida dos trabalhadores negros e da própria classe trabalhadora como um todo. Esta duríssima realidade histórica é que contribui para a desorganização estrutural dos trabalhadores negros e ao mesmo tempo para acirrar a cisão no interior da classe trabalhadora na sociedade de capitalismo dependente. Abre margem, ao mesmo tempo, para a absorção de ilusões e ideologias modernizantes que se manifestam de diversas maneiras na sociedade brasileira, as quais, prometem o impossível dentro dos marcos de um capitalismo dependente que foi incapaz de realmente resolver seus principais problemas sociais.

Considerações finais

O presente trabalho levantou elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário no Brasil entre 1980 e 2010. A dissertação teve sua estrutura organizada fundamentalmente em três partes, acrescidas desta finalização e notas metodológicas.

No primeiro capítulo, foram apresentados autores que discutiram, de maneira mais ou menos sistematizada, o padrão de vida dos trabalhadores negros no capitalismo dependente, a partir de interpretações sobre a formação nacional. Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Clóvis Moura forneceram instrumentos teóricos para calibrar a questão dos trabalhadores negros no desenvolvimento capitalismo dependente, mediado pelo mercado de trabalho assalariado e pela sociedade competitiva, apresentando uma teoria crítica do salário aplicada aos trabalhadores negros e à classe trabalhadora. O segundo capítulo, a exposição se limitou a apresentar as diversas perspectivas sobre os trabalhadores negros no desenvolvimento do capitalismo brasileiro após o golpe de 1964. Neste capítulo, podemos observar de maneira não tão exegese teorias como a do “capital humano” e de Carlos Hasenbalg que, seguindo suas revisões críticas, explicou as desigualdades raciais no Brasil por meio do ciclo das desvantagens cumulativas no desenvolvimento capitalista. As teorias surgem em um contexto próprio, interno e externo, de grave crise econômica, política e sociocultural no Brasil – particularmente em contexto interno de contrarrevolução permanente na era do “imperialismo total”. Com isso, o capítulo abarcou uma discussão teórica no sentido de observar e indicar resumidamente quais as raízes e os desdobramentos da emergência de novas teorias e conceitos que, na realidade, fazem parte do debate intelectual, econômico e político até hoje. À luz da discussão tecida até então no primeiro e no segundo capítulo, o terceiro capítulo dedicou-se à apresentação de elementos para uma análise histórico-estrutural da raça, emprego e salário, a partir da utilização de uma metodologia e sendo a principal fonte de dados primários o Censo Demográfico Brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste capítulo, utilizamos principalmente a heterogeneidade e subemprego estruturais existentes no mercado de trabalho como caminho ou método para investigar o padrão de vida dos trabalhadores negros no desenvolvimento do capitalismo dependente (1980-2010) e suas implicações para a classe trabalhadora no Brasil. A metodologia é apresentada ao final da presente dissertação, no anexo metodológico.

Os achados por este trabalho revelam a condição histórico-estrutural dos trabalhadores negros na sociedade brasileira, associada a uma economia de capitalismo

dependente que não rompeu no pós-abolição com um padrão de desigualdades raciais brasileiro que se manifesta no subemprego estrutural. Padrão este que já se apresentou de diferentes maneiras, mas que, no geral, mantém os trabalhadores negros marginalizados, em persistência relativa e em maior proporção absoluta na condição de subempregados, quando não majoritariamente desempregados, alcançando, inclusive, menores rendimentos médios quando comparados aos trabalhadores brancos. Este rebaixamento do padrão de vida dos trabalhadores brasileiros, ancorado nos trabalhadores negros, é um elemento necessário para o funcionamento da economia dependente. Nada se alterou estruturalmente, mas foi reciclado em termos relativos e vem aumentando em termos absolutos. A despeito do regime macroeconômico e das políticas econômicas adotadas pelas burguesias e seus representantes nos anos 2000, o problema persiste sem solução com tendência de agravamento. 122 anos após a Abolição, os agentes de trabalho negros não podem ser considerados cidadãos plenos na sociedade competitiva de capitalismo dependente. Este projeto antinacional e antidemocrático das burguesias brasileiras brancas, pactuado com as burguesias imperialistas brancas, persiste estruturalmente intacto. Daí a necessidade histórica da revolução racial nacional e democrática indissociável de uma revolução socialista[383]. De modo resumido, em sociedades como a brasileira, possuímos um amplo espaço interno para *as revoluções dentro da ordem*. Trata-se de transformações estruturais que desenrolaram historicamente nas sociedades capitalistas avançadas por meio de iniciativas das classes burguesas ou das classes médias. Em sociedades como a brasileira, de origem colonial e escravista, tais transformações tem que ocorrer pelas iniciativas das classes dos “despossuídos” e trabalhadoras. Em síntese, *os condenados da terra* carregam a tarefa do *realizar*[384]. Isso, contudo, é inexoravelmente indissociável com *as revoluções contra a ordem* (envolvendo a conversão da luta política dos “despossuídos” na conquista do poder e na desagregação da antiga sociedade, apontando, com isso, para a formação de uma sociedade sem classes e realmente desracializada)[385].

Por fim, apesar dos achados explicitados aqui, é importante que intelectuais e demais trabalhadores, em conjunto, pensem quais podem ser os próximos passos investigativos no que concerne aos aspectos econômicos e raciais brasileiros. Precisamos de todas as forças possíveis, organizadas por meio da teoria crítica e das forças políticas revolucionárias, para entender e transformar a nossa duríssima realidade sob o capitalismo

[383] O termo é utilizado em Fernandes (1972). Ver também Fernandes (1984) e Fernandes (1989).
[384] Florestan (1989).
[385] Ibidem.

dependente a fim de erradicá-la definitivamente. Tudo será resultado de um esforço coletivo e processual que não está dissociado das práticas políticas revolucionárias contra as classes burguesas brancas e suas elites. Ainda sobre o presente trabalho, é preciso fazer alguns apontamentos e limites a serem observados. As mudanças em curso no Censo Demográfico Brasileiro, uma das principais fontes de informação do País, prezam para dificultar ainda mais nosso entendimento sobre emprego e renda no Brasil. Para além disso, evidenciamos a necessidade de exploração dos dados e teorias no que diz respeito aos desequilíbrios regionais e de gênero, isto é, ainda no que concerne ao padrão de vida dos trabalhadores brasileiros. Finalmente, mas não tão menos relevante, destacamos a importância do acompanhamento dos dados quantitativos e desdobramentos teóricos sobre raça, emprego e salário após a crise econômica aprofundada pela pandemia de coronavírus, que traz ainda mais desafios econômicos, políticos e socioculturais para os trabalhadores negros e para a unidade da classe trabalhadora no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____; SILVA, J. B. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno C R H**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, Set./Dez. 2015.

BACHA, E. Prólogo para a Terceira Carta. In: CARDOSO DE MELLO, J. M. & BELLUZZO, L. G. (Orgs.). **FMI X Brasil:** a armadilha da recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo: G.M., 1983.

BALTAR, P., SOUSEN, J. A., CAMPOS, G. C. S. **Emprego e distribuição da renda.** Texto Para Discussão (298). Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2017.

BARBOSA, N. & SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição da renda. In: SADER, E. e GARCIA, M. A. (orgs.) **Brasil:** entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo & Editora Boitempo, 2010.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. **Brancos e negros em São Paulo:** ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, Mimeo, 1994.

BREDA, D. M. **Ensaio sobre a cegueira:** indústria 4.0 na América Latina. Disponível em: http://pcb.org.br/portal2/24604/ensaio-sobre-acegueira-industria-4-0-na-america-latina/ (Acessado em: 09/01/2021).

CAMPOS, F. A. & RODRIGUES, F. H. L. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira. **História Econômica & História de Empresas (ABPHE)** vol. 17 nº 2 (2014), 377-414.

CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista:** o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro. Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2009.

CAMPOS, S. H. Salários e política salarial no final dos anos 80. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. v. 17, nº 4, 1990.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & BELLUZZO, L. G. (Orgs.). **FMI X Brasil:** a armadilha da recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo: G.M., 1983.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP. São Paulo: 13(2): 31-59, novembro de 2001.

CARDOSO, A. M. **Burguesia brasileira nos anos 2000:** um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. Campinas, mimeo, dissertação de doutorado, Unicamp, 2014.

CARMO SOBRINHO, C. A. **Dependência e estagnação:** o debate sobre a crise dos anos 60. Campinas, Mimeo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2001.

CASTRO, A. B. **O capitalismo ainda é aquele**. Rio de Janeiro, 1979.

CASTRO, C. de M. **Investimento em educação no Brasil:** um estudo socioeconômico de duas comunidades industriais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

CERQUEIRA, V. L. **A inserção do negro no mercado de trabalho brasileiro na década passada.** Campinas, Mimeo, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), UNICAMP, 2012.

CHADAREVIAN, P. C. **A Economia na era do racismo científico no Brasil.** Vitória: XI Congresso Brasileiro de História Econômica: 12ª Conferência Internacional de História de Empresas (UFES), setembro, 2015.

_____. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 25, 104-132, 2009a.

_____. Existe uma teoria econômica da discriminação? **Texto de Discussão (TD) Programa de Pos-Graduação em Economia Aplicada - FE/UFJF,** 2009b**.**

CHAGAS, R. P. **Teorias para a revolução brasileira:** um estudo sobre o marxismo e a era da contrarrevolução burguesa*.* Campinas, mimeo, tese de doutorado, Unicamp, 2018.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 1–30, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195. Acesso em: 31 out. 2021.

COGGIOLA, O. **Governos Militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2001.

COMISSÃO DA VERDADE. Relatório – Tomo I – Parte II – Perseguição à População e ao Movimento Negros. São Paulo: 2015. Visto em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>.

COSTA, E. V. da. **A dialética invertida e outros ensaios.** 1a edição. São Paulo: Editora UNESP (Digital), 2017.

CRUZ, P. R. D. C. Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: os setores públicos e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**. Belo Horizonte v. 5 nº 1. Ago./1995.

D'ANGELO MACHADO, F. **Mobilidade de capitais e vulnerabilidade externa do Brasil:** a nova qualidade da dependência financeira. Campinas, Mimeo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2011.

DÁVILA, J. **Hotel Trópico:** brazil and the challenge of african decolonization (1950–1980). Duke University Press. Durham and London, 2010.

DEDECCA, C. S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W. P. & HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade:** O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (Janeiro de 2016)**. São Paulo, DIEESE, 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DPN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres, Ministério da Justiça. Brasília: jun./2014.

ESPÓSITO, M. **A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira:** da industrialização à desindustrialização. Campinas, Mimeo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2016.

FERNANDES F. **O que é revolução.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

_____. **O significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes:** no limiar de uma nova era. Vol. II. São Paulo: Globo, 2008b.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça braça. Vol. I. São Paulo: Globo, 2008a.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **A Sociologia no Brasil:** contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.
_____. **Circuito Fechado:** quatro ensaios sobre o "poder institucional". Prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda. São Paulo: Globo, 2010.
_____. **Mudanças sociais no Brasil:** Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. Editora Global, 1ª edição digital. São Paulo: 2013.
_____. Nem Federação, Nem Democracia. **São Paulo em Perspectiva**, 4(1): 25-27, jan./mar., 1990.
_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976
_____. Relações de raça no Brasil: Realidade e Mito. In.: DAVID, A (Org.). **O Brasil de Florestan.** Autêntica Editora, edição 1. Coleções: Pensadores do Brasil, 2018.
_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Apresentação de Paul Singer. 5. Ed. Rev. São Paulo: Global, 2008c.
FERNANDES, G. A. A. L. **Os aspectos econômicos da discriminação racial no Brasil**. São Paulo, Mimeo, Dissertação de Mestrado, USP, 2012.
FURTADO, C. **A nova dependência:** dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
_____. **Análise do "Modelo" Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
_____. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992a.
_____. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Revista Estudos Avançados (Dossiê América Latina)**, vol.6 nº 16. São Paulo: Set./Dec., 1992b.
_____. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
_____. Reflexões sobre a Crise Brasileira. **Revista de Economia Política**, v.20, n.4 (80), out. / dez. 2000.
GONÇALVES, R. Macroeconomic instability and the strategies of the transnational corporations in Brazil: standstill, retrenchment or divestiment? **Revista Análise Econômica**, nº 27, ano 15. Porto Alegre: mar./1997.
GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. In: **Circuito de Debates Acadêmicos: programa e resumos** (1: 2011: Brasília, DF) I Anais do Circuito de Debates Acadêmicos: programa e resumos. Brasília: Ipea, 2012a.
_____. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012b.
GONZALEZ, L. O movimento negro nas últimas décadas. In: GONZALEZ, L. & HASENBALG, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
GORENDER, J. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Editora Ática, 1990.
GUIMARÃES, A. S. A. O Legado de Carlos Hasenbalg (1942-2014). **Afro-Ásia**, 53 (2016), 277-290.
HADLER, J. P. T. C. **Dependência e Superexploração:** os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente. Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2013.
_____. **O debate entre Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares sobre a crise dos anos 60 e seus fundamentos teóricos.** Campinas, Mimeo, Trabalho de Conclusão de Curso, UNICAMP, 2006.
HASENBALG, C. & VALLE SILVA, N. **Estrutura social, Mobilidade e Raça.** São Paulo: Vértice, 1988a.
HASENBALG, C. & VALLE SILVA, N. Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-1980. In: _____. **Estrutura social, Mobilidade e Raça.** São Paulo: Vértice, 1988b.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Notas sobre a pesquisa das Desigualdades Raciais e Bibliografias Selecionadas. In: PEGGY, A. L. (Org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

_____. Privilégios: Relato de uma Trajetória Acadêmica. **DADOS – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, vol. 57, nº 4, 2014.

_____. Raça, classe e mobilidade. In: Gonzalez, L. & Hasenbalg, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, R. Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico. In: TINELLI, A. & TOLIPAN, R. (Orgs.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

IANNI, O. **A Ditadura do Grande Capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. **A Era do Globalismo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **A idéia de moderno***.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo:** etapa superior do capitalismo. Apresentação: Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LEON, J. E. W. H. **Resistência às mudanças sociais:** uma visão crítica da democracia brasileira. Rio de Janeiro, mimeo, tese de doutorado, UFRJ, 2019.

_____. **Uma contribuição à crítica da discussão da pobreza no Brasil (2003-2013):** qualidade do emprego e do salário. Campinas, Mimeo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2015.

LIMA, A. C. C., SIMÕES, R., OLIVEIRA, A. M. H. C. Caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 18, Águas de Lindóia-SP. ABEP: 2012.

LIMA, R. Mercado de trabalho: capital humano e a teoria da segmentação. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, 10(1), 217 a 272, abr/1980.

LOUREIRO, P. R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. **Rev. Bras. Econ.** [online]. 2003, vol.57, n.1, pp.125-157.

LUBINER, T., ESPÓSITO, M., PEREIRA, L. R. **A marcha do curupira:** o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MACIEL, D. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira. Londrina: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina:** Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI (UEL), 2010.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. (Coleção Marx-Engels). Tradução e notas Nélio Schneider; Prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Introdução de Jacob Gorender. Traduções de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____ & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Editora Expressão Popular. 2008.

MATTOS, F. A. M. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, 29 (85), 2015.

MEDEIROS, C. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MEDEIROS, M., SOUZA, P. H. G. F., CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(4):971-986, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Século XXI:** Socialismo ou barbárie? São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

MORAES, R. C. **Neoliberalismo:** de onde vem, para onde vai. São Paulo: SENAC, 2001.

MOTTA, D. C. Acumulação originária de capital e regime de classes no capitalismo dependente segundo Florestan Fernandes. **VII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, SP: 2012.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. São Paulo: **Afro-Ásia**, 1983.

_____. Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, 2(2): 44-46, abr./jun., 1988.

_____. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? Editora Conquista: 1977.

_____. **Rebeliões da Senzala.** Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre: 1988.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo, Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. Discussão racial: proibida. In: _____. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil: 1938-1997. In: GUIMARÃES, A.; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara:** Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social:** revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 287-308, novembro, 2006.

NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da. Introdução. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da. (Orgs.) **Nova História em perspectiva.** Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLIVA, A. M. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil:** Análise do Governo Lula (2003-2010). Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2010.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, A. O., SANSONE, L. (Orgs.). **Raça:** novas perspectivas antropológicas. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

PASTORE, J. **Determinação de Salários:** Uso de um Modelo Causal. Primeiro Encontro Nacional de Economistas. São Paulo: 1973.

PEREIRA, L. R. Contribuição ao debate macroeconômico sobre a ascensão e crise do projeto econômico petista à luz da integração brasileira à ordem global. LUBINER, T., ESPÓSITO, M., _____. **A marcha do curupira:** o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

PERRUSO, M. A. **Em busca do "novo":** intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980. Rio de Janeiro, mimeo, Tese de Doutorado, UFRJ, 2008.

PORTUGAL JÚNIOR, J. G. **Padrões de Heterogeneidade Estrutural no Brasil.** Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira.** Editora Brasiliense. São Paulo: 1999.

_____. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999b.

_____. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999c.

_____. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987.

RIOS, F. **Elite Política Negra no Brasil:** Relações entre movimento social, partidos políticos e Estado. São Paulo, mimeo, tese de doutorado, USP, 2014.

_____. O Protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

RODRIGUES, F. C. R. & CAMPOS, F. A. “imperialismo total” e educação na revolução burguesa no Brasil (1946-1985). **Revista HISTEDBR On-Line**, 18(3), 698-718, 2018.

RODRIGUES, F. H. L. **Investimento direto estrangeiro e empresas transnacionais no Brasil:** reflexões de pensadores da CEPAL (perspectiva histórica pós-guerra ao início do século XXI). Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de ‘O Capital’ de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A S. & D’ANGELO MACHADO, F. Capital internacional e vulnerabilidade externa. **Jornal dos economistas (Os bancos e a sociedade brasileira)**, n. 275, Rio de Janeiro, jun. 2012.

_____. Os impasses da formação. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. São Paulo: 1999.

_____. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes.** São Paulo, mimeo, 2001.

_____. A. Apresentação. LÊNIN, V. I. **O imperialismo:** etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

_____. **Capitalismo dependente e Reversão neocolonial.** São Paulo, mimeo, volume 2, Memorial Acadêmico, 2011.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

_____. **Entre a Nação e a Barbárie:** uma leitura das contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1997.

_____. **Globalização e Reversão neocolonial:** o impasse brasileiro. En publicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.

_____. **O mito do crescimento com equidade.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, set./2017.

SANT’ANNA, W. **Não deixe sua cor passar em branco**: responda com bom s/censo: Uma experiência de intervenção social na realização de um Censo Nacional. Portal Geledés, 2009. Acessado em: (https://www.geledes.org.br/nao-deixe-sua-cor-passar-em-branco-o-que-esperar-para-o-censo-de-2010/).

SANTOS, F. B. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 144 - 182, jul./set. 2018a.

SANTOS, V. C. et al. Suicídio na Adolescência Segundo a Raça/Cor da Pele no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Funcional / Saúde no curso de vida**. Vol. 1, nº 1, dez./2018b.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 2/2, n°6, abril-junho, 1982.

SILVA, J. C. F. **Diferenciação salarial na indústria brasileira.** Rio de Janeiro, mimeo, tese de doutorado, FGV, 1983.

SILVA, W. H. **O mito da democracia racial:** um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2002.** 2ª Ed. Apec/Bloch, Rio de Janeiro, 1974.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TINELLI, A. & TOLIPAN, R. (Orgs.). **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Economia Política do Trabalho:** elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. Editora Hucitec, São Paulo: 1979.

SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968.** São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

SOUZA, P. R. C. **Salário e emprego em economias atrasadas**. (Coleção Teses). Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil:** 1976-2006. Brasília, Mimeo, Tese de Doutorado, UNB, 2009.

VALLE SILVA, N. **O preço da cor:** diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. **IPEA/Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 1980.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.** vol.18 no.4 Campinas July/Aug. 2005.

VELLOSO, J. R. **Human Capital and Market Segmentation and Analysis of the Distribuition of Earnings in Brazil, 1970.** Ph. D. (California: University of Stanford), 1975.

WAISELFISZ, J. J. **Homicídios e Juventude no Brasil.** Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPRIR). Brasília: 2014.

ZULLO, G. J. D. **A questão salarial revisitada:** exército industrial de reserva e heterogeneidade estrutural. Campinas, Mimeo, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2014.

_____. O subemprego em perspectiva histórica e a estrutura de ocupações no Brasil entre 1980 e 2010. **América Latina en la Historia Económica**, 26(3), 2019.

_____. Subemprego Estrutural no Brasil (1980-2010). In: LUBINER, T., ESPÓSITO, M., PEREIRA, L. R. **A marcha do curupira:** o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

_____. **O sentido histórico da discussão sobre democracia racial (1930-1964).** Campinas, Mimeo, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2019.

Anexo Metodológico

Fundamentação teórica

Em primeiro lugar, é importante que retomemos os conceitos de preço e valor da força de trabalho[386]. O preço da força de trabalho seria os salários pagos aos trabalhadores dentro da lógica de demanda e oferta no mercado de trabalho. O valor da força de trabalho seria a quantidade de trabalho necessário para produzir a mercadoria força de trabalho, ou, de outro modo, a quantidade de meios de subsistência para produzir a mercadoria força de trabalho[387]. Trata-se de um montante ou quantidade média à qual o salário pago tende a coincidir, em períodos prolongados, sendo independente da lógica de demanda e oferta do mercado de trabalho[388]. Aqui, temos um ponto importante a explicitar: o que determina o valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho é não somente determinado pelos elementos físicos para a produção e reprodução da força de trabalho, mas, concomitantemente, pelas necessidades sociais que emanam de elementos *histórico* e *moral* de acordo com as especificidades dos países. Estes últimos elementos chamaremos, assim como Marx, de *padrão de vida tradicional*. O valor da força de trabalho é, portanto, composto pelo valor dos meios de subsistência necessários, qualitativamente e quantitativamente dizendo, definidos em determinado tempo e local, o que garante a produção e reprodução da força de trabalho. É exatamente isso que faz da força de trabalho uma mercadoria peculiar, diferente de todas as outras mercadorias, isto é, estes elementos *histórico* e *moral* que se associam às necessidades sociais dos trabalhadores. Marx (1982: 182) e Marx (2017: 245-247), respectivamente os escritos, *Salário, preço e lucro* e *O'Capital*, resume a questão do *padrão de vida tradicional* da seguinte maneira:

> Além desse mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra *o padrão de vida tradicional em cada país* [grifo nosso]. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio. A importância do papel que, a esse respeito, *desempenham a tradição histórica e o costume social* [grifo nosso] podereis vê-la no livro do Sr. Thornton sobre a Superpopulação, onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias os salários médios continuam a ser hoje diferentes, *conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão* [grifo nosso].
>
> [...]
>
> Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser

[386] Rosdolsky (2001).
[387] Ibidem.
[388] Ibidem.

> suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras particularidades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico, mas também, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida constitui-se a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento *histórico e moral* [grifo nosso]. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado [...] O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor de meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho [salário] é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária.

Daí nosso caminho ou método para uma *teoria crítica do salário*. Trata-se de um problema histórico e moral que está associado às especificidades dos países. De um lado, a luta de classes se constitui como elemento fulcral para a história. Já diria Marx que "[a] história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe"[389]. Mais especificamente, a constatação de Marx é a da contraposição entre os homens, do confronto, do conflito de classes, ora disfarçada, ora aberta, que resultaram em transformações revolucionárias[390]. Contudo, sabe-se, também, que os homens não fazem a sua própria história de livre e espontânea vontade, uma vez que não escolhem as circunstâncias em que ela é feita, sendo estas transmitidas do passado[391]. Em suma, a tradição histórica é um elemento fundamental para o problema do padrão de vida dos trabalhadores[392]. No caso das sociedades capitalistas, Marx admite, inclusive, que o próprio salário é determinado por elementos históricos. Por outro lado, a possibilidade do desequilíbrio entre valor da força de trabalho e salários recebidos é um outro elemento relevante para analisar o padrão de vida dos trabalhadores. Ele pode se manifestar de diversas maneiras. O fundamental é que, uma vez que os salários mantêm-se, ou ascendem em proporções insuficientes para compensar o incremento do valor dos artigos indispensáveis para a sobrevivência dos trabalhadores, por exemplo; isto é, não haja conformidade entre o preço e o valor da força de trabalho, exatamente neste momento e nesta diferenciação reside o que podemos chamar de superexploração da força de trabalho,

[389] Marx (2008: 10).
[390] Marx (2008).
[391] Marx (2011).
[392] Idem.

observado através do padrão de vida dos trabalhadores e seu nível[393]. Ademais, os nexos morais das sociedades, os costumes de vida, dentro dos quais se constituíram a classe dos trabalhadores livres num determinado local são atributos fundamentais para a análise da qualidade do problema[394].

No caso brasileiro, existe pelo menos três problemas importantes. O primeiro é o caráter histórico e os nexos morais do regime de segregação social com sua origem na escravidão. O problema da raça e do racismo contra os trabalhadores negros está no cerne do problema do regime de segregação social da sociedade de classes. A grosso modo, as condições do negro no Brasil podem ser resumidas das seguintes formas: primeiro, enquadrados enquanto escravos e libertos, submetidos a condições degradantes e, deste primeiro, sendo não detentor da propriedade de sua própria força de trabalho; posteriormente, como "homem livre", como trabalhadores, em que emerge em um estado histórico de pauperização e de anomia sistemática herdada do passado escravista e colonial[395]. Aqui, no caso brasileiro, invertemos na prática quaisquer das idealizações e promessas burguesas sobre as relações humanas. O fundamental do problema no fato de que a degradação humana imputada compulsoriamente à condição de escravo resiste e se mescla à condição de "homem livre" em toda a era moderna brasileira, não lhe conferindo dignidade humana, tampouco o direito de ser ouvido social e institucionalmente, mantendo um padrão de vida rebaixado quando comparado aos trabalhadores brancos ou às classes burguesas brancas, assim como comprimindo as exigências da classe trabalhadora, o que faz parte desde a formação do mercado de trabalho brasileiro[396]. As mudanças com as estruturas e os dinamismos no desenvolvimento do capitalismo dependente, por mais que alterassem conjunturalmente estes estados histórico e moral entre os trabalhadores negros, não romperam definitiva e estruturalmente com eles, mas, muitas vezes, pelo contrário, reciclava-se sob novas formas de acordo com o subdesenvolvimento associado ao capitalismo dependente. Este é um *elemento normal* para o caso brasileiro e seu capitalismo dependente.

O segundo está associado ao padrão de superexploração da força de trabalho do caso brasileiro. A extrema diferenciação entre valor da força de trabalho e salários e, portanto, a superexploração da força de trabalho se manifesta de forma complexa por fatores internos e externos ao caso brasileiro. Cabe destacar que, em última instância, sempre se vincula ao agravante racial dentro das classes imposta desde o regime colonial:

---

393 Marx (1982).
394 Marx (2017).
395 Fernandes (2008a) e Fernandes (2008c).
396 Fernandes (2008a), Fernandes (2008c), Moura (1994), Moura (1977) e Fernandes (1975).

como escravos e libertos, e, posteriormente, como trabalhadores assalariados. Se o grito de igualdade por salários é um erro, um desejo oco, pelo fato de distintas espécies de forças de trabalho possuírem distintos valores ou exigirem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, e *necessariamente* existir preços distintos no mercado de trabalho, certamente a condição histórica dos trabalhadores negros no capitalismo dependente é um agravante do problema. Esse agravante histórico, até o momento atual, não se alterou na vida do País se observado estruturalmente, permanecendo de maneira variante desde a emergência do mercado de trabalho livre, pois trata-se de uma *necessidade* do padrão de acumulação capitalista e dominação burguesa branca. Podemos acrescentar as expectativas mais recentes, que os trabalhadores conseguem tornar reais em sua luta política e sindical contra as classes burguesas brancas, caso os êxitos não sejam transitórios[397]. Contudo, tais elementos não se tornaram suficientes para diluir definitivamente esta condição estrutural dos trabalhadores negros, histórica e moralmente instituída, ou a superexploração da força de trabalho do País, por mais que houvesse tendências conjunturais manifestas ao longo da história no fluxo de renda, na participação política, dentre outros aspectos. Neste sentido, reciclando e recompondo um rebaixado padrão de vida dos trabalhadores negros e um padrão de desigualdades raciais no Brasil de diferentes formas de acordo com o tempo.

Por fim, um último problema é associado ao tipo de padrão de luta de classes e de raças no caso brasileiro. Isso está diretamente associado aos negros no Brasil. Incrusta-se entre nós um tipo de luta de classes e de raças extremamente selvagem e segregada, oriundo, via de regra, de “cima para baixo”, pelo “medo pânico” das classes burguesas brancas diante das mudanças espontâneas e estruturais provocadas pelo próprio padrão de organização e funcionamento de uma sociedade competitiva em regime de classes, o que reflete diretamente na não obtenção de forças suficientes dos “subalternizados” para manipular os “controles sociais reativos”, mais ou menos eficazes, que consigam equilibrar a sua própria participação social nos fluxos da renda, nos estoques de riqueza e nas estruturas de poder[398]. A cooptação ou o puro esmagamento dos agentes oprimidos e explorados e oprimidos, neutralizando quaisquer agitações ou movimentos (ultramoderados, moderados, radicais etc.), é o instrumento recorrente das classes burguesas brancas para a corrosão da mobilização do conflito e para a limitação da competição[399]. Isso se vincula a uma determinada racionalidade burguesa que emerge

[397] Rosdolsky (2001).
[398] Léon (2019), Fernandes (2008c) e Fernandes (2006).
[399] Sampaio Júnior (2011).

historicamente no País. Fernandes (2006: 200) explora da seguinte maneira as raízes da articulação entre interesses e valores burgueses “conservadores” e ordem social competitiva:

> [...] a competição foi assimilada (ainda que segmentária e parcialmente) pela própria ordem escravocrata e senhorial, na qual se tornou uma influência secundária mas ativa. Ela ficou associada, em suas origens mais remotas, aos interesses, valores sociais e estilo de vida dos estamentos privilegiados e dominantes. Em termos dos requisitos ideais da integração e funcionamento do que seria mais tarde a ordem social competitiva, esse desenvolvimento pode ser considerado sociologicamente, como propiciador de uma deformação. Operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vinculou (genética estrutural e funcionalmente) a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes ou mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalistas. Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar “o passado no presente”, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão não obstante ter sido mal estudada, é deveras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista. O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio (ao velho estilo), que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais (na verdade, ou pré-capitalistas ou subcapitalistas).
>
> [...]
>
> Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro. Se a competição concorreu, em um momento histórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o “burguês moderno” renascesse das cinzas do “senhor antigo”. Em outras palavras, ela engendra uma ordem social em que, além da desigualdade das classes, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processo sociais. Em consequência, a ordem social competitiva resultante é pouco agressiva, na quebra das barreiras à expansão do regime de classes e muito moderada na irradiação e imposição dos novos padrões de relações de classe, como se temesse a “racionalidade burguesa” e devesse acolher para sempre os critérios anticompetitivos do velho mundo senhorial.

Em outras palavras, existe, desde a escravidão, um tipo de padrão de luta de classes e de raças extremamente assimétrico, em que a correlação de forças entre os agentes corresponde à corrosão da competição e do conflito social, levantando elevadíssimos obstáculos à transformação revolucionária da classe trabalhadora, as quais atendam realmente às “necessidades sociais” dos “oprimidos do sistema”. Em essência, tais classes burguesas brancas acabam não abrindo brechas à ruptura com o que há de mais fundamental para elas: o sistema de *superexploração da força de trabalho* (ancorado

sobretudo nos *trabalhadores negros*) através da regulação do nível do padrão de vida dos trabalhadores e dos trabalhadores negros no Brasil. Por isso, a dominação burguesa e, paralelamente, da raça branca socialmente dizendo, no caso brasileiro, assume feições e dinamicidade de uma "guerra étnica" e de "extermínio racial" para com os grupos racializados, imputando o "isolamento em bloco" ou a "segregação social" mais amarga para com estes agentes trabalhadores racializados. A dignidade humana dos agentes trabalhadores negros e seus direitos se tornam subversivos e intoleráveis sob o capitalismo dependente [400] . Isso é um *processo normal* da ordem competitiva de capitalismo dependente. Nas palavras de Florestan Fernandes (1975: 70): "Qualquer ameaça à estabilidade da ordem adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural (uma situação na qual o "medo ou temor de classe" surge como o equivalente histórico do "medo ou temor étnico")". Com a sublimação da base material constituída com o processo de industrialização dependente e sua complexidade, isso vem ganhando crescentes forças e reações radicais entre as classes burguesas brancas. Passamos para um estágio que acirra ainda mais as relações raciais e de classes.

Nem por isso, pressões, agitações, rebeliões, insurreições, homicídios, ensaios de rupturas, inconformismos etc. dos "oprimidos ou espoliados do sistema", que incorporam o "medo pânico" das classes burguesas brancas, deixam de existir. Eles fervilham a todo instante sob a forma das rebeldias, das agitações, das rebeliões, das resistências, etc., assim como no passado escravista, de maneira que não é muda ou calada. Contudo, ainda insuficientes até aqui para levar às últimas consequências a revolução democrática e a revolução nacional intrínsecas à revolução socialista, pelas próprias características socioculturais, políticas, econômicas do País que emergem historicamente e minam os trabalhadores. Em resumo, de um lado, existe entre nós um padrão de luta de classes e de raças extremamente assimétrico, vindo "de cima para baixo", e, de outro lado, agitações, rebeliões, inconformismos, pressões, etc., vindos "de baixo pra cima", todavia, estes últimos, ainda insuficientes para a transformação revolucionária que atendam às exigências realmente necessárias e urgentes. A superexploração da força de trabalho e os salários, resultado direto deste tipo de luta de classes e raças extremamente assimétrico, no caso brasileiro, incorpora, paralelamente, elementos socioculturais, regras e códigos morais de uma estrutura racista essencialmente baseados na escravidão que refletem e se combina às condições atuais de vida e de emprego dos trabalhadores negros, compondo assim o padrão de vida destes. Tais elementos, longe de serem "anormais" ou tão somente

[400] Fernandes (2006).

“resíduos do passado”, condicionam um padrão de desigualdades raciais, se combinam e se articulam sistematicamente com os elementos “modernos” e “atrasados” da economia, da política e do direito de capitalismo dependente[401]. A opressão racial e a superexploração da força de trabalho dos trabalhadores negros são forças centrípetas indissociáveis da sociedade competitiva e do mercado de trabalho assalariado.

Ainda que os três problemas suscitados acima sejam relevantes, existe um quarto problema que pode ser um dos desafios do nosso tempo. Argumentamos o seguinte: primeiro, em certo sentido, os problemas dos trabalhadores negros são da mesma natureza dos trabalhadores brancos, embora existam elementos sistemáticos discriminatórios a mais que atingem os trabalhadores negros, e, segundo, um dos principais segredos do rebaixado padrão de vida dos trabalhadores brasileiros é o rebaixado padrão de vida dos trabalhadores negros. Isto é, caso parte expressiva da classe trabalhadora brasileira tenha um padrão de vida rebaixado, a tendência é que isso opere e se espraie para toda a classe trabalhadora, as disciplinando em diversos níveis e minando suas exigências sociais. Existe, portanto, uma combinação de elementos desiguais que não pode ser ignorado. O chamado problema dos trabalhadores negros se insere como um problema que está no cerne da classe trabalhadora. Ele é um dos problemas que as burguesias brancas controlam e regulam, paralelamente, a correlação de forças entre capital e trabalho, raça e classe, isto é, mantendo o padrão de vida dos trabalhadores negros em um nível baixíssimo, mas, concomitantemente, mantendo todo o padrão de vida da classe trabalhadora em um nível baixo. Este cenário cinde a classe trabalhadora. Mas, ao mesmo tempo, é o que pode contribuir para promover unidade. Com a sublimação paulatina da base material brasileira por meio da desindustrialização da estrutura produtiva e reprimarização, o problema passa por um processo de agravamento, acirrando as relações raciais desiguais e o uso da intolerância burguesa dentro do regime de classes sociais no Brasil.

Poderíamos sugerir, ainda, que os trabalhadores negros em concorrência com os trabalhadores brancos no mercado de trabalho assalariado seria um dos principais instrumentos para o rebaixamento do padrão de vida na sociedade brasileira. Contudo, seria equivocado atribuir aos trabalhadores negros a responsabilidade do problema, visto que quem instrumentaliza o rebaixado padrão de vida destes trabalhadores são as classes burguesas brancas. Os trabalhadores brancos são apenas uma mediação do problema, um instrumento, muitas das vezes, em função das classes burguesas brancas. Na realidade, a

[401] Almeida (2018) argumenta de maneira próxima no tocante a questão racial.

própria busca por oportunidades no mercado de trabalho brasileiro faz dos trabalhadores brancos sujeitos privilegiados dentro da classe trabalhadora. Não rejeitamos isso e é uma contradição relevante na classe trabalhadora brasileira. Todavia, é inegável que o sistema de superexploração da força de trabalho e de regulação de nível do padrão de vida dos trabalhadores não esteja sendo instrumentalizado pelas classes burguesas brancas, a nível nacional e internacional. Com isso, sugerimos que: quem instrumentaliza e, portanto, se torna responsável pelo rebaixado padrão de vida dos brasileiros – sobretudo do rebaixado padrão de vida dos negros – são as classes burguesas brancas. Os demais trabalhadores brancos acabam aproveitando e absorvendo a dinâmica dos fatores socioculturais e subjetivos da sociedade brasileira em torno de sua brancura, conquistando os setores privilegiados de mercado e da sociedade competitiva.

Resta-nos acrescentar alguns outros elementos sobre os aspectos históricos e atributos morais do padrão de vida dos trabalhadores ajustado ao caso brasileiro. Por um lado, Florestan Fernandes (1975: 41-57) especifica o problema do padrão de acumulação capitalista e do regime de classes latino-americanos e as características históricas intrínsecas a ele. Trata-se, de um lado, de um tipo de regime de classes que age constantemente através do privilegiamento das classes burguesas brancas e suas elites, e, de outro lado, a um tipo de padrão de acumulação capitalista que propaga concomitantemente o fortalecimento da dependência e reciclagem das manifestações do subdesenvolvimento. Como o padrão de acumulação capitalista para ter um mínimo de estabilidade requer a existência de uma estrutura produtiva heterogênea, o tipo de padrão de luta de classes e raças brasileiros são elementos essenciais para a criação e manutenção desta estrutura produtiva e deste tipo de padrão de acumulação[402]. Este padrão de acumulação capitalista lança raízes no processo de espoliação colonial, o qual detém obstáculos quando visto por meio da acumulação originária de capital, sendo incapaz de promover dinamicidade suficientemente pungente para um desenvolvimento autodeterminado no Brasil – mesmo com o fim do regime colonial e até mesmo com a internacionalização do mercado interno que compeliram a integração dependente da economia brasileira[403]:

> [...] o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. A inovação parece ser a regra: a “nova mentalidade industrial”, as

[402] Sampaio Júnior (1997)
[403] Motta (2012) e Fernandes (2008c). Sampaio Júnior (1997) nos esclarece sistematicamente sobre o problema da autodeterminação do capital no caso brasileiro.

> “novas estruturas econômicas”, a “política para o desenvolvimento” etc. são os novos símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrustra-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc. Não se pode ignorar a história e seria errôneo afirmar-se que nada se passou (ou não está se passando). Essa não é a intenção desta descrição. Contudo, não se estabeleceu na “era industrial” – como não se estabelecera anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários – uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. Por isso, os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais. Incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades.
>
> [...]
>
> a junção de dinamismos econômicos externos e internos cria uma realidade econômica que só varia no sentido de reproduzir-se através de novas condições ou de novas combinações. O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Os agentes econômicos podem-se iludir no plano psicológico, ou incentivar a ilusão dos outros, no plano político. Contudo, nas condições em que é praticada nos países da América Latina, a sobre-apropriação repartida do excedente econômico não deixa outra saída. De um lado, independentemente de sua posição e orientação no espaço econômico os agentes econômicos (externos e internos) vêem-se compelidos a dar a mais completa prioridade ao privilegiamento direto dos seus móveis lucrativos (relegando, deliberadamente, ou não, o que poderia ser essencial para a "ampliação e dinaminação do mercado interno" e para a “expansão e autonomização do sistema de produção"). De outro, ambos investem primariamente na expansão das economias hegemônicas, desejem ou não esse resultado (ou por causa da drenagem do excedente econômico pelas economias centrais; ou porque, de fato, custeiam a incorporação da economia dependente ao espaço econômico das economias centrais). Isso não quer dizer que o capitalismo dependente "Falhou". Ele está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobre-apropriação repartida do excedente econômico. A superação desse tipo de capitalismo depende de transformações que o transcendem e que não podem provir dele, como um "desenvolvimento normal".

A heterogeneidade e o subemprego estruturais são resultados históricos das sociedades e das economias periféricas – como o caso brasileiro. É claro que, quando recorremos a Marx, podemos ver de que maneira as diferentes formas de existência da superpopulação relativa (isto é, relativa ao padrão de acumulação capitalista) se desenrolam historicamente. Mas cabe ressaltar as especificidades histórico-social das sociedades latino-americanas, que medeiam o modo como se formam e desenvolvem as estruturas produtiva e de ocupações em nosso caso. Daí o porquê do subemprego e heterogeneidades estruturais e seus usos para representar os aspectos históricos da

economia e da sociedade brasileiras. Em resumo, a heterogeneidade estrutural seria a coexistência de atividades produtivas com grandes diferenciais de produtividade do trabalho, isto é, a incapacidade de homogeneização da estrutura produtiva devido ao peso dos setores econômicos com baixa produtividade, sua incidência negativa sobre o padrão de acumulação e à inadequação tecnológica gerada ao longo da evolução das relações econômicas estabelecidas entre países centrais e países periféricos[404]. Como corolário, combina-se ao problema a existência de uma estrutura ocupacional incapaz de fornecer suficientemente ocupações de alta produtividade aos incrementos de sua população ativa e ao fluxo deslocado das atividades de baixa produtividade. O subemprego estrutural seria a parcela da oferta da força de trabalho que, ocupada em determinadas atividades econômicas, trabalhando toda a jornada ou parte dela, apresenta baixa produtividade do trabalho. Trata-se de um problema histórico na estrutura ocupacional, caracterizada por ocupações com acentuadas desigualdades nos graus de produtividade, em que o trabalho é realizado no interior destas atividades, ramos e setores produtivos, fornecendo, assim, baixos salários[405]. A recuperação das articulações conceituais entre heterogeneidade e subemprego podem ser vistas recentemente[406].

Como a estrutura produtiva corresponde a certo tipo de estrutura ocupacional, a associação entre subemprego e heterogeneidade se torna possível visto as elevadas disparidades de produtividade e os elevados graus de ocupações de baixa produtividade[407]. A persistência de tais elementos, longe de ser mero “desemprego disfarçado”, está presente até mesmo com o processo de industrialização dependente. A associação com o padrão de acumulação está fundamentalmente estabelecida de acordo com dois fatores principais: (i) o baixo ritmo da acumulação capitalista que se manifesta na periferia do capitalismo mundial, devido ao mimetismo cultural e sua reprodução interna através do consumo excessivo das classes burguesas brancas e elites e à subutilização dos recursos produtivos, imprimindo um padrão de insuficiência dinâmica da economia periférica; e (ii) as especificidades dos padrões tecnológicos e suas absorções diante dos centros capitalistas no processo de industrialização dependente[408]. Nisso, o problema é agravado pela estrutura social e, por conseguinte, racial que resiste historicamente nos países subdesenvolvidos. Como a industrialização dependente não altera fundamentalmente a

[404] Portugal Júnior (2012).
[405] Ibidem.
[406] Ibidem. Para uma síntese do debate, ver Zullo (2014).
[407] Ibidem.
[408] Ibidem.

estrutura social e racialmente subdesenvolvida[409] e concentrada, o que impede que a função do padrão de acumulação seja cumprida eficientemente, devido à baixa mobilidade social e racial, à elevada concentração social e racial da renda da riqueza em poder das classes burguesas brancas e ao baixo ritmo de absorção da população ativa (sobretudo os trabalhadores negros) em ocupações de elevada produtividade do trabalho. Daí a associação entre "raça", heterogeneidade da estrutura produtiva e subemprego ocupacional na sociedade brasileira – problema já levantando por Clóvis Moura, por exemplo, quando se trata de apresentar a formação histórica da "franja marginal" na economia brasileira associada, na maioria das vezes, à população trabalhadora negra[410].

Por outro lado, sobre a importância do elemento moral do padrão de vida na sociedade brasileira, ele se dá, em primeiro lugar, pela articulação e adaptações entre o "interno" e o "externo". Florestan Fernandes (2008c: 54) destaca a seguinte condição para os vínculos morais entre sociedades hegemônicas e satélites:

> O subdesenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades subdesenvolvidas com as sociedades avançadas. Ele também cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite.

Da colônia à constituição e propagação do capitalismo dependente, os atributos morais da sociedade brasileira são resultados de um processo histórico. Aqui, no caso brasileiro, a anomia social ou a falta de nexos e normas sociais seria uma constante para o funcionamento e para as estruturas sociais que, recicladas constantemente, se associam às formas sociais existentes e preexistentes da sociedade e aos indivíduos que compõem esta sociedade. Existe certo nível de aceitação e compreensão sobre o assunto, o qual foi reavaliado por Fernandes (2010), por exemplo, ou, ponderado por Costa (2017) e Moura (1977). Mas, via de regra, é possível fazer a constatação de fenômenos históricos que provocam a anomia social – e este é um processo normal e articulado ao capitalismo dependente. A ausência de certos pré-requisitos estruturais e funcionais, essenciais para a integração e a evolução das sociedades, aumentam a margem dentro da qual possam desencadear fenômenos de reversão estrutural ou aprofundamento da desorganização social[411]. Não sendo, portanto, um elemento isolado, mas estando necessariamente

[409] Ibidem.
[410] Moura (1988b) e Moura (1983).
[411] Fernandes (2008c).

imbricado e em decorrência da organização e funcionamento da economia dependente, às forças políticas e mesmo jurídicas antidemocráticas, antinacionais e imperialistas, etc[412].

O importante reside na ausência de solidariedade moral, na debilidade de formas de vínculos e consenso na sociedade brasileira e na desorganização dos indivíduos (sobretudo os racializados), perpetuando os elementos que não promovem ou propagam a integração desta sociedade nacional [413] . Daí, também, o profundo conteúdo egoístico de comportamentos individualistas e que concorre para a manutenção de estados de apatia ou de conformismo diante da perpetuação de formas de enormes desigualdades sob o prisma da superexploração, dos privilégios aberrantes e perigosos ou da monopolização do poder das classes burguesas brancas, indiferentes com o destino da coletividade e da sociedade nacional[414]. Isso concorre para fragmentar a classe trabalhadora brasileira.

***

Um dos primeiros, senão os primeiros, autores a mediarem o conceito “padrão de vida tradicional” ao Brasil, sob a perspectiva da formação nacional, foram Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Aqui se encontra o busílis da disputa teórica: uma teoria crítica do salário mediada ao caso brasileiro. Caio Prado Júnior, em “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, apresenta as bases do conceito e sua mediação para observar a formação nacional e a completa ausência de atributos morais (ausência de nexo moral) e históricos (inorganização social vinculada ao dualismo estrutural) que dessem integração à sociedade brasileira, inclusive, observadas as relações raciais diante da ausência de nexo moral e “inorganização” da sociedade. Particularmente e mais sistematicamente, coube a Florestan Fernandes mediar esta teoria do salário em Marx ao caso dos trabalhadores negros no Brasil, muito em diálogo com Caio Prado Júnior e em crítica a Gilberto Freyre e outros. Cremos que Florestan seja um dos primeiros autores, senão o primeiro, a sistematicamente aplicar e desenvolver o conceito para a questão negra no Brasil por meio de sua tese de cátedra “*A integração do negro na sociedade de classes*”, organizado, principalmente, na análise do célebre capítulo II, “*Pauperização e anomia social*”, mas também no desenvolver de toda a tese ao analisar os padrões integrativos da sociedade brasileira. A Clóvis Moura, coube o rigor teórico em quase toda a sua obra na leitura sobre a questão negra no Brasil. De seu repertório teórico, vieram os fatores preponderantes para

[412] Ibidem. Almeida (2018) argumenta de maneira próxima no tocante a questão racial.
[413] Ibidem.
[414] Ibidem.

a dinamização histórica e do uso do conflito social da sociedade e economia escravistas (luta de classes e raças) e das particularidades históricas do capitalismo dependente. Os agentes oprimidos acabam sendo parte das ditas “mudanças sociais”, estando dentro das estruturas, de modo que não é passivo, mudo ou calado, assumindo comportamentos diversos, diga-se de passagem. Contudo, não necessariamente são “mudanças sociais” que estejam totalmente condizentes às suas reais necessidades ou interesses[415]. Em resumo, mesmo que o autor não associe diretamente com o conceito “padrão de vida tradicional” aqui trabalhado, sua crítica contribui no avanço para uma leitura luta de classes e raças no capitalismo dependente, visto a necessidade de incorporar às análises o negro como dinamizador da história brasileira. A disputa teórica não se encerra, mas se aprofunda com as contribuições mourianas. Contribui, também, para alguns aspectos da sociedade competitiva, vistos a partir dos elementos discriminatórios que barram a competição social e dos elementos que impedem um processo de anomia total entre indivíduos negros[416].

Este conceito foi também estudado por alguns outros intelectuais e marxistas no Brasil, os quais, não partem propriamente dito de uma perspectiva da formação nacional[417]. Singer (1979), por exemplo, apresenta de maneira sistemática o conceito para uma leitura sobre emprego e força de trabalho no desenvolvimento capitalista. Um dos elementos mais importantes em sua tese é o grau de centralidade do conceito para analisar os movimentos histórico-estruturais do desenvolvimento capitalista, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países não desenvolvidos do sistema capitalista mundial. Com uma discussão pormenorizada sobre os aspectos gerais da produção e da reprodução da força de trabalho, especificamente nos países desenvolvidos, o intelectual (1979: 146) destaca que:

> Abstraindo as oscilações conjunturais do nível de salários, o valor da capacidade de trabalho é determinado fundamentalmente pelo elemento social e histórico que se manifesta no “padrão tradicional de vida” da classe operária. Só que, nas condições da reprodução da força de trabalho, determinadas pela mutação ocorrida nas relações entre capital e trabalho este padrão de vida já não é mais tradicional mas dinâmico, ou seja, intensamente influenciado pelas inovações técnicas que revolucionam o consumo. Eis o que explica o dinamismo das lutas salariais na época da 2ª Revolução Industrial. Cada vez que surge um “novo produto” no mercado, seja um bem durável de consumo (automóvel, máquina de lavar roupa, televisor) seja um serviço de consumo individual (cinema, transporte aéreo, viagens de férias), ele é inicialmente incorporado apenas ao consumo da elite endinheirada. Mas, pouco a pouco, “mudanças de processo” sucessivas vão barateando seu custo de produção, tornando-o acessível a camadas cada vez mais amplas de renda média. A partir deste momento, o próprio “esforço de venda” dos empresários vai suscitando pressões sociais no sentido de incorporar o “novo produto” ao padrão de vida da grande massa da população. Na medida em que isto se dá, o padrão de vida operário vai se alargando, o que requer naturalmente um reajustamento do valor da capacidade de trabalho, ou seja, do nível salarial.

[415] Moura (1988).
[416] Moura (1977) e Moura (1988).
[417] Singer (1973), Castro (1979) e Souza (1999).

Quando a questão é mediada aos países “não desenvolvidos”, Singer (1979: 179-180) apresenta as seguintes conclusões:

> Verifica-se assim que as relações da classe operária com o mercado interno, nos países não-desenvolvidos, são bem mais complexas do que a dicotomia exclusão x inclusão permite entrever [debatendo com Ruy Marini]. Os “novos produtos”, introduzidos mediante a substituição de importações, tendem, de certa forma, a redefinir as condições de produção e reprodução da força de trabalho. Na medida em que estes “novos produtos” deslocam outros, mais antigos, seu consumo passa a se tornar obrigatório. A preparação de alimentos, por exemplo, passa a “pressupor” a utilização de água corrente, fogão e geladeira; o desenvolvimento dos meios de comunicação “pressupõe” a utilização por parte do consumidor de receptores de rádio e televisão; o paulatino deslocamento da moradia dos trabalhadores para a periferia das cidades passa a “pressupor” (dada a saturação do transporte coletivo) a posse de veículo próprio, etc., etc. Estas transformações se dão paulatinamente, na medida em que os “novos produtos” penetram no consumo das camadas de salário mais alto. Como o intervalo entre os ganhos da minoria de salários altos e os da maioria de baixos salários é muito maior nos países não-desenvolvidos do que desenvolvidos, as distorções no padrão de vida da maioria são tanto mais profundas. *Objetivamente* cria-se a “necessidade” de elevar o ganho dos trabalhadores de baixos salários, pois o valor de sua capacidade de trabalho subiu. Mas as condições institucionais no mercado de trabalho podem impedir que esta necessidade seja satisfeita, o que cria um quadro de “penúria abastada”, simbolizada pelo lar operário que dispõe de reluzente geladeira, infelizmente vazia, pois tendo que pagar a geladeira, à família não sobram recursos para adquirir alimentos.

Nisso, as colocações de Paul Singer requerem algumas ponderações. Alegar que não se resiste entre nós padrões tradicionais, isentando os elementos colonialistas ou escravistas do mundo moderno, seria um equívoco e desvio histórico. Mesmo no auge do desenvolvimento da economia e da sociedade norte-americana no século passado, por exemplo, existiu um regime de segregação racial que não pode ser desconsiderado, o qual não foi completamente diluído historicamente. As regiões desenvolvidas e sua base civilizatória não se desfizeram de suas políticas imperialistas nas regiões coloniais ou semicoloniais, regulando ao limite a exploração da classe trabalhadora e opressão “raciais”. Como o próprio Marx (2011: 25) coloca ao discorrer sobre a história: “*A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos*”. Com isso, respeitando as devidas mediações históricas de acordo com os países, indicamos os limites da consideração que o “[...] padrão de vida já não é mais tradicional, mas dinâmico”.

No caso brasileiro, por exemplo, a complexidade do problema muda de qualidade e quantidade, sendo mais profundo, contudo, resistente entre nós. Nas economias satélites e dependentes, permanece histórica e moralmente uma forte combinação entre elementos do passado e elementos “modernos” e seus desenvolvimentos desiguais, os quais impedem as transformações futuras. Quando se supõe que “[...] na medida em que estes

“novos produtos” deslocam outros, mais antigos, seu consumo passa a se tornar obrigatório”, tal obrigatoriedade não necessariamente é difundida para a maioria da população nacional. De um lado, a modernização reforça, via contas externas, a dependência cultural em virtude das classes burguesas brancas e suas elites. De outro lado, as famílias trabalhadoras negras, por exemplo, podem ficar marginalizadas, sem acesso a um automóvel, serviços e condições alimentares e nutricionais regulares dadas as condições de extremas desigualdades raciais e de racismo no caso brasileiro – ficando a questão de trabalhadores negros não estariam expostos a uma “penúria desabastada”, que se articula em alguma medida à “penúria abastada” pela periferia do sistema capitalista mundial. Daí a necessidade de mediação entre “raça” e “classe”. Com isso, a necessidade de elevação salarial pode encontrar seus limites em uma estrutura racista e em um padrão de desigualdades raciais na sociedade brasileira – mesmo com seu aumento via luta sindical. Isto é, não são especificamente as condições institucionais no mercado de trabalho assalariado que podem impedir que esta necessidade de elevação salarial seja satisfeita, mas, antes, as condições históricas e de nexos morais da sociedade e economia de capitalismo dependente que bloqueiam a elevação salarial.

Fonte de dados e critérios de quantificação do subemprego estrutural

Quanto aos dados e aos critérios de quantificação, a exposição sobre o nível de vida dos trabalhadores negros e da classe trabalhadora é feita por meio da metodologia que abrange a heterogeneidade e o subemprego estruturais.

As fontes de dados utilizadas para o caminho metodológico estão baseadas nos Censos Demográficos dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Todos os indicadores, variáveis e as categorias foram extraídos ou criados a partir deles. As categorias e variáveis aqui operacionalizadas por meio dos Censos Demográficos para levantar informação sobre a estrutura ocupacional no Brasil nos distintos tipos de atividade econômica e nas diferentes classificações de raça/cor admitem estabelecer comparações de longo prazo, adequadas para o nível de abstração teórica em que são enquadrados os principais conceitos deste estudo: a heterogeneidade e o subemprego estruturais[418].

Para a metodologia, no geral, é necessário três procedimentos práticos-metodológicos de quantificação do subemprego entre trabalhadores negros e trabalhadores brancos na sociedade brasileira: (i) identificar e classificar as atividades e os setores

[418] Zullo (2014) e Portugal Júnior (2012).

econômicos “modernos” e as atividades e os setores econômicos “atrasados” da economia brasileira; (ii) diferenciar os indivíduos racializados por meio da remuneração, enquadrando-os em “subempregados” e “empregados”; e, por fim, (iii) organizar a classificação racial entre os indivíduos de acordo com os censos demográficos e de acordo com alguns argumentos teóricos – especificamente, respeitando os elementos históricos da sociedade brasileira[419].

Para a classificação das atividades e dos setores econômicos, tivemos como base os dicionários e a lista de variáveis auxiliares dos censos de 1980 e 1991. Contudo, para os censos dos anos de 2000 e 2010, fizemos o esforço de compatibilização de acordo com o iniciado com os censos de 2000 e 2010. As classificações das atividades e setores econômicos se alteram a partir do ano 2000, mas a compatibilidade se mantém devido ao fato de as atividades dos anos anteriores se manterem mais ou menos iguais, com algumas desagregações e/ou algumas alterações de dominação. Em alguns casos, é possível observar uma maior desagregação do setor econômico, mas isso não altera o fato de, fundamentalmente, se tratar do mesmo setor econômico, mesmo que também haja algumas alterações de denominação das atividades[420]. As divisões dos setores econômicos “modernos” e “atrasados” seguem os diferentes padrões tecnológicos que, via de regra, cada atividade e setores econômicos comportam.

Dito isso, o setor primário, agrupado em um único subsetor, detém as atividades econômicas agrícolas, silvicultura e pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura. Há uma sensível alteração para os censos dos anos 2000 e 2010 por algumas desagregações e alterações, contudo, mantivemos a compatibilização em todos os anos. Neste setor, que é fulcral para a metodologia do subemprego – pois, uma vez que este estudo explora a articulação entre o urbano e o agrícola –, foi constatado que, em sua maioria, os seus subempregados deste setor estão na condição de subsistência, regularmente trabalham como parceiros de um proprietário. Aqui, não há a separação mencionada entre atividades “modernas” e atividades “atrasadas”, pelo fato de historicamente este setor econômico reunir em larga medida condições debilitadas em suas relações de trabalho e de produção[421].

Por outro lado, o setor secundário está organizado em torno de três grandes atividades econômicas: Indústria de Transformação, Construção Civil e Mineração & Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

---

[419] Zullo (2014).
[420] Zullo (2014).
[421] Zullo (2014).

Todavia, somente a indústria de transformação se distingue entre os ramos de atividade que reúne tecnologias atrasadas e modernas ou, em outras palavras, os Tradicionais (atrasados) e Dinâmicos (modernos). As atividades tradicionais seriam compostas pelos seguintes ramos: indústria de transformação não metálica, indústria de madeiras, indústria domiciliar de artefatos de papel, de mobiliário, de papel e papelão, indústria da borracha, indústria de perfumes e sabão, indústrias têxteis, de vestuário, de produtos alimentares, de bebidas, de fumo, editoras gráficas, indústrias mal definidas, indústria de couro, peles e similares e indústria domiciliares têxteis. As atividades industriais dinâmicas, por sua vez, são formadas pelas indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e comunicações, de transportes, indústrias químicas (inclusive petroquímica), indústrias de produtos farmacêuticos e veterinários e indústria de produtos plásticos. As atividades dinâmicas seguiram o critério de classificação de acordo com a taxa de crescimento da produção real das atividades econômicas e de acordo com dois estudos que seguiram a metodologia do subemprego. As atividades de Mineração & Serviços Industriais de Utilidade Pública são compostas pelos ramos que agrupam as atividades de extração mineral e os serviços de utilidade pública (Produção e distribuição de energia elétrica, Produção e distribuição de gás canalizado, Abastecimento d'água e serviços de esgoto e Limpeza pública e remoção de lixo), enquanto a Construção Civil é formada apenas pelo agrupamento denominado indústria da construção civil[422].

O setor terciário é composto pelos indicadores que denominamos de Serviços Modernos e Serviços Heterogêneos. As atividades modernas (serviços modernos) seriam compostas pelos Serviços Públicos e à Comunidade, Serviços Financeiros e Similares e, finalmente, Serviços Técnicos/Profissionais. No tocante às atividades atrasadas (serviços heterogêneos), estas seriam, de um lado, compostas pelos Serviços Pessoais, Similares e Outros e, de outro, pelo Comércio. Os Serviços Públicos e a Comunidade são formados pelos seguintes ramos: produção e distribuição de energia elétrica, gás canalizado, abastecimento de água e esgoto, limpeza pública e remoção de lixo, transporte de tração animal, transporte rodoviário de passageiros e de carga, transporte ferroviário, marítimo, aéreo, serviços postais, comunicação eletrônica, assistência e beneficência, previdência social pública e particular, sindicatos e outras associações de classe, instituto científico e tecnológico, filosófico e/ou cultural, entidades recreativas, organizações civis políticas, serviço comunitário social, serviço médico público e particular, odontológico, veterinário, ensino público e particular, exército, marinha de guerra, aeronáutica, polícias civil e militar,

[422] Zullo (2014).

corpo de bombeiros, outras organizações governamentais de segurança, organizações internacionais, poder legislativo, justiça e atividades auxiliares, serviço de administração federal, estadual, municipal, de administração de autarquias e outros serviços administrativos não definidos. Os Financeiros e Similares são formados pelos bancos, financeiras, etc., pelas Caixas Econômicas e cooperativas, pelos seguros, administrações comerciais de imóveis, comércios de títulos e moedas, loterias e organizações de cartão de crédito. Já os Técnicos/Profissionais são compostos pelos serviços jurídicos, de contabilidade e auditoria, serviços de assessoria, de engenharia e arquitetura, serviços de tradução, estudos de pintura, serviço técnico-profissional, serviços auxiliares na agricultura e na pecuária, no comércio, serviços de armazenagem, serviços comerciais auxiliares à indústria, serviços auxiliares de seguros, serviços de transporte não rodoviário, atividades de publicidade e propaganda, serviços de auxílio a transporte rodoviário e marítimo e os demais serviços auxiliares das outras. Quanto às atividades heterogêneas, temos nos Serviços Pessoais, Similares e Outros: serviço de alojamento, de alimentação, serviços de reparos elétricos, de veículos, de madeira, de instalação, serviço de higiene pessoal, de confecção, serviços de pessoal não incluso, serviço pessoal não incluso, serviço de conserto de vestuário, de limpeza e conservação, serviço de vigia e guarda, serviço domiciliar remunerado e domiciliar não incluso, outras atividades não definidas e outras atividades mal definidas. E, por último, o Comércio, formado pelo comércio de produtos agropecuários, de gêneros alimentícios, de tecidos, comércio de móveis e tapeçaria, de papel, comércio de ferragens, etc., comércio de máquinas e aparelhos industriais, de veículos, comércio de produtos químicos e farmacêuticos, de combustíveis e lubrificantes, comércio ambulante, feiras, supermercados e lojas de departamento[423].

Para que possamos alcançar a diferenciação entre as atividades econômicas de alta e média produtividade, de um lado, e as de baixa produtividade, de outro, teremos que, fundamentalmente, separar os rendimentos da ocupação principal recebidos pelos ocupados até dois salários mínimos (menor igual a dois salários mínimos) dos rendimentos acima desses salários mínimos (isto é, maior que dois salários mínimos). Para tanto, há certa construção teórica para que possamos aplicar esta metrificação para a distinção de produtividade[424]. Portanto, a situação fica a seguinte: caso o rendimento seja entre zero e

[423] Zullo (2014).

[424] A discussão consta em Portugal Júnior (2012) e Zullo (2019). Portugal Júnior (2012: 410) argumenta o seguinte: “A princípio, esse valor parece ser compatível com a definição de subemprego apresentada no primeiro capítulo da Parte I deste trabalho – um nível de remuneração que permita satisfazer as necessidades de consumo de “autônomos” e “empregadores”, tidos como responsáveis pelo empreendimento, e de seus familiares, sem dar margem a uma acumulação significativa que permitiria alterar de maneira expressiva as condições técnicas da produção que realizam”. Medeiros (2015: 73) nos auxilia na validade do critério aqui

dois salários mínimos, a ocupação poderá ser considerada como “subemprego”. Caso seja observado um rendimento maior que dois salários mínimos, a ocupação poderá ser classificada como “emprego”[425].

Todavia, nem todo trabalhador ocupado com rendimento acima de dois salários mínimos poderá ser classificada como empregado, pois seria um equívoco assumir que a identificação da capacidade técnica do trabalhador individual (renda pessoal do trabalho) com a produtividade do trabalho. Aqui, quando possível e constar nas variáveis do censo demográfico, a quantificação dos subempregados não depende estritamente do rendimento que auferem, contudo, também, da renda de seu respectivo empregador. Caso a remuneração deste empregador seja menor ou igual a dois salários mínimos, estimaremos o número de empregados por estabelecimento, o que nos levará ao número de subempregados. Contudo, nem sempre é possível observar o número de empregados por estabelecimento, pois cada censo contém determinadas variáveis e, às vezes, não fornece esta informação ou não atende certo nível de compatibilização. Quando não é possível obter esta informação ou conter certo nível de compatibilização, como é o caso dos censos de 1980 e 2010, calculamos as estimativas de emprego e de subemprego de uma segunda forma, o que quer dizer que os cálculos ficam subestimados, mas, ainda assim, seja possível graças à convergência observada entre os censos de 1960-1980[426]. Outra opção pode ser encontrada utilizando a base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conforme estimado por Portugal Júnior (2012).

Partindo do pressuposto da existência da variável “número de empregados por estabelecimento”, como o Censo Demográfico não disponibiliza com precisão o número de empregados por estabelecimento, todavia, ao invés disso, informa apenas intervalos numéricos, os cálculos de subempregados de acordo com o empregador ficam comprometidos. Posta esta limitação para estimar o subemprego, para os anos em que é possível estimar o subemprego (neste caso, nos censos de 1991 e 2000) foi necessário estimar o número de empregados em função do número de empresas para a faixa de baixa e média produtividade. O número de empregados em atividades de alta produtividade foi obtido calculando a diferença, uma vez que o total de empregados, correspondente à soma das três faixas, é conhecido. Por outro lado, para os demais, é feita uma distribuição uniforme sobre a distribuição de empregados dentro de cada intervalo. Por exemplo, se o intervalo for um a dois empregados, como consta no Censo, assumiremos que o número

exposto, ao demonstrar o perfil de consumo de acordo com as faixas de rendimentos. A observação desta questão em Medeiros (2015) consta em Zullo (2019).

[425] Zullo (2014).

[426] Portugal Júnior (2012) e Zullo (2014).

médio de empregados para todos os estabelecimentos desta faixa será 1,5. Multiplicamos este valor – 1,5 – pelo número de empregados identificados às empresas que auferem até dois salários mínimos e repetimos o procedimento para os demais intervalos[427].

Existe, ainda, um último procedimento a ser adotado para a estimação do subemprego estrutural. Pelo fato de a variável "número de empregados por estabelecimento" ter um último intervalo aberto – 10 ou mais empregados –, há uma dificuldade em observar o número de subempregados exato, o que requer um artifício específico para determiná-lo. Para tanto, não podemos supor como fizemos na estimação dos intervalos precedentes. Ou seja, não podemos supor que o número de empresas com dez empregados seja o mesmo daquelas empresas com mil empregados, uma vez que seja mais realístico supor que cada vez maior o número de empregados, menor o número dessas empresas ou estabelecimentos. Com isso, considerou-se o seguinte: que o número de empresas tenda a zero estabelecido em progressão geométrica, isto é, que o número de empresas com 11 empregados é uma fração do número de empresas com dez, que o número de empresas com 12 empregados é a mesma fração do número de empresas com 11, e assim por diante, até que a aplicação sucessiva dessa regra faça o número de empresas se aproximar de zero. Ou seja, foi definida uma distribuição decrescente de empresas com base no pressuposto de que o número de empresas diminui conforme aumenta o número de empregados por empresas, o que ocorre com certa intensidade até aproximar-se de zero. A fração está fundamentada na proporção entre o número de empresas do intervalo aberto (dez ou mais empregados) e o número total de empresas do intervalo anterior (cinco ou mais empregados)[428].

Adquirida esta quantificação de subempregos entre os empregados que trabalham para os empregadores que recebem até dois salários mínimos, de acordo com a variável "posição na ocupação principal", temos agora outras duas categorias que devem ser adicionadas ao cálculo do total de subempregos. Estas seriam a categoria dos trabalhadores por "conta própria ou autônomos", que recebem até dois salários mínimos, e a de todos os empregados domésticos e trabalhadores não remunerados. Aqui, não existe nenhum procedimento especial para a separação e quantificação dos subempregados e empregados. Com isso, o cálculo do total de subempregados é formado por todos aqueles que não são remunerados e são empregados domésticos, assim como pelos autônomos e empregadores que recebem uma renda de até dois salários mínimos e pelos empregados vinculados diretamente a esses empregadores. Os demais ocupados, formados pelos

[427] Portugal Júnior (2012) e Zullo (2014).
[428] Portugal Júnior (2012) e Zullo (2014).

trabalhadores autônomos e pelos empregados que ganham mais de dois salários mínimos, assim como por aqueles que trabalham para estes, são classificados como Empregados[429].

O cálculo do subemprego estrutural através dos Censos Demográficos dos anos de 1980 e 2010 foi feito de acordo com as somas, as agregações e os critérios estabelecidos em Geraldo Júnior (2012, p. 400), antes da inclusão dos resultados da enquete censitária de 1991. Embora sejam subestimados, esses critérios forneceram seis distintas enumerações da população ativa subempregada, cujo comportamento revelou-se convergente nas avaliações temporais[430]. A reprodução aqui feita dos passos para a quantificação do subemprego apresentados pela tese de Geraldo Júnior (2012), estão resumidas em Zullo (2014).

A classificação racial aplicada nesta dissertação respeitou o critério de combinação entre “pretos” e “pardos” para o grupamento racial que denominamos “negros”, o que foi um suplemento à metodologia proposta por Geraldo Júnior (2012). Foram necessários procedimentos estatísticos em torno da variável “raça/cor” para a combinação das categorias de acordo com os censos demográficos. Em suma, apenas combinamos as categorias “preto” e “pardo” e retiramos as demais populações, o que deu origem ao indicador “negros”. Para os brancos, apenas incorporamos o segmento “branco” disponibilizado pelo censo demográfico, retirando as demais populações para a composição do grupo social.

Quanto à sustentação teórica desta combinação, ela requer algumas ponderações[431]. No tocante à classificação da cor “parda”, o problema reside na seguinte questão: esta categoria acaba agregando uma diversidade populacional que não pode ser desprezado, a qual não inviabiliza que o problema, histórica e dinamicamente, esteja fundamentado a partir das escalas fenotípicas e socioculturais dos indivíduos negros na sociedade brasileira, não obstante os limítrofes subjetivos de marca racial – impraticáveis no presente estudo. Neste contexto, realmente, ainda existem algumas ressalvas quanto à combinação de “pretos” e “pardos” em uma única categoria denominada “negra”. Refletindo sobre isso, constatamos que, na ausência de um campo no questionário dos censos demográficos que remeta à diversidade étnico-racial dos indivíduos de maneira mais precisa, tal lacuna não terá como ser enfrentada neste presente trabalho[432].

---

[429] Zullo (2014).
[430] Portugal Júnior (2012).
[431] Elas foram refletidas a partir de Paixão e Carvano (2008). Para uma constatação empírica do problema, consultar Valle Silva (1980).
[432] Paixão e Carvano (2008).

Por outro lado, na ausência de uma delimitação mais precisa nos censos demográficos, a fundamentação argumentativa que permite a combinação de “pretos” e “pardos” dentro da categoria “negros” – o que atualmente é realizado em diversos estudos que abordam sobre as assimetrias raciais brasileiras no regime de classes atual – está baseada nas seguintes constatações: (i) no fato de as condições históricas e socioculturais de ambos os grupos raciais (pretos e pardos) serem na maioria das vezes similares entre si, ou razoavelmente mais próximas entre si do que os indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida apresentados pelas pessoas socialmente reconhecidas como brancas; (ii) pelo fato de que, quando realizados estudos sobre as desigualdades raciais e racismo na sociedade brasileira, ser necessário levar em consideração não apenas as consequências das formas de “autoclassificação” de cada indivíduo, mas, concomitantemente, das possíveis formas de integração sociocultural de cada um dos indivíduos racializados no interior da sociedade brasileira. Com isso, especificamente, tendo em vista as similaridades dos indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida de “pretos” e “pardos”, a complexidade do problema sugere que os “pardos” acabam enfrentando o peso do sistema social “heteroclassificatório”, que identifica aqueles traços fenotípicos como igualmente passíveis de discriminação negativa e de preconceitos raciais, tal qual os pretos socialmente estão expostos. Assim, a dinâmica de interações “sociais” e “raciais” existente iguala, em muitos casos, os autodeclarados “pretos” e “pardos” a uma realidade comum, independentemente das diversas maneiras de autopercepção intrínsecas no quesito “autoclassificatório”; (iii) insistimos no fato de que essa questão não deve ser tratada ou mesmo entendida a partir de uma fundamentação biológica ou racialista, mas a partir de uma fundamentação histórica e sociocultural. Independentemente das efetivas origens de uma “pessoa de cor” ou “raça” autodeclarada “parda”, o fato é que as similaridades dos indicadores socioeconômicos e de condições de vida sugerem que os indivíduos “negros” estejam imersos a uma realidade que identifica suas marcas raciais em torno de um processo sistemático de discriminação e preconceitos raciais. Tal processo, associado à identificação das marcas raciais ou traços físicos, está fundamentado nos elementos históricos e socioculturais da sociedade brasileira, especificamente no emergir e no desenvolvimento de relações históricas e socioculturais estabelecidas entre os indivíduos racialmente reconhecidos; (iv) independentemente que no âmbito subjetivo as pessoas “pardas”, ou mesmo as “pretas”, não se identifiquem ou se autodeclarem enquanto “negras”, no âmbito político, o uso do termo “negros” se justifica pela busca da construção de uma identidade sociocultural comum no caso brasileiro, o que viabiliza o uso do referido termo no presente trabalho; e (v) muitas vezes se torna necessária a agregação de “pretos”

e “pardos” em um grupo racial comum, pela baixa densidade amostral de “pretos” socialmente reconhecidos, o que exige essa agregação por finalidades estatísticas[433].

Alguns outros indicadores aparecem nas nossas análises sobre o subemprego estrutural. Aqui, a taxa geométrica de crescimento anual significa o percentual de incremento médio anual da população ocupada em determinados setores e atividades econômicas, localizadas em diferentes regiões geográficas e de acordo com o período específico deste estudo (1980-2010)[434]. As estimativas de emprego e subemprego no regime de classes atual prezam pelas análises nas regiões urbanas e agrícolas, tentando estabelecer nexos dinâmicos e estruturais entre ambas as regiões, de acordo com a dimensão racial aqui aplicada. Ademais, o subemprego e emprego foi o recorte metodológico que escolhemos para observar melhor nível do padrão de vida dos trabalhadores no Brasil ao longo dos anos e nos setores e atividades econômicos, o que não exclui o desemprego aberto conforme o anexo estatístico.

Em relação aos cálculos salariais entre trabalhadores negros e trabalhadores brancos na sociedade brasileira, cabe esclarecer que organizamos os rendimentos médios em torno dos trabalhadores que chamamos de “Empregados” a partir da variável “posição na ocupação principal” e “raça/cor”. De alguma maneira, podemos observar a remuneração potencial destes agentes trabalhadores da população ativa, o que foi apresentado primeiramente em Zullo (2014). Para conseguir expor os rendimentos médios da ocupação principal entre trabalhadores negros e trabalhadores brancos usamos, ainda, dois artifícios adicionais: (i) atualização monetária através do Índice Geral de Preços (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano base 2010; e (ii) da média ponderada dos valores (apenas para os rendimentos da ocupação principal), colocando o peso das respectivas populações trabalhadoras (brancas e negras) nos cálculos.

---

[433] Paixão e Carvano (2008).

[434] A taxa geométrica de crescimento anual é dada pela seguinte fórmula:

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

Em que (r) é a taxa de crescimento, (Pt) a população final, e a população no começo do período é dada por (P0). A variável “n” é o número de anos no período analisado.